

# Espaços e tempos da política

Publicação realizada com recursos do PRONEX/CNPq; Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Programa de Apoio a Núcleos de Excelência

A coleção Antropologia da Política é coordenada por Moacir G. S. Palmeira, Mariza G. S. Peirano, César Barreira e José Sergio Leite Lopes e apresenta as seguintes publicações:

- 1 - A HONRA DA POLÍTICA – Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994), de *Carla Teixeira*
- 2 - CHUVA DE PAPÉIS – Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil, de *Irllys Barreira*
- 3 - CRIMES POR ENCOMENDA – Violência e pistolagem no cenário brasileiro, de *César Barreira*
- 4 - EM NOME DAS “BASES” – Política, favor e dependência pessoal, de *Marcos Otávio Bezerra*
- 5 - FAZENDO A LUTA – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas, de *John Cunha Comerford*
- 6 - CARISMA, SOCIEDADE E POLÍTICA – Novas linguagens do religioso e do político, de *Julia Miranda*
- 7 - ALGUMA ANTROPOLOGIA, de *Marcio Goldman*
- 8 - ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, de *Karina Kuschnir*
- 9 - A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA – Um estudo sobre a fabricação do social, de *Christine de Alencar Chaves*
- 10 - MULHERES QUE MATAM – Universo imaginário do crime no feminino, de *Rosemary de Oliveira Almeida*
- 11 - EM NOME DE QUEM? – Recursos sociais no recrutamento de elites políticas, de *Odaci Luiz Coradini*
- 12 - O DITO E O FEITO – Ensaios de antropologia dos rituais, de *Mariza Peirano*
- 13 - NO BICO DA CEGONHA – Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil, de *Domingos Abreu*
- 14 - DIREITO LEGAL E INSULTO MORAL – Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA, de *Luis R. Cardoso de Oliveira*
- 15 - OS FILHOS DO ESTADO – Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, de *Leonardo Damasceno de Sá*
- 16 - OLIVEIRA VIANNA – De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra, de *Luiz de Castro Faria*
- 17 - INTRIGAS E QUESTÕES – Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco, de *Ana Claudia Marques*
- 18 - GESTAR E GERIR – Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil, de *Antonio Carlos de Souza Lima*
- 19 - FESTAS DA POLÍTICA – Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG), de *Christine de Alencar Chaves*
- 20 - ECOS DA VIOLÊNCIA – Narrativas e relação de poder no Nordeste canavieiro, de *Geovani Jacó de Freitas*
- 21 - TEMPO DE BRASÍLIA – Etnografando lugares-eventos da política, de *Antonádia Borges*
- 22 - COMO UMA FAMÍLIA – Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural, de *John Cunha Comerford*
- 23 - O CLUBE DAS NAÇÕES – A missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar, de *Paulo de Góes Filho*
- 24 - POLÍTICA NO BRASIL – Visões de antropólogos, de *Moacir Palmeira e César Barreira*
- 25 - AS (DIFUSAS) FRONTEIRAS ENTRE A POLÍTICA E O MERCADO – Um estudo antropológico sobre *marketing político*, seus agentes, práticas e representações, de *Gabriela Scotto*
- 26 - ESPAÇOS E TEMPOS DA POLÍTICA, de *Carla Costa Teixeira e Christine de Alencar Chaves*
- 27 - A POBREZA NO PARAÍSO TROPICAL – Interpretações e discursos sobre o Brasil, de *Marcia Anita Sprandel*
- 28 - O POVO EM ARMAS – Violência e política no sertão de Pernambuco, de *Jorge Mattar Villela*
- 29 - A AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS – Participação e controle público da poluição industrial, de *José Sergio Leite Lopes*
- 30 - QUESTÃO DE SEGURANÇA – Políticas governamentais e práticas policiais, de *César Barreira*
- 31 - A DINÂMICA DO SAGRADO – Rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro, de *Renata de Castro Menezes*

CARLA COSTA TEIXEIRA  
CHRISTINE DE ALENCAR CHAVES  
(ORGANIZADORAS)

## Espaços e tempos da política

© Copyright 2004, dos autores  
Direitos cedidos para esta edição à  
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.  
Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso  
CEP 21042-235 – Rio de Janeiro, RJ  
Tel. (21)2564-6869 (PABX) – Fax (21)2560-1183  
E-mail: relume@relumedumara.com.br

*Revisão*  
Argemiro de Figueiredo

*Editoração*  
Dilmo Milheiros

*Capa*  
Simone Villas-Boas

*Apoio*



CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

E73 Espaços e tempos da política / Carla Costa Teixeira, Christine de Alencar Chaves (organizadoras). – Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004  
. – (Coleção Antropologia da política ; 26)

ISBN 85-7316-361-5

1. Antropologia política. 2. Ciência política. 3. Cultura e política. I. Teixeira, Carla Costa. II. Chaves, Christine de Alencar. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política. IV. Série.

04-2095 CDD 306.2  
CDU 316.74:32

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . . . . .	7
<i>Carla Costa Teixeira e Christine de Alencar Chaves</i>	
Parte I – TEMPOS DA POLÍTICA	
CAPÍTULO 1	
A fórmula do tempo: notas etnográficas sobre o “tempo de Brasília” . . . . .	23
<i>Antonádia Monteiro Borges</i>	
CAPÍTULO 2	
De militantes y militancia: el trabajo de dos partidos políticos en las elecciones legislativas de 2001 en Argentina . . . . .	47
<i>Ana Rosato e Julieta Quirós</i>	
CAPÍTULO 3	
A expressão dos sentimentos na política . . . . .	67
<i>Irllys Barreira</i>	
Parte II – ESPAÇOS DA POLÍTICA	
CAPÍTULO 4	
Da <i>paisagem ao foco</i> : a pobreza nos discursos sobre o Brasil . . . . .	91
<i>Marcia Anita Sprandel</i>	
CAPÍTULO 5	
Um tribunal de opinião na guerra de interpretações . . . . .	109
<i>Christine de Alencar Chaves</i>	

CAPÍTULO 6	
Decoro parlamentar: entre agressões morais e indisciplinas estratégicas . . . .	123
<i>Carla Costa Teixeira</i>	
CAPÍTULO 7	
Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo . . . . .	145
<i>Marcos Otávio Bezerra</i>	

## APRESENTAÇÃO

*Carla Costa Teixeira (UnB)*  
*Christine de Alencar Chaves (UFPR)*

Se há algo que distingue o projeto e os diferentes trabalhos da Antropologia da Política, ponto comum de referência, é a âncora etnográfica que lhes serve de baliza. Desde o início, também, pretendeu-se desubstantivar a política, observando e realçando os recortes que a percepção nativa a ela confere, comparando-os com aquilo que é colocado para além de suas fronteiras. Um desses primeiros recortes a serem identificados e reconhecidos, ganhando um estatuto explicativo fundamental, foi a demarcação nativa de um “tempo da política” – significando simultaneamente a ênfase em certo momento específico no fluxo da vida social e uma tentativa de circunscrição ou delimitação da abrangência da política por parte da população. Levando a sério o ponto de vista nativo, Palmeira e Herédia (1995) – e na esteira deles, os antropólogos que se dedicaram à etnografia das eleições – explicitaram de modo exemplar os conteúdos etnográficos desse momento extraordinário e cíclico que são as eleições para aqueles que são convocados a delas participar, e tão somente nelas exercerem o papel de cidadãos ativos, e assim serem reconhecidos como membros integrais da comunidade política.

Levando adiante o empreendimento, Moacir Palmeira (2001) conferiu à categoria nativa um tratamento conceitual que lhe permitiu relativizar e desnaturalizar o senso comum dos cientistas sociais. Se é enquanto eleitora, durante as campanhas eleitorais – período em que a relação política é invertida, com os políticos profissionais ocupando uma posição liminar –, que a população reconhece e demarca com maior ênfase a política, é porque esta se constitui para ela como *atividade*, e não âmbito, esfera ou domínio. Longe de querer dizer que essas noções não têm sentido, tomar a política como atividade significa valorizar o papel ativo que a própria população assume no momento por ela definido como o “tempo da política”, ou às vezes simplesmente “a política”. Desse modo, o “tempo da política” pode ser compreendido, concomitantemente, como uma categoria nativa que recorta e destaca uma temporalidade socialmente significativa e, por isso mesmo, como uma ferramenta analítica que (re)inscreve seu objeto.

Redefinida como atividade, uma das contribuições do tratamento conceitual

conferido por Moacir Palmeira é justamente ressaltar que a política é temporalizável – uma possibilidade lógica que, efetivada pela população, apresenta consequências relevantes para a compreensão do fenômeno. Reconhecer esta qualidade da política implica atentar para os conteúdos multívocos que ela pode assumir para os diferentes atores a partir de sua experiência social, assim como dispor-se a refletir a respeito dos significados e implicações dessa multiplicidade. A título de exemplo: se tratar a política como atividade permite aos eleitores temporalizá-la num período determinado – o que significa, simultaneamente, conferir-lhe destaque e restringir sua influência –, em outros contextos e para outros agentes, como os políticos profissionais, a política como atividade é passível de sujeitar-se a temporalidades outras, com novas delimitações ou ampliações significativas.

Com o “tempo da política” verificamos, portanto, um movimento de construção conceitual solidamente alicerçado em concepções e práticas sociais que, além disso, abre novos campos de investigação etnográfica, no rastreamento de suas manifestações múltiplas e dinâmicas. Um movimento de elaboração conceitual que, partindo das significações e práticas sociais concretas, permitiu ir ao encontro de definições nativas da política, pôs em questão crenças caras aos pesquisadores, reelaborando-as à luz daquelas num plano mais abstrato de compreensão, para depois retornar, sempre, ao plano das ações e negociações sociais. Se os trabalhos produzidos na esteira da formulação pioneira de Palmeira e Herédia permitiram complexificar a compreensão da política enquanto atividade plural exercida segundo demarcação temporal, o mesmo desafio parece impor-se no que tange à formulação e exercício dessa atividade em espaços sociais distintos. Quais são as inflexões da política segundo seus espaços sociais de realização? É pertinente pensar, ou melhor, é relevante considerar a incidência da diferenciação social dos espaços nas atividades políticas – vale dizer, é proveitoso atentar para a *espacialização* política? Dispersos nas etnografias, multiplicam-se exemplos da relevância dos espaços, que implicam inclusive a alteração da própria relação política, diversamente qualificada se ocorre na rua, na ante-sala dos gabinetes ou neles próprios; em plenárias partidárias, audiências públicas ou em assembléias de bairro; nos comícios, nas visitas, no corpo a corpo ou na tela televisiva; nas diferentes repartições públicas e em seus diferenciados ambientes. Por outro lado, não se deve negligenciar o fato de que o próprio exercício político moderno é representado como mediação entre distintos espaços, expressos como diferentes níveis de constituição da autoridade política – municipal, estadual, nacional, internacional. Se não há novidade nesta constatação, ela parece sugerir uma problematização cuja rentabilidade, anunciada pela etnografia dos tempos da política, só a atenção consciente de pesquisa poderá efetivamente mostrar os frutos. É como uma contribuição indicativa dessas possibilidades que a presente coletânea se justifica.

No que concerne à exploração das possibilidades abertas pela *temporalização*

da política, a primeira parte da coletânea apresenta três trabalhos que perscrutam diferentes contextos e situações etnográficas. Tais etnografias permitem depreender que o “tempo da política” possui demarcações e intensidades sociais diferenciadas e nos convidam a refletir sobre as condições políticas que geram essas diferenças – o que em verdade reforça a idéia de temporalidade, mas a qualifica. Uma manifestação das expansões da política no cotidiano e outro exemplo de sua inscrição temporal é a noção “tempo de Brasília”, trabalhada no texto de Antonádia Monteiro Borges. Ele mostra como fórmulas governamentais aparentemente anódinas inscrevem-se no cotidiano dos habitantes da periferia do Distrito Federal. Aqui, mais uma vez, expressa-se na prática social as negociações que os diversos atores encetam na definição da política.

Desenvolvido a partir de pesquisa na cidade-satélite de Recanto das Emas, no Distrito Federal, o trabalho de Antonádia Borges elucida esse processo através da análise de sucessivas fórmulas governamentais que hierarquizam carências para promover uma diferenciação no acesso da população – em especial a de baixa renda – aos recursos estatais. Entre as condições para o acesso a esses recursos, em especial a “doação” de lotes de moradia, destaca-se o “tempo de Brasília”, comprovado por certidões oficiais de diverso teor. Traduzidos em fórmulas com pretensão objetivante, tais documentos não apenas “medem” a socialização, como regulam e atualizam compromissos políticos – um dos documentos requeridos é a transferência do título de eleitor. Aparentemente neutras, as fórmulas governamentais do Distrito Federal conformam hábitos na população voltados para as exigências do governo, na medida em que são efetivamente reguladoras de direitos. Sob tais fórmulas e a diversidade mutável de critérios nelas estabelecidos pelos diferentes governos, sucedem-se modos de classificação aos quais a população tenta permanentemente se adequar e, nesse movimento, atualizam-se e renovam-se relações personalizadas entre população e agentes governamentais. Portanto, sob uma aparência abstrata, as fórmulas do “tempo de Brasília” modelam essas relações, embora pareçam servir a uma padronização historicamente associada à constituição da identidade cidadã. Não é de pouca importância o fato de que as fórmulas estatais definem hierarquias e reproduzem assimetrias de diversas ordens, assim como vinculam de modo inextricável processos legais e extraleais no tocante ao acesso à terra – assentamentos, loteamentos e invasões.

Sem forçar a delicada trama da narrativa de Antonádia Borges, assentada na experiência dos moradores do Recanto das Emas e de seu aprendizado cotidiano do melhor modo de lidar com os mutáveis instrumentos de governo, pode-se dizer que o “tempo de Brasília” sugere uma nova apropriação estatal de noções fundadoras da sociabilidade. É de considerar-se que a pertença define-se por diferentes modos: pela “naturalidade” a um lugar, pelo vínculo de “sangue” e, também, pelo tempo de convivência em uma dada comunidade moral. A referência do tempo à

noção de pertença, portanto, não é estranha ao mundo social e remete-se ao campo comum de experiências compartilhadas. Reporta-se a diferentes processos de inserção nas redes sociais locais (Chaves 2003; Comerford 1999; Marques 2002). Mas a história política moderna mostrou a transformação da pertença em elemento capital no reconhecimento pleno dos sujeitos políticos, sendo usualmente referida à territorialidade, lugar físico-moral central no mundo político moderno. O texto de Antonádia Borges, no entanto, mostra como a dimensão da pertença relativa à temporalidade torna-se objeto de elaboração burocrática, mecanismo de gerência estatal e política. Revela, além disso, como fórmulas governamentais não apenas transformam, como criam noções de pertença através da atuação direta das agências estatais – uma atualização da “cidadania regulada” descrita por Santos (1979).

Antonádia Borges mostra também os recursos utilizados pela população no esforço de constituir seu próprio mundo de relações – de parentesco, amizade e conhecimento – e, por outro lado, como a política nele penetra. Assim, o “tempo de Brasília” dá nome e sentido ao processo social necessário para alcançar a pertença social, mas o extrapola, assumindo um papel regulador de direitos. Como a autora destaca, a magia da fórmula comporta a legitimação da assimetria, revelando um potencial despolidizador, que é, no entanto, essencialmente político em sua concepção, assim como capaz de orientar práticas sociais e políticas. A perene obrigação de buscar e apresentar documentos como registro passível de hierarquização de múltiplas manifestações de carências e merecimentos reconfigura a dependência e constitui a relação de autoridade nos termos do atendimento dadivoso das necessidades. De todo modo, ressalta-se neste exemplo etnográfico a conjunção singular de uma temporalidade que é índice de pertença – ou de comunhão com uma linguagem política local – e meio de constituição de um saber que vincula pessoas políticas diversas – ainda que sob forma assimétrica – a um território simultaneamente físico, social, político e moral.

A incidência da temporalidade cíclica das eleições sobre a estrutura de dois partidos argentinos é o objeto do trabalho de Ana Rosato e Julieta Quirós. O interesse das autoras é a investigação das concepções e práticas militantes do Partido Justicialista e do Partido Obrero, e em particular a relação dirigentes-militantes. A escolha estratégica das reuniões de fiscais dos dois partidos permitiu às autoras observar os comportamentos e práticas dos militantes em um mesmo evento, tornando possível reconhecer as peculiaridades de cada partido com respeito à condução e às atividades de campanha e, portanto, problematizar a relação de cada um com a instância eleitoral, facilitando, outrossim, a desnaturalização de um processo central em nossas sociedades. Se o trabalho de Antonádia Borges mostra os diversos modos de ação atualizados pela população na relação cotidiana com agentes estatais, particularmente as peregrinações pelas diferentes repartições públicas e as diversas modalidades de interação social acionadas – dentro e fora

delas –, necessárias à consecução de seus objetivos, o de Ana Rosato e Julieta Quirós explicita estratégias correspondentes de interação por parte dos militantes de partidos políticos no período extracotidiano das eleições. Se tomarmos novamente como chave analítica as atividades desempenhadas pelos sujeitos políticos, observa-se que num caso, o do Partido Justicialista, a principal tarefa de campanha desenvolvida pelos militantes é a visita às casas, o “caminar”, numa renovação de vínculos pessoais preexistentes; enquanto no outro, o do Partido Obrero, se há um “caminar”, um percurso a realizar, ele é feito em coletivo, nas ruas, numa interpelação anônima de possíveis eleitores. Aparentemente insignificantes, essas diferenças expressam modos diversos de concepção da relação e do sentido da ação política, bem como do significado da própria instância eleitoral como momento privilegiado de atualização dessas relações pela ação militante.

Como as autoras ressaltam, no Partido Justicialista o trabalho político no momento das eleições é compreendido como mobilização das pessoas, sendo o “caminar” uma reatualização de vínculos de compromissos preexistentes e uma tentativa de reconversão da relação interpessoal em voto. Já no Partido Obrero, a campanha visa a persuadir o eleitor desconhecido e se possível transformá-lo em “contato”, levando-o a reuniões de modo a incluí-lo no mundo partidário. Em um caso, busca-se na campanha a reconversão de vínculos cotidianos em compromissos eleitorais, mantendo intactas as fronteiras partidárias; noutro, pretende-se ampliar tais fronteiras, trazendo novos membros para o cotidiano das atividades do partido, sendo as eleições um momento oportuno de fazer “contatos” e não exatamente de conquistar votos. A análise comparativa mostra como, a despeito de cumprirem um mesmo “mandato sistêmico” de competição interpartidária e apesar de o período eleitoral ser vivido de maneira similar por seus militantes, as práticas, os sentidos das ações e os objetivos visados pelos dois partidos diferem substantivamente – o que provavelmente incide sobre os resultados eleitorais. Mostra, outrossim, que a efetivação do modelo da democracia representativa assenta-se em diferentes modalidades de relação estabelecidas pelos distintos sujeitos políticos no mundo das interações sociais cotidianas.

Focalizando uma das instâncias fundamentais da organização política moderna, os partidos políticos, em um momento igualmente central, as eleições, o trabalho etnográfico de Rosato e Quirós traz resultados surpreendentes com respeito à dinâmica de funcionamento da democracia representativa e aos supostos que a alicerçam.<sup>1</sup> No tocante às concepções presentes nos partidos políticos a respeito das eleições, fica clara a existência de distintas teorias do comportamento político dos eleitores, e mais: há objetivos políticos diferentes em questão, e surpreendentemente eles não se resumem à vitória eleitoral. Embora as autoras detenham-se na análise da relação entre militantes e lideranças no interior dos partidos, verificando os mecanismos internos de construção da autoridade a partir da constituição de uma hierarquia

fundada no aporte diferenciado do tipo estratégico de conhecimento valorizado em cada partido, não parece fora de propósito estender as suas observações para o campo extrapartidário. É digno de nota, por exemplo, o sucesso eleitoral do Partido Justicialista,<sup>2</sup> que parece estear-se justamente na manutenção da externalidade do eleitor quanto às instâncias partidárias, sendo a campanha uma reafirmação de vínculos políticos que se assentam, porém, em relações que são originalmente multívocas. Assim, o voto aparece como uma reconversão política, operada no momento da campanha eleitoral, de nexos que são tidos no cotidiano como de outra natureza.<sup>3</sup> A temporalidade política constituiria, portanto, uma modalidade específica de troca no fluxo das relações sociais e, como tal, capaz de criar sujeitos políticos em posições diversas.

O processo de formação de sujeitos políticos inclui o trabalho de construção de perfis de candidatos durante as campanhas eleitorais. Se os mecanismos de identificação e de simpatia já foram referidos em outras pesquisas antropológicas sobre as eleições, o trabalho de Irllys Alencar Firmo Barreira traz para a análise a incorporação de emoções e sentimentos, usualmente vistos como próprios da vida cotidiana privada, nas campanhas eleitorais. Irllys Barreira mostra como expectativas construídas a respeito do perfil de um candidato passam pela expressão de “sinais emocionais ‘certos’, no ‘lugar e momento certos’”. A construção de uma biografia que incorpore a expressão de emoções e sentimentos ganha especial relevo no espaço criado pelas campanhas eleitorais na televisão. Talvez mais que em outros espaços, emoções e sentimentos ritualizados aí se articulam – e ganham amplificação – não só com a construção de atributos psicológicos que compõem o perfil dos representantes políticos mas também com valores morais associados à própria atividade política. Por si mesma significativa, essa conjugação de sentimentos, valores e imagem ganha ênfase na televisão tendo em vista seu atributo de criar eventos dotados de simultaneidade, atingindo ao mesmo tempo largos espaços sociais. Nestes termos, as emoções expressas e provocadas criam, também, “espaços coletivos imaginados”, através da unidade e comunhão de sentimentos experimentados simultaneamente.

Ao analisar a campanha eleitoral para presidente da República em 2002, Irllys Barreira explicita a importância de sentimentos assumidos, evocados, atribuídos e provocados, os quais formam um circuito de valoração cuja análise permite identificar “mapas cognitivos” onde classificações de atributos psicológicos e valores morais intercambiam-se. Compondo a retórica e a performance de candidatos, emoções e sentimentos expressos e acionados nas campanhas eleitorais permitem não apenas observar dinâmicas de enfrentamento entre valores sociais mas também, em certo sentido, modos de instituição da ordem coletiva. Assim, embora o sentido de autenticidade esteja sempre em questão e seja objeto permanente de disputa, emoções e sentimentos assumem um aspecto eminentemente simbólico. Desta

perspectiva, a questão que se coloca é: como emoções e sentimentos, tomados como fatos sociais, operam na política? Como a autora mostra, na campanha de 2002, as lágrimas do candidato Lula cumpriram diferentes papéis relacionados significativamente ao tempo e ao espaço. Compondo a construção de uma biografia de luta, serviram tanto a processos de identificação – aproximando candidato e população – através da experiência partilhada da pobreza – quanto à metaforização da distância – entre o passado e o presente do candidato, expressão de sucesso e vitória sobre a pobreza, numa sinalização do distanciamento igualmente necessário à posição de autoridade pretendida. Vemos, portanto, a temporalização e a espacialização operando como marcadores multívocos, aqui referidos a significações simbólicas que concernem às posições estruturais dos sujeitos políticos.

Tempo e espaço como expressão de relações de proximidade e distância são também o objeto do trabalho de Márcia Anita Sprandel. “Da *paisagem ao foco*: a pobreza nos discursos sobre o Brasil”, que abre a segunda parte da coletânea, pretende elucidar as formas de fala através das quais a “pobreza” foi construída como um problema nacional e, simultaneamente, constituiu um certo sentimento de brasilidade e de nação singular. Sua investigação etnográfica se articula a partir do diálogo entre, por um lado, proposições intelectuais e, por outro, retóricas políticas. Em uma narrativa que costura sucessivos momentos históricos, a autora culmina com a constatação da existência de um processo de naturalização da pobreza e, conseqüentemente, de despolarização desta realidade, tomando como referência a análise do trabalho da Comissão Mista de Combate à Pobreza, instalada no Congresso Nacional entre agosto e dezembro de 1999.

Num aparente paradoxo, o leitor se depara com a interpretação de que o Poder Legislativo, instituição-chave das teorias políticas modernas, pode ser um “lugar da não-política”. Por tal procedimento, Márcia Sprandel fez mais do que desvendar a construção social da realidade classificada sob a denominação de pobreza, ela nos convida a refletir sobre os limites do que o senso comum (leigo e informado) convencionou denominar de política, suas fronteiras e sua pretensa substanciação. Ao propor, inspirada em Mary Poovey, o rompimento da conexão entre descrição e interpretação como indicador de esvaziamento político da realidade, a autora revela o discurso técnico quantitativo, com seus cálculos, linhas e indicadores de pobreza, como um poderoso operador de desumanização das relações sociais. As relações históricas e as particularidades culturais são desconsideradas em categorias desencarnadas, tais como, “pobreza”, “desenvolvimento” e “humanidade”. Ao mesmo tempo, os segmentos sociais classificados, a partir de fórmulas matemáticas, como pobres são transformados em fatos ou dimensões do mundo a serem modificados, destituídos de quaisquer atributos próprios ao poder de agência.

O que acontece quando tal despolarização dá-se num espaço socialmente considerado como político? O que se verifica quando o discurso tecnicista é proferido

em e apropriado por uma instituição constitucionalmente definida como parte dos três Poderes da República? Verifica-se a negação da qualidade política das relações sociais em foco, que passam a ser abordadas enquanto uma realidade exterior a ser mensurada, visitada e saneada por políticas governamentais pautadas, por sua vez, em indicadores quantitativos. Assim, parcelas significativas da coletividade são expropriadas de sua condição de pertença e de sujeitos histórica e socialmente instituídos, sendo transformadas em um problema a ser resolvido (a pobreza). Desta forma, são desconsideradas nas redefinições do consenso prático-moral que constitui as formações sociais concretas. O que parecia ser um mecanismo de a-politização pode ser reinterpretado, a partir de sua apropriação pelos políticos profissionais, em um espaço político institucional, como um processo de construção essencialmente política de quem pode ser considerado, ou não, como agente das decisões e deliberações centrais à vida coletiva.

A busca da objetividade, característica de determinadas atividades científicas, adquire novo significado quando transformada em mediadora das relações entre as pessoas morais que são os representantes parlamentares. A “força dos números” transforma-se em arma numa disputa não apenas por definições verdadeiras da realidade (o que também se verifica nos debates científicos), mas, principalmente, pelo controle da distribuição de recursos materiais e de legitimidade político-social. A importância dos espaços sociais em tal transformação se desdobra aqui além do local estrito senso em que o debate se verifica, a Comissão Mista do Congresso Nacional, mostrando-se também constitutiva da dinâmica de proximidade e distância que tem se verificado tão presente em outras etnografias da política (Bezerra 1999; Kushinir 2000; Chaves 2003 etc). Em nome de um projeto erradicador da pobreza, o que Márcia Sprandel apresenta é uma espécie de contrabando perverso de conceitos e indicadores, do debate técnico científico para a luta política, pelo qual se oculta simultaneamente a complexidade da experiência concreta e a reificação da exclusão daqueles que, justamente, este chamado resgate político-social focalizaria: os pobres.

Em “Um tribunal de opinião na guerra de interpretações”, Christine de Alencar Chaves etnografa um evento crítico ocorrido em maio de 2001 na cidade de Curitiba: o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná. Um evento que, sob o olhar da etnógrafa, revela-se, em sua constelação singular, constitutivo da palavra e, assim, da própria condição de sujeito daqueles que freqüentemente são reduzidos a objetos da ação de outrem. Seu caráter extraordinário e de deslocamento espaço-temporal possibilitou múltiplas inversões do rito jurídico no qual se referenciou, resultando, como a autora destaca, num poderoso arranjo inusitado de uma forma consagrada. Neste, organizações da sociedade civil julgaram um governo legalmente constituído, sob os olhares de observadores nacionais e internacionais. Tal alocação de sujeitos

em posições que processualmente não lhe caberiam, sustentado pela denúncia e exposição da disjunção entre fatos e valores no exercício do “Estado de Direito”, conseguiu pôr em questão o próprio fundamento legal da autoridade governamental e, conseqüentemente, sua legitimidade.

Na seqüência do julgamento, que seguiu as regras vigentes nos processos penais, a autora nos relata que os testemunhos constituíram o ápice da solidariedade moral que ali se fabricava. Num movimento inverso ao que lemos no texto de Márcia Sprandel, o Tribunal restituiu a palavra às “vítimas” e, por tal procedimento, conectou os atos até então isolados dos agentes do Estado em uma política de governo deliberada. A eficácia política que se pode apreender na tessitura desses nexos antes esgarçados tem em seu cerne a afirmação do valor da pessoa ou, melhor, da pessoa como valor. Alinhando referentes poderosos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e encíclicas papais, aos relatos face a face dos que foram sujeitados às violações, o ritual recolocou-os na condição de sujeitos social e historicamente enraizados e, ao mesmo tempo, inseriu-os no horizonte dos valores universais. Tal conexão entre condição social particular e pertença à totalidade transcendente que a categoria humanidade contém ganhou visibilidade e concretude excepcional nesse Tribunal, cujo potencial de dramatização de tensões e assimetrias sociopolíticas iluminou a natureza ficcional da dicotomia entre o universal e o particular na qual as teorias modernas se debatem. Afinal, foi somente por meio da afirmação de seu lugar de fala específico – enquanto sujeitos históricos portadores de sentimentos, histórias de vida e projetos específicos – que os trabalhadores rurais, por um lado, lograram impor-se em sua humanidade plena na recusa da violência do Estado; e, por outro, conseguiram evidenciar o vínculo do pretenso “Estado de Direito” com interesses de grupos determinados. Ainda, ao mesmo tempo em que articulou redes e instituições internacionais, o Tribunal voltou-se para o julgamento de crimes de uma política de governo restrita no espaço e no tempo: a política do governo Jaime Lerner no Estado do Paraná entre 1994 e 2000. Nisso talvez tenha residido sua maior força: a sustentação da necessária vinculação entre o foco e a transcendência, as experiências individuais e o homem total do qual nos falava Mauss (1974).

Desprovido de poder legal-burocrático, o Tribunal evidenciou o caráter expressivo e a dimensão moral dos processos jurídicos de resolução de conflitos, cuja eficácia se apresenta *como se* pautada nos preceitos e procedimentos normativos que visam ao estabelecimento da verdade e a definição da sentença. Mas, principalmente, Christine Chaves conclui, reafirmou a “prerrogativa moral última da sociedade como condição do Direito”. A permeabilidade entre os níveis de atividades que a modernidade separou em domínios e esferas se apresenta em toda a sua pungência nesta etnografia. Contudo, é preciso destacar a centralidade do marcador temporal que, na delimitação de eventos e rituais, se articula de forma crítica e condensada



com o marcador espacial, atualizando, assim, estes dois elementos sempre presentes na conformação dos sentidos e das práticas políticas.

A captura de um rito (seja um tribunal ou um discurso técnico-científico) e sua atualização momentânea fora de seu devido local de realização (instituições jurídica ou científica) provoca por si um efeito, na medida em que ao afirmar, por transgressão, o lugar da tradição permite vislumbrar o caráter histórico, convencional e não irredutível de sua autoridade. Desta perspectiva, a própria política pode ser pensada como constituída em grande parte por *atos de deslocamento* na luta por novas ordenações e compromissos, redefinidos na manipulação criativa e inescotável das junções e disjunções de categorias, posições, interações e ritos em configurações espaço-temporais insuspeitas.

Ao enfocar usos invulgares do dispositivo do decoro parlamentar, o trabalho de Carla Costa Teixeira permite à autora explorar exatamente as possibilidades e efeitos desses deslocamentos no âmbito do próprio exercício do mandato parlamentar. Após ter estudado diferentes casos de cassação de mandato por meio do dispositivo do decoro no contexto do Congresso Nacional brasileiro (1998), Carla Teixeira analisa agora condutas indecorosas toleradas e até apoiadas pelos parlamentares. Esse dispositivo regimental revela-se particularmente rico em termos analíticos por se constituir no marco regulatório da conduta parlamentar: estudar as condições em que ele é ou não acionado, assim como os argumentos de acusação e defesa que são ou não eficazes, torna possível delinear uma gama multifacetada de sentidos da política, acionados pelos seus principais agentes na democracia representativa.

Ao se debruçar sobre os contextos, seqüências de ação e justificativas acionadas nas condutas indecorosas toleradas e mesmo apoiadas pelos congressistas, o texto de Carla Teixeira revela – num âmbito em que as dissensões e os conflitos são extremamente regulados e codificados e em que a dinâmica das relações entre minoria e maioria parece estabelecida – o exercício da habilidade no uso discursivo das regras, implicando conseqüências substantivas nas condições institucionais das trocas políticas. Se as agressões fisicomorais entre parlamentares denotam a ambivalência entre a ordem moral assente e o comportamento regimental estabelecido, expondo o reconhecimento tácito dos limites da palavra quando o conflito político é convertido em conflito moral, a indisciplina coletiva, estrategicamente concertada, demonstra o uso eficaz da palavra, na capacidade de explorar a abertura inerente a toda interação social, mesmo a mais codificada. A análise de Carla Teixeira demonstra que o sucesso na atuação parlamentar das minorias mediante o recurso a expedientes de indisciplina coletiva consiste na habilidade em manipular e quebrar regras, às vezes com o uso da violência, mantendo a representação de obediência a regras maiores. Patenteia a capacidade de redefinir os termos da disputa, mediante a conjunção de expedientes retóricos e performáticos. Fatos etnográficos aparentemente tão díspares – como a atuação de parlamentares no

espaço institucional por excelência de definição das regras e de ativistas civis na instauração extra-institucional de um tribunal popular – apresentam, assim, similaridades inusitadas. Mais uma vez, verifica-se o alargamento das possibilidades de ação política nas fimbrias do domínio das regras e do instituído e a abertura proporcionada justamente pela subversão dos seus limites. Uma vez mais, a violência se apresenta como marco perene da ação política, valendo-se os sujeitos políticos de mecanismos discursivos vários destinados a atribuí-la ao oponente.

O trabalho de Marcos Otávio Bezerra aborda uma experiência distinta dos dramas sociais e dos eventos rituais, a “gestão participativa” que se desenvolve no cotidiano das interações políticas: a elaboração e a execução de políticas públicas. Tomando a implementação da participação popular na gestão pública em duas regiões do município de Niterói (RJ), Bezerra reinscreve essas experiências nas configurações de poder nas quais se desenvolvem. Afastando-se do debate normativo que aborda a participação da população na administração pública em termos de adequação de modelos, o autor busca compreender o modo como os “canais de participação popular” competem e se articulam com os meios tradicionais de acesso ao Poder Executivo. Ao contrário do vazio sociológico em que muitas vezes a discussão sobre a chamada reforma do Estado se insere, ao olhar etnográfico ela apresenta-se tensionada em disputas locais pelo monopólio da representação política, disputas entre associações de moradores, vereadores e secretários regionais, como é o caso da implementação do “orçamento participativo”.

A noção de “participação” revela-se central e desdobra-se no desempenho de uma função simultaneamente semântica e política, compondo um novo léxico no qual expressa e constitui um feixe de interações e instituições que parecem transitar *entre* a democracia direta e a representação política, a cidadania e a solidariedade, a lógica dos direitos e a dos favores, as novas delegações de autoridade e as tradicionais práticas de mediação política. Esta sua condição intersticial por excelência parece articular diferentes práticas, valores e dimensões, sendo mapeada etnograficamente pelo autor e não simplesmente postulada. A investigação cuidadosa da “multiplicação dos canais de participação” empreendida revela, por um lado, um acúmulo de representatividade, na qual as mesmas pessoas ocupam várias posições de representação; e, por outro, a replicação das mesmas reivindicações apresentadas em diferentes instâncias. A busca de ampliação da participação da população na gestão administrativa parece atingir seu limite na própria especialização da atividade política, ou seja, na existência de políticos profissionais e políticos ocasionais. A noção de participação sugere a superação desta divisão ou, ao menos, a ampliação daqueles que atuam permanentemente na política. O que Bezerra nos apresenta em seu trabalho é a força desta especialização que consegue se atualizar e englobar as práticas e instituições que justamente pretendiam contê-la. A disputa pelo controle dos espaços públicos (instâncias, canais, locais, instituições etc.) surge

como constitutiva da política como atividade permanente. Uma vez que a política com suas divisões e conflitos não é contida em uma temporalidade específica, ela reaparece espacialmente delimitada e circunscrita a domínios institucionais específicos, mesmo quando o “motivo a fim de” que engendrou a prática política tenha sido tornar mais porosas estas fronteiras – como no caso do “orçamento participativo”. Em uma relação de complementaridade, demarcadores temporal e espacial parecem operar na limitação das relações políticas *como se* expressando a pluralidade da vida social em formas e elementos que àquelas não se reduzem (seja qual for o seu conteúdo).

Retomando a herança de Mauss e Durkheim, que primeiro mostraram as qualidades essencialmente sociais de espaço e tempo, nos propusemos construir um percurso ou movimento da etnografia ao conceito, e vice-versa, rastreando nos trabalhos reunidos nesta coletânea o jogo de ocultamento e revelação do potencial das dimensões de espaço e tempo na constituição da polissemia da experiência política. A partir mesmo da âncora etnográfica que inspira todo o projeto de uma Antropologia da Política, e em certo sentido sendo fiel ao *insight* nativo que reorienta a pesquisa para a política como atividade, os cientistas sociais aqui reunidos, entre os diversos pesquisadores do NuAP, têm se dedicado ao estudo de acontecimentos, eventos, processos socialmente recortados que tenham uma significação tida como política.

Um dos aspectos que ressaltam desses estudos é que se eles temporalizam atividades, o fazem também as inserindo em contextos socioespaciais, numa relação que após sua leitura transversal, sugerimos ser proporcionalmente inversa: quanto maior a contenção da ação política em um período de tempo determinado, menos rígida sua delimitação em espaços sociais específicos. Assim, no “tempo da política” observamos as atividades políticas invadirem legitimamente quase todo o tecido social, enquanto na “política cotidiana” sua abrangência parece tender a refluir às instituições consagradas ao exercício profissional da política, em especial, às diversas instâncias do e às relações com o aparato do Estado. De outra forma, o deslocamento, por inversão ou apropriação inusitada, de arranjos socialmente definidos e restritos a tempos e domínios que lhes são considerados consagrados parece ter a propriedade de induzir à renovação de práticas, significados e eficácia políticos. As passagens e mediações entre âmbitos e intensidades de atividade política precisam ser, simultaneamente, levantadas nas conjunções de fatos e valores e nas configurações de interação entre sujeitos (indivíduos e coletividades) socialmente enraizados e comprometidos, numa recusa tácita da reificação da realidade e da naturalização de pertencas. Os processos de restrição e expansão, de deslocamento e realocação, de proximidade e distância e de disseminação e especialização da experiência política, engendrados pelas inflexões que cada relação espaço-tempo aqui considerada revelou-se capaz de criar, são possibilidades num repertório a ser

sempre questionado, verificado e ampliado, pois seu valor é meramente heurístico, não tendo estas reflexões qualquer pretensão outra que não seja inspirar novas construções conceituais etnograficamente localizadas que as venham superar.

## Notas

<sup>1</sup> Embora não seja este o objetivo do texto, o delineamento das diferenças de concepções e práticas políticas do Partido Justicialista e do Partido Obrero por Ana Rosato e Julieta Quirós parece sugerir os limites e possibilidades da democracia representativa em sua existência concreta, eventualmente reconhecidos e expressos eleitoralmente no expressivo contingente do “voto bronca” – votos em brancos e/ou nulos – nas eleições em tela. Terceira força eleitoral, com 21% dos votos, o “voto bronca”, de incômodo significado foi, no entanto, elidido pelos partidos e pela maioria dos agentes políticos. De certo modo, ele parece anunciar um dos limites que o próprio pensamento acadêmico se auto-impõe. Goldman (2000) também aponta para esse limite.

<sup>2</sup> Evidentemente não pretendemos esgotar as razões do sucesso eleitoral do Partido Justicialista. Apenas desejamos ressaltar o contraste, mostrado pela análise comparativa, entre a estratégia deste partido e a do Partido Obrero que, ao perseguir objetivos políticos diversos, busca antes a incorporação do eleitor ao mundo intrapartidário.

<sup>3</sup> Cumpre assinalar a correspondência dessa forma de condução da campanha com a percepção da externalidade da política por parte da população.

## Referências bibliográficas

- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das “bases”. Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- CHAVES, Christine de Alencar. 2003. *Festas da política. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritit/MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- COMERFORD, John. 1999. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- GOLDMAN, Márcio. 2000. “Uma Teoria Etnográfica da Democracia: A política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil”. *Etnográfica*, vol. IV (2).
- KUSCHNIR, Karina. 2000. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MARQUES, Ana Cláudia. 2002. *Intrigas e questões: Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- MAUSS, Marcel. 1974. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp.
- PALMEIRA, Moacir & HERÉDIA, Beatriz. 1995. “Os Comícios e a Política de Facções”. *Anuário Antropológico*, 94: pp. 31-94.
- PALMEIRA, Moacir. 2001. “Política e tempo: nota explanatória”. In Peirano, M. (org.). *O*

*dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1979. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus.

TEIXEIRA, Carla Costa. 1998. *A honra na política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.

## Parte I

### TEMPOS DA POLÍTICA

## A fórmula do tempo: notas etnográficas sobre o “tempo de Brasília”

*Antonádia Monteiro Borges\**

Uma questão que assalta o pesquisador que conduz suas investigações no Distrito Federal brasileiro diz respeito à recente história deste lugar e a seu rápido e intenso crescimento populacional. Em torno destas peculiaridades emergem indagações a respeito de como as pessoas que vivem em Brasília definem seu modo de pertencer a esta cidade ou estado (que não é propriamente nem uma cidade nem um estado convencionais).

Desde os anos 1950, dos diversos procedimentos levados a cabo tanto pela população, quanto pelos sucessivos governos locais, para conformar essa sociedade, destaco neste artigo aqueles relacionados ao trabalho de definição do *pertencimento a Brasília*.

Dos mais de dois milhões de pessoas que vivem no Distrito Federal atualmente, ínfima é a parcela dos naturais de Brasília, isto é, que são filhos de Brasília. Na definição dos pertencimentos individuais e, conseqüentemente, na demarcação dos contornos da sociedade no Distrito Federal – ou seja, daqueles que *são* e daqueles que *não são* de Brasília – tem sido fundamental o controle e a conformação estatal. O poder em questão refere-se sobretudo à classificação da população entre mais e menos apta a se tornar beneficiária do Estado.

Como localmente não fazem propriamente sentido nem o princípio do solo,<sup>1</sup> nem o princípio do sangue para indicar o enraizamento das pessoas ao lugar, é importante atentar para a categoria nativa “tempo de Brasília” como um possível índice da forma como quem vive no Distrito Federal concebe essa experiência de viver ou de ser de Brasília.<sup>2</sup>

---

\* Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Núcleo de Antropologia da Política. Professora e pesquisadora PRODOC no PPGAS do Museu Nacional – UFRJ.

A percepção do quão fundamental é essa categoria para o processo de enraizamento social que tem lugar no Distrito Federal configurou-se a partir do trabalho etnográfico levado a cabo no Recanto das Emas (DF), entre 2000 e 2002 (Borges 2003). Esta “cidade” do Distrito Federal foi “criada pela Lei nº 510, de 28 de julho de 1993, para atender ao programa de assentamento do governo do Distrito Federal, que *visava retirar as favelas que se formavam nas áreas urbanas*”.<sup>3</sup> Os moradores locais, em sua grande maioria, quando proprietários dos lotes e barracos onde vivem atualmente, receberam seu local de moradia do governo como uma “doação”.

Este “presente” do governo à população local é bastante característico do tipo de ação urbanizadora que conformou a extensão e os contornos da sociedade local desde 1960, quando a nova capital foi inaugurada. Os moradores do Recanto das Emas que ganharam seus lotes do governo tiveram todos, sem exceção, que demonstrar seu “tempo de Brasília” a fim de alcançar tal benefício. O recebimento do lote dependia e depende – ao menos em tese – da colocação obtida por quem pleiteia esse presente do governo numa espécie de lista dos merecedores. Essa classificação por sua vez é estabelecida através da soma dos pontos alcançados por cada indivíduo e essa pontuação calculada através de uma equação. De todos os componentes dessa fórmula, ao tempo de residência no Distrito Federal é dado um grande destaque e valor, como se a vida na capital ungissem as pessoas com uma qualidade especial, expressa através de uma categoria precisa, muito empregada localmente – o “tempo de Brasília”.

Oficialmente, o “tempo de Brasília” refere-se portanto a cinco anos de residência, comprovados através de documentos, no Distrito Federal. Cinco anos perpassados geralmente por uma série de agruras necessárias à conformação sobretudo da própria confiança na espera que se empreende. Definido formalmente como cinco anos de residência ininterrupta no Distrito Federal, o “tempo de Brasília”, como veremos no entanto, diz respeito bem mais do que a um mero intervalo cronológico. O “tempo de Brasília” é um entre uma série de procedimentos instituídos pelo Estado, através dos atos de consecutivos governos distritais, para demarcar a ancestralidade da população local e estabelecer a partir disso uma hierarquia entre o conjunto de pessoas a que o Estado deve atender – tendo em vista sobretudo o fato de que o Estado não atenderá de forma equânime e universal todos aqueles que vivem sob seu auspício.

### Acerca de pertencimentos e merecimentos

O pertencimento é comumente definido pela sedimentação lenta de um hábito, vivido de uma geração a outra, entre um grupo de pessoas que assim se diferencia dos recém-chegados, dos sem raiz (Elias & Scotson 2000). No caso do Distrito Federal, o trabalho etnográfico que realizei no Recanto das Emas a partir de 2000

aponta sobretudo para a preocupação com um lugar para morar, especialmente com a posse de um lote, como uma forma de manifestação coletiva daqueles que pretendem se estabelecer localmente (Borges 2003). O investimento coletivo nessa matéria exige dos indivíduos um conjunto de manifestações que podemos classificar como de ordem semelhante àquelas que Mauss define como *expressão obrigatória de sentimentos* (Mauss 1979:153).

No caso da conformação do “tempo de Brasília”, necessário a quem pretende tornar-se apto a receber benefícios diversos do governo (entre os quais, um lote semi-urbanizado destaca-se como dádiva suprema), todos os procedimentos exigidos implicam um envolvimento dos indivíduos com outros mais, ou seja, exigem uma socialização. A carteira de vacinação ou o histórico escolar – documentos oficialmente aceitos como comprobatórios do “tempo de Brasília” – revelam sobremaneira essa necessária socialização que se exige daquele que pretenda fixar-se no Distrito Federal. Esse envolvimento com a vida local torna-se mais manifesto ainda quando atentamos para exigências veladas, pouco legais, feitas a quem pretende receber benefícios do governo local, como a transferência de seu título de eleitor da sua “cidade de origem” para Brasília.<sup>4</sup>

A categoria “tempo de Brasília” acaba orientando, a um só tempo, tanto o governo na concessão de benefícios aos moradores do Distrito Federal, como a própria população que assim se conforma para se fixar em Brasília. Determinante na concessão de lotes – um dos bens mais desejados pela grande maioria das pessoas –, o “tempo de Brasília” encontra-se presente, definindo o dia-a-dia de uma infinidade de indivíduos. Com essa presença no cotidiano de quem vive no Distrito Federal tal categoria acaba fazendo as vezes de uma espécie de marca de origem historicamente inexistente, sustentada sobretudo pela necessidade lógica e social desse mecanismo para a classificação dos mais ou menos merecedores de um *lugar para morar* no Distrito Federal.

Para receber esses diversos benefícios ofertados pelo governo local (desde enxovais para bebês distribuídos pela primeira-dama através de um programa chamado “meu filho, minha vida”, passando pelas cestas básicas, pelo pão e leite diários, pelo material e uniforme escolares recebidos do programa “sucesso no aprender” até o bem supremo que é o “lote semi-urbanizado” ou o “lote com uma casinha”), a população é hierarquizada num *ranking* de merecimento.

Para proceder tal ordenação existem fórmulas construídas pelos engenheiros sociais locais que executam o cálculo que permite essa classificação decrescente dos mais aptos aos menos aptos a serem beneficiados. Essas fórmulas ou equações são compostas por algumas variáveis das quais se destaca o “tempo de Brasília”.

## A magia da fórmula

Em relação a essas equações é interessante notar a via de mão dupla que marca suas constituições: se, por um lado essas variáveis (tempo de residência, condições socioeconômicas da família etc.) refletem o modo de vida local, por outro, o próprio cálculo acaba por conformar um hábito singular, ou seja, uma vida voltada em grande medida para as exigências do governo.

Uma série de outros elementos compõe a fórmula matemática através da qual calcula-se o *quantum* de merecimento dos inscritos nos diversos programas assistenciais do governo. Esse *quantum* é traduzido em termos nativos através da expressão “tempo de Brasília”. Resumindo, o “tempo de Brasília” embora seja somente uma das variáveis que compõem a equação que fornecerá o número de pontos de cada indivíduo inscrito para o recebimento de benefícios estatais, acaba dando nome e sentido a todo o processo social em que é necessário envolver-se para alcançar esse pertencimento local.

Ao recuperar algumas das equações já criadas pelo governo, pretendo compreender a que se refere cada parte dessas sentenças (ou seja, cada variável) e porque as mesmas foram destacadas do repertório classificatório nativo para figurar numa fórmula mágica estatal, tornando-se, logo em seguida, categorias de referência para a população. A formulação de equações que classificam a quem o governo venderá ou doará suas terras permite, ao que parece, que o poder do mesmo seja exercido de forma assimétrica no Distrito Federal, sem que isso seja percebido como ilegítimo – efeito este revelador da verdadeira magia dessas fórmulas que em movimento espiralado conduz o poder estatal ao encontro do cotidiano da população e vice-versa.

## O sentido das fórmulas e dos critérios

Sob diferentes pontos de vista, muito já foi escrito sobre este vultoso empreendimento do Estado brasileiro que foi a projeção e execução do Plano Piloto e das cidades-satélites que antecederam a transferência da capital para o centro do país.<sup>5</sup> No entanto, em função do objeto aqui discutido pretendo retomar um aspecto periférico desse envolvimento do Estado com a “questão da habitação” em Brasília. Volto minha atenção para um verdadeiro “sistema de valores” (Bertone 1987:55) que se refere a diversos *modelos de pontuação* construídos para classificar as pessoas que vivem no Distrito Federal, tendo em vista, especialmente, a distribuição (seja venda ou concessão) das terras públicas da União para uso privado.

Para tal, promoverei um análise de documentos que recuperam a criação, a expansão e a modificação gradual dessas equações destinadas ao cálculo do “tempo de Brasília” daqueles a serem atendidos pelo governo distrital. Em seguida,

apresentarei o percurso vivido por cada morador do Recanto das Emas. Com esta história em particular, pretendo encerrar a demonstração desta relação que une de modo vivo o Estado à sociedade em que atua.

\*

As terras do Distrito Federal foram incorporadas ao patrimônio da União para depois, com as primeiras movimentações para a construção de Brasília, passarem a ser vendidas ou doadas.<sup>6</sup> Em 1956, ou seja, antes de inaugurada a futura capital federal, a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) já se dedicava à “venda de lotes” no Planalto Central e à “locação de moradias (...) no Plano Piloto”. Mesmo antes de ser inaugurada a nova capital federal, em 1958 foi criada a primeira cidade-satélite. O serviço social da Novacap determinava se os trabalhadores desejosos de adquirir um lote em Taguatinga “estavam habilitados” (Oliveira 1987:133) a pagar as prestações de um lote. Os critérios estabelecidos pela Novacap, ancorados sobretudo na definição do “genuíno” trabalhador candango (Ribeiro 1980), baniam de antemão do espectro de prováveis beneficiários dessas primeiras vendas de lote milhares de pessoas que passaram a viver no limbo das invasões. Loteamentos, assentamentos e invasões tratam-se, portanto, desde sua gênese no Distrito Federal, de duas faces da mesma moeda.

Constituíram-se assim as fórmulas como um mecanismo “preciso” para hierarquizar o conjunto da população desejosa de se fixar em Brasília. Esse procedimento, é importante notar, não se destinava apenas àqueles migrantes de poucos recursos financeiros que pretendiam “ganhar” um lote do governo.<sup>7</sup> Essas fórmulas e critérios que serviram para separar o joio do trigo, ou seja, os compradores de lote dos invasores, também tinham paralelos na concessão de benefícios imobiliários do governo para funcionários públicos que desejassem viver em Brasília. Em 1961, a Novacap calculava, por exemplo, o quanto algum funcionário merecia tornar-se inquilino de um imóvel do governo no Plano Piloto a partir do tempo dedicado à sua função, do salário que recebia, do número de dependentes a ele ligados e do cargo que exercia:

cada período de 4 meses de exercício efetivo – 1 ponto ... salário até Cr\$15.000 – 1 ponto; de Cr\$15.000 a Cr\$25.000 – 2 pontos; acima de Cr\$25.000 – 3 pontos ... cada dependente – 1/5 ponto ... chefe de departamento e chefe de gabinete – 3 pontos; chefe de divisão e de gabinete de diretor – 2 pontos; chefe de serviços e de seção – 1 ponto (Bertone 1987:55).

Uma legislação emblemática, dedicada à sistematização desses critérios capazes de tornar passíveis de cálculo a ancestralidade e a legitimidade de alguém

como merecedor de um lote doado pelo governo, remonta aos idos da década de 80. No governo de José Aparecido de Oliveira foi decretado no dia 5 de janeiro de 1986 (decreto nº 10.056) o cadastro geral de pretendentes à moradia no Distrito Federal, que tomava o lugar do “antigo Sistema de Inscrições”. Nessa ocasião, o órgão responsável por essa matéria era a SHIS (Secretaria de Habitação e Interesse Social).<sup>8</sup> Para entrar no páreo para o recebimento de um lote, qualquer indivíduo deveria preencher certos “requisitos básicos”: não ser ou ter sido proprietário de imóvel no Distrito Federal, ser maior de 21 anos, ter todos os seus documentos, preencher os cadastros necessários, cumprir os prazos estabelecidos e, condição *sine qua non*, “ser residente e domiciliado no Distrito Federal, comprovadamente, há mais de cinco anos”.

Esses cinco anos passaram a ser referidos, nos próprios documentos oficiais, como “tempo de Brasília”. Já, quando conclamado, o indivíduo deveria “comprovar renda familiar mínima compatível com o encargo mensal”.

Nesse mesmo decreto é exposta a fórmula de classificação então adotada:

$$P = (a + 2b + c)d + 4e + 8f$$

$P$  seria o total de pontos obtidos pelo candidato.  $a$  refere-se à faixa etária do candidato cujo valor era estipulado por uma tabela anexa.  $b$  (multiplicado por dois) refere-se ao número de dependentes do candidato.  $c$  é também um valor apresentado em uma tabela anexa, relativo à deficiência física do candidato.  $d$ , fator que multiplica o somatório das primeiras variáveis, refere-se à idade média da família.  $e$  seria o tempo de inscrição do candidato, multiplicado por quatro. Já  $f$  refere-se ao número de dependentes inválidos do inscrito.

Essa equação deixa evidente o peso do *tempo* na obtenção de maior pontuação: tanto a idade do candidato, quanto a idade média de sua família, quanto os anos que esteve cadastrado, são variáveis que quanto maiores mais proporcionam pontos a quem pleiteia um lote. Esses *tempos* (idade, período de inscrição) só podiam ser comprovados através de certidões oficiais, assim como a eventual deficiência física de um familiar deveria ser provada com atestado médico oficial. Destaca-se daí o importante peso da socialização no Distrito Federal, do “tempo de Brasília” não apenas vivido mas também comprovado, documentado através de papéis (Peirano 1986 e 2001).

Outro ponto importante a ser destacado é que a partir desse decreto a contemplação passou a ser comunicada ao candidato inscrito através de edital público. Esta prática, atualmente alastrada, pode ser percebida sempre que vemos os olhos da população do Recanto das Emas fixos nos diários oficiais e nos jornais locais para saber “com quantos pontos” e “em que lugar da lista” se está.<sup>9</sup>

Passada mais de uma década dessa sistematização de cálculo, em 6 de março de 1998, durante o governo de Cristovam Buarque, um outro decreto (nº 19.074),

institui o “Programa Morar Legal – Lista Limpa”.<sup>10</sup> Esta gestão de Cristovam Buarque foi marcada por uma alteração no órgão empenhado nestas questões habitacionais desde 1962. A SHIS deixou de existir e o órgão responsável pelo novo programa passou a ser o recém-criado IDHAB – que ficou sendo chamado pelos antigos moradores do Distrito Federal como “antiga XIS”.

Nesse governo que se estendeu de 1995 a 1998 foi criado o IDHAB e instituída uma nova fórmula de cálculo para classificar quem ansiava por um lote ou por uma casa “ofertada” pelo governo. Esses novos símbolos que se destinavam a hierarquizar os inscritos numa “lista limpa” aludiam diretamente a possíveis “sujeiras” que marcariam os sistemas anteriores de cálculo instituídos nos governos prévios.

Na nova equação apresentada temos:

$$P = 5000.IT + 3000.IR + 1500.IM + 500.IE$$

$IT$  referia-se ao índice de tempo de residência no Distrito Federal do inscrito.  $IR$  ao índice de renda *per capita* do inscrito.  $IM$  índice de número de membros da família.  $IE$ , índice de condição especial do inscrito (ou seja, se este tivesse mais de 60 anos ou fosse portador de deficiência).

Esta fórmula que surge 12 anos depois da anterior sinaliza algumas mudanças no padrão de classificação do governo. Sem questionar a classificação em si, ou seja, a possibilidade de se ordenar a população ansiosa por um benefício, essa nova fórmula concede um peso ainda maior ao *tempo* do candidato em Brasília. O “tempo de residência no Distrito Federal” é alçado a fator determinante na corrida pelo benefício (.5000). Essa nova fórmula revela ainda uma inflexão em busca dos *pontos individuais*, ou seja, de variáveis que dissessem respeito ao inscrito e não à sua família – como a “renda”, por exemplo, que sequer figurava na fórmula anterior.

Já no governo seguinte, de Joaquim Roriz (1999-2002), que derrotou o governador do Partido dos Trabalhadores, o IDHAB foi também extinto e substituído pela SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação). Sob a batuta de um novo governo e de um novo secretariado não foi somente o órgão voltado para a habitação que mudou de nome e de sigla, mais uma fórmula foi criada:

$$P = Cnf + Ndf + Tdf + Ces + Min$$

Em que  $Cnf$  refere-se ao número de componentes do *núcleo familiar* (numa tabela progressiva ficamos informados de que uma família com um membro recebe 100 pontos e uma com sete pessoas 3.000 pontos, por exemplo).  $Ndf$  diz respeito aos componentes do *núcleo familiar* nascidos no Distrito Federal (consultando outra tabela sabemos que uma família com sete membros recebe 2.400 pontos, por exemplo).  $Tdf$  emblema o tempo de moradia no Distrito Federal; calculado de forma ainda mais complexa, através da multiplicação do número de dias por um fator disponibilizado também numa outra tabela progressiva.  $Ces$  refere-se aos

portadores de condições especiais, sendo que cada membro da família considerado desta forma acrescenta 10 pontos a mais no cálculo geral. Por fim, *Min* seria a média aritmética da idade dos componentes do núcleo familiar considerado.

O governo atual define como “clientela” de sua “política habitacional”:

- os inscritos no CIDHAB (cadastro do IDHAB, hoje chamado de cadastro oficial da SEDUH),
- os servidores civis e militares;
- os pioneiros ou filhos de Brasília;
- os moradores de habitações subnormais e, por fim,
- as associações solidárias.

Podemos perceber nessa classificação uma referência tácita ao “Tempo de Brasília” como princípio organizador da relação de equilíbrio entre o lote e a política no Distrito Federal. Num extremo oposto temos aqueles que não precisam comprovar seu “tempo de Brasília” justamente porque estão em Brasília desde sua gênese, isto é, os *pioneiros*<sup>11</sup> que “nasceram” com a cidade ao mesmo passo que a viram “nascer” e os *filhos de Brasília*, ou seja, aquelas pessoas que nasceram na capital federal.<sup>12</sup>

Quanto à nova fórmula, vemos que esta recorre a fatores e a progressões oferecidas por tabelas anexas, de complicado uso para boa parte dos moradores do Recanto das Emas que conheci interessados em calcular seu “tempo de Brasília” – neste caso, sua pontuação e conseqüente classificação na “lista”. Essa ampliação e desdobramento aparentemente mecânico da equação indica uma significativa mudança na forma de compor a legitimidade ou o grau de merecimento a ser imputado a um futuro beneficiário do governo. A mera existência de um índice geral e de tabelas anexas que oferecem fatores de cálculo que homogeneizam as experiências de vida singulares que cada um possa ter tido no Distrito Federal denuncia o alastramento de uma concepção segundo a qual todos podem ser calculados a partir de um parâmetro comum.

Chama atenção nesta última fórmula, ainda, a distinção que se faz entre aquelas pessoas nascidas no Distrito Federal e aquelas que apenas viveram em Brasília. Tanto para uma modalidade de “tempo de Brasília”, quanto para outra, vemos o “núcleo familiar” como fornecedor das bases para o cálculo. Se, por um lado, o conjunto dos membros de uma família, com seu “tempo de Brasília” e suas agruras coletivas somadas, podem alçar o candidato a um lote, por exemplo, a uma posição mais avançada na lista de quem aguarda ser contemplado; por outro, para fornecer todas as provas comprobatórias das evidências a serem calculadas, exige-se também um envolvimento coletivo da família ou do “núcleo familiar” na obtenção do benefício, isto é, na busca por documentos comprobatórios autênticos. E, além disso, um contato contumaz com os sujeitos especializados nesse complexo cálculo,

com os agentes do governo que, trabalhando nos órgãos públicos (SHIS, IDHAB, SEDUH) ligados à “questão da habitação”, corporificam o próprio governo e sua atribuição local de “doar lotes”. Dessa forma justifica-se o sem-número de vezes que os moradores do Recanto das Emas devem se dirigir aos órgãos do governo envolvidos com a distribuição de lotes até serem contemplados com o seu.

A partir dessas alterações classificatórias promovidas pelo próprio governo, percebemos o efeito que essa legislação tem sobre a realidade local. Por um lado, tais mudanças são implementadas tendo como esteio alterações nos “padrões” de migração, moradia e natalidade que se detectam através de pesquisas realizadas pelo próprio governo, dos diversos cadastros preenchidos pela população e também pelos dados censitários. Por outro, a própria população tem suas crenças e condutas (ou seja, seu hábito) fortemente orientadas pela legislação e políticas públicas locais.

Portanto, menos que tomar as fórmulas e os conceitos governamentais de maneira referencial, o que julgo revelador é o sentido do processo histórico ao qual essas mudanças aludem, ou seja, a alterações nos padrões de conduta – tanto do governo, quanto da população – que sustentam este hábito classificatório.

### Passos vivos da engenharia social

Esse sentido faz-se notar sobremaneira nas experiências concretas como são vividas essas equações, isto é, nas direções caminhadas por quem se ocupou de reunir indícios de seu “tempo de Brasília” a fim de alcançar um lote. A análise de documentos apresentada até aqui só faz sentido se pensada como o outro lado de uma moeda única que é a vida dos moradores de cidades como o Recanto das Emas em todo o Distrito Federal. Friso ainda que foi a partir da proeminência do material etnográfico, da forma como a categoria “tempo de Brasília” emergiu nas inúmeras conversas que mantive com essas pessoas, que se fez reveladora essa análise das equações em si – reveladora de algo que não são as meras equações, reveladora exatamente na medida em que ilumina a prática dos que lançam mão do “tempo de Brasília” em seu dia-a-dia.

Recuperando então, na ordem inversa do que foi a construção etnográfica de conhecimento sobre os meios de vida no Recanto das Emas e o sentido da categoria “tempo de Brasília”, trago à tona agora a conversa exemplar que tive com um casal de moradores dessa cidade acerca da longa caminhada até o lote onde hoje vivem.

Antonádia: E como é que vocês conseguiram esse lote aqui?

Seu Vitério: Ela [a esposa] fez a inscrição em Brazlândia.

Antonádia: Como é que foi a inscrição, dona Maria?

Dona Maria: A inscrição foi assim: eu sempre ia a Brazlândia porque nós tínhamos boteco. Aí eu sempre tinha que ir na Brazlândia pra comprar pinga



... sempre ia buscar alguma coisa pra suprir a vendinha.

Aí, tinha o guarda, nem lembro o nome do guarda, o guarda do CDS [Centro de Desenvolvimento Social]. Sempre nós íamos no ônibus juntos ... Eu saía da minha casa e tinha de andar 40 minutos de terra na estrada pra pegar o ônibus pra conseguir chegar na Brazlândia ... coincidia de eu ir com ele ... lá ia eu passando na rua e ele ficou *Ó dona Maria, ô dona Maria!* ... Fui lá ver o que esse homem quer. Cheguei: *Que que foi seu Zé?* Ele falou assim: *Olha, amanhã vai começar a inscrição de lote, vem aqui pra senhora pegar a senha e pode vir bem cedo porque vai amontoar de gente.* Cheguei em casa falei pra ele [para o marido]. E ele: *Você vai? Eu tenho a minha inscrição, mas nunca saiu nada mesmo.*

Aí eu levantei, fui no primeiro ônibus que tinha, cinco horas da manhã. Fui a primeira. Cheguei lá, fiz a inscrição. Depois, passou uns tempos: *tem que renovar a inscrição.* Aí fui. Conversei com a mulher [do CDS]. Ela falou assim: *Se eu fosse você, eu tirava o seu cônjuge. Você tira o cônjuge e deixa só as crianças, porque aí fica mais fácil pra você ganhar.* Eu fui e eliminei ele. Tirei ele fora ... quer dizer, eu fiquei sendo mãe solteira e sem marido. ... Sempre que era pra renovar eu corria atrás e renovava. Aí um dia vim dar uma passeada aqui na Samambaia, que tem uma irmã dele [do marido]. Ela [a irmã de seu Vitório] falou assim *Maria da Glória do céu, eles tão transferindo lote, fazendo transferência de inscrição ou pra Santa Maria, ou pra Samambaia ou pro Recanto das Emas, que eu nem sei onde é.* Eu falei assim: *o quê?* Eu nem fiquei direito na casa dela. No outro dia cedo eu me mandei pra casa, falei pra ele [para o marido] e ele: *Você vai de novo?* No outro dia de manhã, cinco horas da manhã, corri lá na, na antiga SHIS, que agora é IDHAB. Cheguei lá. Aí quando cheguei lá, que oito horas abriu a porta, o guarda perguntou: *O que que a senhora deseja?* Eu falei: *vim pra fazer transferência de inscrição.* Aí ele: *só duas horas da tarde.* Aí eu: *o quê?* Eu com as minúsculas moedinhas na mão. Porque o dinheiro pra pagar a passagem era de vale, vale-transporte. Eu acho que eu não tinha 20 centavos na mão. Eu disse: *agora lascou, vou morrer de fome.* Aí rodei lá na W3 sul [avenida do plano piloto onde fica a secretaria de habitação], consegui arrumar uma padaria lá, achei uma padaria e comprei um pão lá e fiquei lá, de castigo, até as duas horas. Aí foi amontoando gente, foi amontoando gente, aí quando chegou a minha vez eu falei pra moça. Ela foi e transferiu ... Eu falei assim: *Tem pra Samambaia?* Intentando que eu vou ficar perto da minha cunhada. *Samambaia não tem mais não. Mas tem Recanto das Emas e Santa Maria.* Eu ficava cismada com Santa Maria. *Santa Maria não quero não.*

Antonádia: Por quê?

Dona Maria: Num sei, eu não queria Santa Maria.

Seu Vitório: E ela não sabia do Recanto das Emas.

...

Dona Maria: Eu nem conhecia o Recanto, menina.

Seu Vitório: Ela chegou lá, eu falei assim: *Olha, você faz essa transferência pra Santa Maria, que seja pra onde for, mas faz a transferência. Se você chegar aqui sem essa transferência, nós vamos brigar.* E ela: *Eu, pra Santa Maria, eu não quero ...*

Antonádia: O senhor queria pra Santa Maria?

Seu Vitório: Eu, uai, eu queria que fosse pra qualquer lugar.

Dona Maria: Ah, você pensou que eu não ia querer?!

Seu Vitório: Você já imaginou se ela não fizesse, se fosse pra Santa Maria e ela não fizesse? Aí quando ela chega lá, ela assim: *eu consegui fazer pro Recanto das Emas, não sei onde.* Eu falei: *Graças a Deus.*

Dona Maria: E você sabia onde era?

Seu Vitório: Não...

...

Dona Maria: Aí toda vez que o Roriz falava assim: *Roriz vai entregar lote no Recanto.* Eu deslocava de lá ... de pra lá de Brazlândia e vinha. Tirava a xerox da inscrição, entregava, dava um jeitinho, punha na mão da secretária. Acho que eles enjoaram de tanto eu ir na SHIS e correr atrás deles. Acho que eles enjoaram: *Não, dá logo a essa mulher, pra ficar livre dela logo.*

Antonádia: Aí um dia saiu o seu nome ...

Dona Maria: Aí vai que não saiu o nome no jornal? Mais ou menos eu já sabia lá, de dica, sabe? A vizinha lá falou assim: *Como é que cê chama?* Olha: *Eu chamo Maria da Glória Alves do Nascimento.* Ela falou assim. Não, Maria da Glória Alves, eu não era casada. Aí ela pegou e falou assim: *Meu pai falou que saiu a inscrição de lote, tem tanta Maria da Glória.* Eu fiquei assim: *Tenho fé em Deus que um é meu.* Fiquei torcendo sem saber. Olha que eu já me arrepio de nervoso [mostra o braço arrepiado]. *Meu Jesus vai abençoar que o meu lote tá lá.* E nisso que tem um, que até é compadre da gente, tão assim desinteressado que eu fiz um tudo pra ele fazer a inscrição e ele não quis, que diz que lote saía só pra rico. Eu falei: *Eu tenho fé em Deus, eu não sou rico, mas vou conseguir esse lote.* ... Eu fui naquela expectativa: *Eu não sei não, mas eu acho que o meu nome tá nesse jornal.*

Seu Vitório: Eu comprei o jornal.

...

Dona Maria: Aí quando ele chegou lá em casa, eu fui abrir a porta e lembrei: *Meu Deus.* Ele falou assim: *É danada.* Eu falei: *O que que foi? O lote saiu!* Aí, eu chorei. Chorei de alegria: *Não acredito.* E peguei esse homem e saí nas carreiras, no escuro, saí atropelando os paus lá, corri lá nesse compadre meu e falei assim: *Compadre, eu não te falei? que o lote não sai só pra rico? Eu sou pobre e ganhei, graças a Deus.* E voltei correndo. No outro dia já vim, não, no outro dia não. Eles marcaram assim uma semana depois pra vim ver, sabe? Receber a inscrição, receber o papel, a documentação, pra ter posse. Seu Vitório: No dia 14 de abril, no dia 21 nós viemos aqui pra ver o lote. Antonádia: Em que dia vocês se mudaram pro lote?

Dona Maria: No dia 21 a gente já veio de mudança. Pagamos, fizemos um frete duma Brasília.

Antonádia: Dia 21. Vocês ficaram aí, construíram...

Seu Vitório: Dia 21 nós deixamos lá e eu vim pra cá. Capinando e morando por aqui, mas a minha mudança mesmo só depois.

Dona Maria: E o medo? De alguém vir e entrar no lote? Porque tava uma invasão desgraçada.

Essa entrevista que fiz em 2001, durante o período em que morei no Recanto das Emas, se deu na própria casa de seu Vitório e dona Maria. Em nossa conversa, seu Vitório lembrou ainda que nos primeiros meses em que esteve acampado no seu lote, capinou e fez fossa para os vizinhos. Com o tempo essa atividade se esgotou e com os “500 cruzeiros” que conseguiu ganhar comprou “pinga, uns doces e seis copos”. Onde nada havia, com a ocupação dos lotes, começaram a aparecer os primeiros fregueses para a sua nova “vendinha”.<sup>13</sup> A pinga ia acabando e ele “corria pra comprar mais”. Aos poucos começou a cortar cabelo, “embaixo de qualquer sombra aí, eu cortava cabelo”. Os filhos e dona Maria, ele os visitava em “pra lá de Brazlândia”, no fim de semana, “de pés”.

A história desse casal e de seu lote, assim como as de vários outros moradores do Recanto das Emas que conheci durante o trabalho de campo nesta cidade, demonstra como suas vidas estão eivadas de índices que nos remetem às práticas governamentais nomeadas oficialmente como “política habitacional”.

Quando perguntadas sobre o lote, pessoas como dona Maria e seu Vitório nos respondem com uma verdadeira carta de navegação social. Crônicas como a desse casal servem para revelar não apenas a quem pergunta, mas também a quem responde, o itinerário que se percorreu até chegar ao seu “tempo de Brasília”, ao seu lote. Por isso, nesse aspecto, o itinerário conscientemente recuperado no momento da entrevista (somadas às inúmeras entrevistas concedidas à burocracia oficial) acaba sendo também um “itinerário epistemológico” (Sayad 1995:15), onde “o informante produz o próprio modelo do mecanismo segundo o qual se reproduz” (Sayad 1996:44).

A compreensão desse mecanismo por parte dos moradores do Recanto das Emas, como dona Maria e seu Vitório, não é de uma falácia *post hoc*.<sup>14</sup> Ao recuperar os passos de sua peregrinação em busca do lote, dona Maria sublinha categorias e procedimentos que estão espalhados não apenas *entre* os moradores do Recanto das Emas, mas do Estado ou dos agentes do governo *em direção* às pessoas comuns, isto é, horizontalmente e verticalmente (se nos é permitida essa analogia tridimensional do espaço social). Ou seja, os eventos rememorados com ênfase não estão concatenados daquela maneira por acaso. A forma com que dona Maria dispõe os fatos passados obedece a um conjunto de pressupostos próprios

da linguagem política local, conhecida por todos – até mesmo por aqueles que se recusam a trilhar esse caminho (como seu “compadre desinteressado”).

As madrugadas nas filas, o cadastramento, a atualização periódica do cadastro, o conhecimento gradual das variáveis que “pesam” na fórmula que calcula a pontuação do candidato, a adequação entre os dados de que se dispõe e aqueles que devem ser apresentados ao governo, a procura de documentos que registrem a veracidade do que é declarado, a angustiante espera pela contemplação, intercalada por frustradas espiadelas no *Diário Oficial* e nos jornais, e, enfim, o nome na lista – a emoção inenarrável dessa experiência, a ocupação do lote, a construção de um barraco e, mais uma vez, a espera pela escritura.

Seu Vitório e dona Maria moravam em “pra lá de Brazlândia”, numa região de chácaras. Nesse local, além de “tomar de conta” do sítio de um conhecido, eles mantinham uma “vendinha”. Dona Maria e seu Vitório moravam numa situação distinta daquelas que vimos até agora. Eles não estavam numa invasão, não pagavam aluguel e também não viviam com parentes (situações de moradia muito comuns no Recanto das Emas), mas como agregados rurais na região do “entorno”, ou seja, em lugares que ficam no Estado de Goiás, mas que fazem limite com o Distrito Federal. De sua antiga casa, dona Maria “tinha de andar 40 minutos de terra na estrada pra pegar o ônibus pra conseguir chegar na Brazlândia” (cidade do Distrito Federal). No entanto, mesmo afastado do Distrito Federal, numa situação de moradia distinta, esse casal que vivia há muitas décadas em Brasília (ela vinda de Minas Gerais e ele de Goiás), não perdeu o contato com “terceiros”<sup>15</sup> (o guarda do CDS, a cunhada que mora em Samambaia) que permitissem um convívio estreito com o governo e suas políticas habitacionais.

Vimos na narração de dona Maria e seu Vitório que literalmente muito chão foi percorrido para que esse casal esteja hoje morando no Recanto das Emas. Entre 1988 e 1994, quando Dona Maria e seu marido receberam seu lote no Recanto das Emas, houve a “distribuição de lotes semi-urbanizados”<sup>16</sup> em diversas outras cidades criadas no âmbito do “Programa de Assentamento de Populações de Baixa Renda”, implantado pelo Governo do Distrito Federal. Como “o Recanto das Emas foi criado em 27 de julho de 1993 pela Lei nº 510/93 e pelo Decreto nº 15.046/93”<sup>17</sup>, os primeiros moradores da cidade haviam sido cadastrados pela SHIS e os que chegaram nos anos seguintes já tinham passado a se relacionar com o IDHAB (caso de dona Maria).

Seu Vitório se inscreveu para ganhar um lote antes mesmo de dona Maria, “mas”, para ele, “nunca saiu nada”. Mesmo sem predileção por lugar, muito provavelmente seu Vitório jamais tivesse conseguido um lote. O mesmo critério que fazia seu Vitório despencar na classificação da “antiga SHIS” alçaria dona Maria à condição de beneficiária do governo. Como mulher solteira, mãe de alguns filhos, com todos os seus documentos transferidos para o Distrito Federal e com meios

de comprovar o seu “tempo de Brasília”, dona Maria reunia em si as condições ideais para “merecer” um lote.

Eles poderiam ter demorado muito mais tempo para perceber essa sutileza classificatória do governo se, no mesmo lugarejo onde viviam, não morasse também um guarda que trabalhava no CDS, o qual avisou dona Maria quando iria “começar a inscrição do lote”. O CDS, subordinado à Secretaria da Ação Social (anteriormente de “Serviços Sociais”), era um dos órgãos envolvidos no cadastramento de famílias como a de dona Maria, que *se inscreviam para um lote*. Essa imbricação entre as secretarias de governo “sociais” e as “habitacionais” existe ainda hoje, inscrita que está numa concepção de política pública em que a habitação é tratada como uma “questão social”.<sup>18</sup> No relato de dona Maria, vemos o guarda como um mensageiro, cujo sinal marcou o início de uma real peregrinação dessa senhora em busca do seu lote. Dona Maria comparecia “bem cedo” para “pegar a senha”. Atenta às “dicas” que lhe chegavam através de terceiros, dona Maria não perdeu qualquer oportunidade de reiterar junto ao governo o seu propósito de ganhar um lote: “Sempre que era pra renovar eu corria atrás e renovava”.

Finalmente, certo dia, dona Maria conversou “com a mulher”, ou seja, com uma funcionária do CDS (órgão responsável pelo cadastro das famílias), que lhe sugeriu uma notória forma de aumentar sua pontuação: “Você tira o cônjuge e deixa só as crianças, porque aí fica mais fácil pra você ganhar”. A funcionária do CDS alertava dona Maria para uma das variáveis que compunham a equação de pontuação dos inscritos: “nível salarial, número de dependentes, tempo de residência em Brasília, condição de ocupação da moradia, idade do cadastrado e, por fim, especificidades sociais” (Gonçalves 1998:101). O governo atuava como alguém de carne e osso, como aquela mulher em especial, e não como uma instância abstrata e indiferente às especificidades da vida de dona Maria.

As “especificidades sociais”, se devidamente manejadas, podem acelerar muito o processo de alguém que aguarda ser contemplado com um lote. No Recanto das Emas, em tom de pilhéria, de admiração ou mesmo de revolta, pipocam aqui e ali, nas conversas do dia-a-dia, comentários sobre alguém que conseguiu reunir provas que “felizmente” o ajudaram a ganhar um lote ou, quando a pessoa contemplada não é benquista no círculo de conversas, indaga-se como alguém que “mente” pode ter alcançado tão facilmente um benefício que deveria ser concedido a pessoas verdadeiramente necessitadas. Mesmo que a utilização de subterfúgios vários possa ser considerada legítima no processo de conquista de um lote, certas pessoas podem ser desprezadas por suas “mentiras”, não devido a um repúdio universal pela mentira, mas ao pouco prestígio social de quem recebeu o lote e não soube replicar essa dádiva.

A notícia que dona Maria recebeu de sua cunhada (“eles tão transferindo o lote”) chega aos ouvidos dos moradores do Recanto das Emas de diversas formas.

As mais corriqueiras, no entanto, além do jornal e do rádio (que todas as manhãs ecoa nos lares da cidade anunciando os feitos do governo e as inaugurações e reinaugurações desses mesmos feitos), são os próprios atos de governo. Seja nas solenidades em que se inicia uma obra ou se descerra uma placa, seja em eventos cotidianos (como a fila para a entrega do pão e do leite, a fila no banco para o recebimento de um benefício com cartão magnético ou a fila para uma conversa com o administrador da cidade), informações a esse respeito são transmitidas aos presentes, os quais, por sua vez, encarregam-se de propalar tais notícias pelo Recanto.

É preciso notar que, a cada inflexão nos procedimentos relativos à obtenção de um benefício, faz-se necessário o contato físico entre quem demanda um lote e os agentes do governo. É preciso que ambos se encontrem pessoalmente, cada qual portando os documentos comprobatórios do que declaram. Por isso dona Maria deslocava-se para o Plano Piloto, pois é no Setor Comercial Sul, “lá na W3 sul”, que se localiza o centro das decisões, “a antiga SHIS, que agora é o IDHAB”. Esse último e derradeiro combate de dona Maria ganha, em seu relato, os contornos de um verdadeiro sacrifício, afinal ela chegou a pensar que poderia “morrer de fome” naquela longa manhã de espera, sem ter o que comer, tendo nas mãos apenas algumas “minúsculas moedinhas”.

Devemos perceber ainda, a partir do conjunto de detalhes que nos é fornecido por dona Maria e seu esposo, o intrínseco embaraço a que se submetem os que “enfrentam uma fila pública”, pois esta “além de um mecanismo de controle de fidelidade política, transformou-se, em certos lugares, em uma espécie de divertimento cruel para muitos” (Palmeira 1997:165). Quem entra na fila, de certo modo, aposta (Palmeira 1997:163), enfrentando sobretudo a opinião alheia (Bailey 1969), no caso de dona Maria, sintetizada em seu “compadre desinteressado”. Devemos perceber no entanto que, se quem ganha um lote demonstra que “teve razão” em fazer tal aposta, quem tarda a ser contemplado torna-se objeto de chacota entre “amigos”.

Por isso também, ao descreverem esse árduo dia, dona Maria e seu Vitório debatem sobre a “escolha” da cidade para onde transferiram sua inscrição, sem revelarem no entanto se sua inscrição inicial destinava-os a alguma cidade em especial. A “moça” do IDHAB apresentava-lhes as cidades criadas pelo *programa de assentamento para população de baixa renda*. Dona Maria “cismou” com Santa Maria e transferiu sua inscrição para o Recanto das Emas. No relato desse casal essa decisão toma as feições de uma escolha, uma espécie de idiossincrasia a que se permitiram diante de um contexto pleno de constrangimentos exteriores.

Dona Maria reitera que nos diferentes atos de governo, Joaquim Roriz expressava seu comprometimento pessoal com a distribuição de lotes para a população do Distrito Federal. Atenta às peregrinações do governador, se “deslocava de pra lá de Brazlândia” até a SHIS, “tirava a xerox da inscrição, entregava, dava um jeitinho, punha na mão da secretária”. O procedimento de dona Maria aponta para a eficácia

de todos os papéis que “punha na mão da secretária”, papéis em que constavam o seu nome e o seu número de inscrição, ou seja, a senha que dava acesso ao cadastro do IDHAB, onde estavam todos os dados pessoais do sujeito inscrito para um lote.<sup>19</sup>

Segundo dona Maria, os funcionários do IDHAB “enjoaram” daquela chateação. Lembro que eu não consegui cogitar, nas minhas primeiras idas ao Recanto das Emas, a força daqueles papelinhos. Revelando muito sobre pessoas como dona Maria, o conteúdo desses papéis aludia também aos critérios adotados pelo governo para classificar a população tendo em vista a doação de um bem raro e vital que é o lote. Além do sentido mais referencial de um cadastro, que é agrupar e classificar um conjunto de pessoas, gradualmente percebi que havia no Recanto das Emas outros usos possíveis para esse tipo de registro. Tive contato com essa prática – de andar com um papel nas mãos, como prova de seu “tempo de Brasília” e conseqüentemente de seu direito a um lote – em meus primeiros dias no Recanto das Emas, quando “invasores” removidos reivindicavam seu assentamento, seus lotes que “Roriz prometera”.

Depois disso, já em 2001, observei o procedimento da chefe de gabinete do administrador regional. Ela preenchia uma ficha com os dados de cada pessoa que vinha ao gabinete encaminhar alguma demanda particular. Durante a campanha eleitoral de 2002, acompanhei um cabo eleitoral (Benedito, que era meu principal informante) nas visitas “de porta em porta” que fazia para divulgar as qualidades desse mesmo administrador, daquela vez candidato a deputado distrital. Ao sondar a listagem que Benedito trazia consigo percebi que ali estavam “tabulados” todos os casos cadastrados pela secretária ao longo do período em que o candidato esteve à frente da administração da cidade. Benedito dirigia-se portanto à casa do eleitor (a partir de seu nome e endereço) e lá o “relembra” da dádiva alcançada (um caminhão de terra, uma consulta dentária, uma cesta básica, uma carta de recomendação para um emprego) que o então candidato havia lhe concedido quando administrador.<sup>20</sup>

Sem saber da eficácia exata do papelzinho, além de “correr atrás” dos funcionários do governo, dona Maria permanecia atenta a qualquer “dica” que envolvesse a distribuição de lotes e especialmente às listas de contemplados, veiculadas nos jornais locais. Porém, como é analfabeta, foi através de seu marido que dona Maria soube da boa nova. Quando se recordava daqueles momentos, dona Maria “se arrepiava”, revivendo de certo modo as sensações de então. No relato de dona Maria, parte fundamental da alegria de ter recebido o lote revelou-se na possibilidade de *correr lá no seu compadre desinteressado* e declarar: “Compadre, eu não te falei? Que o lote não sai só pra rico?”. Ter o lote, como vimos, permite o exercício da dádiva. No caso de dona Maria, ter “um lugar para morar que fosse seu” significou a possibilidade inclusive de poder “dar satisfação”, ou seja, além de ter o lote, a partir daquele momento, ela também demonstrava que, ao contrário do que supunha

seu compadre, ela tinha razão.

Depois da publicação de seu nome (“Maria da Glória Alves, eu não era casada”), não tardou para que Dona Maria recebesse “o papel, a documentação, pra ter posse”.<sup>21</sup> Foi no dia 21 de abril que esse casal mineiro tomou posse de seu lote no Recanto das Emas. O automóvel *Brasília* no qual trouxeram sua parca mudança nos alude à própria capital federal, também fundada num 21 de abril longínquo, em 1960. O lote que receberam, numa esquina, contemplou a vontade de ambos: a casa fica numa rua e, dobrando a esquina, entra-se na barbearia de seu Vitório. Como vimos, quando vieram para o Recanto das Emas, qualquer “árvore” fazia às vezes de barbearia para seu Vitório e o barraco onde hoje vive sua filha, nos fundos do lote, abrigava toda a família. Dona Maria deseja agora terminar sua casa: “Deus permita que eu tenha uma casa boa, bonita, com as minhas coisas bem bonitinhas. Porque o meu sonho é ter as coisas bem bonitinhas”.

## Conclusão

No Distrito Federal têm lugar fenômenos sociais que oferecem matéria fecunda para reflexões sociológicas acerca de categorias bastante naturalizadas em análises dadas em outros espaços ou períodos históricos brasileiros.

Criada há pouco mais de 40 anos, Brasília conforma-se peculiarmente do ponto de vista institucional e burocrático. A partir da pesquisa etnográfica levada a cabo no Recanto das Emas (DF) procuro compreender o sentido e as implicações, para os moradores do Distrito Federal, de equações voltadas ao cálculo de seu “tempo de Brasília”.

As equações representam uma espécie de síntese do próprio mito de ocupação e permanência no Distrito Federal e, conseqüentemente, cada variável assemelha-se a uma parte significativa das variações históricas de cada período em que as diferentes fórmulas foram estabelecidas. Cada fórmula dispõe um conjunto de variáveis que se pretendem as mais precisas para calcular o grau de merecimento da população em face dos bens (raros) a ela disponibilizados pelo Estado. A razão de ser dessas fórmulas pode não ter sido abalada ao longo dos anos. Porém, se o conteúdo dessas equações sofreu diversas alterações, isso se deve a mudanças nos juízos acerca do conjunto de méritos considerados os mais reveladores do “tempo de Brasília” da população calculada.

Ao contrário do que poderíamos pensar, o “tempo de Brasília” não se refere apenas aos anos vividos na capital, mas à capacidade de ter suportado, ano após ano, agruras de toda ordem<sup>22</sup> e, mais ainda, à habilidade em comprovar esse tempo de dissabores através de documentos.<sup>23</sup> Quem não nasceu na capital federal, ou seja, quem não é “filho de Brasília” precisa passar necessariamente por cinco anos de provação para tornar-se digno dos diversos benefícios do governo local. Esse

tempo mínimo estabelece uma hierarquia a que praticamente toda a população (à exceção dos “filhos do município”)<sup>24</sup> se submete de igual maneira.

A teoria nativa revela-nos enfim, como observou Palmeira, que embora “tudo seja [é] temporalizável (...) só é temporalizado (isto é, transformado em tempo, como o tempo da política, o tempo das festas etc.) o que é considerado socialmente relevante pela coletividade em determinado momento” (Palmeira 2002:175). Seguindo a sempre conveniente analogia maussiana, a categoria “tempo de Brasília” permite que, no Recanto das Emas, as pessoas mostrem a si próprias, mostrando às outras, especialmente aos agentes do governo, mas também a seus compadres (seja os interessados ou os desinteressados), como vêem a própria sociedade onde vivem. Da mesma forma, o governo, ao alterar constantemente os critérios de avaliação desse “tempo de Brasília”, manifesta a concepção que possui da sociedade governada. As mudanças nos critérios de “cálculo” do “tempo de Brasília” e suas implicações sobre a vida de quem vive no Distrito Federal, ajudam-nos a compreender, através desse conjunto *sui generis* de informações, algumas das principais formas de manifestação das alterações na configuração política local.

### Notas

<sup>1</sup> A despeito do sem-número de categorias êmicas relacionadas a algo que convencionamos chamar de cidadania ou pertencimento nacional, não raro tais concepções são polarizadas de acordo com os princípios jurídicos do *jus sanguinis* e do *jus soli*. As deliberações dos Estados nacionais a esse respeito costumam ser associadas à tradição cultural desses mesmos países: na Alemanha da *Kultur* imperaria o primeiro princípio, enquanto na França da *Civilisation*, o último (Charle 1997). Esse esquema classificatório hegemônico costuma dar conta de situações históricas inspiradas e decorrentes desses modelos em que se entrecem de modo semelhante os fios da nacionalidade, da cidadania, da política, do estado e do direito.

<sup>2</sup> Em Borges (2003) percorro outros domínios etnográficos, aos quais se soma a presente análise, que visam a compreensão do sentido do “tempo de Brasília”.

<sup>3</sup> <http://www.recanto.df.gov.br/Historico.html>; ênfase minha.

<sup>4</sup> Embora ser eleitor da cidade não faça parte dos requisitos legais exigidos pelo governo para a concessão desse tipo de benefício, ou seja, não conste das leis publicadas em textos do *Diário Oficial* (as quais, por sua vez, sustentam-se basicamente sobre a categoria “tempo de Brasília”), essa exigência vem destacada, geralmente escrita a caneta, nos mais variados tipos de documentos que circulam entre aqueles que têm como objetivo receber um lote. Esse tipo de procedimento indica o quanto essa exigência sustenta o processo, tanto ou como aquelas outras condições, impressas. Porém, se escrito a mão e não no conjunto dos textos, esse mesmo critério expressa um certo grau de constrangimento ou de clandestinidade.

<sup>5</sup> Para abordagens sobre esse tema acerca de objetos distintos, ver Aubertin e Peluso (1990), D’Almeida (1980), Epstein (1973), Farret (1983), Gonçalves (1998), Gouvêa (1995), Heuzé (1986), Holston (1993), Joffily (1977), Laraia (1996), Miranda (1985), Nunes (1997), Oliveira (1987), Paviani (1987) (1988) (1991) (1996) e (1999), Ribeiro (1980), Teixeira (2002) e Valladares (1981).

<sup>6</sup> “Desapropriadas as fazendas dentro das fronteiras do Distrito Federal, e passadas as terras para o patrimônio da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), passou o Estado, proprietário fundiário, a loteá-las e vendê-las” (Oliveira 1987:130).

<sup>7</sup> Ainda hoje há paralelos dessa forma de proceder. Quando escrevemos (Dácia Ibiapina e eu) um roteiro de documentário e o submetemos a um edital de financiamento da Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal, percebi que se exigia dos candidatos e das produtoras que pleiteavam os recursos que estivessem fixados há pelo menos dois anos em Brasília.

<sup>8</sup> A SHIS (Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda.) “iniciou suas atividades em 1962 [dois anos após a fundação da capital] sob a Razão Social de Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília Ltda. – SHEB, tendo sua estrutura reformulada pela Lei nº 4545, de 10/10/64”, sendo extinta em dezembro de 1994, quando da criação do IDHAB – Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (conforme <http://www.seduh.df.gov.br/pdst/doc12.htm> – captada em 6 de julho de 2003).

<sup>9</sup> Quem se relaciona com o Estado através dessas modalidades de assistência tem seu nome estampado em listas. Há listas de todo tipo, como, por exemplo, a “lista do pão e leite”, onde estão registrados os nomes das famílias que recebem este benefício (o projeto oficialmente se chama Pró-família). No entanto, de todas, a mais importante, aquela que remete a uma relação de poder mais intensa, é a “lista do lote”. Certa vez, eu estava perambulando pela administração em busca de uma conversa, quando dois senhores (provavelmente com mais de 60 anos) me abordaram. O menos tímido pediu que eu verificasse se seu nome estava na lista pendurada junto à porta principal do prédio da Administração. A lista era uma cópia do *Diário Oficial*. Ele afirmou que não era analfabeto ao justificar seu pedido a mim, dizendo que havia esquecido seus óculos. Percorri a lista. Infelizmente seu nome (o da filha com quem mora, na verdade) não estava ali. O outro senhor pediu em seguida para que eu visse se o seu nome estava na lista. Olhei as colunas de letras miúdas mais uma vez – ESTAVA. A alegria de um contrastava com o desapontamento do outro, mas todos nós ficamos muito felizes – cada um à sua maneira – pela boa-nova.

<sup>10</sup> “O programa ‘Brasília Legal’, ao propor um legalismo exacerbado e reprimir, de forma violenta, os setores populares de ocuparem terras sem uso, acaba por beneficiar a população mais rica que se apropria da terra e garante, por meio da lei e de seus advogados, o lucro fácil, enquanto o trabalhador é removido pela polícia para localidades distantes ou simplesmente fica ao desabrigo” (Gouvêa 1995:269).

<sup>11</sup> Para uma interpretação dos significados dos termos “candango” e “pioneiro”, ver especialmente Laraia (1996).

<sup>12</sup> Para uma discussão da categoria “filho do município” em outros contextos etnográficos, ver Peirano (1986).

<sup>13</sup> Esse seria um exemplo do processo nativo de “acumulação primitiva” possível no Distrito Federal graças à usurpação primeira (de riquezas) levada a cabo pelo Estado.

<sup>14</sup> “The event inaugurates the possibility of a chronicle. And the chronicle, though it may not be history, provides the template upon which the historical (and even a nonnarrative history) could be written” (Daniel 1996:50).

<sup>15</sup> “The conception of a third is that of an object which is so related to two others, that one of these must be related to the other in the same way in which the third is related to that other. Now this coincides with the conception of an interpretant” (Peirce 1992:6 – *On a New List of*

*Categories*, 1867).

<sup>16</sup> Ainda nas palavras de Dona Maria:

O mato, olha o tanto do capim (aponta uns cinqüenta centímetros do chão). A água, você lavava a roupa, você tirava a roupa, a roupa tava pronta pra sair andando, de tanta poeira. Aqui era poeira. Sem água, sem luz e na poeira. O caminhão passava aí no chafariz de água – não sei se você já ouviu falar? – aquele caminhão pipa, deixava a água nos tambores. A gente saía correndo atrás deles pra poder pegar uma água limpa.

<sup>17</sup> <http://www.codeplan.df.gov.br/Publicacoes/RA/RaXV-Recanto%20das%20Emas-Coletanea.htm>

<sup>18</sup> Para uma história local das diversas políticas e órgãos envolvidos com a “questão da habitação” no Distrito Federal, ver especialmente Valladares (1981) e Gonçalves (1998). Destaco dessa última obra a relação que a autora estabelece entre a expansão dos empreendimentos habitacionais do governo (a partir de meados da década de 70) e os financiamentos obtidos via fundos previdenciários, ou seja, como o Estado passou a oferecer moradia ao trabalhador, com fundos advindos do próprio trabalhador.

<sup>19</sup> Em outro contexto, relativo a invasões de terra capitaneadas por camponeses, Hobsbawn retrata a importância de se portar pequenos pedaços de papel indicativos do direito à terra: “To possess papelit is very important for a Latin-American peasant community. Whether real or forged they are cherished, preserved, hidden from possible robbers, because to lose them would in some way affect their rights, though one can hardly say that it would weaken their sense that they exist” (Hobsbawn 1974:125).

<sup>20</sup> Kushnir (1998) realiza uma análise antropológica da carreira política bem-sucedida de um pai e sua filha, ambos eleitos deputados no Rio de Janeiro. O “cadastro” (p. 177) é detidamente analisado por Kushnir, que o aponta como mecanismo central para a reconversão do capital político do pai em favor da formação de uma base eleitoral para a filha que se iniciava na vida política profissional.

<sup>21</sup> “Apesar de não ter sido publicado, no decreto de criação do Programa (de Assentamento de População de Baixa Renda), foi estipulado o prazo de (três) dias para os favelados construírem seus barracos e o de 45 (quarenta e cinco dias) para os inquilinos [caso de dona Maria] ocuparem seus lotes. Decorrido o prazo, desde que justificado, havia uma prorrogação e posteriormente a retomada dos lotes para serem redistribuídos” (Gonçalves 1998:101).

<sup>22</sup> Pude ver no Recanto das Emas um jovem hostilizando seu pai ao relembra-lo de sua chegada à capital: o menino, nascido prematuramente, tinha vindo com sua avó materna para Brasília, a fim de receber os sempre benfazejos cuidados médico-hospitalares da cidade grande. Seu pai, no entanto, tardou ainda alguns anos a migrar para o Distrito Federal, com o resto da família. Esse rapaz orgulhava-se de ter mais “tempo de Brasília” que qualquer outro membro de sua família.

<sup>23</sup> Papéis, num sentido lato, seriam considerados documentos também nesse contexto (Peirano 2001), a ponto de impressos de outras ordens, como notas fiscais, por exemplo, poderem servir como comprovante do tempo de fixação daquela pessoa à capital federal.

<sup>24</sup> A noção de “filho do município” analisada por Peirano (1986) como um índice da hierarquia do merecimento estabelecida em pequenas cidades brasileiras encontra um paralelo nítido nesse caso dos “filhos de Brasília”.

## Referências bibliográficas

- AUBERTIN, C. e PELUZZO, M. L. 1990. “Du symbole au lot semi-urbanisé. Les politiques de l’habitat dans le District Fédéral”. *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 26, n. 4, pp. 731-747.
- BAILEY, F. 1969. *Gifts and Poison: the politics of reputation*. Chicago: Aldine.
- BERTONE, L. F. 1987. “O Estado e a urbanização do Distrito Federal”. In: PAVIANI, A. (org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Edunb/CODEPLAN.
- BORGES, A. M. 2003. “*Tempo de Brasília*”: *etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- CHARLE, C. 1997. “França e Alemanha: duas políticas de nacionalidade”. In: MICELI, S. (org.). *Liber 1*. São Paulo: Edusp.
- D’ALMEIDA, V. 1980. *História de Brasília*. Brasília: Thesaurus.
- DANIEL, E. V. 1996. *Charred Lullabies: chapters in an anthropography of violence*. Princeton: Princeton University Press.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. 2000. *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- EPSTEIN, D. G. 1973. *Brasília plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press.
- FARRET, R. 1983. *Theories of urban form and land use*. Berkeley: IURD/University of California.
- GONÇALVES, M. da C. V. 1998. *Favelas teimosas: lutas por moradia*. Brasília: Thesaurus.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. 1995. *Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume.
- HEUZÉ, C. 1986. “Émergence d’une capitale, Brasília”. *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 22, n. 3-4, pp. 429-442.
- HOBBSBAWN, E. J. 1974. “Peasant Land Occupations”. *Past and Present*, n. 62, pp. 120-152.
- HOLSTON, James. 1993. *Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JOFFILY, G.I. 1977. *Brasília e sua ideologia*. Brasília: Thesaurus.
- KUSCHNIR, K. 1998. *Política e sociabilidade: um estudo de antropologia social*. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. Tese de Doutorado.
- LARAIA, R. de B. 1996. *Candangos e Pioneiros. Série Antropologia 203*. Brasília: UNB.

- MAUSS, M. 1979. “A Expressão obrigatória dos sentimentos”. In: CARDOSO de OLIVEIRA, R. (org.). *MAUSS Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática.
- MIRANDA, A. 1985. *Brasília: capital da utopia (visão e revisão)*. Brasília: Thesaurus.
- NUNES, B. F. (org.). 1997. *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo15.
- OLIVEIRA, M. L. P. 1987. “Contradições e conflitos no espaço”. In: PAVIANI, A. (org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Edunb/CODEPLAN.
- PALMEIRA, M. 1997. “Política Ambígua”. In: BIRMAN, P. et al. (orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- \_\_\_\_\_. 2002. “Política e Tempo: nota exploratória”. In: PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- PAVIANI, A. (org.). 1987. *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Edunb/CODEPLAN.
- \_\_\_\_\_. 1988. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Edunb.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1991. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Edunb.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1996. *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Edunb.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1999. *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Edunb.
- PEIRANO, M. 1986. “Sem lenço, sem documento”. *Sociedade e Estado*. v. 1. n.1. pp. 49-63.
- \_\_\_\_\_. 2001. “This horrible time of papers”: documentos e valores nacionais. Comunicação apresentada no encontro nacional do PRONEX-NuAP. Rio de Janeiro. (mimeo).
- PEIRCE, C. S. 1992. *The essential Peirce Volume 1 (1867-1893)*. Editado por Nathan Houser e Christian Kloesel. Bloomington: Indiana University Press.
- RIBEIRO, G. L. 1980. “A capital da esperança” – *Brasília: um estudo sobre a grande obra da construção civil*. Brasília: DAN, UnB. Dissertação de Mestrado.
- SAYAD, A. 1995. *Un Nanterre algérien, terre de bidonvilles*. Paris: Autrement.
- TEIXEIRA, C. C. 2002. “Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristovam Buarque no Distrito Federal”. In: HEREDIA, B. et al. (orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- VALLADARES, L. 1981. “Relatório Ceilândia”. In: VALLADARES, L. et al. *Experiências Comunitárias em assentamentos de baixa renda*. Rio de Janeiro: BNH/IUPERJ.

De militantes y militancia:  
el trabajo de dos partidos políticos  
en las elecciones legislativas de  
2001 en Argentina

*Ana Rosato\* e Julieta Quirós\*\**

En este artículo nos proponemos exponer los resultados de un análisis comparativo de dos experiencias etnográficas centradas en las prácticas militantes que los integrantes de dos partidos políticos – el Justicialista<sup>1</sup> y el Obrero<sup>2</sup> – desarrollaron en la preparación del acto eleccionario del 14 de octubre de 2001, en el que se renovaban las cámaras legislativas nacionales. Concretamente, comparamos el trabajo político desarrollado por los militantes de ambos partidos y, a partir de allí, recortamos dos ejes que recorremos aquí: primero, las especificidades de la actividad militante en cada partido; segundo, la naturaleza de la relación entre dirigentes y militantes. La comparación nos permitió comprender que la actividad militante opera sobre de una serie de conocimientos, y que la distribución de los mismos articula cierto tipo de vínculos entre las bases y los líderes. A partir de estos ejes, mostramos que, si por un lado las elecciones constituyen una instancia que “igual” a ambos partidos y, desde esta perspectiva, los hace comparables, al mismo tiempo, aquello que cada uno hace y persigue en el momento electoral, da cuenta del significado particular que para ellos tienen las elecciones y la política.

Al igual que otras elecciones legislativas – como las de 1987 y 1997 –, las que nos ocupan fueron presentadas por la prensa como una instancia de evaluación de la gestión del gobierno nacional de turno; se trataba, en este caso, de la presidencia del Dr. De la Rúa, quien, luego de haber derrotado al Partido Justicialista instalado por 10 años consecutivos en el poder, ejercía sus funciones desde el mes de diciembre de 1999. Para octubre de 2001, la Alianza – partido gobernante, conformado, a su vez, por la coalición de dos partidos, la Unión Cívica Radical (UCR) y el Frente del País Solidario (Frepasso) – ya se encontraba prácticamente quebrada: tan sólo

---

\* Profesora Titular Regular Facultad de Ciencias Sociales, Buenos Aires y Profesora Titular Regular Facultad de Trabajo Social, Universidad de Entre Ríos.

\*\* Maestranda Posgraduación de Antropología Social, UFRJ – Museo Nacional y Docente Auxiliar Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.



unos meses atrás, el vicepresidente y parte de los integrantes del gabinete nacional pertenecientes al Frepaso, habían renunciado a sus cargos. En este sentido, las elecciones eran, tanto para el gobierno nacional como para la opinión pública, no sólo un desafío y un termómetro del éxito de la gestión, sino, también, un potencial instrumento desestabilizador que profundizaría un régimen ya debilitado.

A la luz de los resultados, puede decirse que el temor fue fundado: los candidatos a legisladores del oficialismo perdieron frente a los del mayor partido opositor, el Partido Justicialista. No fue esta, sin embargo, la única característica de las elecciones; a ello se agregó un voto novedoso que alcanzó dimensiones extraordinarias: aquel denominado “voto bronca” por los medios de comunicación, es decir, el voto en blanco y/o impugnado<sup>3</sup>. El rechazo y cuestionamiento social hacia “los políticos” y “la política” propios de aquella coyuntura se vieron expresados en un resultado en donde el “voto bronca” llegó a ser la tercer “fuerza” política victoriosa. Este hecho, trascendió el carácter de anécdota para ser considerado como el antecedente más palpable de la caída del gobierno de De la Rúa, consumada dos meses después – diciembre de 2001 –, luego de una serie de manifestaciones populares que, bajo la consigna de *Que se vayan todos*<sup>4</sup>, obligó al presidente y a su gabinete a renunciar a sus funciones.

Si bien el propósito inicial de nuestro trabajo comparativo no fue dar cuenta de la importancia de esta elección para la vida política del país, el hecho de que los dos partidos que nos ocupaban tampoco hayan estado exentos del “castigo” electoral, nos llevó a pensar que el análisis del comportamiento político de los militantes podría aportar a la comprensión de los hechos ocurridos tanto en octubre como en diciembre de 2001. Al momento de las elecciones, cada una de nosotras estaba trabajando<sup>5</sup> sobre uno de los dos partidos políticos; cuando se anunció la fecha para renovar las Cámaras de Diputados y Senadores, pensamos que se abriría una instancia propicia para comparar el accionar de los militantes. Es decir, que mientras que nuestro objetivo originario al comparar fue recurrir a un ejercicio que nos permitiría desnaturalizar nuestras miradas y vislumbrar nuevas dimensiones de extrañeza, el correr de los acontecimientos sumó a ese interés cognoscitivo una relevancia y un interés, de índole más práctico y político, sobre el significado que para los protagonistas tiene el proceso electoral en sí mismo.

### Comparación y descripción ¿Qué comparamos?

Nuestro abordaje comparativo contempló algunos preceptos y advertencias señaladas por F. Barth (2000), quien intenta dar solución a los peligros de la reificación – de los objetos comparados – propios del modelo comparativo clásico. A tal efecto, el autor postula, en primer lugar, que, antes que comparar materiales secundarios o terciarios sobre los objetos recortados, el antropólogo debe aplicar

las operaciones de comparación a los objetos empíricos mismos, durante el trabajo de campo. En segundo término, sugiere construir en la comparación un conjunto de dimensiones de variación que faciliten, a su vez, la descripción de cada caso en particular. Ambas cuestiones permitirían, según Barth, escapar a los problemas de la reificación y buscar la variabilidad en los datos primarios obtenidos en el campo.

Siguiendo esta propuesta, nuestro punto de partida al abordar el acto electoral fue el de tomar una situación particular y comparar los distintos comportamientos allí involucrados. Es decir, tomamos un único acontecimiento, el acto electoral, en el cual ambos partidos estaban comprometidos a realizar actividades similares, presumiendo que esta mirada nos podría dar pistas sobre cuáles eran las características más distintivas y fundamentales de un aspecto de los partidos políticos en el que ambas estábamos particularmente interesadas: el comportamiento de sus militantes.

Reflexionando sobre nuestro objetivo – y tal como lo sugiere Barth – se hizo necesario preguntarse en todo momento sobre la ontología de los fenómenos a comparar, es decir, acerca de qué naturaleza presentan los objetos en los cuales estábamos específicamente preocupadas. Supusimos que los objetos involucrados en nuestra comparación eran inicialmente tres: la situación del acto electoral,<sup>6</sup> el comportamiento de los militantes del PJ, y el comportamiento de los militantes del PO durante ese acto.

De acuerdo a la forma que adoptó el sistema político argentino, la situación del acto electoral – un acto para elegir representantes – involucra necesariamente el accionar del partido político. Así es que, en la relación partido/sistema político, los “objetos-partidos” pueden considerarse como “equivalentes funcionales” en relación a un todo: cada partido en relación al sistema político argentino (o, más bien, a un aspecto de éste: la situación electoral) y, por otra parte, cada conjunto de militantes en relación a cada partido político. De este modo, nuestra tarea era especificar dos relaciones: militancia/partido y partido/sistema político. Sobre esta última relación vale simplemente hacer referencia a la Constitución Nacional reformada en 1994 que hoy continúa vigente, en la cual se introdujo al “partido político” como la única vía legítima para elegir a los representantes.<sup>7</sup> Tanto el PJ como el PO se presentan como vías legítimas para elegir representantes, y, en tanto tales, podríamos decir que son “funcionales” respecto de un todo, el sistema político argentino. Sin embargo, y esto es fundamental, queremos subrayar que esta afirmación responde al criterio que utiliza la similaridad de función – entendida como relación de la parte al todo – a los fines de poder identificar equivalencias que sirvan de sustento para construir una categoría abarcativa – partido político en Argentina – en la cual las dos formas – los dos partidos – pueden ser incluidos y, luego, comparados y contrastados. En síntesis, nuestro punto de partida consistió en identificar dos estructuras equivalentes pero, al mismo tiempo, **diferentes**,

presumiendo que esas diferencias surgirían más claramente en la comparación.

No obstante, hubo diferencias iniciales respecto a los ámbitos en que se llevaron a cabo las etnografías: cada una trabajó en ámbitos geográficos distintos, con escalas diferentes. El seguimiento del Partido Justicialista se venía desarrollando en una pequeña ciudad – 20.000 electores – del interior de una provincia argentina, mientras que el seguimiento del Partido Obrero tenía lugar en un barrio de la capital del país, Buenos Aires, con más 2.500.000 de electores. A esto se suma una diferencia de escala entre los dos partidos: en términos numéricos el PJ es considerado como el partido con mayor número de afiliados del país y lo abarca en su totalidad; el PO, en cambio, es considerado un partido “chico” con presencia sólo en algunos puntos del país. Mientras que el PJ presentó candidatos en todos los distritos, el PO sólo lo hizo en algunos. Así, el día del acto electoral, en la “pequeña” ciudad de provincia sólo se pudo observar el comportamiento de los militantes del PJ; mientras que en la “gran ciudad” se pudo realizar el seguimiento de ambos.

Estas “diferencias” iniciales nos condujeron a la pregunta por la validez y la utilidad de la comparación en sí misma, es decir: ¿hasta qué punto era provechoso construir equivalencias que justificaran el ejercicio comparativo, cuando, al mismo tiempo, nos enfrentábamos con disparidades tan primordiales? Una primera respuesta fue hacer hincapié en que nuestro objeto de comparación no eran, de hecho, “los partidos”, sino, antes bien, comportamientos y prácticas de grupos y sujetos, los militantes. Esta consideración – como otras pensadas – nos resultó, sin embargo, insuficiente para saldar la dificultad, de modo tal que nos vimos obligadas a partir de un reconocimiento de las limitaciones de nuestra empresa, y, luego, a ponderar sus alcances. En este sentido, consideramos que, aún con sus condicionamientos, la comparación propuesta continuaba siendo prometedora y prolífica, en tanto que ejercicio metodológico y epistemológico para enriquecer las investigaciones que cada una de nosotras estaba llevando a cabo separadamente. Y ahora, a posteriori, podemos decir que el proceso mostró una potencialidad notable, principalmente respecto a dos cuestiones: primero, al momento de desnaturalizar nuestros campos empíricos y advertir la magnitud de su particularidad; segundo, a los fines de problematizar la relación entre estos partidos y la instancia electoral.

### El punto de partida: la reunión de fiscales

En las 48 horas previas al momento del acto electoral, rige lo que se denomina “veda electoral”, lo cual significa que, legalmente, la propaganda política y la actividad partidaria resultan excluidas de los espacios públicos; los partidos, sin embargo, continúan “haciendo política”, principalmente dentro de los locales partidarios. Una de las instancias formalizadas de esta continuidad son las reuniones que se realizan el día previo a la elección. En estas reuniones, las actividades

que tienen por objetivo explícito organizar cuestiones operativas de la jornada electoral – preparar el trabajo de los *fiscales*<sup>8</sup>, entregarles las credenciales y un fajo de boletas, y distribuir los lugares de votación – son aprovechadas con fines “políticos” o “proselitistas”.

El elemento común a las reuniones de ambos partidos fue la presencia de la *militancia* y el hecho de que fueron los militantes los que actuaron como *fiscales* durante el acto electoral. En el caso del PJ, todos los *militantes* de todas las *unidades básicas* – unidad mínima de organización del partido, que en general tiene asignado un barrio como territorio – de la ciudad se reunieron en el local del Partido, ubicado en el centro de la localidad. En el caso del PO, la reunión se realizó en el local barrial y asistieron los militantes del *círculo*<sup>9</sup>, es decir, el grupo de militantes agrupados y organizados de modo permanente en dicho local. Esto, aún cuando el PO cuenta con un local central en la ciudad y con divisiones *regionales* según las cuales se agrupan los *círculos* barriales. Al comparar las *reuniones de fiscales* constatamos que, aún cuando tenían el mismo objetivo – organizar el acto electoral – se diferenciaban en cuanto al modo en que se organizaban. Mientras que en la convocatoria del PJ se tendió a centralizar o concentrar toda la fuerza militante del partido en una sola reunión y se procedió a distribuir la totalidad de *fiscales* según el número de votantes de cada lugar de votación, en el PO se procedió de manera inversa: el partido realizó reuniones simultáneas – dispersó su fuerza militante entre sus locales barriales – y luego distribuyó los lugares de votación entre sus *fiscales*.

Las diferencias cualitativas entre las reuniones no se agotan en su carácter centralizado o no centralizado, sino que también hubo diferencias respecto a quiénes concurrieron, además de los militantes. En el caso del PJ estuvieron presentes candidatos y referentes locales del partido, figuras ausentes en la reunión del PO, donde el referente de más alta jerarquía fue el *responsable de círculo*, es decir, el militante que tiene a su cargo la coordinación y organización de la actividad cotidiana del local barrial. Esta persona cumple con el papel clave de mediador y articulador entre la militancia de base y las personas que conforman el *Comité Central*. Más exactamente, es aquel que, en virtud de tener una comunicación directa con el *Comité*, informa a los militantes de base sobre las discusiones y decisiones que se desarrollan en ese órgano. Pero aún cuando en el PJ los candidatos estuvieron presentes, ello no quiere decir que tales mediadores no existan en el funcionamiento del partido. Ese papel le corresponde al líder barrial, quien actúa como nexo entre ciertos candidatos y los militantes de base. Este nexo se establece o reactualiza durante las elecciones internas,<sup>10</sup> cuando los líderes de *las unidades básicas* se alinean tras alguno de los precandidatos competidores, y la militancia de base sigue este alineamiento en pos de la lealtad que debe al líder barrial. En el PO, en cambio, a pesar de ser un partido carente de líneas o facciones internas, los canales de comunicación entre los distintos niveles jerárquicos

se hallan preestablecidos y formalmente basados en la presencia de mediadores: el *círculo* elige un interlocutor para las reuniones *regionales*, éstas a su vez eligen interlocutores para las reuniones del *Comité Central*. La ausencia de una relación cara a cara entre el candidato y los dirigentes por un lado, y las bases por otro, no se reduce, entonces, a la *reunión de fiscales*, sino que la lógica ordinaria del PO está dada por reuniones periódicas entre los distintos niveles jerárquicos a las que sólo algunos militantes tienen acceso.

Si en la reunión del PO los candidatos están ausentes, participa otro sector – en una importante magnitud – situado en la periferia de la estructura partidaria: los llamados *simpatizantes y contactos*, e inclusive amigos y parientes de militantes. En la *reunión de fiscales*, entonces, los participantes quedan clasificados en dos categorías: los *internos* (militantes) y los *externos* (personas situadas en el universo extrapartidario)<sup>11</sup>. Si en la vida cotidiana del PO las actividades de militancia están reservadas exclusivamente a los *internos*, el momento electoral presenta un **carácter extraordinario** al igualar circunstancialmente en sus funciones – principalmente la de *fiscal* – a la militancia y la gente externa. El grado de apertura de la reunión resulta significativo teniendo en cuenta que el PO cuenta con mecanismos instituidos de incorporación y exclusión, y con límites muy precisos de demarcación entre la pertenencia y la no pertenencia; esta extensión momentánea de los límites partidarios para las elecciones responde a la necesidad de contar con gente que la estructura partidaria por sí sola no puede proveer. Esto contrasta con el comportamiento del PJ, que siendo un partido con límites muy flexibles en su cotidianeidad, para las elecciones reserva el trabajo político exclusivamente a sus militantes.

El *instructivo* a los *fiscales* del PO sobre cómo debían desempeñar su función, estuvo a cargo del *responsable del círculo*, quien monopolizó la palabra durante la reunión, mientras el resto de los presentes se limitó a hacer preguntas. El discurso del *responsable* comenzó la reunión con un *informe político*, es decir, una exposición de tipo argumentativa que, describiendo el momento político del país, explicaba por qué era necesario e importante defender el voto del PO, lo cual fue explicitado como la razón de ser del *fiscal*. Luego, se pasó a dar directivas sobre cómo manejarse con las autoridades de mesa, con los *fiscales* de los demás partidos, cuánto tiempo estar en la escuela; en una palabra, cómo relacionarse con el mundo interpartidario y el escenario electoral. El *responsable de círculo* funcionó como un transmisor en un doble sentido: transmisión de lo que se llama *caracterización*<sup>12</sup> (que sólo él conocía por haber tenido la reunión previa con el *Comité Central*) a través de su *informe político*, y transmisor de su conocimiento y experiencia personal en la militancia, a través de una serie de directivas que fueron acompañadas de un pliego escrito – “*Instrucciones para los fiscales*” – que se entregó a todos los presentes.

Por su parte, en el PJ, la reunión fue de los “pertenecientes”, es decir, de los militantes que cotidianamente realizan el trabajo político. Aquí no hubo discursos

políticos, sólo “instrucciones” técnicas a los *fiscales*. Como la mayoría ya había cumplido con anterioridad ese papel, las instrucciones se limitaron a los “cuidados” que había que tener respecto al comportamiento de los militantes de los otros partidos, todo ello vinculado al temor a un fraude. Tal vez en este caso, lo **extraordinario** del evento se manifestó en la *reunión de fiscales* por la participación de la mayoría de los militantes de la ciudad, en un solo lugar, el local Partidario. Este elemento – la concentración de militantes – está inmediatamente relacionado con el trabajo organizativo de la jornada electoral que implica la práctica – en este caso, particular del PJ – de ir a buscar a los votantes para llevarlos a votar. En consecuencia, durante la *reunión de fiscales*, los militantes ultiman detalles: revisan la lista de los vehículos con que cuentan, se los distribuye teniendo en cuenta la gente que hay que ir a buscar, qué militante lo hará y en qué horario.

Así, mientras que el PJ dedica un tiempo importante de su reunión a reactualizar la relación militante/votante, en la del PO advertimos que esta relación se encuentra prácticamente ausente. Esta distinción se verá expresada, también, en el trabajo de los *fiscales* durante el día mismo de la elección. La presencia de los dos tipos de *fiscales* existentes – *fiscal de mesa* y *fiscal general* – depende, generalmente, de la magnitud de la estructura partidaria. Mientras que los partidos grandes – como el PJ – cuentan en cada espacio electoral con *fiscales generales y de mesa*, los partidos chicos – como el PO – suelen contar sólo con los primeros, de manera tal que no tienen acceso al control de los padrones electorales, ni tampoco a la realización del escrutinio en todas las mesas.

Antes de comenzar el acto electoral, los *fiscales generales* del PO volvieron a congregarse en el local partidario para, desde allí, dirigirse cada uno a los espacios asignados, en donde permanecerán hasta finalizada la jornada. Mientras tanto, el *responsable de círculo* junto a otros dos militantes, recorrerá los distintos establecimientos a lo largo del día, supervisando que no hubiera ningún problema. La mayoría de los *fiscales* recibieron alguna “visita” del responsable. La tarea del *fiscal general* se basó en garantizar la presencia de las boletas partidarias en los cuartos oscuros y, luego, en el escrutinio, controlar la correcta contabilización y clasificación de los votos – votos válidos, impugnados, nulos, en blanco. Dado que en cada espacio el partido contaba con un solo *fiscal*, la recomendación comunicada en la reunión del día anterior había sido la de entablar buenas relaciones con las fuerzas *de izquierda* de modo tal de contar, a la hora del escrutinio, con *fiscales* de otros partidos que controlaran el buen desempeño del recuento. En este sentido, si, por un lado los partidos *de izquierda* representaban el mayor competidor, por otro, se presuponía una lealtad básica a la hora de enfrentarse a las tentativas de fraude propias de los partidos *patronales*.

Por su parte, las tareas de los *fiscales* del PJ fueron bien distintas. Los *fiscales generales* no sólo se ocuparon de controlar los cuartos oscuros, sino, ante

todo, de llevar a la gente a sus lugares de votación. A la mañana bien temprano, los militantes-fiscales no se congregarán en el local partidario, sino que estarán *buscando gente*. Y a lo largo de la jornada esta tarea será asumida por los *fiscales generales*, quienes llevarán a los votantes hasta el establecimiento e incluso hasta el *cuarto oscuro* correspondiente.

Del mismo modo, los *fiscales de mesa* ejercerán un control no sólo sobre los procedimientos de las autoridades de mesa respecto del padrón electoral, sino también sobre la gente: es decir, tendrán sus propios padrones de control sobre quién fue a votar y quién no, cuándo y con quién. En este sentido, las mayores discusiones entabladas por los *fiscales* del PJ se sitúan no tanto al momento del escrutinio como durante el tiempo mismo de votación: los *fiscales* se ocupan, ante todo, de garantizar que todos los concurrentes por su partido efectivamente voten, aún cuando se presenten ciertas irregularidades, como, por ejemplo, problemas en el padrón electoral, anomalías en los documentos de identidad, etc.

En suma, si podemos definir a la tarea del *fiscal* como una tarea de control, aquello que se controla en uno y otro partido difiere. Mientras que el PO centra esta función en las autoridades electorales y en los otros *fiscales*, el PJ suma a esta tarea una más prioritaria, el control de la gente. Para comprender la distinción entre uno y otro comportamiento – lo mismo que para comprender las diferencias que señalamos entre las dos *reuniones de fiscales* –, consideramos necesario comparar otra instancia política: algunos aspectos del trabajo de los militantes durante las campañas electorales.

### La militancia en la campaña electoral

Partiendo de la idea de que el militante se define por realizar el “trabajo político” del partido, podemos decir que en el PJ es militante aquel que *visita las casas*, el que *camina*. Si bien las visitas no son una práctica exclusiva de la campaña electoral, constituyen la actividad más enérgica durante la misma. En ellas, el militante no sólo presenta las propuestas del partido y sus candidatos, sino que también suele establecer compromisos con el votante. Las visitas no son aleatorias, sino que el militante va allí donde tiene algún conocimiento y vínculo personal previamente constituido. El *caminar* involucra una re-actualización de vínculos y compromisos preexistentes, procurando que éstos sean expresados en votos durante la jornada electoral; en otras palabras, las *visitas* constituyen el medio por excelencia a través del cual se busca reconvertir la relación interpersonal militante/gente en voto. Si la clave de la militancia está dada por esta práctica, resulta comprensible que la conclusión de este trabajo político – la movilización de la gente – sea la tarea central de la *reunión de fiscales*. Podemos afirmar, entonces, que en la jornada electoral cada militante pone al desnudo, a través de la movilización de los votantes, el

trabajo realizado, es decir, demuestra – o no – que *camino*. En este sentido, es la relación entre las bases partidarias y el mundo extrapartidario aquella que cobra protagonismo en el momento electoral.

En el caso del PO, la ausencia de relación con el votante (durante la *reunión de fiscales* y la jornada electoral) y, en su lugar, la preeminencia de un instructivo y un *informe político* por parte del *responsable de círculo*, nos lleva a preguntarnos por el tipo de trabajo político que desarrolló durante la campaña el *círculo* barrial del PO. Si bien puede decirse que el militante “camina” durante la campaña, lo cierto es que no lo hace golpeando puertas conocidas<sup>13</sup>. Las recorridas por el barrio se realizan, ante todo, de manera colectiva: el grupo de militantes, con megáfono, volantes y periódicos del partido en mano, va interpelando a la gente que se encuentra en la calle. Durante la semana, el grupo de militantes monta una mesa en una esquina del centro comercial del barrio, en el horario en que finaliza la jornada laboral y, desde allí, reparte volantes, vende el periódico y conversa con la gente que se interesa.

A diferencia del PJ, en el trabajo del militante del PO durante la campaña electoral lo que está en juego son encuentros casuales y efímeros entre votantes y militantes. En ellos los militantes dan argumentos que desacreditan el voto a los otros partidos y que, al mismo tiempo, acreditan el voto a su partido. Las *recorridas* por las calles se desarrollan, no como una instancia de reafirmación de vínculos preexistentes, sino como un momento en donde predominan encuentros furtivos entre desconocidos y ejercicios persuasivos para la consecución del voto. Allí cuando las personas se muestran particularmente afines a algunas ideas del partido y compran el periódico, el militante las invita a participar de alguna reunión en el local y, eventualmente, registra sus datos. Pero lo significativo es que, aún en este último caso, la gente no es visitada para “ir a votar”, sino más bien, convocada a eventos – reuniones, inauguraciones, peñas, debates – en el local partidario. Así, el objetivo inmediato de las *recorridas* es captar votos; se presume que si el militante *discutió bien*, su interlocutor podría modificar su intención de voto; pero el objetivo último de esas *discusiones* entre militantes y votantes, parece ponerse a futuro: el mayor logro es que alguno de ellos pueda convertirse en el inicio de un *contacto*.

Existe, no obstante, una forma de actualizar vínculos preexistentes con miras electorales: las *reuniones abiertas*. En ellas el *responsable de círculo* da un informe político que sirve para comenzar el debate con los participantes. Éstos son: los militantes del *círculo*, los *contactos* y los *simpatizantes*, quienes no necesariamente son habitantes del barrio, pues el *contacto* de un militante suele provenir de su ámbito laboral, familiar, estudiantil o de su grupo de amigos. Cuando se decide realizar este tipo de convocatorias, cada militante debe asegurar la concurrencia de *sus contactos*. Se trata de una invitación que lleva la gente al local partidario y no los militantes a las casas.

En suma, en el trabajo del militante de ambos partidos existen vínculos pree-

xistentes que pueden traducirse en votos en el momento electoral; cada militante se ocupa de conservarlos permanentemente, de crear y recrear el lazo político. Se trata, entonces, de relaciones que no se limitan al “tiempo electoral”, sino que, siendo permanentes, en todo caso cobran más vitalidad en esa instancia. Sin embargo, señalemos las diferencias que envuelve esta similitud. Primero, el trabajo político que realiza el militante del PO durante la campaña está centrado en llevar al local del partido a la gente, en cambio, en el PJ, el trabajo del militante está centrado en la *visita a las casas*. Segundo, las *visitas* del militante del PJ, si bien tienen como objetivo obtener la adhesión de la gente, no aparecen centradas en la “temática política”, sino más bien, en problemas personales que *la gente* comunica al militante con la expectativa de encontrar soluciones a través de él. Estos temas pueden llegar a ser la base sobre la que descansa el compromiso que el militante establece para con el votante; en el caso del PO, la relación que el militante mantiene con sus *contactos* se limita siempre a lo estrictamente “político”: entrega del periódico, *discusión* y transmisión de las *caracterizaciones* del partido, información de las actividades. Tercero, mientras que en el PJ el adherente-*simpatizante* se mantiene siempre fuera del espacio partidario,<sup>14</sup> los *contactos* del PO pasan a ocupar una doble posición en el momento electoral: por un lado son *externos*-votantes cuyos votos – aunque casi certeros – deben ser “trabajados”; por otro, son convocados a la *reunión de fiscales* para cumplir la misma tarea que desempeña un *interno-militante*, formando parte, circunstancialmente, de un *nosotros* partidario. Podríamos decir que el día previo a la votación y en la votación misma, los *contactos* “abandonan” el mundo extrapartidario y se acercan a la condición de *interno*. Esta “igualación” se da no sólo en base a la función, sino también al “conocimiento” que militantes y extrapartidarios poseen.

### “Conocimiento”: la naturaleza de la relación líderes/militantes

Las prácticas políticas realizadas en las *reuniones de fiscales* y en la militancia durante la campaña involucraron – como toda práctica – no sólo “acciones”, sino también “conocimiento”. El análisis de esta última dimensión nos permitió, primero, hacer más nítidas las diferencias entre el trabajo político de uno y otro partido, y, segundo, aproximarnos a un aspecto de la naturaleza de la relación entre líderes y militantes al interior de cada partido. Comenzamos por preguntarnos, entonces, quiénes estuvieron a cargo del trabajo político y qué tipo de conocimiento estuvo en juego en cada *reunión de fiscales*.

En la reunión del PJ la principal tarea propiamente “política” – organización de la movilización de los votantes – estuvo a cargo de un colectivo – los militantes-, mientras que en el caso del PO la instrucción de los presentes estuvo en manos de una única persona: el *responsable de círculo*. Allí reinó una multiplicidad de voces

fragmentarias y dispersas; aquí la palabra estuvo monopolizada en un discurso unitario, de alguna forma, en función de una aceptación tácita de que el mayor conocedor – de la *caracterización* del partido, de las reglas del juego electoral y de cómo debe manejarse el *fiscal* en ese escenario – era dicho *responsable*. Mientras tanto, el resto de la militancia apareció momentáneamente igualada en sus funciones – y en ciertos casos en su conocimiento – al mundo extrapartidario (*contactos*, *simpatizantes*, amigos, familiares). Se podría pensar que el carácter instructivo que adoptó la reunión respondió al tipo de concurrencia, una mayoría extrapartidaria e “inexperta” en materia política y electoral. Sin embargo, el monopolio de la palabra asumido por el *responsable de círculo* y su carácter de transmisor de conocimiento a otros, no constituyen rasgos privativos de la *reunión de fiscales*, sino más bien, pautas del funcionamiento cotidiano del partido.

En efecto, a la luz de la forma que adoptan las prácticas militantes del *círculo* durante la campaña, podemos afirmar que la *discusión* y más precisamente, el *saber discutir*, son condiciones básicas de la militancia: es atributo del militante – o, más específicamente, del buen *cuadro* – saber argumentar, saber convencer mediante la palabra y, por esta vía, hacer *contactos*. En función de este privilegio otorgado a la persuasión argumentativa como método de vinculación entre el mundo extrapartidario y la militancia, se comprende que el partido preste particular atención a la *formación* de sus militantes. Así, una parte importante de la práctica cotidiana del partido está dedicada a instancias de *formación* y, concretamente, de transmisión de conocimiento, entre los distintos niveles jerárquicos. Lo significativo es que esta transmisión al interior del partido se efectúa a través del mismo *método* que usan los militantes en su relación con los *externos*: la *discusión*. Si el militante de base *discute*, argumenta y transmite *caracterizaciones* – en resumen, conocimiento – a la gente y a sus *contactos*, los dirigentes locales hacen lo mismo respecto a esos militantes y, por último, la dirigencia central respecto a la dirigencia local.

Ahora bien, decimos que esas *discusiones* involucran transmisión de conocimiento en virtud de dos elementos. En primer lugar, suelen estar estructuradas en base a un *informe político* (que contiene una *caracterización del partido* y directivas de acción militante) y a un posterior *debate* argumentativo. Cuando el informe no está presente, el periódico puede funcionar como sustituto; es así como en los encuentros con sus *contactos* los militantes suelen discutir alguna nota del periódico. El debate propiamente dicho consiste, básicamente, en que el transmisor logre despejar las dudas, contrargumentos y disidencias de sus interlocutores. En este sentido, la *discusión* implica tanto una comunicación “sistemática” de conocimiento, como un mecanismo para disuadir, es decir, inducir con razones a hacer o pensar algo. En segundo lugar, los conocimientos que se transmiten se remiten, en última instancia, a un cuerpo de saber específico: la teoría marxista, leninista y trotskista. Para ser competente en el discutir, se requiere poseer este

cuerpo de conocimiento, y no sólo eso, sino por sobre todo, saber manejarlo y utilizarlo correctamente.

Si en el PO la **discusión** constituye la práctica privilegiada de vinculación entre militantes y *externos*, en el PJ esto está dado, como hemos visto, por la **visita** a las casas. En ellas la relación con el votante no pasa por un diálogo argumentativo, sino, antes bien, por una generación o reactualización de compromisos personales, basados en un intercambio recíproco de “bienes”: el *apoyo* electoral al que se compromete el votante tiene que ser compensado (en el pasado, en el presente o en el futuro) por algún tipo de bien, material, afectivo o moral. Y así, la “promesa”<sup>15</sup> se constituye como el mecanismo que articula la relación militante/votante.

Así, las prácticas de *discutir* y de *visitar* descansan en diferentes teorías nativas sobre el modo en que opera el comportamiento político del mundo social: dirigentes y militantes del PO parten del supuesto de que la *discusión*, en tanto que práctica transmisora de conocimiento, constituye la vía más efectiva para orientar la elección y adscripción política de sus interlocutores. Es el conocer la “Verdad” de cómo las cosas son – conocimiento que se adquiere a través del *discutir* –, aquello que estaría definiendo la decisión política del votante. En cambio, líderes y militantes del PJ operan suponiendo que esa adscripción puede orientarse a través de la creación y reactualización de compromisos personales basados en intercambios recíprocos; es el dar y el recibir aquello que estaría en la base de la decisión política del elector.

Con ello, sin embargo, no queremos decir que en el caso del PO la relación del militante con el *externo* no esté basada en compromisos; por el contrario, la distinción entre *contactos* y *simpatizantes* descansa, precisamente, en el *grado de compromiso con el partido*. Y la expresión de ese *compromiso* está dada, no por el mero apoyo electoral, sino, ante todo, por la participación en *la lucha*, esto es, lectura del periódico, asistencia a marchas, actos políticos, reuniones, aportes económicos, etc. Es decir que, en todo caso, aquello que diferencia los *compromisos* que juegan en cada partido es en qué consisten y cómo y respecto a quién/qué se construyen.

Estas dos teorías nativas del comportamiento político del mundo social tienen su correlato al interior de cada partido en lo que concierne a la constitución de sus liderazgos. En el PO, aquel “saber cómo las cosas son” es uno de los mecanismos que establece jerarquías internas dentro de la militancia. Del tal manera que el *dirigente* es aquel militante que conoce la verdadera naturaleza de las cosas porque posee la capacidad para usar la teoría en el *análisis* de la realidad, y así diagnosticar el presente y *pronosticar* lo que vendrá. Podemos decir, entonces, que el conocimiento está distribuido diferencialmente en cada nivel partidario, no sólo en cuanto a su posesión, sino principalmente en cuanto a su uso. La *discusión* constituye un mecanismo básico y efectivo no sólo para disuadir al votante, induciéndolo a aceptar como válidas y certeras las *caracterizaciones* del partido y a actuar – en un senti-

do restringido, votar – consecuentemente con ello, sino, también, para inducir al militante a aceptar como válida y propia la *caracterización* de sus dirigentes y a desarrollar las prácticas previstas.

En el PJ, nuevamente, es el mecanismo de la promesa aquello que opera como articulador de las relaciones al interior del partido. Tanto en la relación militante-votante como en la de dirigente-militante, los compromisos interpersonales inducen a hacer y a creer-en: desde el militante, comprometerse con el líder implica *apoyarlo* y *acompañarlo*, lo cual, en su sentido más concreto, consiste en movilizar sus propios compromisos con los votantes al servicio del éxito electoral del partido; desde el votante, su compromiso con el militante implica también un *apoyo*, que deberá ser expresado en voto durante el acto electoral.

Pudimos ver que en la *reunión de fiscales* del PJ la palabra estuvo diseminada y el conocimiento también estuvo distribuido en un colectivo: fueron los militantes los mayores portadores del conocimiento puesto en juego, es decir, el *conocimiento de la gente*. Podríamos pensar, en principio, que aquí todo instructivo resulta innecesario porque se presume que todos los presentes son diestros ejecutores de las tareas a desempeñar. Antes, sin embargo, esta ausencia está relacionada con el tipo de conocimiento que está en juego en la militancia del PJ. En efecto, el militante no *se hace* en función de una formación teórica progresiva, sino en base a una formación práctica progresiva: su conocimiento proviene del haber *caminado* y *visitado a la gente*. De modo tal que aquí la jerarquía entre militantes y líderes se basa en una desigual distribución del conocimiento de la gente: un líder es alguien que *caminó mucho*, es decir, un militante que no sólo tiene conocimiento acumulado, en virtud de su trayectoria en esa práctica, sino que también cuenta con el reconocimiento de esa trayectoria por el resto de la militancia. El hecho de que este tipo de conocimiento funcione como uno de los sostenes de las jerarquías tiene implicancias interesantes, puesto que permite que, en ciertas instancias, desaparezcan las asimetrías propias del liderazgo. En el caso de la *reunión de fiscales*, los protagonistas fueron los militantes: los mayores portadores del conocimiento y, podríamos decir, de autoridad, en tanto y en cuanto fueron ellos los únicos capacitados para movilizar a la gente. En esa situación, líderes y militantes de base se engloban en una misma categoría: la militancia.

Las diferencias entre ambos partidos cobran más sentido si analizamos las categorías nativas de *conducción* y *dirección*. En el caso del PO, la distribución diferencial del saber y de las capacidades intelectuales se corresponden con la noción de *dirección*: los *líderes* dirigen, es decir, *marcan el norte* que debe tomar el partido, en base a su reconocimiento como personas capacitadas para leer e interpretar correctamente lo que acontece. Se presume que el *dirigente* marca la dirección *correcta* y, en este sentido, si todos conocen a dónde se quiere llegar, sólo unos pocos saben por qué camino. Esta concepción presenta una continuidad

en el mundo extrapartidario, desde el momento en que líderes y militantes postulan a su partido como un *orientador* de la *clase obrera*, como su *vanguardia*. El PJ, en cambio, concibe a sus líderes no como *dirigentes*, sino como *conductores*. Al hablar de *conducción*, militantes y líderes señalan la idea de *acompañamiento*: el líder necesita y busca que la militancia lo *acompañe* – es decir, lo *apoye* – y, a su vez, él *acompaña* a la militancia en su práctica distintiva, el *caminar*. Es decir, aquí no se supone que el líder marque una dirección a la militancia: ante todo, debe *acompañar* y ser *acompañado*; y además, el conductor aparece como un vehículo o un canal a través del cual las fuerzas militantes logran su objetivo, el triunfo electoral. Precisamente es la victoria electoral aquello que permite al líder cumplir la promesa con los militantes que *lo acompañaron* y, a su vez, a éstos cumplir su promesa con los votantes; se trata, entonces, de una cadena en la cual la victoria es elemento clave para el cumplimiento de la promesa y el mantenimiento de los lazos a futuro.

Conforme a lo dicho hasta el momento, podría interpretarse que en cada partido las relaciones líder-militante y militante-votante estarían articuladas por distintos “tipos de conocimiento”: un “conocimiento práctico” en el caso del PJ y un “conocimiento teórico”, en el PO. No se trata de eso, puesto que estos “tipos” no se presentan de modo excluyente al interior de cada partido. En el caso del PO, la teoría marxista, leninista y trotskista tiene valor en tanto instrumento de análisis y de conocimiento del mundo social, es decir, la teoría es considerada un conocimiento práctico porque funciona como el prisma a través del cual el mundo social puede ser conocido y transformado. Pero, además de esto, aquello que puede interpretarse como “saber teórico”, se actualiza en prácticas partidarias cotidianas, que son las orientadas a la *formación* de los militantes. Estas relaciones, se presentan de modo muy distinto en el caso del PJ. Si bien la teoría – *doctrina justicialista* – se incorpora a través de la práctica, es decir, a través de máximas y sentencias que los más viejos transmiten a los más jóvenes en reuniones de militantes, no existe una instancia formal, exclusivamente destinada a la transmisión de la doctrina. En este sentido, no se trata tanto de una despreocupación por el saber teórico, sino más bien, del presupuesto de que todos los militantes lo poseen de hecho. Las respuestas a “¿cómo se forma un militante?” son, en general, del tipo: *se hace, en la práctica, caminando con militantes más viejos*.

En el PO el conocimiento – de la realidad a través del uso de la teoría – es valorado en base a una serie de creencias.<sup>16</sup> Primero, que el conocimiento es un factor decisivo en la elección política del votante: se presume que el sujeto social actúa “correctamente” en el campo político allí cuando conoce – *es consciente de* – cómo verdaderamente el mundo es. Segundo, que no puede haber un partido revolucionario – y, por tanto, un movimiento revolucionario exitoso – sin la existencia de una rigurosa orientación teórica. A partir de estas creencias, el conocimiento es

concebido como una herramienta indispensable para el logro del objetivo último del partido, esto es, convertirlo en un *factor de poder* capaz de dirigir la revolución obrera. En el PJ, el conocimiento de la gente obtenido en el caminar es valorado en tanto medio privilegiado a través del cual lograr su objetivo último, el acceso y ejercicio del poder dentro de los canales instituidos.

El papel del *conocimiento de la verdad* y del *conocimiento de la gente* en relación a la formación de los liderazgos puede advertirse en términos de resultados. Podemos decir que en ambos partidos los líderes se erigen y mantienen en tanto y en cuanto sean reconocidos como tales por la militancia. Y este reconocimiento depende en gran medida de que esos líderes logren acreditar algún tipo de éxito. Pero ese éxito está dado, en cada partido, por atributos distintos: en el PJ, la prueba que el *conductor* debe dar está signada por su capacidad para ganar las elecciones. En el PO, la prueba está dada por la habilidad del líder para efectuar un análisis acertado de la realidad, hecho que se expresa en la *confirmación* o no de sus *pronósticos*, en lo acertado o no de sus *caracterizaciones*.

## Conclusión

El análisis de la acción militante de cada partido, de los conocimientos involucrados en ella y de la relación militante/líderes/votantes, nos remite, por último, al significado que para cada partido tienen las elecciones. Durante la campaña, el objetivo específico de un partido es el de orientar los votos de los electores (Manin 1996:264). Este objetivo está dado cuando la forma del sistema político se basa en la democracia competitiva de partidos y en la consecución de la responsabilidad de gobierno a través del sufragio (Manin 1996 y Offe 1988). Así, PJ y PO aparecen como “partidos” que compiten por la consecución del voto, cuentan con una estructura militante que trabaja durante las campañas de un modo peculiar, comparten algunas prácticas políticas y perciben a las elecciones como un momento específico en donde deben desplegarse cuotas extraordinarias de esfuerzo. Podemos decir que ambos tienen que cumplir – durante el proceso electoral – el mismo “mandato sistémico”. La pregunta es, entonces, ¿qué hace cada uno para cumplir con este mandato y cómo aquello que hacen nos habla del lugar que cada uno le asigna a la contienda electoral en su proyecto político?

Lefort (1970) señala tres objetivos -manifiestos y coexistentes – que persigue todo partido político: 1) el “estrictamente político”, es decir, ejercer el poder o ejercer presión sobre él; 2) el de socialización: unificar y organizar de modo permanente una porción de la población; 3) el objetivo ideológico: propagar una teoría, un programa o un conjunto de principios de acción.

Si bien ambos partidos conciben al objetivo del ejercicio del poder como meta fundamental, a los ojos del PO el sistema político establecido no constituye la vía

del cambio revolucionario, es decir, no es la vía para la toma del poder; de modo tal que su estrategia militante prioriza los dos últimos objetivos señalados por Lefort. Así, convertirse en una organización de masas no a través del aumento de votantes, sino a través del aumento de gente que comparta cierta representación del mundo social – que “conozca” –, aparece como la condición previa y necesaria para lograr el objetivo “estrictamente político”. Es la discusión la práctica privilegiada a través de la cual lograr los objetivos de socialización e ideológico – o, en términos nativos, las tareas de organización y orientación-, y la campaña se presenta una instancia oportuna – entre otras tantas – para llevarlas a cabo, es decir, para hacer (nuevos) contactos.

El PJ – un partido con histórica tradición de gobierno – parte, en cambio, de una aceptación del sistema electoral como mecanismo viable e inmediato de acceso al poder. Por lo tanto, el objetivo específico de las elecciones – la consecución del voto – es el prioritario. Aquí no se espera que los simpatizantes se incorporen al partido, como que lo voten. Los militantes dan por supuesto que la socialización es un objetivo que ya está cumplido, tanto por la cantidad de afiliados que tienen,<sup>17</sup> como por las elecciones ganadas. En consecuencia, su estrategia es la de reactualizar el vínculo-compromiso establecido, con el objetivo explícito de ganar la elección. Y la reactualización, no se da como en el caso del PO a través de la discusión, sino a través de la visita, en la cual el militante obtiene del votante la “promesa” de adherir al partido.

Sin embargo, lo interesante es que, a pesar de esta diferencia, en la práctica, militantes del PJ y del PO viven la campaña de un modo bastante similar, la experimentan como un fin último, son muchas las expectativas depositadas y las decepciones cuando esas expectativas al conocerse los resultados. En las elecciones que nos ocupan, a pesar de que los resultados fueron objetivamente “adversos” para el conjunto de los partidos políticos, su interpretación fue bien diversa<sup>18</sup>. En el caso particular de PJ y PO podemos decir que las explicaciones del voto fueron diferentes, aunque tuvieron algunos puntos en común interesantes.

A nivel nacional y en términos generales, el PJ obtuvo el 40% de los votos, la Alianza el 23% y el total de votos nulos y en blanco (*votoblanquismo*) alcanzó el 21%; por su parte, el PO figuró en la categoría de “Otros”, perdiendo una importante cantidad de votos en Capital Federal, donde dos años atrás había colocado un legislador local. Ante estos resultados, la militancia del PJ consideró la elección como una victoria: el partido había logrado revertir los resultados de las elecciones presidenciales del 1999 – en donde había obtenido el 38 % de los votos, frente a la *Alianza* con 48 % – y, nuevamente, estaba por delante de su mayor opositor. Entre los militantes la sensación de triunfo opacó el hecho de que el 21% del electorado había expresado su desacuerdo con los partidos políticos, incluido el PJ. El objetivo propuesto – ganar la elección – se había cumplido, logrando el partido

amplia mayoría en las dos cámaras legislativas. La importancia de esa mayoría se puso en evidencia en diciembre de 2001, cuando el presidente De la Rúa, a raíz de la movilización popular del 19 y 20, presenta su renuncia. El justicialismo quedó colocado en la línea de sucesión y fueron sus dirigentes los que decidieron quiénes ocuparían el poder ejecutivo vacante. Tres presidentes justicialistas se sucedieron en el transcurso de un par de semanas, y, aún ese escenario colapsado – interpretado por el PO como la irrupción de una auténtica *rebelión popular* de características *revolucionarias* – fue leído por el justicialismo como triunfo: lo importante era que el peronismo estaba gobernando nuevamente.

La militancia del PO, aún obteniendo el exiguo número de 240.000 votos, que ni siquiera bastó para que figurase en los porcentajes publicados por los medios de comunicación, también interpretó la elección de modo optimista. Bajo el titular de “*Esto Recién Empieza*”, el periódico partidario señaló que se cumplían dos *caracterizaciones* producidas por el partido durante la campaña. Primero, se confirmaba la *bancarrotas* de los *partidos patronales*: la Alianza y el PJ, se dijo, perdieron, conjuntamente, 6 millones de votos. Segundo, el escenario asistía un *corrimiento hacia la izquierda*: “*El 14 de octubre se votó contra el régimen de las privatizaciones, de la desocupación, y por la izquierda y la lucha*”; a pesar de la marginalidad del PO en ese corrimiento, y de la decepción de sus militantes, el partido señaló que *la izquierda* en conjunto había obtenido una *votación histórica*, puesto que la suma de unas 4 o 5 fuerzas alcanzaba el 10 % del electorado. Aquello que fue casi ignorado fue que ese 10 % era menos de la mitad del porcentaje alcanzado por el *votoblanquismo*, es decir, que los partidos *de izquierda* no habían logrado capitalizar el descrédito generalizado de los partidos tradicionales. Aunque se ensayó algún tipo de explicación – por ejemplo, que el *voto bronca* había sido una maniobra de la *derecha*, precisamente para evitar el crecimiento de la *izquierda* – el PO fue, como el PJ, indiferente al voto “castigo”, desligándose de toda responsabilidad e inclusión en él.

Más diferencias que semejanzas parecen mediar entre el PJ y el PO; y sin embargo, ante los resultados electorales, ambos apelaron y reajustaron ciertos repertorios de significados para construir la victoria propia y la derrota ajena; y, cada uno y a su manera, logró omitir aquel molesto 21 %.

## Notas

<sup>1</sup> El *Partido Justicialista* (PJ) es la actual expresión institucional de una amplia corriente política originaria de la década de 1940 y comúnmente conocida como peronismo o justicialismo. Esta corriente se origina en una amplia coalición de partidos políticos y agrupaciones de base que respaldaron en 1946 la candidatura de Juan Domingo Perón a la presidencia de la nación. Una vez electo, Perón creó un nuevo agrupamiento que tuvo el efímero nombre de *Partido Único*



de la Revolución' para pasar sucesivamente a llamarse 'Partido Peronista' y 'Partido Justicialista', denominación que conserva hasta el presente. Perón fue reelecto como presidente en 1952, siendo derrocado por un golpe de estado tres años después. El Justicialismo permaneció proscrito desde entonces hasta 1973, período durante el cual se sucedieron dictaduras militares y gobiernos civiles electos sin la participación electoral del partido de Perón, quien permanecía exiliado. En 1973 fue electo presidente el justicialista Héctor Cámpora, quien renunció convocando a nuevas elecciones en las cuales se impuso la candidatura del propio Perón. El gobierno del anciano líder fue abruptamente interrumpido por su fallecimiento en 1974, siendo sucedido por su vicepresidenta – y viuda – María Estela Martínez de Perón. Un nuevo golpe militar derrocó a su gobierno en 1976, estableciendo una dictadura que se prolongó hasta 1983. Las elecciones desarrolladas en ese momento consagraron un nuevo gobierno encabezado por Raúl Alfonsín, de la *Unión Cívica Radical*. En 1989 le sucede el justicialista Carlos Saúl Menem, quien gobernó por dos períodos consecutivos, hasta 1999. En las elecciones desarrolladas en octubre de ese año, el candidato del *Justicialismo* (Eduardo Duhalde), fue derrotado por Fernando De la Rúa, quien se postuló en nombre de un frente de partidos denominado *Alianza*.

<sup>2</sup> El *Partido Obrero*, un partido socialista y trotskista que, habiendo sido fundado en 1964 y participado formalmente en elecciones desde 1983, obtuvo su primer cargo electo en las últimas elecciones legislativas de la Capital Federal (año 2000). Para las últimas elecciones legislativas a nivel nacional, encabezó un frente electoral con el MAS (Movimiento al Socialismo), obteniendo dos bancas provinciales en Salta. Es decir que, al momento, ocupa en total tres cargos legislativos.

<sup>3</sup> El procedimiento electoral argentino no se rige, como en el Brasil, por urnas electrónicas. El votante ingresa a la sala de votación – llamada *cuarto oscuro* – y emite su voto en *boletas* de papel que contienen las listas de los candidatos por cada partido; una vez puesta la boleta en un sobre oficial, se deposita en la urna. Allí cuando el votante o bien no coloca nada en el sobre o bien coloca un papel en blanco, su voto es considerado “*en blanco*”; allí cuando coloca algún otro papel u objeto, o cuando introduce más de una opción por candidato, su voto es considerado “*impugnado*”.

<sup>4</sup> Las cursivas señalan los términos nativos.

<sup>5</sup> La investigación acerca del PO se proponía analizar las representaciones que el partido construye acerca de sí mismo y del sector social al que postula como su representado – la clase obrera-, como así también, las prácticas militantes asociadas a dicho conjunto representacional. Respecto al PJ, el objetivo de investigación era el de comprender los modos en los cuales se establece el liderazgo dentro del partido a partir de la relación entre militantes y líderes.

<sup>6</sup> Entendiéndolo como un “evento”: un acto que involucra tanto a datos objetivos y mensurables, como a su significado para personas concientes, con conjuntos específicos de creencias y de experiencias (Barth 2000:173). Podemos identificar dos direcciones en los eventos/actos: hacia atrás, en dirección a su intención (con lo cual nos encontramos con planes, estrategias, afirmaciones identitarias, valores y conocimientos) y hacia delante, en dirección a su interpretación, donde nos encontramos con “evaluaciones sobre...”.

<sup>7</sup> Artículo 38: Los partidos políticos son instituciones fundamentales del sistema democrático. Su creación y el ejercicio de sus actividades son libres dentro del respeto a esta Constitución, la que garantiza su organización y funcionamiento democráticos, la representación de las minorías, la competencia para la postulación de candidatos a cargos públicos electivos, el acceso a la información pública y la difusión de sus ideas.

<sup>8</sup> Durante el acto eleccionario, los partidos cuentan con sus propios *fiscales*, cuya tarea principal es la de controlar el desarrollo legal y estipulado de las elecciones. Esto supone, en primer lugar, el control del desempeño de las autoridades de mesa, en lo referido a: los padrones electorales, las boletas partidarias y los pasos del escrutinio. Estas tareas se encuentran distribuidas entre dos categorías de *fiscales*: el *fiscal general*, que se ocupa de pasar a lo largo de toda la jornada por los cuartos oscuros, a controlar que las boletas de su partido estén efectivamente allí y en el orden que corresponde; el *fiscal de mesa*, quien permanece durante toda la jornada en una única mesa, controlando el padrón electoral conjuntamente con las autoridades. A la hora del escrutinio, *fiscales generales y de mesa* se distribuyen los cuartos oscuros para controlar la operación.

<sup>9</sup> A diferencia de la *unidad básica*, el accionar del *círculo* – también unidad mínima de la estructura partidaria – no se limita a la dimensión territorial, sino que puede tener asignado otros tipos de *frentes* de militancia: sindical, estudiantil, universitaria. Aún más, la asignación de territorios como *frente* es un fenómeno relativamente nuevo para el PO que data de mediados de los 80, lo cual lo diferencia de la tradición territorial del PJ y constituye un aspecto que hemos problematizado y tenido en cuenta en cada instancia de comparación.

<sup>10</sup> La “elección interna” la realizan algunos partidos políticos a fin de elegir sus autoridades y sus candidatos. La elección de candidatos puede ser cerrada – votan únicamente los afiliados – o abierta – votan además los extrapartidarios no afiliados a ningún partido político.

<sup>11</sup> Por oposición al militante – *interno* – el *simpatizante* y el *contacto* son personas *externas*. Ahora bien, ambas categorías se diferencian por la naturaleza del vínculo que tienen con el partido: mientras que el *simpatizante* es un *contacto* “socializado”, que espontáneamente participa de las actividades del partido, compra el periódico y puede aportar económicamente a las finanzas partidarias, el *contacto* es un *simpatizante* que se relaciona con el partido en virtud de su relación personal y cotidiana con algún militante (quien le provee el periódico, lo convoca a eventos, etc.), pero que aún no está socializado.

<sup>12</sup> Caracterización del partido es la lectura e interpretación que formula y adopta el partido respecto de determinadas circunstancias o acontecimientos – locales o internacionales, económicos, políticos o sociales.

<sup>13</sup> En la campaña para estas elecciones esta actividad militante estuvo ausente. Sin embargo, en otras oportunidades el círculo la ha llevado a cabo; aún así, no se trata de “visitar” las casas, sino de “timbrear”, es decir, los militantes llaman a todas las puertas, sin distinción alguna; allí cuando los atienden se deja el volante del partido, y si hay buena recepción puede establecerse el diálogo.

<sup>14</sup> Este punto fue trabajado en Rosato y Gaztañaga (2002).

<sup>15</sup> Para este punto ver Palmeira 1996: 41-56.

<sup>16</sup> Entendemos “creencia” en sentido genérico como fe o confianza, relacionada – tal como lo hace Weber (1992) – con la obediencia a un mandato o a una idea.

<sup>17</sup> En la ciudad que se realizó el seguimiento del comportamiento de los militantes del PJ, la que tiene 20.000 electores, el partido tenía en 1998, 8.000 afiliados.

<sup>18</sup> Recordemos que el acto electoral, en tanto que evento, incluye las interpretaciones y evaluaciones que de él se formulen.

## Referências bibliográficas

- BARTH, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, pp. 187-201.
- LEFORT, Claude. 1970. *¿Qué es la burocracia?*. Paris: Ruedo Ibérico.
- MANIN, B. 1996. *Principes du Gouvernement Représentatif*. France: Flammarion.
- OFFE, Carl. 1988. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Ed. Sistema.
- PALMEIRA, Moacir. 1996. “Política, facções e Voto”. In: PALMEIRA, M.; GOLMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- ROSATO, Ana. y GAZTAÑAGA J. 2002. “Entre la *Promotora* y el partido: un intento de innovación en el modo de hacer campañas electorales”. *Cuadernos de Antropología Social*. FFyL-UBA, número 14, Buenos Aires.
- WEBER, Max. 1992. *Economía y Sociedad*. Buenos Aires: FCE.

## A expressão dos sentimentos na política\*

*Irllys Alencar Firmo Barreira\*\**

Sentimentos e política sugerem, a princípio, caminhos compostos por afluentes distintos. A lógica da secularização e o desencantamento, já anunciados por Weber, tornariam os sentimentos submersos na objetividade das práticas racionais. A presença de retóricas dotadas de apelos emocionais, tal como visto na campanha eleitoral para a Presidência da República, em 2002, põe reticências nas assertivas atribuídas à modernidade, trazendo elementos interessantes para se pensar sobre as articulações entre política, sentimentos e valores morais.

Mais que um ruído de fundo, que de algum modo compõe diferentes cenários eleitorais, sentimentos e reações denominadas *emocionais* pela imprensa, televisão e pelos próprios candidatos, terminaram integrando-se à retórica de campanhas. Avaliações sobre os candidatos baseadas em “atributos psicológicos” contribuíram para a constituição de um perfil comportamental considerado relevante para o cargo de representação política.

O contexto das últimas eleições presidenciais no Brasil foi marcado por disputas entre candidatos dotados de grande competitividade.<sup>1</sup> Disputas explicitadas através de palavras, gestos, imagens e situações peculiares ao que costuma ser denominado por *clima de campanha*. Nesse momento, alusões emotivas a um passado de sofrimento e lutas, difundido na apresentação *biográfica* de Lula, acusações baseadas na “agressividade” do candidato Ciro Gomes (PPS) e referências apelativas ao “medo” de uma vitória do candidato Luís Inácio da Silva tornaram-se presentes.

Imagens e discursos utilizados nos programas de candidatos, caracterizados pela tentativa de suscitar sentimentos e emoções diversas, integraram essa dimensão menos explorada nas análises sobre campanhas eleitorais, embora significativa em sua capacidade de compor a retórica e a *performance* dos candidatos<sup>2</sup>.

\* O título inspira-se no texto de Marcel Mauss, “A expressão obrigatória dos sentimentos”, fazendo homenagem sem a ousadia de partilha de méritos.

\*\* Professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

Uma investigação sobre a dimensão expressiva dos sentimentos no cenário eleitoral implica a elaboração de recortes e rupturas com algumas opiniões vigentes. Percepções prévias sobre as ligações espontâneas entre política e sentimentos, ou versões sobre a manipulação dos mesmos pelos meios de comunicação de massa acenam – não obstante a propriedade dos argumentos – com um viés determinista, impedindo outras possibilidades de exploração temática. Indagações, por exemplo, sobre como determinados sentimentos são ritualizados, incorporando-se às agendas de campanha, ou construídos através de discurso propagado pelos meios de comunicação de massa, parecem-me sugerir reflexões mais férteis, deixando minar água nesse percurso sinuoso porém cheio de potencialidades.

É importante salientar que o próprio manejo e os usos nativos dos *sentimentos* no cenário eleitoral fazem parte da disputa simbólica – que inclui também classificações baseadas na atribuição de *manipulação* ou *autenticidade* – entre os postulantes à Presidência da República.

A percepção das emoções e sentimentos como parte das regras sociais e jogos políticos evita pensá-los como matérias substantivas da natureza humana, atentando para os seus significados e formas de expressão, construídos e/ou incorporados à disputa eleitoral. Trata-se de uma porta de entrada para entender questões mais amplas tais como a expressão e classificação dos sentimentos na política, bem como o papel dos chamados atributos psicológicos na construção de valores associados aos políticos.

Explorar a dimensão expressiva e o manejo político dos sentimentos associados à imagem de postulantes ao cargo de representação política constitui o principal objetivo do presente texto. Os dados empíricos utilizados na investigação baseiam-se principalmente na análise de programas eleitorais e notícias veiculadas pela imprensa e televisão. Além dos vídeos gravados por ocasião do Horário Eleitoral Gratuito, materiais de propaganda, notícias sobre as campanhas difundidas em jornais, revistas, panfletos e demais programas televisivos, constituem informações empíricas que embasarão o conjunto das reflexões.

O conteúdo básico das discussões está referendado em três situações. A primeira aponta para expressões de sensibilidade e evocações de identidade difundidas pelo candidato do PT: recordações de infância e militância política. A segunda refere-se às acusações de *agressividade e descontrole* que passam a integrar uma espécie de *identidade biográfica não revelada* do candidato pelo PPS, Ciro Gomes. A terceira apresenta a “campanha do medo” como materialização de apelo a sentimentos coletivos baseados na cautela e rejeição à mudança. Estas situações servem de balizamento ao uso e eficácia simbólica dos sentimentos na construção da imagem de candidatos, permitindo verificar de que modo expressões tidas como emotivas se apresentam em cenários eleitorais, instituindo protagonistas e modos peculiares de construção de uma retórica de campanha.

Antes de proceder à apresentação e organização de situações representativas da temática aqui proposta é importante refletir sobre as emoções e sentimentos como expressões ritualizadas da vida social, fontes de inspiração para se pensar o contexto das campanhas eleitorais.

\*

As emoções e sentimentos constituem para Mauss (1979) expressões da vida social reveladas publicamente através de práticas cerimoniais. O antropólogo discute, com base na observação de ritos funerários, o modo como estes põem em ação sentimentos e idéias, servindo para apresentar o grupo, a coletividade em ação, ou mesmo em interação. A afirmação da esfera social dos sentimentos retira-lhes o tom supostamente espontâneo e natural, preservando a idéia de que eles traduzem, de variadas formas, aspectos simbólicos relevantes na instituição de uma ordem coletiva.

Os sentimentos também se manifestam de forma temporal. Os grupos analisados por Mauss, após manifestações explosivas de dor e cólera, voltam à sua vida rotineira, demarcando espaços e momentos peculiares de expressão. A fixação dos tempos, as condições de apresentação coletiva e os agentes específicos caracterizam a natureza obrigatória da expressão dos sentimentos na vida social.

As reflexões de Mauss parecem-me úteis para pensar o modo como distintas culturas exprimem seus sentimentos, através de espaços e agentes, incorporando também formas variadas de apresentação. Ressalta-se, desse modo, a dimensão sociocultural das emoções materializadas em práticas e discursos que dividem espaços de conflito e solidariedade, instituindo um tempo de ruptura e outro de recomposição da vida social. O dado relevante a considerar, em tal discussão, é a manifestação social dos sentimentos reveladora do contexto das normas, transgressões e recomposições vivenciadas no âmbito das distintas culturas.

As ligações entre o plano dos sentimentos e a ordem social encontram-se também discutidas nas pesquisas de Abu-Lughod e Lutz (1990), quando analisam, através de etnografias, a emoção como prática social em diferentes contextos sociais. Criticando as análises que consideram os sentimentos como um dado natural e essencial da conduta humana, as autoras se propõem a perceber as emoções como discurso<sup>3</sup>, verificando de que modo afetam a vida social, induzindo ações e estratégias de efeitos variados na sociedade. Mais do que uma parte específica de representações que se integram à vida social, as emoções e sentimentos são, em si mesmos, fatos sociais que se explicitam através de linguagens. Enfim, a expressão das emoções e sentimentos que parecem à primeira vista espontâneos ou individuais circunscreve-se a um contexto cultural de referência.

Possíveis interpretações sobre o sentido natural ou espontâneo dos sentimentos

podem contrapor-se ao contexto das campanhas eleitorais onde tudo parece ser obra de uma fabricação, a exemplo do trabalho dos marqueteiros. O suposto caráter artificial dos sentimentos deveria, no entanto, ser substituído por uma pergunta sobre o modo como eles operam na política, constituindo-se como discurso e prática de agentes e porta-vozes, sem excluir as próprias reações do público eleitor. É importante também lembrar que nesse momento as disputas sobre a *autenticidade* ou a *falsidade* dos sentimentos fazem parte da própria retórica eleitoral, interessada na classificação e legitimação de candidaturas, avaliadas segundo critérios psicológicos e valores morais. Talvez seja essa a ocasião em que as *emoções* e *sentimentos* revelem de modo mais forte seu caráter estratégico,<sup>4</sup> subtraindo, mais que em outras circunstâncias, os elementos de espontaneidade e naturalidade já desmistificados por Mauss.

As percepções que evocam a vigência de espaços e tempos de expressão dos sentimentos inspiram a questão a ser explorada neste artigo. Interessa particularmente verificar o modo como determinados sentimentos são construídos, apropriados e difundidos no momento específico das campanhas eleitorais, integrando-se à retórica e *performance* dos candidatos. Os agentes detentores do discurso dos sentimentos, incluindo artistas, candidatos e meios de comunicação e os espaços para difusão construídos nas diferentes campanhas terão função importante na discussão do tema.

As partes subseqüentes exemplificam modos de apresentação das emoções e sentimentos vigentes na campanha presidencial de 2002, fornecendo mais elementos para o desenvolvimento das discussões.

### Emoção e lágrimas: a expressão de identidade dos sentimentos

O primeiro vídeo de Lula, difundido antes do início oficial da campanha, apresenta um cenário cujo objetivo principal é “mostrar a vida do candidato do Partido dos Trabalhadores”. O apresentador inicia o programa dizendo: “O Lula político e candidato todo mundo conhece, mas o que vai ser apresentado é a “vida do homem Luís Inácio da Silva, sua infância e suas lembranças”. A cena, indicadora de uma *biografia* do candidato, mostra fotografias de infância, adolescência e vida adulta. Imagens subseqüentes focalizam sertanejos em processo de migração na busca de melhores condições de vida. A música de Luiz Gonzaga serve de acompanhamento às imagens: “Quando vim do sertão seu moço no meu Bodocó/ a maleta era um saco e o cadeado era um nó/ só trazia a coragem e a cara, viajando no pau de arara/ eu penei, mas aqui cheguei”. Às imagens de infância do candidato, acompanhadas da família, seguem-se outras nas quais aparecem operários em processo de mobilização. Nesse contexto, já adulto, o personagem líder dos metalúrgicos luta por direitos, manifestando esse fato em discursos aclamados por trabalhadores que o carregam nos braços.

No segmento do vídeo, o candidato aparece em sua cidade natal, Caetés – Pernambuco, ocasião em que presta o seguinte depoimento: “Quando venho a Caetés me dá um sentimento muito forte porque eu hoje tenho mais clareza do que foi a vida da minha mãe e a nossa quando éramos pequenos aqui. Eu sou o caçula dos homens, minha mãe teve oito filhos (...) O meu pai foi embora para São Paulo. Eu considero minha mãe uma heroína por tudo que ela simboliza para mim. Um dia, minha mãe resolveu ir embora para São Paulo porque a terra era pouca e ela precisava trabalhar. A grande surpresa é que quando ela chegou em São Paulo meu pai já estava com outra mulher”. Com olhos lacrimejando, Lula prossegue o relato sobre as vicissitudes de sua infância. A voz fica trêmula e as lágrimas aparecem mais efusivamente quando narra o episódio da morte da primeira mulher, grávida e vitimada por hepatite. Conclui: “Na minha cabeça ela morreu, como morreram milhares de brasileiros.”

Em outro momento do mesmo vídeo, Lula aparece no estádio de São Bernardo do Campo-SP, ocasião em que afirma: “estou emocionado porque praticamente minha vida política aconteceu aqui”. Cenas vivenciadas no estádio são mostradas: Lula discursa, enquanto os trabalhadores gritam seu nome.

As referências *biográficas* contidas no vídeo têm estrutura semelhante a outros relatos encontrados em livros (Paraná 2002) e *sites* do candidato divulgados e incrementados por ocasião da campanha. Para além da informação cronológica, ressalta-se, na narrativa, um passado de dificuldades seguido de uma trajetória de mobilidade social. O discurso de posse do presidente Lula reitera essa cronologia de mobilidade ascendente: “Quando olho minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais”.

A emotividade da *biografia* de Lula, narrada de forma escrita ou oral, fundamenta-se na saga do trabalhador pobre e nordestino, simbolicamente situado entre o *mérito das lutas* e o estereótipo de uma *biografia* de exclusão. Materializa, assim, a apresentação da vida composta de “um caminho, um percurso, a estrada com suas encruzilhadas.” organizados segundo uma sucessão de eventos<sup>5</sup> dotados de um sentido (Bourdieu 1997:74-82).

Outras situações evocadoras do passado acontecem na campanha do candidato pelo PT, ocasião na qual Lula se encontra com os antigos “companheiros de luta”, tal como foi mencionado pela imprensa. O Jornal Diário do Nordeste, de Fortaleza, em matéria sobre as eleições de 2002, com o título *Lula se emociona ao discursar para metalúrgicos*, assinala o seguinte: “São Bernardo do Campo – Logo no início do comício que realizou ontem para metalúrgicos da Volkswagen, em

São Bernardo (Grande ABC), o candidato à Presidência Luís Inácio Lula da Silva (PT) se emocionou com a visita à fábrica e chegou até mesmo a chorar” (*Diário do Nordeste*, 20/7/2002).

Novamente em contato direto com eleitores, Lula chora no último comício realizado em São Bernardo do Campo, quando assegura do palanque: “A partir de domingo, pela primeira vez, um metalúrgico, torneiro mecânico, vai virar presidente do país mais importante da América Latina” (*Veja*, 02/10/2002). O fato não escapa a outros registros da imprensa, incluindo também difusores de notícias da equipe de campanha que em matéria intitulada *showmício de Lula em SP reúne cerca de 150 mil* anota o seguinte:

“Havia um quê de boca-de-urna no palanque montado na avenida Santos Dumont, próximo à praça Campo de Bagatelle, em São Paulo, onde aconteceu, neste Domingo, o derradeiro comício da campanha de Inácio Lula da Silva na capital paulista. Lula estava emocionado e não escondeu isso da multidão. ‘Eu pensei que já tinha aprendido a controlar as emoções’, disse o candidato. ‘Este não é o maior comício da minha vida, mas é, com certeza, o mais importante comício da minha vida’, observou logo de cara (Edição nº 1505 *Documento Linha Aberta*, 30/9/2002).

As lágrimas que podem ser traduzidas como autenticidade ou identificação com tantos outros que choram, podem ter múltiplas significações. O que importa, no contexto de sua ocorrência à época das eleições, são as possibilidades de tradução das expressões emotivas em valores que integram o circuito da *performance* do candidato. Trata-se da difusão da *sensibilidade* de um personagem cuja história de vida, tal como é apresentada, permite associar *emoção, identidade e autenticidade*. Nesse sentido, as lágrimas integram a ritualidade de campanha de um representante considerado diferente “por seu passado, suas lutas”.

A lógica dos sinais emocionais “certos”, no “lugar e momento certos”, evidencia reações que, aparentemente individuais, não se separam das expectativas construídas sobre o perfil esperado de um candidato, atuando como “rito de passagem” entre passado e futuro. As lágrimas podem também simbolizar uma condição de ultrapassagem, mobilizando e redefinindo o hiato entre os lugares sociais de operário e presidente. Seriam, nesse contexto, a metáfora de um passaporte percebido como sendo construído pela coragem. As lágrimas são também um testemunho que integra a narrativa da vida de Lula em momentos de contraste, ritualizando os processos de identificação e metaforizando a distância que separa passado e presente.

A dimensão performática das lágrimas permite uma conversão da fragilidade em força, reescrevendo assim a expressão de sentimentos privados no espaço públi-

co. As situações nas quais essas expressões emotivas são evidenciadas referem-se principalmente a recordações de um passado de dificuldades ou evocações a uma trajetória de militante. Longe de revelar fragilidade, a expressão das emoções, através das lágrimas e da narrativa autobiográfica, sugere uma situação de veracidade, permitindo a articulação entre “história vivida” e “história contada”. As lágrimas como estatuto de evidência revelam também “o que não deve ser esquecido” por haver se tornado ícone de uma outra narrativa: o “sofrimento do povo”.

As situações apresentadas como testemunho de vicissitudes funcionam como passaporte para outro momento da vida; um presente a partir do qual é possível olhar o passado – de longe. A distância no tempo separa o homem que sofreu daquele que aspira a ser presidente. Também une os dois critérios importantes da representação política: proximidade com a maioria da população (história vivida) e distanciamento (ocupação do cargo).

Embora não se tenha dados suficientes para se fazer uma análise sobre a repercussão das lágrimas, do candidato pelo Partido dos Trabalhadores, entre o conjunto de eleitores, é importante assinalar a versão emitida na coluna “Opinião”, de um “consultor de *marketing*, que afirma o seguinte: “Martinho da Vila estava errado. Homem que é homem chora! E Lula chorou. Impossível para um brasileiro que tenha um pingão de emoção correndo em suas veias, e um tico de amor no coração por esta pátria não ter se emocionado com Lula. O novo presidente introduz novos valores no aprendizado do povo brasileiro sobre o que é a verdadeira liderança: emoção e humildade” (Paulo Angelim, jornal *O Povo*, 17/12/2002).

Se as lágrimas traduzem a emoção como parte da *narrativa biográfica* do candidato, identificado com a história de tantos milhões de brasileiros, emergem também como testemunho de alguém que “venceu”, e conseguiu “chegar lá”. “Uma criança nordestina que até a idade de sete anos não morreu é um vencedor”, costumava dizer Lula, em vários de seus discursos proferidos em campanhas anteriores.

As lágrimas de um candidato, transformadas posteriormente em lágrimas de um presidente, vão estar registradas em notícias veiculadas após as eleições, a exemplo do discurso de posse descrito em reportagem da *Folha de São Paulo*: “O presidente eleito Luiz Inácio da Silva chorou e antecipou o fim de seu discurso, ao ser diplomado ontem 37º presidente da República. Lula se emocionou ao lembrar que foi considerado despreparado por não ter curso superior. ‘Se alguém duvidava que um torneiro mecânico, saído de uma fábrica, chegasse à Presidência, 2002 provou o contrário. Ganho com o meu primeiro diploma o de presidente do meu país’.”

O uso de *biografia* como forma de apresentação política é também recorrente no programa de José Serra que busca “pontos comuns” e “pontos de diferença” com a vida de Luís Inácio da Silva. O candidato pelo PSDB apresenta-se como alguém que tem origem de classe semelhante à de Lula, mas nem por isso deixou de “elevar-se” pelo preparo. O diploma e a posterior experiência política traduziriam o esforço

de superação de uma ascendência humilde, descaracterizando a justificativa feita por seu opositor do limite de escolaridade por conta da origem social. Utilizando também fotos de infância e registros de momentos históricos nos quais mostra a similitude entre “a vida de Lula” e “a vida de Serra”, o programa do PSDB define um ponto de diferenciação a partir do qual as *trajetórias* dos candidatos rivais se tornaram diferentes: “Nas *diretas Já* eles lutavam lado a lado, mas as histórias que têm algumas semelhanças, têm também suas diferenças. Serra tem o preparo acadêmico e a experiência estadual que Lula não tem”.

A disputa simbólica pela legitimidade de memória de políticos remete ao uso da *biografia* como recurso importante de afirmação de identidades estrategicamente construídas<sup>6</sup>. Na situação da disputa eleitoral presidencial, concretiza-se a tentativa de junção de atributos pessoais relacionados a *sensibilidade, autenticidade, vitória e coragem*, que podem ser traduzidos como valores considerados importantes para a construção de um bom desempenho político.

A expressão das emoções à época da campanha de Lula não se separa do jogo de forças políticas vigentes. Independente do sentimento individual, a *sensibilidade* revelada nos relatos de Lula remete à afirmação ritualizada de marcas de identidade. São lágrimas de “quem tem motivos para chorar”.

Um outro contexto de expressão de sentimentos à época da campanha eleitoral emerge através de atribuições de *agressividade e descontrole* dirigidas a Ciro Gomes. Descortina-se então, com nitidez, a dimensão acusatória dos sentimentos utilizados como disputa em torno de mérito político.

### Agressividade e descontrole: a expressão acusatória dos sentimentos

Os programas eleitorais de Ciro Gomes apresentam principalmente a trajetória político-administrativa do candidato do PPS como parte mais importante de sua *biografia*. As experiências como prefeito de Fortaleza, governador do Ceará por duas vezes e Ministro da Fazenda o qualificariam como experiente e competente para mudar os rumos do País. Contrapondo-se a essa apresentação de um *currículum* pleno de atividades, o programa eleitoral de José Serra apresenta acusações referentes ao temperamento agressivo do candidato com base em episódios retirados da vida do postulante em circunstâncias diversas.

Conhecido em seu Estado como alguém “que não leva desaforo para casa”, Ciro Gomes buscou, ao longo de sua trajetória, fazer da retórica um de seus trunfos, conforme pode se ver em declaração feita quando de sua gestão como governador: “Eu tenho clara noção de que a palavra é um instrumento de poder. O poder real se compõe de várias coisas que são mal compreendidas por pessoas mal compreendidas. Informação é um instrumento de mérito” (*O Povo*, 16/01/91; Diógenes 2002:112).

Em outra circunstância, a revista *Veja*, em matéria intitulada “os torpedos do Governador”, apresenta o seguinte comentário: “Ciro Gomes, consta que ele é um administrador de sucesso e um dos mais importantes nomes do PSDB. O título que ainda lhe falta é o de “Boca do Inferno”, o apelido dado ao poeta barroco Gregório de Matos. Assim como o poeta baiano, Ciro não tem papas na língua. Opina sobre os mais diversos assuntos com tamanha desenvoltura e ironia que já consolidou a fama de polemista” (*Veja*, 12/92, encarte 28 *graus*; Diógenes 2002:115).

A fama positiva de polemista, dotado de uma retórica exemplar, não eximia o político cearense de críticas negativas sobre seus “arroubos de personalidade”. Algumas frases declaradas durante sua trajetória política tornaram-se notórias. Em polêmica contra o movimento dos profissionais da saúde, período em que era governador do Ceará, em 1992, comparou os médicos ao sal: “branco, barato e tem em todo lugar” (*Veja*, 09/10/2002). Em outra circunstância, à mesma época, afirmou que “a Justiça tratava o Estado como se fosse a casa da mãe Joana”.

Essas e outras declarações foram apropriadas durante a última campanha eleitoral presidencial, constituindo um ataque do tipo feitiço contra o feitiçeiro. As alusões feitas à agressividade e ao descontrole estiveram presentes sobretudo no programa do adversário José Serra, exibido no Horário Eleitoral Gratuito, incluindo também pequenas chamadas expostas na TV, inicialmente sem autoria explícita. A comprovação do “descontrole emocional” do candidato do PPS é ilustrada através de situações gravadas aparentemente de modo espontâneo, sendo por isso indicadoras de informações a serem passadas ao público sobre a “verdadeira face de Ciro Gomes”. Outras *revelações* sobre a vida do candidato desmentiam sua afirmação de haver sempre estudado em escola pública. A chamada final, após o relato de cada episódio narrado como sendo “desconhecido do público”, ocorria através da interrogação dirigida ao telespectador: “Ciro, verdade ou mentira?”

Em um dos programas de José Serra, aparece um episódio apresentado como *flagrante* no qual o candidato do PPS chama de “burro” um ouvinte de rádio. Outro *flagrante* mostra mais um exemplo de *agressividade*. Nele o concorrente pelo PPS acusa frontalmente um jornalista de pilantra, ocasião na qual o candidato José Serra indaga: por que você fez uma acusação sem provas? O senhor acha que é desse jeito o comportamento de alguém que quer ser presidente?”

Outras referências indiretas, mencionadas por José Serra em seu programa, continham a mensagem dirigida ao seu rival: “Você não governa o Brasil com desequilíbrio emocional, você não governa o Brasil no grito”.

Opiniões difundidas pela imprensa sobre o comportamento do candidato do PPS vão consolidar dúvidas sobre sua capacidade de desempenho do cargo almejado, tendo em vista a *dificuldade de controle emocional*. Assim realçava a revista *Isto é*:

“Sua fama é a de pavio curto, de quem perde a paciência com facilidade e não

pensa duas vezes antes de atirar as quatro pedras que traz sempre na mão”. O revide aos ataques busca água da mesma fonte, tentando converter atributos psicológicos negativos em positivos. Alusões à *sinceridade e ao poder de indignação* aparecem mencionadas como valores peculiares a um político *autêntico*. É nesse sentido que o marqueteiro e cunhado de Ciro, Einhart Jacome, declara, na mesma reportagem da revista *Isto é*, “que não se pode confundir ‘agressividade com indignação’. A reportagem dá seguimento às suas reflexões: “O fato é que o estilo bateu levou e sem papas na língua tem agradado porque, segundo publicitários ouvidos pela *Isto É*, faz com que ele se descole das exaustivas estratégias de *marketing*. Ciro está sendo ele mesmo. Ultimamente claro anda de bom humor. ‘peguei o pau e arara no sentido inverso’ brinca ele, que nasceu em Pindamonhangaba, no interior de São Paulo, mas voltou para Sobral (CE) com a família ainda criança” (*Isto É*, 31/07/2002:25).

A busca de uma autenticidade demonstrada na vida pessoal, ou a afirmação da indignação como contraposição às acusações de agressividade, representaram uma tentativa de negação das avaliações fundamentadas na associação entre *comportamento emocional* e inaptidão para o cargo de presidente.

As *características de personalidade*, expostas através de gravações contidas nos programas de Serra, mostrando situações de descontrole produziam, por outro lado, o efeito de comprovação através da imagem: a ação de uma câmara capaz de detectar *flagrantes* de faceta do candidato desconhecida do público. A demonstração produzia o sentido de realidade a que se refere Barthes (1990), quando pensa na imagem e sua capacidade de induzir um sentido de verdade, assumindo a condição de prova irrefutável.

Outras associações formulavam também claramente a construção da imagem do *aventureiro* ousado, considerado semelhante ao ex-presidente Collor, também conhecido pelos “arroubos de personalidade”. Uma situação marcante, bastante explorada durante o período de competição entre os candidatos, ocorre no momento em que um jornalista indaga sobre o papel de Patrícia Pilar na campanha, obtendo como resposta a afirmação “a minha mulher tem papel fundamental. Ela dorme comigo”. A frase proferida no momento da campanha em que as acusações estavam no auge terminou por atribuir ao candidato o qualificativo de *intempestivo*.

Em diferentes circunstâncias da campanha as características temperamentais do candidato pelo PPS são mencionadas. A Revista *Época*, por exemplo, sob o título *Psicanálise eleitoral*, em página onde se destacam pequenas notas informativas sobre o tema, afirma que o comando tucano havia contratado três psicanalistas para anotar falhas e reações do candidato da Frente Trabalhista. O objetivo seria o de descobrir “fragilidades e vulnerabilidades psicológicas” (*Época*, 09/09/2002:8).

Outras reportagens difundidas em periódicos diversificados seguem o mesmo percurso de “avaliação psicológica” do candidato, conforme revista *Época* de

16/9/2002: “O tom agressivo ajudou o candidato do PPS a fazer carreira meteórica, mas ameaça destruí-lo”. A mesma reportagem assinala que a carreira política de Ciro Gomes estava sob risco, sendo ele próprio considerado promotor de sua destruição pela palavra, a julgar pelo excesso de declarações emitidas sem o devido cuidado.

Discussões sobre o perfil do candidato do PPS opõem substantivos como sinceridade, coragem, prepotência e agressividade, conformando-os em face das posições de apoio ou crítica. Observam-se, através dos registros mencionados, as múltiplas possibilidades de manejo da “personalidade” de Ciro Gomes, ora vista como exemplo da coragem e obstinação, ora apresentada como radical e insequente, levando-o a declarar em entrevista “que não havia entrado para um concurso de personalidade” (*Veja*, 25/09/2002).

As *avaliações psicológicas* difundidas em torno do candidato Ciro Gomes explicitam, de modo mais evidente, o caráter alusivo e acusatório dos sentimentos. Sentimentos também vistos como modos de classificação e julgamento, apontando não apenas o “sentir com” mas o “sentir contra”. As avaliações comprovam ainda o fato de que sentimentos atribuídos por outros, como traços reveladores de uma *personalidade*, definem um espaço de diferenças, delimitam adesões e promovem o circuito de denúncias e defesas<sup>7</sup>. Funcionam como espécie de *biografia* não autorizada.

A “campanha do medo”, de apelos coletivos mais explícitos e dimensão acusatória menos evidente, apresenta outra forma de expressão dos sentimentos à época da campanha eleitoral.

### Medo: a expressão apelativa dos sentimentos

Justificativas sobre a escolha de candidatos por motivos racionais, em oposição aos “riscos do desconhecido”, fazem parte de argumentos usuais explicitados sobretudo em cenários eleitorais polarizados. Pesquisa sobre outras campanhas eleitorais municipais no País<sup>8</sup> atestam a existência de boatos sobre a destruição de festas populares, sobre a perda de direitos sociais ou mudanças drásticas outras capazes de afetar a vida da população. As diversas campanhas eleitorais que tiveram Lula como candidato repetem a marca dos temores de uma vitória que poderia mudar a estabilidade do País (Chaia 2002).

As alusões ao medo na última campanha presidencial destacaram-se por sair da esfera do boato, sem autoria assumida, para se transformar em discurso de alerta dirigido à população. O ato inaugural para o desencadeamento da polêmica que ficou conhecida como “campanha do medo” ocorreu durante o segundo turno, na fase final da disputa.

A atriz Regina Duarte assim afirmou o que seriam seus temores pessoais a respeito do futuro político do País, durante o programa do PSDB: “Estou com

medo. O país corre o risco de perder a estabilidade. Não dá pra jogar tudo na lata do lixo. O Serra eu conheço, sei o que vai fazer. O outro eu achava que conhecia. Isso dá medo na gente. Medo da inflação desenfreada de 80% ao mês”. O discurso nutria-se ainda de argumentos baseados na crise do mercado, convocando, ao final, os eleitores a optarem por uma “mudança segura”. O discurso do medo, ao contrário do boato, saía do estatuto do rumor episódico transformando-se em fala autorizada. A locução direta e pública da atriz popularmente conhecida, dirigida ao eleitor, incluído provavelmente entre seus fãs, tornava o discurso legitimado e dotado potencialmente de eficácia. A conhecida porta-voz de sentimentos novelescos e seriados adentrava na campanha eleitoral com a força da dramaturgia e o argumento da “realidade”. Questões sobre o teor de sua declaração – como atriz? Como mulher? Como cidadã? – propiciavam deslocamentos de sentido. Novos sentimentos emergiam. A raiva de uma atriz “usada pela propaganda”, conforme opiniões emitidas em jornais, teve como contraposição afirmações sobre o direito a “expressar o que sente”.

Em resposta à evocação ao medo, a atriz Paloma Duarte, reclamando do “absurdo da propaganda” de sua colega de profissão, declara no programa de Lula: “Estou chocada com o uso do terrorismo, com o uso do medo numa eleição para Presidente da República do meu país”. Conclui suas colocações com essas palavras: “um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira em vez de se calcar em suas próprias virtudes para tentar se eleger não merece a minha confiança. E, no meu entender não mereceria jamais ser presidente da República”.

O tema do medo teve grande repercussão na imprensa, gerando artigos com críticas e defesas. Opiniões contundentes a favor e contra Regina Duarte vieram dos mais diferentes lugares: jornalistas, intelectuais e profissionais do meio artístico. Interpelada pela Folha de São Paulo acerca do teor de suas declarações, Regina Duarte afirma não ter se arrependido de manifestar-se, sendo sua opinião também representativa de uma parcela significativa da população brasileira.

De fato, o medo instituiu um antagonismo entre ordem e caos, funcionando de modo performático. Ao contrário de outros sentimentos suscetíveis de expressão pública mais evidente, o medo, no limite, convocava o silêncio. Sugeriu a cautela e a prudência, sentimentos capazes de serem materializados em ações individuais. E foi a cada um dos eleitores que a atriz tentou falar. Seu discurso personalizado buscava atingir o eleitor indefinido: a parcela indecisa e vulnerável ao medo.

O discurso sobre o medo, entretanto, não se posiciona como uma fala inusitada. De fato apela para temores reais que atingem a todos: a incerteza cambial, a inflação, a instabilidade etc. A evocação ao medo representa também um somatório de sentimentos restritivos difusos que podem ser potencializados, tal como se expressou Regina Duarte diante das reações à sua fala: “A impressão que eu tenho é que eu toquei num nervo exposto, de um sentimento enorme que está aí. O meu

sentimento não é um sentimento isolado. É um sentimento grande. Senão, não teria a repercussão que teve (“Folha de São Paulo, 19/10/2002). Os discursos sobre o medo, acompanhados de novas declarações de artistas a favor da livre expressão em resposta a críticas e acusações de patrulhamento, foram acrescidos de apelos a “não ter medo de ter medo”. O tema da esperança, surgiu como reação ao medo, polarizando com novas roupagens o antigo binômio oposição e situação.

O *slogan* de Lula, “sem medo de ser feliz”, já atentava para a aposta no sentimento, reconhecendo a existência de um medo coletivo subjugado aos critérios da racionalidade e adesão ao já conhecido. Aparentemente reconhecendo a justiça das motivações emocionais, os argumentos autodenominados racionais lançam mão das contingências que afirmam a necessidade de priorizar o princípio de realidade. O chamado risco Brasil e as oscilações do mercado entraram na campanha presidencial como “imposições da realidade”, exigindo a dose necessária de controle.

As situações discutidas alusivas à emoção, à agressividade e ao medo remetem a diferentes formas de explicitação dos sentimentos. Estes, configurados como sentimentos *assumidos*, *atribuídos* e *provocados*, passam a ter significados em uma dinâmica de enfrentamentos e valorações. Funcionam como crédito ou descrédito para os candidatos, evocando também espaços coletivos imaginados – “todos unidos no mesmo sentimento”. As ideologias nutrem-se também dessas construções imaginadas de sentimentos coletivos capazes de acenar com entusiasmo mais ou menos ostensivo.

### Gestão e expressão dos sentimentos no espaço público

A expressão dos sentimentos no espaço público não se separa de processos históricos de disciplinamento e controle vigentes também em campanhas eleitorais, conforme observou Elias (1997:44), caracterizadas pelo represamento das paixões.

No contexto das campanhas eleitorais, é viável portanto pensar na existência de uma “gestão das emoções e sentimentos”, em sentido menos amplo do que aquele designado por Elias, objetivando torná-las compatíveis com as regras e normas do espaço público. Dispositivos de controle para reprimir abusos eleitorais<sup>9</sup>, medidas para evitar embates diretos entre candidatos, mediações feitas por jornalistas durante debates televisivos e outras formas de disciplina direcionadas pelos profissionais da publicidade, sobre o “quê e como deve ser dito”, demonstram a existência de regulação verificada ainda através de uma expressão necessária das “boas emoções” no “momento exato”.

A transição eleitoral ameaçada pelos “riscos” supõe a gestão de um processo sempre passível de interferência de outras instituições, conforme opinião emitida em documento veiculado pela CNBB, através de Dom Jaime Chemello, que “condenou



o tom agressivo que tem dominado o debate político envolvendo os candidatos à presidência da República” (*Diário do Nordeste*, 31/07/2002).

Via de regra, é possível dizer que disputas entre os candidatos materializadas em palavras são geralmente percebidas como falta de educação ou capacidade de formar intrigas – “políticos que vão para a televisão apenas para falar mal dos outros”. Frases dessa natureza ocupam as versões negativas sobre a política e os políticos, já sedimentadas em parcelas significativas da população. Tudo se passa como se os políticos devessem “dar o bom exemplo”, refutando intrigas e acusações consideradas de “baixo nível”. A prevalência desse suposto funda-se, ainda, na diferenciação feita entre os que *fazem algo* e os que *só fazem falar mal*. Classificações negativas também atribuídas aos chamados radicais, raivosos e hábeis para formar intrigas comprovariam a incapacidade de assumir a condição neutra e tranqüila do estadista, tal como o prescrito nos ensinamentos de Maquiavel, para quem o esforço controlado das paixões em prol da racionalidade constituía um dos requisitos fundamentais para assegurar o bom governo. Independentemente das recomendações do ideólogo do Príncipe, as avaliações fundadas em critérios psicológicos não se descolam das expectativas construídas sobre o perfil esperado de um representante político.

O manejo dos sentimentos não aparece apenas em sua forma disciplinar referente ao controle sobre o “clima de campanha”. Diz respeito também a usos e interesses relacionados à legitimação de candidaturas. Os sentimentos integram uma retórica de conteúdos performáticos (Austin 1990) com poderes de classificar e induzir novos sentimentos coletivos, de modo a balizar o lugar e papel dos concorrentes. A estratégia da busca de “fragilidades” dos concorrentes faz surgir, nesse momento, o espaço das vulnerabilidades, acionando *avaliações de personalidade*.

A expressão dos sentimentos não se separa, portanto, dos lugares de disputa entre concorrentes. A posição até certo ponto confortável do candidato do PT, baseada nas intenções majoritárias de voto, permitiu a criação do “Lula Light” que evitava revides agressivos, motivo de vanglória do candidato do PT que afirma ter levado a campanha “com paz e amor” até o final. A tensão, nesse sentido, transferiu-se para a disputa pelo segundo lugar, polarizando os concorrentes que almejavam a ida ao segundo turno. De todo modo, polêmicas sobre o caráter dos programas levavam em consideração o binômio razão *versus* emoção, tal como expressou Arnaldo Jabor em declaração proferida na televisão, logo após o resultado eleitoral: “No primeiro turno Lula foi mais emoção, agora tem que ser mais razão. Serra no primeiro turno foi mais razão, agora tem que ser mais emoção”.

É possível distinguir, no âmbito das classificações sobre os sentimentos, aqueles considerados positivos de outros percebidos como negativos, tendo por base situações nas quais eles despertariam adesão, rejeição ou constrangimento. Não por acaso, a serenidade nos debates entre concorrentes precisa ser dosada por

um mediador capaz de impedir a emergência de conflitos radicais. Do lado dos candidatos, a *performance* no uso da voz e das atitudes em geral, exige dos profissionais do *marketing* o aconselhamento sobre o controle *adequado* das emoções<sup>10</sup>.

A expressividade das emoções e sentimentos, por outro lado, esteve relacionada ao papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa no registro do momento eleitoral. Ao acentuar frases de impactos proferidas por candidatos e mostrar situações de confronto entre concorrentes, em momentos diversos de suas vidas, os meios de comunicação contribuíam para criação do *clima de campanha* que pretendiam, supostamente, apenas relatar:

“Lula e Serra chegam ao segundo turno depois de suportar uma alta carga de stress, problema que atinge 20% dos brasileiros. Na reta final da campanha, o desafio emocional será ainda maior” (Revista semanal informativa *Tudo de eleições*, de 11/10/2002:12 A). A mesma reportagem comenta ainda sobre a necessidade de manutenção do “controle emocional” e do “equilíbrio”, percebidos como elementos fundamentais para o sucesso da campanha eleitoral presidencial. Na mesma direção, a revista *Isto é*, de 15/5/2002, traz como reportagem de capa a sigla *TPE*, indicando vários pontos necessários ao controle da *tensão pré eleitoral*.

O papel da imprensa como veículo difusor da imagem dos candidatos e lugar de registro das ocorrências de campanha nesse período, faz pensar sobre a expressão das emoções no espaço público. Em referência a esse tema é importante recuperar as reflexões de Sennet (1999) sobre a perda de sentido da vida pública e supremacia do espaço privado produzindo, segundo o autor, uma inversão de valores e papéis desempenhados por atores sociais. O estatuto do espaço privado, como um lugar de verdade e refúgio, tornaria a percepção do mundo público como a esfera do engano, transformando a lógica da apresentação dos indivíduos e suas formas de expressão pública em um sistema de avaliação pessoal. Os sentimentos, por outro lado, perderiam suas fronteiras, pois não se achariam refreados por um mundo público com suas normas e regras sociais de convivência.

A sociedade transformada em um *grande sistema psíquico*, na expressão de Sennet (1999), realizaria uma travessia de códigos, emprestando credibilidade ao político pelo tipo de *homem que é* e não por ações ou programas que defende. Uma figura pública, no contexto de um espaço público esvaziado, deveria apresentar aos outros “aquilo que sente”, sendo essa representação sobre seu sentimento o móvel que suscitaria credibilidade. O enfraquecimento dos papéis públicos, finalmente, converteria o discurso político em discurso psicológico.

Nessa troca de papéis e atores sociais, valoriza-se então a autenticidade sem fronteiras, anulando a distância entre o sentimento pessoal e aquele a ser transmitido, independentemente das regras de expressão compatíveis com os códigos vigentes no espaço público. Na política, esse processo se apresentaria através do culto à personalidade, tornando os políticos vulneráveis a avaliações de caráter privado,

tendo em conta o fato de seus comportamentos não serem vistos como públicos e submetidos, conseqüentemente, ao desempenho de papéis públicos<sup>11</sup>. A expressão pública é substituída por uma máscara de proteção, sendo os meios de comunicação de massa potencializadores dessa fronteira borrada entre público e privado, reforçando o culto à apresentação da personalidade de figuras políticas.

Utilizando a metáfora do teatro, Sennett, baseado em observações históricas, considera que o espaço público assemelhava-se no passado à esfera da representação teatral. Nela as emoções individuais e sua expressão atuavam em espaços separados. O ator não precisava “sentir de fato”, mas transmitir o sentimento da melhor maneira. Também no espaço público as pessoas apresentavam seus sentimentos segundo regras e códigos, como um ator interessado em diferenciar o eu de seu desempenho.

As reflexões de Sennett ajudam a pensar sobre o espaço atribuído ao tema das emoções e sentimentos no âmbito da campanha eleitoral presidencial e suas apropriações relacionadas à “personalidade dos candidatos”. A busca da “verdadeira” personalidade de Ciro, considerada intempestiva e agressiva, e as reações voltadas para o reforço à *autenticidade* e *sinceridade* articulam-se na busca de reconhecimento do político segundo os atributos pessoais. Também as lágrimas de Lula somam-se ao reforço da *autenticidade*: uma “história vivida” permeada por “emoções verdadeiras”.

A analogia entre teatro e política tem, no contexto eleitoral analisado, outros referentes importantes à discussão. O papel desempenhado por artistas na campanha eleitoral revela outro importante traço de união entre sentimentos, expressão pública e credibilidade.

O medo como metáfora das disputas ideológicas também convalida, por seu turno, a idéia de um espaço político atravessado por critérios psicológicos de avaliação. Tudo se passa como se sentimentos privados e credibilidade política navegassem em afluentes comuns, desaguados em um mesmo universo de crenças. A expressão obrigatória dos sentimentos, referida por Mauss para pensar em lugares socialmente construídos de enunciação, torna-se mais complexa por conta das articulações invertidas entre vida íntima, vida pública e publicidade eleitoral.

### Mulheres e artistas: como porta-vozes de sentimentos

A presença de artistas nas campanhas eleitorais prestando depoimentos ou cantando tem sido cada vez mais comum. No interesse de popularizar as mensagens políticas, cantoras consagradas como Elba Ramalho, duplas sertanejas e atrizes de novela são requisitadas, visando tornar os programas eleitorais objeto de maior atração. Algumas atrizes tiveram papel preponderante na campanha, no sentido de atuarem como símbolo das disputas entre candidatos. Patrícia Pilar, inicialmente

atuante na campanha e posteriormente mais discreta, recupera o papel relevante no momento em que seu companheiro, Ciro Gomes, é acusado de agressivo. A intervenção mais forte da atriz nos programas eleitorais ocorre na tentativa de oferecer testemunho pessoal sobre as qualidades do candidato de modo a minimizar o teor acusatório das avaliações de seus concorrentes. Refere-se, nesse sentido, Patrícia Pilar ao temperamento direto e sincero do companheiro como seu estilo peculiar e prova de autenticidade. Os *bons sentimentos*, sinceridade e autenticidade buscam ocupar o lugar da *agressividade* e do *descontrole*. A atriz afirma, ainda, seu amor ao companheiro, lembrando a solidariedade a ela prestada “no momento em que mais precisava”, por ocasião da descoberta e tratamento de sua doença. O companheirismo de Ciro a Patrícia Pilar reforçou a duplicidade positiva de papéis. Segundo a imprensa, “a idéia de que o marido ‘abandonou tudo para ficar do lado da amada’ emociona o leitor, principalmente em um país onde o público e o privado se confundem até na política” (*Isto É*, 31/7/2002: 26).

Em outro programa eleitoral, difundido em 21/09/2002, a companheira do candidato do PPS mostra-se no horário do meio dia em um quadro intitulado “Meu diário”. Nesse momento aparece sentada em uma cama e levanta os olhos para o público dizendo: “Vocês sabem que eu fui treinada para sentir emoções. Mas agora, na campanha do Ciro eu sinto emoções de verdade”.

De fato, a presença da atriz já vinha sendo considerada como um dos elementos fundamentais responsável pelo crescimento de votos, reconhecido pelo presidente do IBOPE quando afirmava: “Ciro é carismático, tem emoção e a combinação com Patrícia o fortalece” (*Isto É*, 31/07/2002).

O papel mais espetacular desempenhado por profissionais do meio artístico ocorreu quando da declaração da atriz Regina Duarte a respeito do medo, revelando outras conexões entre representação artística e a apresentação política. As analogias de Sennett entre a expressão pública das emoções e a representação teatral deixam de constituir uma metáfora para tornar-se, de fato, exemplo de caminhos cruzados que articulam diferentes domínios da vida social. A função das atrizes durante a campanha pode significar “uma economia das emoções” de candidatos que evitam se confrontar. Transfere-se assim o desgaste pessoal para personagens relativamente protegidas pelo papel artístico que desempenham.

Ao lado das atrizes, as mulheres desempenharam papel de destaque na campanha, apresentando-se tanto como porta-vozes de sentimentos e emoções como testemunhas de “vida exemplar” de seus companheiros. A presença de Mariza na campanha de Lula, a escolha da vice de Serra, Rita Camata e o papel de Patrícia Pilar são exemplos da tentativa de imprimir marcas de *sensibilidade* à campanha.

Uma cena difundida no programa de Lula é bastante significativa a esse respeito: mulheres grávidas dançam de branco em campo verde, ao som de bolero de Ravel. Vários ícones promotores de sensibilização nesse momento são

apresentados: a gravidez, o ritmo compassado da música, a evocação ao futuro. As imagens transmitem a disputa pela representação simbólica do País, sendo as emoções absorvidas e transformadas em razões para votar: “se você não pode escolher como será seu futuro filho, pode escolher como será o futuro presidente”.

### Sentimentos no Tempo da Política – apontamentos para uma agenda de pesquisa

As campanhas eleitorais podem ser vistas como momentos privilegiados de explicitação, construção e expressão de emoções e sentimentos. Os próprios ritos vigentes nesse momento propiciam manifestações efusivas baseadas em adesões radicais, dividindo o espaço social em lados que se opõem, tornando peculiar o tempo da política (Palmeira e Heredia, 1995).

Os comícios são paradigmáticos na capacidade de apresentar expressões coletivas de apoio, geralmente acompanhadas de gestos promotores de emoções em cadeia. Outros eventos são igualmente signatários de adesões efusivas. A “caravana da cidadania”, que caracterizou a campanha presidencial de 1993 do candidato pelo PT, singularizou-se como ritual evocador de sentimentos metaforizados no encontro com o *Brasil Profundo*, feito de perdas, sofrimentos e desigualdades<sup>12</sup>.

As emoções suscitadas por um “clima de campanha” e os discursos propagados pela imprensa e televisão, sobre o comportamento emocional dos candidatos, contribuem, de modo performático, para a construção de uma retórica de campanha. Trata-se de um contexto que de modo mais evidente obriga o pesquisador a não tomar os sentimentos como categoria substantiva. Antes pensá-los como parte de uma competição baseada em classificações e lutas pela busca de credibilidade política. Os sentimentos na política não se encontram separados de um discurso sobre os mesmos, construídos em momentos diferenciados de campanha. Integram, nesse sentido, o circuito da tensão, excitação e relaxamento presente em disputas esportivas (Elias 1985), ou outras formas de embate que mimetizam a competição social.

Os sentimentos difundidos à época das campanhas vão estar materializados em discursos que passam a ter eficácia simbólica na medida em que se encontram associados a valores considerados importantes na conformação da imagem de candidatos.

As apresentações de candidatos compõem assim o conjunto das lutas simbólicas por reconhecimento político amparadas em suposições de *autenticidade*, *falsidade* e *credibilidade* de sentimentos. Se a sensibilidade presente nas lágrimas simbolizam uma reação que poderia ser traduzida como exemplo das “boas emoções”, outras expressões traduzidas como demonstração de “agressividade” atuam de forma restritiva, tal como pode ser verificado na disputa entre José Serra e Ciro Gomes.

Nos termos de uma pesquisa torna-se importante verificar como os sentimentos são representados em práticas e discursos que operam no campo da política (Bourdieu), mobilizando intercâmbios entre “vida pessoal” e credibilidade – o trânsito entre representações construídas no mundo público e privado.

A dimensão expressiva dos sentimentos no contexto das campanhas eleitorais não se separa do universo das crenças e das estratégias de apropriação e difusão de valores. Há, nesse sentido, uma gestão peculiar dos sentimentos realizada de forma ampla e difusa com base em classificações positivas e negativas dos candidatos. Os sentimentos colaboram assim para instituir o *clima de campanha* e o espaço de competição entre os candidatos. Os investimentos promotores de reações radicais de adesão e rejeição convertem o contexto eleitoral em um dos momentos mais oportunos de desmistificação da ordem natural dos sentimentos.

Tomar a expressão dos sentimentos no âmbito de campanhas eleitorais constitui um ponto de partida importante para se apreender mapas cognitivos capazes de evidenciar os intercâmbios entre classificações psicológicas e valores morais que cerceiam o mundo social e o espaço da política.

### Notas

<sup>1</sup> Os concorrentes de maior competitividade ao pleito presidencial foram os seguintes: Luís Inácio Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB).

<sup>2</sup> Estou pensando na *performance* e retórica como partes de um conjunto de práticas e discursos que caracterizam as formas de apresentação dos candidatos. A alusão à apresentação, na perspectiva de Goffmann (1985), permite entendê-la no âmbito de um investimento que se traduz em papéis, interações e imagens.

<sup>3</sup> Debates vigentes na literatura sobre o tema das emoções apontam interpretações em disputa sobre o teor analítico do tema. William Reddy (1997), por exemplo, critica o discurso baseado em práticas estruturais e normativas as quais, segundo ele, têm monopolizado a atenção etnográfica na pesquisa sobre o afeto. A fala e os gestos emocionais não podem, na visão do autor, ser bem caracterizados como “discursos” derivados de teorias pós estruturalistas de Foucault ou das “práticas” segundo as teorizações de Bourdieu e Giddens, entre outros. O autor pretende substituir a perspectiva chamada construcionista por outra que valoriza o manejo da emoção em determinados contextos, seguindo a lógica dos atores e o modo como se utilizam de expressões e linguagens sociais. Para efeito das discussões aqui propostas, importa superar essa antinomia, compreendendo, de modo articulado, a especificidade dos discursos eleitorais, o manejo das emoções e sentimentos e os interesses dos agentes preocupados em ampliar seu grau de reconhecimento.

<sup>4</sup> A “campanha do medo” como forma de estratégia política encontra-se bem formulada no texto de Vera Chaia (2002) que analisa o modo como apelos sentimentais desse teor foram recorrentes em diversos pleitos que tiveram o candidato do PT como postulante à Presidência da República.

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre a biografia e suas expressões narrativas, ver Bourdieu (1970: 74-82).

<sup>6</sup> Ver Annie Collovald (1988:29-40).

<sup>7</sup> Paul Dumonchel (1999) percebe as emoções como parte de um processo coordenado: somos sensíveis uns aos outros. O autor toma como referência as discussões de Hobbes quando este pensa que as emoções não são descritivas mas relacionais, implicando meios de acusação, exortação e exoneração. O vocabulário das emoções é nesse sentido alusivo.

<sup>8</sup> As campanhas municipais de Natal e Maceió constituem exemplos interessantes de propagação de boatos alusivos a mudanças de festas e outras manifestações populares na hipótese de vitória de candidaturas de oposição. Ver Barreira (1999:148-185).

<sup>9</sup> A respeito das práticas de contravenção designadas legalmente como “crimes eleitorais” ver Barreira, César (2001:31-47).

<sup>10</sup> A revista *Veja* do dia 14/8/2002 exemplifica essa questão, comentando as exigências de *performance* dos candidatos: “Existem algumas regras não escritas a respeito da forma como os candidatos devem vestir-se. E uma delas é evitar o suor de camisas azuis, pelo simples motivo de que, se o candidato ficar tenso e começar a suar, a parte molhada ficará visível, o que não acontece com a camisa branca”.

<sup>11</sup> As reflexões de Habermas sobre a mudança estrutural na esfera pública chamam atenção para a existência de um caráter publicitário mediado por profissionais “contratados para vender política apoliticamente”. A esfera pública manipulativa passa a ser baseada no cálculo sócio-psicológico através da presença de símbolos de identificação (Habermas 1984: 246-258).

<sup>12</sup> Sobre a Caravana da Cidadania como forma ritualizada de campanha política ver Barreira (2000).

<sup>12</sup> Sobre a interpretação da briga de galos como expressão da cultura balinesa ver Geertz (1989:217). Segundo o antropólogo, a briga de galos à moda de um texto só se faz apreender através de um vocabulário de sentimentos no qual se inclui o risco, a derrota e o prazer do triunfo. A briga de galos e sua forma violenta de expressão afirma que é com essas emoções que a sociedade é construída, criando de forma paradigmática a projeção do que poderia acontecer se a vida fosse de fato totalmente modelada por sentimentos.

### Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD AND LUTZ CATHERINE A. 1990. “Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life” . *Language and politics of emotion*, Cambridge: University Press: Cambridge.
- AUSTIN, J.L. 1990. *Quando dizer é fazer, palavras e ação*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- BARREIRA, Irllys. 1999. “Entre mulheres : jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais”. BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs) 1999. Pp. 148-185. *Candidatos e candidaturas, enredos de campanha eleitoral no Brasil*, São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Chuva de papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- BARTHES, Roland. 1990. *O Óbvio e o obtuso*, trad. Léa Novaes, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*, Trad. Mariza Correia, Campinas: Papyrus.
- CHAIA, Vera. 2002. “Eleições no Brasil: o medo como estratégia política”, Trabalho apresentado no III Encontro Internacional de Estudos de Comunicação e Política. Facom, UFBA, 14 a 16 de dezembro.
- COLLOWALD, Annie. 1988. “Identité(s) stratégique(s). *Actes de la recherche en sciences sociales*, 73, Paris: Éditions de Minuit. pp. 29-40.
- DIÓGENES, Glória. 2002. “Ciro Gomes: percursos de uma imagem. PARENTE Josênio e ARRUDA José Maria (orgs), *A era Jereissati*, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. pp. 107-124.
- DUMOUCHEL, Paul. 1999. *Émotions, essai sur le corps et le social*, Institut Sythélab pour le progrès de la connaissance, Le Plessis: Robinson.
- ELIAS, Norbert. 1997. *Os Alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. 1985. *A busca da excitação*, Trad. Maria Manuela Almeida e Silva, Lisboa: DIFEL.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.
- GOFFMAN, Erving. 1985. *A representação do eu na vida cotidiana*, Petrópolis: Vozes.
- HABERMAS, Jurgen. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*, Trad. Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MARTIN, Jean Baptiste, LAPLANTINE, François e PORDEUS, Ismael (orgs), *Usages Sociaux de la memoire et de l’imaginaire au Brésil et en France*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- MAUSS, Marcel. 1979. “A expressão obrigatória dos sentimentos”, Roberto Cardoso de Oliveira (org) *Mauss*, São Paulo: Ática.
- PARANÁ, Denise. 2002. *Lula, o filho do Brasil*, Fundação São Paulo: Perseu Abramo.
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. 1995. “Os Comícios e as Políticas de Facções”, *Anuário Antropológico*, n. 94, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- REDDY, William R. 1997. “Against constructionism: The Historical Ethnography of Emotion”, *Current Anthropology*, vol 38, Number 3, June, pp. 256-258.
- SENNETT, Richard. 1999. *O declínio do homem público, as tiranias da intimidade*, Trad. Lygia Araujo Watanabe, São Paulo: Companhia da Letras.

## Parte II

### ESPAÇOS DA POLÍTICA

## Da paisagem ao foco: a pobreza nos discursos sobre o Brasil\*

*Marcia Anita Sprandel\*\**

Uma genealogia da categoria “pobreza”, em mais de cem anos de discursos intelectuais e políticos sobre o país, demonstra que os padrões explicativos do passado sobre nossos males remetem sobretudo à raça, doença, fome ou clima. No entanto, nos debates políticos contemporâneos, especialmente no Congresso Nacional, se discute uma “pobreza” tratada como “problema técnico”, capaz de ser contornado com cálculos, focalizações e redistribuições orçamentárias.

Como explicar que praticamente nenhum dos argumentos das retóricas passadas sobre a pobreza permaneça explícito? Em que momento o predomínio da explicação numérica teria se sobreposto ao da retórica? Partindo do princípio bourdiano de que os discursos políticos ou intelectuais têm uma eficácia simbólica capaz de construir e de classificar a realidade, recupero a seguir os aspectos principais das interpretações e discursos sobre a pobreza no Brasil, buscando elucidar como se deu em nosso país a construção da pobreza como problema nacional.

Mary Poovey (1998), que estuda a gênese de categorias abstratas universais, tais como “humanidade”, “sociedade”, “mercado” e “pobreza”, foi pano de fundo para tal análise. Preocupa a autora analisar mais especificamente o longo processo de reconhecimento social da importância dos números. Poovey demonstra que tal processo, que chama de “fato moderno”, foi acompanhado por uma progressiva diminuição da importância da política na interpretação da realidade, dentro de uma lógica de rompimento da conexão entre a descrição e a interpretação.

A tese defendida por Poovey considera um equívoco aceitarmos friamente o que os números pretendem mostrar. Propõe, ao contrário, que identifiquemos o que seu uso revela e qual o seu interesse para os governantes. Neste sentido, sua teoria

---

\* Versão resumida das principais discussões da tese de doutorado “A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil”, defendida no PPGAS/UnB (2001).

\*\* Doutora em Antropologia Social, pesquisadora do Núcleo de Antropologia da Política/UnB.

torna-se importante para o questionamento das teses sobre a pobreza baseadas em quantificações e focalizações. Além disso, Poovey demonstra como se dão no tempo as mudanças de olhares sobre determinadas realidades e quão profundamente nossas idéias do senso comum têm um débito com noções que pertencem ao passado.

### A pobreza como paisagem no pensamento social brasileiro

Tentativas de interpretar o Brasil são tão antigas quanto o desembarque dos portugueses, em 1500. Mas foi sobretudo a partir da década de 1870 que as nossas elites intelectuais e políticas passaram a debater com maior paixão e intensidade nossos “problemas nacionais”, tendo como fundamentos teóricos o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo. Neste debate se envolveram pensadores, romancistas, juristas, médicos e engenheiros, que produziram *diagnósticos e terapias* (Oliveira 1999:147) sobre o país.

Identificar referências à “pobreza” nos textos clássicos do pensamento social brasileiro não é tarefa complexa. As referências aparecem na maior parte dos trabalhos consultados. Mas logo percebemos que a pobreza não foi a atriz principal dos grandes debates nacionais. Configurou-se, antes disso, como um cenário imóvel ou uma eterna coadjuvante, que tinha como função apoiar os grandes atores: raça, povo e organização nacional. Eventualmente, tiveram seus momentos de glória a tristeza, o saneamento e a nutrição. Parafrazeando Mary Poovey, a pobreza só se tornaria um fato moderno no Brasil no último quartel do século XX.

Até o final da Segunda Guerra Mundial (com a derrota da Alemanha e a condenação do nazismo por parte da opinião pública internacional), nossos pensadores se preocupavam sobretudo em saber se – com a configuração racial que nos coube – teríamos condições de nos transformar algum dia em uma nação. Questionavam se a população brasileira poderia ser considerada “povo”, se este povo era ou não triste e se a ausência de organização nos inviabilizaria para a modernidade.

A pobreza aparece em tais análises principalmente para adjetivar aqueles que eram considerados os nossos verdadeiros problemas. Ora aparece como resultado da mestiçagem, ora da escravidão. As análises sobre “classes baixas” urbanas,<sup>1</sup> embora fizessem referências à pobreza, centravam-se principalmente na periculosidade potencial das mesmas, enquanto os moradores do interior eram analisados a partir de sua apatia, sua tristeza e suas doenças.

Na tentativa de realizar uma genealogia<sup>2</sup> da noção de pobreza nas grandes interpretações sobre o Brasil, comecei pelo seu discurso antinômico, o da fartura. Não podemos esquecer que o novo território português nasceu com a marca da abundância. Pero Vaz de Caminha, cronista real, encarregou-se de espalhar pelo Velho Mundo a fama da generosidade da terra e da exuberância das florestas e das águas. Mas da beleza das paisagens não cuidaram os portugueses. Como bem

lembra Paulo Prado, *não era, nem do tempo nem da raça, o amor à natureza* (Prado 1997:62).

Não se interessaram os portugueses pela qualidade do solo para a agricultura. Do Brasil, queriam especiarias e ouro. Não os encontrando imediatamente, restou ao pau-brasil a triste sina da quase extinção e a glória de dar um nome à nova terra. Má escolha, segundo Frei Vicente Salvador. Trocar o nome de Santa Cruz por Brasil levou a uma tão grande instabilidade que o país, ao invés de ver crescer em população européia, se despovoara. Escrevendo há pouco mais de cem anos do descobrimento, o jesuíta baiano diagnosticou com exatidão qual seria a relação do colonizador português e seus descendentes com o Éden de Caminha, *um e outros usando a terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída* (Salvador 1998:264).

A preocupação de frei Vicente, concretizada no decorrer dos séculos, foi retomada por José Bonifácio de Andrada e Silva, para quem a natureza tudo fizera em nosso favor, enquanto nada fizemos em favor dela. Embora afirmasse que o brasileiro é por *natureza, clima e vícios coloniais* (Dolhnikoff 2000:7), preguiçoso, indolente e ignorante, Andrada acreditava na viabilidade do Brasil como nação, por ser um país

(...) situado no clima o mais ameno e temperado do universo, dotado da maior fertilidade natural, rico de numerosas produções, próprias suas, e capaz de mil outras (Andrada e Silva 2000:40).

Tanta prodigalidade da natureza, no entanto, poderia significar um empecilho para a civilização.

Os brasileiros, para viverem, não têm quase necessidade de trabalhar: a natureza dá-lhes tudo de graça. A superstição, a ignorância e a preguiça não têm podido ainda tornar miseráveis os roceiros (idem *ibidem*).

Os *roceiros*, a *gente do campo* e os escravos, que com sua parcimônia no vestir e miséria no comer favoreceriam a vadiagem, foram responsabilizados por José Bonifácio pela diminuição da riqueza pública. Problemas de um país no qual a facilidade da subsistência teria enfraquecido o gosto pelo trabalho e pela organização.

A preocupação com o uso abusivo da natureza foi retomada por Joaquim Nabuco, em 1883, que o considerava uma conseqüência do regime escravo. Em suas palavras, a escravidão

(...) queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta as suas tendas deixa após si um país devastado em que consegue vegetar uma população

miserável de proletários nômadas (Nabuco 1988:111).

Em 1905, o sergipano Manoel Bomfim deslocou o foco do problema. Muito mais grave do que nossa suposta relação de desperdício com a natureza seria, no seu entender, um perigoso discurso europeu sobre a incapacidade dos latino-americanos para administrar seu território.

A verdade é que tais nações consideram a América Meridional como um reino encantado de riquezas, e ao mesmo tempo consideram as populações que por aqui vivem como absolutamente incapazes de fazer valer estas riquezas (Bomfim 1993:289).

O historiador inglês Thomas Buckler é um exemplo deste tipo de interpretação, que tanto indignou Bomfim em sua temporada européia.<sup>3</sup> Mesmo sem nunca ter visitado o Brasil, no livro *History of the English Civilization* (1845), Burcke afirmou que o brasileiro estava condenado à decadência.

Em nenhum outro lugar há tão preciosos contrastes entre a grandiosidade do mundo externo e a pequenez do interno. E a mente acovardada por essa luta desigual não só foi incapaz de avançar, mas sem a ajuda estrangeira teria indubitavelmente regredido (Burcke *apud* Schwarcz 2000:36).

A influência do clima e da paisagem sobre a nossa formação como nação seria ainda discutida por décadas no Brasil. Capistrano de Abreu, em seu livro de estréia *Capítulos de história colonial* (1907), ao analisar a população amazônica concordou com a visão corrente sobre sua indolência. É também à natureza pródiga que Alberto Torres, em 1915, creditou os sérios problemas de organização do Brasil, sendo o principal deles a não necessidade de trabalhar. É de Alberto Torres a visão dos senhores de escravos e seus agregados como *semifeudais* e da população pobre como *forçados da vagabundagem*. Para Torres, era muito clara a relação entre as facilidades da subsistência e a impossibilidade de construção nacional.

Nós, povo imigrante para um continente virgem, que julgávamos imensamente e indefinidamente rico; para o qual entramos como exploradores, extraindo frutos e avançando pelos sertões, nunca formamos a nossa sociedade (Torres 1998:206).

*Numa terra radiosa vive um povo triste.* Assim começa o livro *Retrato do Brasil* (1927), de Paulo Prado, que defende a tese de que o povo brasileiro é melancólico, em função de sua história, que teria sido marcada pela luxúria e pela cobiça. Para além da exuberância da natureza, Prado introduziu na reflexão sobre o Brasil a

exuberância sexual que o novo mundo representou para portugueses recém-saídos das trevas medievais. Tanto Prado quanto Gilberto Freyre, e tantos outros intérpretes do Brasil, dedicaram inumeráveis páginas para descrever o impacto causado por índias nuas e escravas seminuas na libido portuguesa. O Brasil, portanto, parecia oferecer tudo em excesso: matas, águas, sexo e riquezas.

Depois de Paulo Prado, apenas Gilberto Freyre seria tão literário na tentativa de interpretar o Brasil. Apesar disso, para Darcy Ribeiro ele escreveu sobretudo a história *dos poucos, dos ricos, dos bonitos, dos mandantes* (Ribeiro 2000:19). O Nordeste de Freyre não teria sido *o do bode e paçoca, de securas e fomes* (ibidem:28), mas o Nordeste *do siri e do pirão, da cana e do massapé* (idem ibidem). No entanto, o mesmo Darcy Ribeiro reconhece que Freyre discorreu sábia e inovadoramente sobre as condições alimentares do Brasil colonial. Questionando a Capistrano de Abreu, que teria se referido ao Brasil como “país de Cocagne”<sup>4</sup> no livro *Tratado da terra e gente do Brasil*, afirma:

País de Cocagne, coisa nenhuma. Terra da alimentação incerta e vida difícil é o que foi o Brasil nos primeiros séculos! (Freyre 2000:110).

Dos autores citados acima, defensores ou não da teoria da abundância, fica claro que o problema que lhes afligia não era a pobreza da população. Grosso modo, trataram do excesso de generosidade da natureza, que teria tornado desnecessária a luta pela sobrevivência em moldes racionais e dinâmicos. Por trás disto, com certeza, havia a consciência de um território muito grande para poucos portugueses, até a chegada dos primeiros escravos. Conforme Nabuco, a escravidão transportou da África para o Brasil mais de dois milhões de africanos, cujos descendentes formariam pelo menos dois terços da população na época da campanha abolicionista.<sup>5</sup> Se o clima já era um problema para o desenvolvimento da nação, a presença de tantos africanos, misturando seu sangue com portugueses e índios, desafiaria todos os princípios genéticos vigentes. Nestes modelos, a pobreza seria uma constante coadjuvante, senão uma decorrência da mestiçagem das raças antagônicas.

O Brasil do final do século XIX era considerado pelos europeus um caso único e singular de miscigenação racial. Gustave Aimard, W. Adams, Louis Agassiz, conde Arthur de Gobineau e tantos outros foram unânimes em condenar a mestiçagem, que estaria apagando as melhores qualidades intrínsecas de brancos, negros e índios e produzindo indivíduos deficientes física e mentalmente, mulatos viciados e *assustadoramente feios* (Gobineau *apud* Schwarcz 2000:13).

Nabuco (1988) considerava a escravidão *uma mancha de Caim que o Brasil traz na frente*<sup>6</sup> (ibidem:23). Para além do sentido moral da expressão bíblica, o autor referiu-se também à *nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua* (ibidem:106), ou seja, os traços físicos da raça negra e a influência



das línguas africanas em nosso vocabulário. Mas este não foi um problema central para Nabuco. Para ele, o mau elemento da população não era a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo, fazendo uma defesa eloqüente da mesma: *A raça negra nos deu um povo (...). A raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua* (ibidem:37).

Muito diferentemente dos darwinistas sociais da época, os abolicionistas não temiam a mestiçagem. Nabuco jamais rejeitou os cruzamentos raciais, uma vez que acreditava no desenvolvimento vigoroso dos mestiços. Lamentou, isto sim, a forma como estes cruzamentos se deram: por meio do estupro, da promiscuidade nas senzalas e pela negação de todos os direitos, inclusive da liberdade, aos filhos nascidos de escravos. Os males eram da escravidão e seriam passíveis de serem contornados por meio de reformas, associações e educação, de onde surgiria um povo inteligente, patriota e livre. De Darwin, Nabuco gostava de citar a frase que o naturalista anotara em seu diário ao deixar o país: *Deixamos por fim as praias do Brasil. Graças a Deus, nunca mais hei de visitar um país de escravos* (ibidem:162).

Euclides da Cunha, em *Os sertões*, publicado quase 20 anos após *O abolicionismo*, de Nabuco, e 14 anos após a libertação dos escravos, ainda duvidava da existência de um tipo antropológico brasileiro. Canudos, no seu entender, teria resultado do choque entre dois tipos de mestiçagem, a litorânea e a sertaneja. Embora considere esta última superior, pela ausência de componentes africanos, Euclides foi implacável em seu julgamento sobre a mestiçagem:

De sorte que o mestiço – traço-de-união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embate de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado. (...) E o mestiço – mulato, mameluco ou cafuso – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores (Cunha 1998: 183).

O papel central que a discussão racial assumiu na virada do século XIX para o XX em diversas instituições científicas nacionais,<sup>7</sup> analisado por Schwarcz (2000), demonstra a importância e a permanência do tema no imaginário intelectual do país. Durante, pelo menos, 60 anos (1870-1930), como afirma Schwarcz, um grupo importante de cientistas, políticos, juristas e intelectuais assumiu um modelo racial positivista e determinista para explicar e modificar os destinos da nação. Nestes modelos, a pobreza seria uma constante coadjuvante, senão uma decorrência da mestiçagem das raças antagônicas. Conforme a autora, as discussões sobre raça e sangue ajudaram a justificar teoricamente a aguda diferenciação social existente,

ocultando e justificando o “pobre” no “negro” ou no “mestiço”.

Acompanha este debate, e o supera no tempo, outro que pode ser resumido na famosa declaração de Louis Couty: o Brasil não tem povo.<sup>8</sup> A raça gerada no Brasil e a organização social que deveria caracterizar um “povo” apareceram em grande parte das reflexões deste período como incompatíveis. Capistrano de Abreu resumiu esta incompatibilidade em uma frase:

Examinando superficialmente o povo, discriminam-se logo três raças irreduzíveis, oriunda cada qual de continente diverso, entre os quais nada favoreceu a medra de sentimentos de benevolência (Abreu 1998:148).

O povo brasileiro, negado por Couty, se fez presente nas grandes interpretações sobre o país, da mesma forma como era concebido pelos autores lidos: nos interstícios das grandes discussões sobre raça e clima ou vegetando nas repetições tediosas de seus males.

Tudo seria diferente depois que a Inspetoria de Obras contra Secas solicitasse ao Instituto Oswaldo Cruz, em 1912, que organizasse uma viagem científica ao norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Sob o comando dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, uma equipe de cientistas passou cerca de sete meses no sertão, produzindo em seu retorno um contundente relatório denunciando o abandono das populações rurais pelo Estado brasileiro. Sua divulgação, em 1916, teria um impacto muito grande sobre a opinião pública nacional, ao revelar a existência de um país doente. Mas o relatório mostrou mais do que isso. Mostrou que, apesar de todas as dificuldades de seu cotidiano, os sertanejos tinham suas regras e sua honra e não estavam isolados da sociedade nacional.

Luiz Antonio de Castro Santos (1985) assim resume a importância do relatório produzido por Neiva e Penna:

O relatório apresenta um quadro social dos sertões à maneira de Euclides: os autores confrontam os problemas sociais como se estivessem à procura de doenças em um organismo social, estabelecendo causas e observando sintomas. *Ao apontar as causas, criticam a visão, difundida pelas oligarquias, de que a pobreza e a doença se explicariam pelo clima adverso do Nordeste.* Contra a explicação climática, argumentam que as populações dos vilarejos situados às margens do rio São Francisco apresentavam condições de saúde tão precárias quanto as populações das regiões semi-áridas (Castro Santos 1985:199). [g.n.]

Para Lima e Hochman (1996), as grandes expedições científicas teriam nos absolvido enquanto povo e encontrado um novo réu. O povo brasileiro não era

preguiçoso por ser mestiço ou em função do clima, mas por estar doente. No entanto, ao mesmo tempo em que se preparava para sanear as grandes cidades e o sertão, a medicina do final do século XIX permanecia fortemente arraigada nas teorias racistas. Tendo vencido as epidemias, tratava-se agora de “curar” a raça. Ou seja, a raça como fator explicativo da pobreza permanecia forte, notadamente no sentido de desviar a atenção das hierarquias econômicas e sociais. Em termos de discussão sobre a pobreza, no entanto, a década de 1910 significou um avanço em relação às anteriores. O discurso racial, embora ainda forte, precisou curvar-se ante as evidências empíricas, registradas e fotografadas nos cadernos de campo de expedições científicas.

### Século XX – mudanças de paradigmas nas interpretações sobre o Brasil

A década de 1930 se caracterizou, grosso modo, pela decadência do evolucionismo social como padrão explicativo para o país e por uma renovação intelectual decorrente da fundação das primeiras universidades. Entre os livros ícones deste período (*Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior), este último faria, conforme Antonio Candido, uma interpretação do passado brasileiro completamente inovadora que, em vez de raça ou clima, ressaltaria a produção, a distribuição e o consumo, *o desnudamento operoso dos substratos materiais* (Candido 1995:11).

Para Caio Prado, não havia lugar no sistema produtivo para aquela imensa população que vivia “no vácuo” dos senhores e escravos. Um povo que não produz não tem capacidade revolucionária e desequilibra o próprio sistema colonial. Na sua ruptura com padrões não-marxistas de análise, conservadores e hierárquicos, reproduziu destes um certo depreciamento da população pobre do país. Não mais apenas por seus padrões morais, pela preguiça ou pela indolência, mas talvez por se enquadrarem na perigosa categoria do lumpemproletariado considerada pouco confiável e conservadora pelo pensamento marxista tradicional.

Na década de 1940, dois livros deixariam seu registro entre as grandes interpretações sobre o Brasil: *A geografia da fome*, de Josué de Castro e *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal. Publicados com apenas dois anos de diferença, são livros fundamentais para pensarmos a pobreza. No primeiro, esta se traduz na fome biológica, produzida por forças econômicas e culturais. No segundo, demonstrou-se que a pobreza que o latifúndio gerava também o mantinha poderoso. Enquanto Castro aponta para as possibilidades de um Brasil moderno, em desenvolvimento, Leal aponta para as permanências neste mesmo país de um sistema político baseado na cooptação política, no compadrio e na corrupção.

Na década de 50, a Unesco financiou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, com o propósito de usar o caso brasileiro como propaganda de um país considerado por Gilberto Freyre como “uma democracia étnica” e definido por Donald Pierson como “uma sociedade multirracial de classes”. Os resultados obtidos frustraram as expectativas: *a agência intergovernamental teria acabado por se ver diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito racial no Brasil* (Maio 1999:150-151).

Autores como Costa Pinto e Florestan Fernandes, ao utilizar a análise sociológica, centrada no tema da modernização do país, abriram uma ampla discussão sobre a situação das classes sociais no Brasil, marcando uma ruptura sem precedentes nas interpretações sobre o Brasil produzidas até aquele momento. Isto significou, no entanto, um certo ocultamento da questão racial na questão de classe. No mesmo período, Antonio Candido e Maria Sylvia de Carvalho Franco analisaram a pobreza nas áreas rurais do país com métodos absolutamente novos (principalmente o de trabalho de campo).

A partir dos anos 60, num contexto de ditadura militar e de aprofundamento das especializações universitárias, foram priorizados os estudos de classes e estruturas sociais. Destacou-se também a visão cebrapiana de que o Brasil é uma sociedade capitalista e que seus processos sociais devem ser analisados em termos da dinâmica do capitalismo. Neste contexto, a pobreza começou a emergir como um problema a ser resolvido via processo democrático. Daí a força que tomaram os estudos sobre o “novo”: novos movimentos sociais, nova liderança sindical, novas formas de participação. Nessa mudança, teriam emergido os direitos individuais e coletivos das “camadas populares”. Tal revisão temática não se deu sem tensão. Emília Viotti a sintetizou como o confronto entre a “estrutura” e a “experiência”.<sup>9</sup> Até então, os pobres na produção intelectual brasileira jamais ocuparam o lugar da renovação ou da transformação, *ao contrário, sobre eles caiu grande parte da culpa pela ausência de mudanças significativas e pela conseqüente estagnação política e econômica* (Zaluar 1985:35).

### As representações sobre a pobreza nas últimas décadas do século XX

Nos anos 90, a Campanha da Fome colocou a questão da pobreza no centro do debate político. Herbert de Souza a situou na contramão teórica e política sobretudo por privilegiar o emergencial em detrimento da solução estrutural e a ação em lugar das análises de conjuntura. Com o Plano Real, no entanto, teria havido um deslocamento da pobreza de um lugar politicamente construído para o lugar da não-política, no qual é figurada como dado a ser administrado tecnicamente

ou gerido pelas práticas da filantropia. De sinal de um atraso a ser superado pelas forças progressistas, a pobreza teria se transformado na *cifra de nossa própria modernidade* (Telles 2001:10), retornando para seu lugar de “paisagem” externa ao mundo social.

A pobreza, no final da década de 90, é predomínio temático sobretudo de economistas, afinados com a nova e poderosa pauta dos organismos internacionais de desenvolvimento. Há uma consagração do dado numérico que vai além de sua instrumentalidade. Sua utilização parece consagrar a ilusão de que os números são epistemologicamente diferentes da linguagem figurativa e que são livres de valoração, esquecendo que mesmo comportamentos que parecem ser meramente econômicos dependem de mecanismos que pressupõem crenças. A crença de grande parte dos economistas de que as representações numéricas refletem uma “realidade” incontestável não parece ter lugar para as “descrições” dos cientistas sociais.

Conforme Roque (1998), no contexto de fim da guerra fria e de questionamentos cada vez maiores ao modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico, a Organização das Nações Unidas organizou na década de 90 uma série de conferências com o objetivo de discutir alternativas para o fim da pobreza, das desigualdades sociais e da degradação ambiental. Destas conferências, a mais diretamente ligada à questão da pobreza foi a Cúpula do Desenvolvimento Social, onde 185 países assumiram o compromisso de reduzir pela metade a pobreza mundial, até 2015, e de adotar planos e objetivos concretos para esse fim.

O marco nas representações oficiais e internacionais sobre o tema foi o ano de 1990, quando a décima-terceira edição do *World Development Report*, do Banco Mundial, destacou a questão da pobreza. No mesmo ano foi divulgado o primeiro *Human Development Report* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu grande diferencial foi a utilização de um novo indicador de pobreza.<sup>10</sup> Diferentemente do Banco Mundial, que prioriza a renda, o Pnud utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem três componentes: longevidade (esperança de vida ao nascer), nível educacional (taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior) e um indicador de renda, determinado a partir da renda *per capita*.

Desde 1990, o Pnud publica edições anuais de *Relatórios sobre o desenvolvimento humano*. Neste período, sua temática foi acompanhando as preocupações do “ciclo social” da ONU. Em sua primeira edição, de 1990, intitulada “Concept and Measurement of Human Development”, o relatório discutiu como a questão do crescimento econômico se traduz, ou deixa de traduzir, dentro do desenvolvimento humano. O relatório de 1995, “Gender and Human Development”, defende o desenvolvimento humano da mulher e criou dois novos indicadores de contabilização: “Gender Related Development” (GRD). Diante de uma realidade na qual a quarta parte da população mundial vivia na pobreza, o Relatório de 1997,

“Human Development to Erradicate Poverty”, vaticinou o fracasso indesculpável das políticas econômicas. Introduziu também um novo indicador, o Índice de Pobreza Humana (IPH), que usa indicadores das dimensões consideradas mais básicas da privação: uma vida breve, falta de ensino básico e falta de acesso a recursos públicos e privados.

Além de influenciar diretamente as políticas econômicas e sociais do Brasil, os organismos internacionais citados têm um discurso específico sobre a “pobreza brasileira”. Isto não significa que seja um estudo original e diferenciado. Um pesquisador do Banco Mundial ou do Pnud vem ao Brasil e treina equipes nacionais para que obtenham dados e os analisem a partir de uma grade metodológica predefinida e universal. Em 1995, o Banco Mundial divulgou o documento “Avaliação da pobreza no Brasil”, no qual calculava que 24 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza em 1990. O trabalho ressaltou a necessidade de definição de uma linha de pobreza no país, o que permitiria o seu monitoramento. Ou seja, o estabelecimento de critérios para identificar quem são e onde estão os pobres e como os níveis de pobreza se modificam no tempo.

No ano seguinte, o Pnud, em convênio com o Ipea, produziu o *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil/1996*.<sup>11</sup> Embora o Pnud trabalhe com outro indicador, o IDH, e inclua entre seus colaboradores cientistas políticos e representantes de organizações não-governamentais, existem muitas semelhanças entre este documento e o anterior, talvez pela presença, em ambos os casos, de membros importantes da equipe técnica do Ipea. Ao examinar e avaliar as políticas e os programas de combate à pobreza, implementados nas décadas anteriores, as conclusões do relatório do Pnud se aproximam muito daquelas do relatório do Bird.

Destaca-se que o efeito distributivo dos gastos sociais é reduzido, sendo seu perfil desfavorável mesmo aos contingentes mais pobres da população: o valor *per capita* dos gastos sociais relativos aos mais pobres é inferior ao correspondente aos segmentos de maior nível de renda; esse diferencial é ainda mais significativo quando se consideram os pagamentos da previdência social, cujo perfil de distribuição é ainda mais desfavorável aos segmentos mais pobres. Por outro lado, embora o país conte com quantidade expressiva de programas especificamente dirigidos aos setores mais necessitados, as ações públicas nesse campo não foram particularmente eficazes, inclusive porque assentadas em formatos centralizados e em práticas assistencialistas e clientelistas de distribuição de benefícios sociais (Pnud/Ipea 1996:5).

Uma terceira incursão dos organismos internacionais sobre a pobreza no Brasil foi o relatório brasileiro do projeto Vozes dos Pobres, promovido pelo Banco Mundial e executado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fad/UFP), a partir de dados levantados em dez comunidades localizadas em três cidades: Recife (PE), Santo André (SP) e Itabuna (BA).

A metodologia utilizada foi a de discussão em grupo ou entrevistas individuais com 632 “indivíduos pobres” (Banco Mundial s/d:3).

Percebe-se nos três documentos uma matriz conceitual e metodológica univ ersalizante, que abre pouco espaço para contextualizações. Nas pesquisas realizadas, há um predomínio da matriz sobre as realidades localizadas, de tal forma que estas realidades, e até mesmo o discurso dos informantes, se enquadrem praticamente sem arestas a um modelo predefinido. A favor da fidedignidade dos dados e para comprovar exaustivamente o seu “rigor”,<sup>12</sup> os números continuam fundamentais: número de pessoas ouvidas, número de locais visitados, número de países que realizaram o levantamento.

As pesquisas identificam “os pobres” a partir de cálculos matemáticos de linhas de pobreza. Mesmo o conceito de “desenvolvimento humano”, aparentemente mais subjetivo do que os indicadores de renda, é obtido através de uma fórmula matemática:  $HI = (L + E1 + R1) / 3$ .<sup>13</sup> Uma vez identificados, “os pobres” são analisados de forma acachapante, como se fossem internamente homogêneos e social e politicamente isolados.<sup>14</sup>

Para examinarmos o impacto dos discursos dos organismos internacionais no campo político brasileiro basta analisarmos os trabalhos da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, mais conhecida como Comissão Mista de Combate à Pobreza, que funcionou no Congresso Nacional de agosto a dezembro de 1999. As reuniões da comissão legitimaram tecnicamente a utilização da noção de “focalização”, generosamente divulgada por técnicos do Ipea. A economista Lena Lavinias, por exemplo, afirmou em audiência Pública que *programas de distribuição gratuita de alimentos possuem cobertura e focalização deficientes, baixa eficácia, em razão de conferir aporte calórico irrisório, e reduzida eficiência econômica. Na sua opinião, seria preferível a alocação direta de renda para as pessoas indigentes* (Congresso Nacional 1999: 28).[g.n.]

Roberto Borges Martins, na condição de presidente do Ipea, introduziu nos debates um discurso que seria incorporado às posições políticas do presidente e do relator da Comissão. Na opinião de Martins, o Brasil não é um país pobre, mas desigual. Ricardo Paes de Barros, diretor de Políticas Sociais do Ipea, afirmou que dos R\$130 bilhões destinados anualmente à área social, apenas 10% chegariam aos pobres, o que significaria que para acabar com a pobreza não haveria necessidade de aumentar impostos, nem de tirar recursos de outras destinações, mas de “focalizar” mais adequadamente os gastos sociais. A exposição de Barros consagrou a expressão “focalização” nos trabalhos da comissão. A partir daí haveria um consenso entre os representantes da base governista de que os gastos sociais do governo eram suficientes, apenas estavam “mal focalizados”.

Poderíamos pensar a Comissão Mista de Combate à Pobreza como uma rara (e desperdiçada) oportunidade de recuperação do debate nacional sobre a pobreza. Seus trabalhos, no entanto, foram extremamente pobres em termos de dados qualitativos. Houve espaço, é certo, para as propostas de inspiração marxista e para aquelas que ressaltaram noções como “cidadania”, “solidariedade” e “participação”. Mas, independentemente de ideologias, tratou-se naquela comissão de uma pobreza passível de ser calculada, registrada e visitada. Sobretudo, ficou claro a consagração da representação numérica da pobreza (“linha da pobreza”, “linha da indigência”, “número de pobres” etc.), tratada como se fosse praticamente imune à teoria e interpretações.

Não é à toa que o que sobrou de seus trabalhos foram justamente os números. Sabemos que vivem hoje no Brasil “x” milhões de brasileiros indigentes e “x” milhões de pobres, número que varia conforme o indicador utilizado. Um resultado muito pobre para os trabalhos de uma comissão que poderia, no final do século XX, ter acumulado a riqueza e a diversidade de mais de cem anos de reflexões e debates políticos e acadêmicos sobre o tema.

## Conclusão

O “problema da pobreza”, ou a pobreza como problema, é uma preocupação historicamente recente no Brasil. Nos debates do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a mestiçagem era considerada o grande problema da população brasileira, assim como o clima, a doença, a tristeza ou a desnutrição. Pode-se até discordar destas linhas de investigação, com nossos olhos e arcabouços conceituais do final do século, mas não se pode ignorar a importância que tiveram para a construção de um projeto de nação e de povo em sua época.

Identifiquei, no decorrer do trabalho, no mínimo duas formas de *naturalização* da “pobreza”: a primeira, nas interpretações clássicas sobre o Brasil e a segunda no discurso dos organismos internacionais. Trata-se, no entanto, de formas distintas de naturalização. No primeiro caso, a naturalização está ligada ao fato de a pobreza não ser considerada um problema nacional. Isto não impediu que fosse descrita, narrada e interpretada como consequência do clima, da mestiçagem, da doença, da desorganização social ou mesmo da falta de condições objetivas para uma revolução popular. No segundo caso, a naturalização me parece mais grave, pois se dá em cima de uma noção de pobreza tecnicada e globalizada, sem passado e sem contextualizações.

Entendo que recuperar tais debates é fundamental para qualquer tipo de reflexão acadêmica ou política que tenha o Brasil como preocupação. Homens como Nabuco, Bomfim ou Romero, com suas reflexões, se aproximaram muito mais do que Mary Poovey chama de descrição política da realidade do que os estudos

recentes, notadamente aqueles produzidos por economistas, sobre indicadores de pobreza no Brasil.

Não é à toa que “pobreza” apenas se tornaria categoria importante para a sociedade brasileira na última década do século XX, quando passou a ser tratada como problema mundial. De forma alguma isto significa que os clássicos do pensamento social brasileiro e os cientistas sociais, mais recentemente, estivessem alheios aos problemas da população. Os percebiam, no entanto, como categorias nativas, construídas historicamente e que estão longe de terem sido esgotadas na atualidade.

Remeto-me a Elias, para quem os problemas contemporâneos de um grupo social são crucialmente influenciados por seus êxitos e fracassos anteriores. Não se trata de buscar um *habitus* nacional brasileiro, embora concorde com Elias que tal método *pode ajudar uma nação a conciliar-se com seu passado* (Elias 1997:39), como, no caso estudado por ele, teria ajudado a Alemanha a realizar uma catarse de seu passado nazista. No nosso caso, me parece importante que enfrentemos um passado escravocrata, elitista e racista, que é peça importantíssima da nossa construção como nação e fundamental para analisarmos as questões do presente. Para Elias, este enfrentamento só foi possível na Alemanha porque velhos problemas, como a fome e a miséria, haviam sido resolvidos. Não é o nosso caso, onde a necessidade de sobrevivência da população ainda está na ordem do dia. Isto não deveria nos impedir, no entanto, de refletirmos sobre o exercício proposto por Elias. Ainda mais diante da cristalização no Brasil do discurso dos grandes organismos internacionais, que consideram o “pobre” e a “pobreza” problemas globais e praticamente perenes. Aceitar este discurso nos isenta enquanto povo de qualquer acerto de contas com o passado e qualquer comprometimento com o presente.

### Notas

<sup>1</sup> Sobre estas, ver o excelente livro de June E. Hahner, *Pobreza e política – os pobres urbanos no Brasil (1870/1920)*.

<sup>2</sup> Utilizo a expressão genealogia inspirada em Foucault (1979), como “uma análise do porque dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações, situando-os como peças de relações de poder ou incluindo-os em um discurso político” ou ainda como “proposta de realizar análises fragmentarias e transformáveis” (Machado 1979:x-xi).

<sup>3</sup> Bomfim viveu em Paris de 1901 a 1903, quando estudou psicologia e pedagogia com Alfred Binet e Georges Dumas, na Sorbonne.

<sup>4</sup> “Cocagne” vem do napolitano “cuccagna”, e significa abundância.

<sup>5</sup> Conforme Nabuco (1988:109). Já Carvalho (2001:47), contabiliza que às vésperas da abolição, em 1887, os escravos não passariam de 723 mil, apenas 5% da população do país. Na época da Independência, representavam 30% da população. Em 1873, era de 1,5 milhão o número de escravos, 15% dos brasileiros.

<sup>6</sup> Referência bíblica (Gênesis, Capítulo 4) Caim, filho de Adão e Eva, por ciúmes matou seu irmão Abel. A Bíblia faz a alusão a uma marca que Deus teria colocado no rosto de Caim após ter-lhe perguntado “Caim, o que você fez a seu irmão?”.

<sup>7</sup> Schwarcz (2000) analisou em seu trabalho as seguintes instituições: Museu Paulista, Museu Nacional, Museu Paraense de História Natural, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, Instituto Histórico e Geographico de São Paulo, Faculdade de Direito de Recife, Academia de Direito de São Paulo e os periódicos *Gazeta Médica da Bahia* e *Brazil Médico*, do Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Romero (1910) afirma tratar-se de trecho do livro de Couty intitulado *O Brasil em 1884*. Já Carvalho (1987) cita a mesma frase tendo como fonte o livro *L'esclavage au Brésil* (Paris, Librairie de Guillaumin et Cie. Editeurs, 1881, p. 87).

<sup>9</sup> Citado em Guimarães 1999:24.

<sup>10</sup> Até o surgimento do IDH, os países eram divididos entre ricos e pobres de acordo com seu Produto Interno Bruto. O novo índice se propõe a medir a qualidade de vida da população. Sobre os diversos indicadores para medir a pobreza, ver “As dimensões da pobreza”, no *Observatório da Cidadania* n° 1, 1997, pp. 15-19.

<sup>11</sup> Esse documento, com base nos IDHs dos estados brasileiros, identifica a existência de três “Brasis”: um constituído pelos estados do Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que apresenta elevado nível de desenvolvimento humano; o segundo formado pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá, situados na camada superior do estrato de desenvolvimento humano médio; e um terceiro, reunindo Pará, Acre e todos os estados da região Nordeste, com nível reduzido de desenvolvimento humano (p. 4).

<sup>12</sup> Na Apresentação do *Relatório sobre desenvolvimento humano do Brasil*, registrei as expressões: “rigor analítico”, “análise isenta dos fatos”, “rigor intelectual”, “rigor metodológico”, “avaliação estrita dos fatos” e ausência de “posições pré-concebidas” (Pnud/Ipea, 1996:v).

<sup>13</sup> Onde *L* é longevidade, *E*, nível educacional e *R* é renda.

<sup>14</sup> A única diferenciação destacada é a de gênero.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE E SILVA, José Bonifácio de. [1883] 2000. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha.
- ABREU, João Capistrano de. 1998. “O engenho, a propriedade da terra e a vida social”. MENESES, Djacir (org.). *O Brasil no pensamento social brasileiro*. Brasília: Senado Federal, pp. 143-158.
- BANCO MUNDIAL. s/d. *Avaliação da Pobreza no Brasil. Volume I: Relatório Principal*. Banco Mundial, Divisão de Operações de Recursos Humanos, Departamento I, Região da América Latina e do Caribe.

- BOMFIM, Manoel. [1905] 1993. *América Latina – males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- CANDIDO, Antonio. 1995. “O significado de *Raízes do Brasil*” e “Post-scriptum”. In: *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda). 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 9-21 e 23-24.
- CARVALHO, José Murilo de. 2001. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. 1985. “O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 28, no. 2, pp. 193-210.
- CONGRESSO NACIONAL. 1999. *Relatório Final da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*. Brasília.
- CUNHA, Euclides da. [1902] 1998. “Mestiçagem e sociedade rural”. In: MENESES, Djacir (org.). *O Brasil no pensamento social brasileiro*. Brasília: Senado Federal.
- DOLHNIKOFF, Miriam. 2000. “Introdução”. In: *Projetos para o Brasil* (José Bonifácio de Andrade e Silva). São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha.
- ELIAS, Norbert. 1997. *Os alemães – a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FREYRE, Gilberto. [1933] 2000. *Casa-Grande & Senzala. Introdução histórica da sociedade patriarcal no Brasil*. 40ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 1999. “Classes sociais”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. II – Sociologia. São Paulo: Sumaré/ANPOCS – Brasília: Capes, pp. 13-56.
- HAHNER, June E. 1993. *Pobreza e política – os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. 1996. “Condenados pela raça, absolvidos pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, pp. 23-40.
- MACHADO, Roberto. 1979. “Introdução – por uma genealogia do poder”. In: *Microfísica do poder*. (Michel Foucault). Rio de Janeiro: Graal.
- MAIO, Marcos Chor. 1999. “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 41, outubro,

- pp. 141-158.
- NABUCO, Joaquim. [1883] 1988. *O abolicionismo*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes.
- OLIVERA, Lúcia Lippi. 1999. “Interpretações sobre o Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. II – Sociologia. São Paulo: Sumaré/ANPOCS – Brasília: Capes.
- PNUD/IPEA. 1996. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, Brasília: Pnud.
- POOVEY, Mary. 1998. *A History of the Modern Fact*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- PRADO, Paulo. [1927] 1997. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Darci. 2000. “Gilberto Freyre – uma introdução à Casa-Grande & Senzala”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 40ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, pp. 11-42.
- ROMERO, Sylvio Vasconcelos da Silveira Ramos. 1910. *Provocações e debates*. Porto: Livraria Chardron.
- ROQUE, Atila e CORRÊA, Sônia. 1998. “Prefácio”. In: *Observatório da Cidadania*, nº 2, pp. 4-3.
- SALVADOR, Frei Vicente do. [16..] 1998. “Do nome do Brasil”. In: MENESES, Djacir (org.). *O Brasil no pensamento social brasileiro*. Brasília: Senado Federal, pp. 263-265.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2000. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TELLES, Vera da Silva. 2001. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP/Editora 34.
- TORRES, Alberto. [1915] 1998. “Condições de vida no Brasil”. In: MENESES, Djacir (org.). *O Brasil no pensamento social brasileiro*. Brasília: Senado Federal, pp. 201-212.
- ZALUAR, Alba. 1985. *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

## Um tribunal de opinião na guerra de interpretações

*Christine de Alencar Chaves\**

No dia dois de maio de 2001, instalou-se em Curitiba o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná. Naquela data, completava-se um ano do transcurso de uma deplorável seqüência de acontecimentos: o bloqueio da cidade de Curitiba, por forças policiais do estado, à entrada de manifestantes do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra –, seguido da morte de um trabalhador. Em maio de 2000, vindos de diferentes regiões do Paraná para uma manifestação pública no Dia do Trabalho, além de serem impedidos de entrar na capital do estado, os sem-terra sofreram a perda de Antônio Tavares Pereira, letalmente ferido por arma policial. No ano seguinte, à altura do km 108 da BR 277, local do bloqueio, foi lançada a pedra fundamental de um monumento com o nome do trabalhador rural assassinado.<sup>1</sup> Enquanto o monumento tornar-se-ia um marco local duradouro, índice visível e permanente da violência no campo, evento transitório, o tribunal foi concebido como um julgamento simbólico daquela violência, que deveria reverberar além das fronteiras nacionais.

O tribunal constituiu-se em um acontecimento isolado no tempo e no espaço, mas efetivamente alcançou repercussão tanto na esfera local, quanto nacional e internacional.<sup>2</sup> Realizado para denunciar, entre outras violências, uma série de despejos truculentos, de caráter extrajudicial, promovidos pela Polícia Militar do Paraná, o tribunal teve por efeito imediato suscitar uma mudança no tratamento dos conflitos agrários no estado. Embora sem força jurídico-política para fazer cumprir seu veredicto, após a realização do tribunal verificou-se um efetivo crescimento do empenho do governo estadual na busca de soluções negociadas para aqueles conflitos. Além dos resultados práticos expressos nesta mudança da política governamental, o Tribunal – ou as repercussões por ele suscitadas – produziu outros

---

\* Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e pesquisadora do Núcleo de Antropologia da Política.

efeitos políticos importantes, entre os quais pode-se citar a condenação do governo brasileiro pela Comissão de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), em janeiro de 2002. Com a condenação, o governo do Paraná foi pela primeira vez julgado culpado por violação de direitos humanos naquela instância internacional, pelo assassinato de outro trabalhador, o líder rural Diniz Bento da Silva, o Teixeira.

Assim, um tribunal de opinião sem prerrogativas oficiais, desqualificado pelo governo estadual como “tribunal de exceção”, alcançou legitimidade e importância política capaz de produzir efeitos significativos tanto na esfera política local, quanto em âmbito internacional. Parte dessa legitimidade proveio do prestígio e respeitabilidade das organizações e personalidades que propuseram e constituíram o tribunal. Um evento, antes que uma instância legal-burocrática, ele foi uma realização da sociedade civil organizada contra ações de representantes do Estado – às avessas da investidura legal dos tribunais institucionais que, justamente enquanto organismos do Estado, têm por competência julgar delitos cometidos, em geral, por membros da sociedade. Entre as entidades da sociedade civil que o promoveram, podem ser citadas a Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o Centro de Justiça Global, a Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Nacional, o Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Global Exchange, a Foodfirst Information & Action Network.<sup>3</sup> O tribunal contou com nomes respeitados em seus diferentes papéis: juiz, promotor, advogado de defesa.<sup>4</sup> O corpo dos jurados foi igualmente selecionado pelo critério da notoriedade – ao contrário do que se verifica na regra jurídica brasileira, que prescreve o sorteio. Entre outros notáveis, ele foi composto pelo prêmio Nobel da paz Adolfo Pérez Esquivel.<sup>5</sup> Além daqueles que compuseram o rol dos papéis próprios de um tribunal comum, dele participaram observadores internacionais enviados por entidades de defesa dos direitos humanos, entre os quais Hebe de Bonafini, representante das Mães da Praça de Maio.<sup>6</sup>

Porém, o significado do tribunal e, portanto, sua legitimidade e eficácia política, só podem ser devidamente compreendidos para além do prestígio das entidades organizadoras e das personalidades que o compuseram, através do curso mesmo da ação social que ele ensejou. Circunscrito no tempo e no espaço, o tribunal pode ser classificado como um evento crítico: um evento que se não redefiniu conceitos e códigos de conduta (Das 1995; Peirano 2001), subverteu fronteiras de ação em batalha de significados. Ação social implementada por entidades civis, nacionais e internacionais, o tribunal focalizou, pôs em relevo e julgamento um conjunto de atos governamentais conexos, redefinindo seu significado perante a opinião da sociedade. Ação social expressiva, ao tomar de empréstimo uma forma social consagrada, subvertendo-lhe embora os papéis tradicionais, o tribunal revestiu-se

de poder simbólico, suplementado pela força das crenças, idéias e valores evocados no curso do evento. Nesses termos, o tribunal pode ser compreendido como um ritual, cuja significação proveio da junção de um arranjo inusitado de convenções consagradas, tanto no plano da ação quanto das representações sociais. Assim, ele é um exemplo a mais da eficácia das ações coletivas de caráter expressivo e revela o poder dessas formas constitutivas da vida social, que são os rituais – não apenas como construtores da ordem, fundamentais também na legitimação do dissenso e na proposição da renovação do ordenamento social (Chaves 2000; 2001).

Talvez pelo próprio fato de serem os tribunais um dos mais formalizados eventos em nossa sociedade, o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná foi organizado de modo a seguir a estrutura formal prescrita para o processo penal em qualquer tribunal legalmente constituído, com a mesma diferenciação de papéis e com uma estruturação dos acontecimentos e normatização das falas semelhante. Sobretudo, o tribunal usou como instrumento de inquirição e julgamento os procedimentos processuais e a legislação em vigor no Estado brasileiro, assim como aquela por ele firmada e reconhecida em acordos e tratados internacionais. Por fim, o tribunal seguiu o modo de estabelecimento da verdade e de definição da sentença padronizados e cumpridos por todos os tribunais legalmente reconhecidos no país.

Evento dotado de uma ordem definida e consagrada, o julgamento pelo tribunal apresentou, como os rituais, um “sentido de acontecimento com propósito coletivo” (Peirano 2001). Sua eficácia em produzir efeitos para além da própria esfera do acontecimento sugere que, apesar do seu caráter inusitado, os significados nele enunciados alcançaram ressonância social e política. Subvertendo o monopólio do exercício do aparato jurídico pelo Estado, como se sabe um dos primeiros a serem conquistados no processo histórico de sua formação, e também extrapolando a esfera institucional das cortes internacionais, resultado de uma espécie de confederação de Estados, o Tribunal foi estabelecido por organizações da sociedade civil para promover o julgamento de um governo legalmente constituído. Mas do ponto de vista dos atores que o promoveram, a maior ousadia jurídica não foi colocar no banco dos réus o governo do Estado do Paraná, na figura do chefe do Poder Executivo, e sim mover ação penal pela imputação não de um crime isolado, mas de uma série de atos que configurariam uma “*política governamental*”.

No plano da divisão constitucional de poderes – e, portanto, na esfera estritamente jurídica – atos de governo enquanto tais, isto é, enquanto configuração de uma *política*, não são passíveis de julgamento pelo Poder Judiciário – a este caberia tão só a apreciação legal de atos administrativos ou atos políticos isolados. No entanto, o que foi levado a exame, como consta no título do tribunal, foi a política governamental de violação dos direitos humanos no Paraná, além dos crimes do latifúndio. Assim, o tribunal foi um ritual de inversão enquanto julgamento das



políticas do Estado pela sociedade, colocando ainda em evidência o cometimento de ação criminoso por quem deveria ser o guardião do bem-estar público. Mas além de operar múltiplos planos de inversão, enquanto julgamento de crime multifacetado, ele ampliou o escopo da noção de delito juridicamente imputável. A sucessão de acontecimentos-crime apresentados no tribunal em uma ampla variedade de infrações penais perpetradas por diferentes agentes do Estado, em lugar de reforço de prova de uma única violação legal, representou o esforço em estabelecer a conexão entre diferentes delitos cometidos por ação de múltiplos sujeitos, sob a responsabilidade de uma mesma autoridade política. Nesses termos, o que estava em questão era o próprio fundamento legal desta autoridade.<sup>7</sup>

### O julgamento

O Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná teve uma cerimônia de abertura solene na noite do dia primeiro de maio. Realizada no auditório do Teatro da Reitoria da UFPR, onde transcorreriam os trabalhos,<sup>8</sup> ela foi dividida em duas partes: uma encenação de dança e coreografia muda seguidas de uma série de manifestações de apoio por parte de representantes das organizações que acompanhariam o tribunal no papel de “observadores nacionais e internacionais”. De diferentes modos e sob diferentes meios, o tribunal era apresentado – em antecipação – como drama em que os acontecimentos surgiam como pano de fundo, modelando uma cena remota evocada pela palavra, de modo que a fala assumia o primeiro plano dramático. Além disso, ele era expresso como encenação composta de um misto dosado de solenidade e indignação, emoção e impessoalidade.

No dia seguinte, no teatro lotado com cerca de 1.500 pessoas, a sessão em que os trabalhos do tribunal transcorreriam foi aberta por seu presidente, o jurista Hélio Bicudo, logo após a entoação do Hino Nacional brasileiro por todos os presentes. Na fala de abertura, o presidente do tribunal expôs as razões de sua instalação, fundamentando-as no dever do Estado e da sociedade de garantir a seus membros condições de vida digna. Afirmou: “na medida em que o Estado se mostra não somente incapaz, mas contrário ao direito do cidadão da terra... a sociedade tem de ser capaz de criar e de oferecer instrumentos de preservação destes mesmos direitos”. Invocando o restabelecimento da plena vigência do “Estado de Direito”, o presidente qualificou o evento como um tribunal de opinião pública, uma reprodução simbólica do processo legal descumprido pelo Estado, meio de reafirmação pela sociedade dos “valores basilares da civilização contemporânea”. Para justificá-lo, além de evocar a violação de dispositivos legais nacionais e internacionais como a Constituição brasileira, a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos do Cidadão, o presidente do tribunal recorreu

ainda à fundamentação religiosa da reforma agrária e sua consonância com valores humanos fundamentais, através da citação de diversas encíclicas papais. Assim, o sentido do tribunal era emprestado tanto de ideais políticos modernos quanto de valores religiosos consagrados.

Sucedendo-se à abertura formal da sessão feita pelo presidente, as etapas seguintes do tribunal foram mais ou menos as mesmas previstas para julgamentos, conforme regras estabelecidas pelos sistemas processuais penais: leitura do libelo – resumo dos delitos –, apresentação da defesa, exposição das provas, manifestação da acusação e leitura dos quesitos seguida de intervalo, encerrando-se a sessão com a declaração de voto dos jurados e a leitura da sentença final. Mas antes de tudo fez-se a exposição do texto do filósofo Friedrich Müller, membro do júri que não pôde comparecer ao tribunal. Nesta, como em cada fala que se lhe seguiria, repetiu-se a expressão da disjunção entre fatos e valores sociais. No texto, em um plano o autor expôs a cena de um despejo violento; a seguir, descreveu a cena de um corpo estendido no chão, o do trabalhador morto de que restaria apenas o nome, e perguntou: “basta dizer o que é verdade?”. Sem exatamente responder à questão formulada, Müller afirmou em seguida que o tribunal é um grito, e um “grito por justiça... deve ser justo: contra os verdadeiros responsáveis... na hora certa e na direção certa”. À elisão da resposta à indagação posta – em certo sentido uma indagação sobre a própria eficácia do tribunal – Müller superpôs uma significação nova ao evento, como clamor, reafirmação da verdade e, com ela, da justiça a ser cumprida. Como se observaria nos inúmeros testemunhos subseqüentes, mais que relatar e descrever acontecimentos, como o grito evocado, a palavra estaria no Tribunal repleta de sinais indíceis apontando das vítimas aos agressores, de modo a assinalar a conexão factual que corresponderia à prova da enunciação da verdade do crime e de seus responsáveis. Nesta cadeia significativa encontrar-se-ia o caminho para a justiça.

Teve então início a leitura do libelo – apresentação formal da acusação – no formato de um “resumo dos fatos” e não sob feição jurídica, tal qual consta no processo crime que instruiu o tribunal, cuja cópia cada um dos jurados possuía. Seguindo os padrões jurídicos, no processo crime o libelo apresenta as razões da acusação ao “governo do Estado do Paraná e latifúndio” na forma de sucessão de fatos agrupados segundo um conjunto determinado de crimes, constituindo seis séries.<sup>9</sup> No ato do julgamento especial relevo foi dado às ocorrências, sendo expostas 22 delas, buscando-se cobrir com episódios concretos o diversificado rol de delitos imputados no libelo acusatório, constantes do processo. Feita pelo assistente do promotor, a leitura do “resumo dos fatos” expôs a acusação perante o tribunal, com a descrição de uma sucessão de acontecimentos-crime e a apresentação dos agressores. Em seguida, fez-se a defesa. Como é regra nos processos judiciais oficiais, o réu – no caso o governo do Estado do Paraná – foi notificado com trinta

dias de antecedência. Entretanto, o governador Jaime Lerner (PFL – Partido da Frente Liberal) recusou-se a apresentar defesa.<sup>10</sup> O banco dos réus, uma cadeira vazia, era no tribunal o símbolo visível, o ícone dessa recusa. Diante da ausência, foi tomada como defesa do réu uma Carta Circular firmada pelo governador, enviada ao presidente do tribunal, à outras entidades sociais, como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a CPT, e à imprensa.

O conteúdo da carta pode ser dividido em três partes: na primeira, “o Governo Democrático do Estado do Paraná, legitimamente eleito por sufrágio universal em 1994 e reeleito em 1998, obediente à Constituição da República Federativa do Brasil e aos preceitos humanitários preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas” é contraposto ao “Tribunal de Exceção... evento cênico (com) clara motivação político-partidária”. Em seguida, a carta defende a política agrária do Estado do Paraná, qualificado de “endereço da paz na terra... com a melhor distribuição fundiária do país e exitoso empreendimento de reforma agrária privatizada” e enumera programas voltados para a produção familiar, buscando mostrar que “o Paraná tem um roteiro de igualdade de oportunidades para a gente do campo”. Por último, a carta atribui aos sem-terra os crimes imputados ao governo do Paraná: “são crimes decorrentes de desentendimentos entre os próprios sem-terra”. Acrescenta que o inquérito militar da morte de Antônio Tavares Pereira, por disparo do soldado Joel de Lima Santa Ana, foi arquivado “com base em parecer do Ministério Público... sob o fundamento de que não houve ‘elementos mínimos que autorizasse (*sic*) a instauração da competente ação penal”.

A Carta Circular emitida pelo gabinete do governador conjuga defesa e acusação. Tomada no tribunal como defesa do réu, ela sublinha a desqualificação do tribunal ao ressaltar seu caráter extralegal contraposto à conformidade legal do “Governo do Paraná”, à qual se acrescenta a legitimidade conferida pelo processo eleitoral que conduziu o governador à direção política do estado. Entretanto, a remissão aos dispositivos jurídicos e políticos é na carta eivada de conteúdos morais, presentes tanto na exaltação do “Governo do Paraná”, quanto na execração do “Tribunal de Exceção”. A descrição da situação agrária do estado e a enumeração de programas governamentais voltados para “camponeses e agricultores familiares” são apresentadas sem economia de elogios, referidas ao “humanismo cristão” e à “expressão de profundo respeito devido aos nossos semelhantes socialmente mais excluídos”. Um tom semelhante, mas com sinal invertido, de indignação moral, é utilizado na desqualificação do tribunal. É no âmbito dessa caracterização moral que se insere a apresentação dos fatos. Ela serve de moldura e pano de fundo para as descrições que transferem a responsabilidade das ações-crime, ao relacionar os “atos e conflitos referidos” no processo a ações criminosas dos próprios sem-terra, julgados pelo “Poder Judiciário com inquéritos policiais concluídos, sem qualquer

interferência deste Poder Executivo, conforme as leis vigentes”. Credenciais legais e morais são entretecidas na carta como um todo, com particular ênfase na afirmação da legalidade governamental, sustentada, outrossim, em valores morais universais.

No tribunal, a apresentação das provas que se seguiu à “defesa” do réu iria destacar, ao revés da carta do governador, o vínculo entre as vítimas e os agentes do Estado e o nexos de responsabilidade penal nas ações dos últimos. Nesse momento do julgamento, os acontecimentos-crime foram ressaltados através do testemunho das vítimas. Os diversificados casos por elas trazidos reatualizavam perante o tribunal as ações violentas dos agentes do Estado através da apresentação dos acontecimentos-crime em seus contextos situacionais precisos – com definição de local, data e hora. Assim, os testemunhos seriam representados por uma seqüência de diferentes experiências de vitimação, através de casos individualizados, repletos de signos indíceos atestando a conexão factual entre as vítimas, os atos e os agressores.

Ao marcar a desproporção do poder de força dos diferentes atores, os testemunhos, centro dramático do tribunal, inverteram o sentido do opróbrio moral assinalado pela carta-defesa. De fato, não só a sentença teria um “cunho ético, moral e pedagógico”, como anunciou seu presidente na fala de abertura, o tribunal como um todo seria constituído na fabricação de um nexos moral, ou seja, na construção de forte sentimento coletivo em torno das violações apresentadas em casos emblemáticos. Para tanto, múltiplos planos de comunicação e significação foram sobrepostos: a cena do julgamento, com sua assistência imediata e o relato dela feito pelos meios de comunicação, vinculando-a a uma assistência mais ampla. Além do próprio curso do tribunal que, com sua seqüência de atos de fala – das vítimas, do perito, do promotor, do advogado de defesa, dos jurados, do juiz – e imagens constituía uma trama formada pelo nexos estabelecido entre os fatos e as pessoas, as vítimas e os agressores, os ideais sociopolíticos e as ações governamentais, o drama narrado e a assistência muda. Os fatos incriminatórios eram reatualizados pela fala, de modo direto – através das próprias vítimas – e indireto – através das testemunhas e do promotor –, assim como pela apresentação de gravações em vídeo e sua interpretação por peritos. Por palavras e por imagens, recriavam-se na audiência do tribunal as situações, as cenas, os atos dos acontecimentos-crime, com a nomeação das vítimas e a apresentação dos agressores na figura de agentes estatais.

Se apenas os jurados tiveram acesso ao dossiê do processo com as respectivas provas documentais, o ato do julgamento constituiu-se fundamentalmente da apresentação testemunhal – das próprias vítimas, das testemunhas e da perícia – de cada uma das espécies de crimes tipificados que constituíam a acusação. Assim, múltiplas ocorrências foram dramatizadas, restabelecendo-se através da narração, da inquirição e das respostas uma reapresentação condensada de acontecimentos diversos, tornando visíveis nexos insuspeitados entre eles. Desse modo, o tribunal ensejou o estabelecimento de um crime multifacetado, tipificado sob títulos diversos

e com autoria material de diferentes sujeitos, mas implicando a responsabilidade de uma mesma autoridade política.<sup>11</sup> Pode-se dizer que o tribunal foi o processo de estabelecimento da verdade desse crime.<sup>12</sup> Portanto, ele constituiu-se fundamentalmente na apresentação das provas de vitimação dos cidadãos pelo aparato extralegal dos proprietários de terras e pelas forças legais do Estado. Em especial, com a sucessão dos acontecimentos evocados em suas múltiplas feições, buscava-se apresentar a violação de direitos fundamentais dos cidadãos pela ação direta e indireta de agentes do Estado.

A lista de violações aos direitos humanos que motivaram a instalação do tribunal inclui a violação do direito à vida, à integridade física e psíquica; violação do direito à vida com a prática de tortura; violação do direito de liberdade de ir e vir; violação do direito à liberdade de manifestação; violação ao direito de liberdade de imprensa e desrespeito ao direito de acesso à informação; violação ao direito ao exercício profissional da advocacia; quebra do direito à inviolabilidade do domicílio; violação ao direito à privacidade através da interceptação telefônica ilegal.<sup>13</sup> Para cada item de violação de direitos acima citado, apresentou-se no tribunal, a título de exemplo, uma prova testemunhal entre as inúmeras constantes no dossiê incriminatório. Conectando-os, a intervenção do promotor confrontaria os fatos, entendidos não mais como acontecimentos isolados mas como políticas públicas, com as regras do Direito e os fundamentos do ordenamento jurídico-político da sociedade, reconhecidos na Constituição e nos tratados internacionais de respeito aos direitos humanos firmados pelo Estado brasileiro.

Se a inovação jurídica do tribunal seria a implicação da autoridade política numa seqüência de atos que configurariam uma “política governamental”, a conexão entre os diferentes delitos a ela imputados não prescindiu, ao contrário, reforçou a importância do nexo estabelecido entre agentes estatais/agressores e suas vítimas. A conexão entre os fatos, compondo um painel diversificado no rol de violações, permitiria configurar uma orientação política continuada, mas, de maneira simultânea, cada fato apresentado explicitava também, em situações variadas, uma conexão entre fatos e pessoas, reforçando repetidamente o opróbrio moral da violação de direitos humanos fundamentais. Enquanto a sucessão de fatos delituosos variados compunha o testemunho comprobatório de uma política governamental, os relatos circunstanciados de agentes, atos e vítimas configuravam a injúria e o agravo moral relativo a pessoas. Ou seja, a estratégia da acusação tomou um rumo diverso daquele exposto na carta-defesa: a remissão aos valores morais foi apresentada não por referência direta a propósitos humanitários, mas na configuração da violência expressa na relação entre pessoas morais. Ou seja, pela explicitação da relação de dano configurada entre agressores, agentes estatais anônimos exceto pela figura do representante máximo do Estado na esfera estadual, e vítimas presentificadas em corpo, voz e testemunho.<sup>14</sup>

A acusação que se seguiu à apresentação das provas testemunhais perante o Tribunal pode, como a defesa, ser dividida em três partes. Na primeira, há a sustentação da legitimidade do tribunal. Neste aspecto, o promotor Eugenio Zaffaroni reconheceu a motivação política do tribunal, calcada no compromisso de seus participantes com os direitos humanos, mas negou sua vinculação partidária. Do mesmo modo, Zaffaroni não contestou a crítica formulada na carta-defesa de que o tribunal seria um evento cênico. Ao contrário, ressaltou: “todo julgamento é um evento cênico... A pergunta é: quem monta o palco? Às vezes – na maioria das vezes – o palco monta o poder. Outras vezes – poucas, como neste caso – o palco é montado pelo povo”. Conforme o próprio promotor reconheceu: o palco monta o poder. Ou seja, o palco, ou o “evento cênico”, faz o poder. De fato, essa frase é como uma fórmula que condensa todos os desdobramentos subseqüentes: não apenas o tribunal como um todo fabricou poder, como o fez enquanto encenação, palco. O êxito político do tribunal, sua eficácia, derivou de sua realização feliz. Um ritual de inversão eficaz, encenação invertida, sim, mas assim mesmo uma representação de poder pois, seguindo as palavras ditas, representação é poder.

A segunda parte da acusação é uma contestação da transferência da autoria dos crimes para os próprios trabalhadores rurais sem-terra, feita na carta-defesa. Neste segmento encontra-se também o questionamento da alegada ausência de interferência do Executivo no âmbito Judiciário, expressa na carta, e acrescenta: “em todos os casos de terrorismo do Estado, quando... não há condição de negar os cadáveres, então as ditaduras falam que isto são brigas entre eles... dos assim chamados terroristas”. O promotor pergunta “de quem depende a polícia”, que executa os inquéritos? Após responder que a polícia depende do Executivo, acrescenta que as autoridades do Judiciário “têm as mãos algemadas... quando a polícia depende do Executivo. E muito mais quando se trata de policiais investigando policiais”. Com isso, o promotor questionava a isenção dos tribunais legalmente constituídos por serem dependentes, para a realização do julgamento, da produção de provas colocadas sob suspeição. A formulação da promotoria promove, portanto, uma inversão da qualificação dos próprios tribunais na consecução da justiça: porque realizado pela sociedade sem a interferência do poder político, o tribunal de opinião seria mais capaz de apurar a verdade do que os próprios tribunais judiciários.

O arquivamento do processo a respeito do assassinato de Antônio Tavares Pereira, com base em ditame do Ministério Público, também foi motivo de contestação, por tratar-se, nas palavras do promotor, de uma nulidade jurídica e uma opinião político-partidária. Ele serviu ainda para o questionamento da isenção do Poder Judiciário. Zaffaroni citou o ditame do Ministério Público: “o evento se consumou... em virtude de ações impertinentes, afrontosas e anti-sociais, iniciadas pelos integrantes do MST, os quais invocam as prerrogativas do Estado Democrático de Direito para se escudarem, agindo sob o arrimo de ideologias políticas radicais

ultrapassadas e eivadas de intolerância e espírito de desordem difusa...”. Segundo Zaffaroni, em lugar de emitir opinião político-partidária, cumpriria ao Ministério Público averiguar as circunstâncias da morte e verificar a culpabilidade ou não do agente policial autor do disparo. Do mesmo modo, questionou o valor jurídico da sentença do juiz, emitida em quatro linhas, cópia exata de outra. “Isto não é uma sentença, é um carimbo.” Assim, num plano geral, os termos da desqualificação do julgamento – do tribunal internacional e dos tribunais institucionais – foram os mesmos na Carta do governador e na acusação do promotor Zaffaroni, ou seja, o questionamento da isenção e imparcialidade na apuração dos fatos.

A acusação desqualificou os exemplos, citados na carta-defesa, que remetiam os crimes em apuração no tribunal a delitos cometidos pelos próprios sem-terra, lutando entre si. Reconhecendo que os sem-terra podem, como qualquer outro segmento da população, cometer crimes em sua atuação privada, Zaffaroni assinalou que dentre os inquéritos mencionados na Carta do governador há tanto aqueles em que os sem-terra aparecem como agentes, quanto outros em que eles são vítimas de delitos. Entre os exemplos de inquéritos promovidos contra os sem-terra, citou o enquadramento na Lei de Segurança Nacional por manifestação pacífica e inquéritos instaurados após os despejos das ocupações.<sup>15</sup> Além disso, expôs o silêncio das autoridades sobre inúmeras outras mortes de trabalhadores, nomeando vários deles. Ou seja, o promotor opôs aos crimes eventualmente cometidos por ação privada de cidadãos sem-terra a incriminação irregular de sua ação política coletiva pelo Estado, além da omissão das autoridades do dever de apuração de crimes contra eles.

A seguir, o promotor apresentou a acusação formal ao governo do Paraná a partir das provas documentais constantes nos autos do processo e também a partir do depoimento das testemunhas perante o tribunal. Cada testemunho foi invocado como ilustração dos crimes tipificados e, através da rememoração do conteúdo de cada um, Zaffaroni propôs a acusação pelo conjunto dos fatos, que definiriam uma *política*. Os depoimentos teriam esclarecido a morte de Antônio Tavares Pereira, a metodologia de repressão policial no bloqueio de estradas, de métodos de tortura policial, bem como de procedimentos extrajudiciais de despejo, além do cerceamento do exercício profissional da advocacia e do jornalismo e do descumprimento do dever de punir jagunços e pistoleiros. Desse modo, as atividades irregulares dos agentes estatais seriam calcadas em métodos e práticas que configurariam ações continuadas, objeto de planejamento e decisão política.

Por fim, buscou apresentar a responsabilidade penal do mandatário do poder a partir do Código Penal brasileiro, através da noção jurídica de dolo – a vontade de... – e também da noção de omissão, pertinente a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância. Segundo seu argumento, ao não tomar as providências cabíveis ante a sucessão de assassinatos, o chefe do Executivo, comandante da

força policial, passou da omissão ao dolo, do dolo eventual ao dolo direto. Assim, os instrumentos de julgamento foram constituídos segundo o Código Penal vigente, atribuindo-se a responsabilidade penal ao mandatário do Executivo pelo conjunto das práticas de governo, tanto por ação quanto por omissão.

Para concluir, o promotor ressaltou o caráter de força moral e não jurídica do tribunal, portanto seu caráter de debate público e não usurpação da jurisdição do Estado. Desse modo, mais uma vez opôs-se ao principal argumento da Carta-defesa do governador: a qualificação do evento como “Tribunal de Exceção”, semelhante aos “autos de fé da antiga inquisição espanhola” ou aos “julgamentos sumários e fundamentalistas do Taleban afegão”. Em sua argumentação, Zaffaroni sustentou que o Estado de Direito constantemente invocado pelo governador para deslegitimar o tribunal tem por princípio fundamental a igualdade de todos perante a lei e é, portanto, oposto ao Estado de Polícia, onde se está às ordens de quem manda. Assim, finalizou: “o povo na rua, controlando, não usurpa autoridade, exerce seu direito. O governador no palácio. O povo na praça. Este é um julgamento feito na praça”.

### Considerações finais

O Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos do Paraná teve por objetivo exposto apresentar à opinião pública, através da “recuperação de fatos”, a pluralidade de violações dos direitos humanos promovida por agentes políticos e da administração pública no Paraná. Para tanto, seus organizadores buscaram ressaltar a articulação entre ações e omissões, de modo a comprovar a conformação de políticas públicas diretamente vinculadas à incidência de violências múltiplas contra trabalhadores rurais, promovidas por agentes governamentais ou não. Como um tribunal de opinião, sujeito a deslegitimação, ele produziu-se na tensão entre a reprodução de um modo socialmente definido de estabelecimento da verdade, próprio dos procedimentos regulados pelos tribunais oficiais, e a reafirmação da prerrogativa moral última da sociedade como condição do Direito. Assim, conjugou a reprodução de procedimentos e o recurso aos parâmetros de julgamento expressamente firmados na Constituição brasileira e nos principais acordos internacionais ratificados pelo Estado nacional, com a reafirmação do seu caráter simbólico e moral. Pela inversão dos papéis tradicionais de réu e inquiridor, buscou explicitar a subversão mesma dos parâmetros valorativos que dão sustentação ao ordenamento jurídico-político estabelecido.

A tensão entre o legal e o moral, porém, foi o elemento definidor não só do tribunal, mas do lugar que ele, enquanto evento social crítico, terminou por estabelecer também para a esfera institucional. O tribunal foi um evento dramático que ao expor um conjunto de situações de vitimação, e estabelecer os nexos entre

elas e as múltiplas faces de uma prática política sistemática, colocou à mostra na imagem das vítimas a expressão dos valores sociais subvertidos, a sociedade ferida. Se, nas palavras do promotor, o palco monta o poder, o poder do tribunal foi exatamente o de revelar o descompasso entre atos governamentais e valores sociais mínimos e mostrar que o assentamento do Direito, e portanto da legitimidade política, encontra-se na conjunção entre o legal e o moral.

### Notas

<sup>1</sup> Um projeto de Oscar Niemeyer “em homenagem às vítimas da violência no campo no Paraná”.

<sup>2</sup> O dossiê do tribunal foi encaminhado a diversas instituições brasileiras e estrangeiras, como a Anistia Internacional, a Organização das Nações Unidas e o Departamento de Estado Americano. Pouco tempo após a realização do tribunal, o advogado Darci Frigo, da CPT (Comissão Pastoral da Terra)-Paraná, receberia o prêmio Robert Kennedy de Direitos Humanos por sua defesa dos sem-terra e entregaria o dossiê do tribunal à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

<sup>3</sup> Além dos já citados, foram responsáveis pela organização do tribunal as seguintes entidades: a Associação Direito e Cidadania, a Rede Nacional dos Advogados Populares, a Dominicans for the Justice and Peace, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, o Fórum Paranaense de Cidadania e Direitos Humanos, o Fórum Paranaense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania e a Comissão Pastoral da Terra, sessão Paraná.

<sup>4</sup> O jurista Hélio Bicudo assumiu a presidência do tribunal, enquanto o jurista argentino Eugenio Raúl Zaffaroni encarregou-se da promotoria. Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo presidia a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Eugênio Zaffaroni é diretor do Departamento de Direito Penal e Criminologia da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, Argentina. A indicação do advogado de defesa, normalmente escolha do réu, ficará esclarecida adiante.

<sup>5</sup> Compuseram ainda o corpo de jurados: o arcebispo de Porto Velho (RO), primeiro presidente da CPT, Dom Moacir Grechi; a senadora Heloísa Helena (Partido dos Trabalhadores – PT/AL); o sociólogo e professor de Ética Política na Universidade de Binghamton, Nova York, James Petras; o professor de Política e Direito Internacional na Holanda e Bélgica e ex-presidente da Anistia Internacional na Bélgica, Koen de Feyter; o advogado, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, Marcelo Lavenere Machado; o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Rui Portanova; a juíza titular da 7ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, Salete Maccalóz, e o filósofo e historiador Sérgio Yahni, diretor do Centro Alternativo de Informação, organização palestino-israelense de luta pela paz.

<sup>6</sup> Segundo jornal editado e distribuído por ocasião do tribunal, enviaram representantes entidades de defesa dos direitos humanos dos EUA, Israel, França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Argentina.

<sup>7</sup> Revelando que, a despeito de todas as suas peculiaridades, o tribunal situou a questão da legitimidade política no âmbito jurídico-político do Estado de Direito.

<sup>8</sup> A cerimônia transcorreu no mesmo dia da manifestação que acompanhou o lançamento da

pedra fundamental do Monumento Antônio Tavares Pereira, na BR 277.

<sup>9</sup> 1ª série – despejos forçados com violação dos direitos à vida, à integridade física e psíquica, à inviolabilidade do domicílio, à moradia e à reforma agrária; 2ª série – repressão à liberdade de manifestação, liberdade de ir e vir e morte; 3ª série – assassinatos e ameaças de morte; 4ª série – crimes de tortura; 5ª série – liberdade de imprensa e exercício profissional da advocacia; 6ª série – privacidade e ilegalidade de interceptação telefônica.

<sup>10</sup> O advogado designado pela OAB-Paraná para defender o governador, após aceitar a indicação, foi admoestado a não fazê-lo e finalmente desistiu de sua tarefa depois de ter aceito a indicação.

<sup>11</sup> No tribunal, ao responder os quesitos, os jurados expuseram livremente o seu voto. O voto da jurada Salete Maccalóz, juíza cível no Rio de Janeiro, além de condenar “o governador do Estado do Paraná como primeiro responsável pelos crimes...”, solicitou a “denúncia dos chefes dos poderes judiciário e legislativo para responderem pelos seguintes crimes previstos na ordem jurídica...”, implicando igualmente juizes, deputados, prefeitos, vereadores e policiais como autores e co-autores dos mesmos crimes.

<sup>12</sup> Para análise das relações entre modos de estabelecimento de verdades e direito, ver Foucault (2001).

<sup>13</sup> Conforme dados divulgados pela CPT à época do tribunal, tinha-se o registro de 323 casos de ferimento, 7 de tortura, 45 de ameaças de morte, além de 16 assassinatos, 478 prisões e 131 ações de despejo de trabalhadores rurais sem-terra de 1995 a 2001.

<sup>14</sup> Talvez aqui encontremos um limite para a proposição de Hannah Arendt segundo a qual “no centro de um julgamento só pode estar aquele que fez algo – nesse sentido é que ele é comparável ao herói de uma peça de teatro – e, se ele sofre, deve sofrer pelo que fez, não pelo que os outros sofreram” (2000:19).

<sup>15</sup> A lista de delitos atribuídos aos sem-terra na Carta Circular do governador é grande: homicídio, invasão de propriedade, seqüestro, cárcere privado, esbulho possessório, resistência ao cumprimento de ordem judicial, furto, roubo, estelionato, constrangimento ilegal, lesões corporais, estupro com escala, corrupção de menor, porte ilegal de armas e formação de quadrilha ou bando.

### Referências bibliográficas

- ARENDR, Hannah. 2000. *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHAVES, Christine A. 2000. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra. Um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- \_\_\_\_\_. 2001. “A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político” In: PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- DAS, Veena. 1995. *Critical Events. An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Delhi: Oxford University Press.
- FOUCAUT, Michel. 2001. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed.

PEIRANO, Mariza. 2001. “Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica”.  
In: \_\_\_\_\_. (org.). *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.

## Decoro parlamentar: entre agressões morais e indisciplinas estratégicas

*Carla Costa Teixeira*\*

A categoria “decoro parlamentar” ganhou popularidade através dos processos de cassação de mandato por ela desencadeados na história recente da política brasileira. Acionada pela primeira vez no breve período democrático entre o fim do Estado Novo (1945) e o início do regime militar (1964), contra o deputado federal (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB/DF) Barreto Pinto em 1949, a quebra de decoro foi responsável pela declaração de perda de mandato de 13 deputados federais e pela renúncia de outros cinco deputados e três senadores a partir dos anos 90.

Em escritos anteriores tive a oportunidade de analisar boa parte destes processos políticos, considerando o potencial destes eventos rituais para a compreensão da variedade de sentidos que a política assume no Brasil. Desta perspectiva, analisei as conexões entre os valores da dignidade e da honra em contextos políticos modernos; as fronteiras entre crime e falta de decoro e seus desdobramentos para o entendimento da autonomia do campo político em relação ao campo jurídico; a complexidade da dicotomia clássica entre esferas pública e privada e suas limitações em face à fusão de papéis sociais que se verifica na constituição do sujeito político; a diversidade de tipos de políticos profissionais em interação e a especificidade do jornalista enquanto tal; os recursos políticos acionados, e sua eficácia diferenciada, na lógica de acusação e defesa característica dos processos pautados na conduta incompatível com o decoro parlamentar (Teixeira 1998, 1999, 2001).

Neste artigo, pretendo explorar outras formas de conduta indecorosa que, diferente das que desembocam em processos de cassação, não são excepcionais e nem precisam ser espetaculares, embora geralmente o sejam; são sempre assumidas e justificadas pelos que as cometem e, com frequência, toleradas e apoiadas pelos seus pares. Tais condutas podem ser classificadas em basicamente dois tipos: (i) agressões físicas e morais entre parlamentares; (ii) comportamento coletivo estrate-

---

\* Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, pesquisadora do Núcleo de Antropologia da Política e do CNPq.

gicamente violento e/ou irreverente e jocoso. No primeiro tipo, estamos lidando com condutas individualizadas que, embora aparentemente espontâneas e emocionais, são marcadas por uma seqüência-padrão e apresentam uma certa previsibilidade. O segundo, foco maior de meu interesse, envolve blocos partidários e consiste de manobras e expedientes que, nem sempre recorrendo à violência física, tumultuam o plenário durante a votação de certas matérias legislativas.

### Agressões morais

Não é raro, no transcorrer de uma conversa ou de um pronunciamento no microfone do plenário, observarmos um crescente de agressões morais verbais que, em determinado momento, parecem ultrapassar o limite (sempre variável) da possibilidade de, sob a ótica de um dos envolvidos, a resposta à ofensa se dar em termos estritamente discursivos. Neste ponto, verifica-se uma mudança de atitude, passando a ser acionada uma violência física que, por sua vez, pode inaugurar um outro breve ciclo de agressões, agora corporais, logo interrompido pelos demais parlamentares presentes.

Estas agressões não são novidade e algumas ficaram famosas na última década: os socos dados pelo deputado Nobel Moura (PTB/RO) em sua colega Raquel Cândido (PTB/RO) em 1991, o murro que Geddel V. Lima (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB/BA) acertou em José Falcão (Partido da Frente Liberal – PFL/BA) em 1992, a agressão de Leur Lomanto (PFL/BA) desferida contra Uldorico Pinto (Partido Socialista Brasileiro – PSB/BA) em 1993 e, pulando alguns anos para não cansar o leitor, o recente embate protagonizado pelos senadores Jader Barbalho (PMDB/PA) e Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) em 2000.

Se tais condutas são claramente tipificadas no Regimento Interno de ambas as Casas Legislativas como atentatórias ao decoro parlamentar, poucas chegam a ser analisadas pelas respectivas Corregedorias<sup>1</sup> e raras são as vezes em que os parlamentares são punidos. A impunidade dos deputados e senadores envolvidos em agressões morais e físicas deve-se em grande parte ao entendimento de que a agressão física é justificável conforme a natureza da agressão moral recebida. Tratar-se-ia de uma “reação” aceita, e, muitas vezes elogiada pelos parlamentares, em defesa da honra e da preservação do respeito e do prestígio (Teixeira 1998:143-145). Quando há polêmica em torno da agressão física ocorrida, em geral, deputados e senadores discutem, não a conduta violenta em si, mas a sua justeza, ou seja, se a “reação” teria sido proporcional à agressão sofrida ou se haveria ou não diferença significativa de condições (idade, gênero ou porte físico) entre os contendores.

O primeiro critério de avaliação da conduta violenta (a justeza da “reação”) encontra-se atualizado em um documento oficial da Câmara. No parecer final do corregedor acerca do embate entre os deputados Leur Lomanto e Uldorico Pinto,

um dos poucos que chegou ser apreciado pela Casa, lemos que:

(...) a prova juntada demonstra que a reação [física] desse deputado [Leur Lomanto] o foi em termos justificáveis dada a natureza da agressão moral de que foi vítima, imediatamente antecedente à ocorrência de sua reação (Câmara dos deputados, *Relatório do Corregedor*, 1993-1994).

Já o segundo critério (a igualdade de condições entre os contendores) pode ser acompanhado por meio das notícias publicadas pela imprensa a propósito das agressões entre os deputados Geddel Vieira Lima e José Falcão:

José Falcão, 61 anos, conversava com colegas. Geddel Lima, 33 anos, foi até ele, segundo a versão do deputado agredido e seus colegas.

– Você não vai defender seu chefe? – indagou Geddel.

– Que chefe? – quis saber Falcão.

– O ACM, aquele...

– ... é você.

Geddel, então, esmurrou Falcão (...)

O deputado José Lourenço (PDS/BA) lembrava o episódio em que esmurrou o hoje colega Amaral Neto (PDS/RJ). “Éramos da mesma faixa etária”, comentou, sorrindo, Lourenço. Para ele o soco que desferiu em Amaral é diferente do soco de que Falcão foi vítima. “Foi uma covardia. Geddel é muito mais novo”. Os deputados não consideram “covardia” a agressão a Raquel Cândido. Para eles, ela provocou a reação de Nobel Moura, que foi acusado de lenocínio e tráfico de drogas. (*Jornal do Brasil*, 8/5/1992).

Diferente do que costuma ser característico de outras acusações de conduta indecorosa, o julgamento de tais agressões morais e físicas passa à margem do duelo de interpretações sobre os regimentos. O que parece estar em jogo aqui é, por um lado, o reconhecimento do direito do uso da violência quando está em risco a honorabilidade do parlamentar – contrariando os artigos 245 e 248 do Regimento da Câmara; e, por outro, o pressuposto da necessária igualdade entre os termos para que uma contenda honrosa, embora não decorosa regimentalmente, possa se instaurar.<sup>2</sup> Não se trata de forma alguma de uma disputa sobre o enquadramento ou não da conduta no dispositivo de atentado ao decoro parlamentar – como observamos nos processos de cassação de mandato.

O juízo sobre a adequação ou não deste tipo de comportamento é remetido à avaliação da gravidade moral da ofensa proferida e da igualdade moral dos sujeitos envolvidos. Contudo, o resultado final dependerá da combinação dos dois critérios acionados caso a caso, não estando estabelecido a princípio seus conteúdos substantivos nem, tampouco, suas posições na hierarquia de valores. Na agressão

à deputada Raquel Cândido, como vimos na reportagem acima transcrita, prevaleceu a gravidade da ofensa em detrimento do fato de ser mulher, que não logrou ser suficiente para classificá-la como estando em desigualdade de condições. Já na agressão ao deputado José Falcão, em que pese a ofensa que a teria deflagrado, a sua inserção etária foi traduzida em inferioridade fisicomoral, tornando-se decisiva para a desaprovação do deputado Geddel Vieira Lima aos olhos de alguns de seus pares. Tanto em um caso quanto no outro, porém, as sanções morais não tiveram maiores desdobramentos regimentais.

O entendimento da tradução de conflitos políticos em disputas morais no dia a dia das interações parlamentares deve considerar o universo maior da hierarquia de valores que a cada momento e situação se redefine. Uma hierarquia que, é fundamental destacar, não se esgota nos interesses partidários, ideológicos, regionais, eleitorais ou de classe, mas envolve a garantia ou o incremento da auto-estima, do prestígio, do reconhecimento do devido valor pelos pares, das lealdades cruzadas e das relações de base pessoal. Neste sentido, o embate entre os deputados Agnaldo Timóteo (ex-Partido Democrático Trabalhista – PDT/RJ) e Brandão Monteiro (PDT/RJ) é exemplar. No ano de 1984, o então líder do PDT, deputado Brandão Monteiro trocou agressões, enquanto discursava em plenário, com o deputado Agnaldo Timóteo, recém-expulso do partido por ele. Após declarar que lamentava o ocorrido, Monteiro teria ponderado:

(...) mas dele não me arrependo, pois o deputado Timóteo é acostumado a ofender companheiros (...) Sei que devo resguardar minha posição de parlamentar, e sobretudo a de líder, mas tudo tem um limite, assim como há o limite entre o parlamentar e o Homem (*Jornal de Brasília*, 4/10/1984).

Observamos, portanto, que diferente do que ocorre nas indisciplinas que analisaremos a seguir, na troca de agressões fisicomorais entre parlamentares os elementos considerados políticos não logram englobar os demais e, tampouco, instrumentalizá-los. Se desconsiderar os valores e práticas ligados ao universo da honra e da estima social consiste em incorrer numa simplificação empobrecedora das relações políticas modernas, aqui tal abordagem analítica parece ter consequências mais graves ao impedir o próprio reconhecimento das experiências em curso. Essas agressões são relegadas – por meio de uma tomada de posição, nem sempre explicitada, acerca do que a política deve ser – à carência de sentido para a constituição da política, a algo que sequer deveria existir e que caracterizaria nossa falta de civilidade e de apreço pelas normas do convívio democrático. Semelhante juízo de valor ecoa e é corroborado pelos diferentes meios de comunicação que classificam essas interações como: “sandices”, “pugilato”, “bagunça”, “vexame” e “molecagem”, em uma significativa atribuição de infantilidade, imaturidade e

descontrole individuais aos políticos brasileiros.

Desta perspectiva, as agressões físicas e morais ocorridas no Congresso Nacional são tratadas pelos analistas políticos (jornalistas, colunistas e politicólogos em geral) como condutas desviantes corruptoras da vida política e como um traço idiossincrático, a ser extirpado, de alguns representantes legislativos. Daí que não se costuma comparar estas condutas no parlamento brasileiro com condutas semelhantes ocorridas em legislativos de outras nações, analisando-as como acontecimentos individualizados e singulares à política nacional. Ainda, a sua regularidade e as atitudes de aprovação silenciosa, de compreensão ou de banalização por parte da maioria dos deputados e senadores, com frequência, são diluídas em acusações genéricas sobre os políticos e sua falta de compostura e de compromisso com as regras do trato parlamentar. Poucas são as investigações que buscam relacionar o comportamento dos parlamentares com os limites e possibilidades da democracia representativa em sua existência concreta – e não em suas elaborações normativas (Figueiredo e Limongi, 1999).

A tensa ambivalência, presente nas interações políticas, entre a conduta moralmente aceita e o comportamento regimentalmente prescrito ou, inserindo-a em seu horizonte de sentido, entre os valores referidos à existência pessoal e os da democracia representativa parece adquirir aqui uma visibilidade especial. A realização de uma fenomenologia acurada destes eventos, aliada à investigação dos contextos abrangentes e das posições e trajetórias de cada um dos envolvidos na troca de agressões, pode ser um caminho privilegiado para a compreensão dos padrões de conexão e de convertibilidade mútua entre os diferentes níveis, esferas, ritmos e personas envolvidos nos conflitos políticos.<sup>3</sup> Um empreendimento que, apenas iniciado aqui, permitirá traçar caminhos para a explicitação de pontos limítrofes desencadeadores de violência física em disputas verbais e dos atos de fala nestas recorrentes, bem como das arenas e dos momentos políticos mais propícios a tais interações na dinâmica parlamentar brasileira.

### Indisciplinas estratégicas

Embora frequentemente adjetivado de forma semelhante pelos jornalistas políticos, o comportamento coletivo estrategicamente violento ou desrespeitoso constitui um fato político totalmente distinto das agressões abordadas até então. Com o objetivo de delinear a especificidade destes conflitos, abordaremos dois eventos desse tipo que obtiveram destaque dentro do Congresso e fora dele, através dos meios de comunicação de massa.



### Evento 1: “Os baderneiros”

Na manhã do dia 22 de setembro de 1993 começou, sob a presidência do senador Humberto Lucena, a sessão do Congresso Nacional para a leitura do projeto de resolução que marcaria o início dos trabalhos de revisão da Constituição Federal para 6 de outubro. Logo após ter sido declarada aberta a sessão, o deputado Hélio Bicudo (PT/SP) – citando o art. 28 do Regimento Comum, fez a primeira questão de ordem, acusando ausência de quórum no plenário da Câmara. A presidência acatou a questão e a sessão foi suspensa por meia hora, para aguardar a chegada dos parlamentares necessários ao quórum indispensável de 84 deputados e 14 senadores. Findo este prazo, o presidente declarou a reabertura da sessão, mas novamente o deputado Hélio Bicudo levantou questão de ordem. Agora tratava-se da persistência da falta de quórum e do término de prazo para sua obtenção (já havia transcorrido a meia hora prevista no regimento), não podendo mais ser a realizada a sessão. O embate regimental teve início num crescente de exaltação entre as partes.

O deputado Miro Teixeira (PDT/RJ) acusou o presidente Lucena de tentar ganhar tempo, de esperteza e de indisciplina. Os deputados Gerson Perez (Partido Democrata Social – PDS/PA) e Sandra Cavalcanti (Partido Progressista Republicano – PPR/RJ) reagiram exigindo, respectivamente, o respeito à Mesa e o não-direito à palavra para os congressistas “fantasmas” que não haviam registrado presença por estarem em obstrução. O senador Lucena, por sua vez, declarou a existência de quórum argumentando que, além dos registrados no painel, haveria “mais de vinte em abstenção” (*Diário do Congresso Nacional – DCN*, 23/9/1993:2612). O deputado Luiz Salomão (PDT/RJ) gritou: “Isto é golpe! V. Ex<sup>a</sup> está aplicando um golpe! Há 79 deputados! Está no painel!”. A sessão foi suspensa sob a alegação de que não havia ordem no plenário para a continuidade dos trabalhos.

Após dois minutos, o senador Lucena reabriu a sessão, anunciando que já havia o quórum necessário de deputados segundo o painel. Foi lido, então, o projeto de resolução fixando a data de início dos trabalhos do Congresso Revisor (PR nº 3, 1993-CN). A sessão foi novamente suspensa por falta de ordem no plenário. Apenas um minuto depois foi reaberta e o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) pediu verificação de quórum para o Senado. O senador Lucena acatou o pedido mas deu prosseguimento à sessão, garantindo a palavra do deputado Luís Eduardo Magalhães (Bloco/BA) que denunciava agressões sofridas pelo 1º secretário da Mesa – deputado Wilson Campos (PMDB/PE) – durante a leitura do projeto, quando deputados do PDT haviam tentado tomar o documento de suas mãos. Logo depois, o senador declarou, novamente à revelia do painel, a existência do quórum regimental. Segundo notícias da época, Humberto Lucena teria dito: “Não interessa o painel. Daqui eu posso ver que há mais de 84 deputados e contei mais de 18 senadores” (*Veja*, 29/9/1993).

A partir deste momento, em meio a diversos questionamentos regimentais, os contraditos e as questões de ordem se sobrepuseram desordenadamente. Os congressistas que apoiavam o projeto de revisão constitucional alegavam que “a maioria no Congresso Nacional quer fazer a revisão, e a minoria quer impedir no berro, e não pela inteligência” (Gerson Peres, PPR/PA; *DCN*, 23/9/1993:2648). Os da oposição argumentavam que se a maioria queria fazer a revisão “estivesse às 10 h da manhã, deveriam estar aqui 84 srs. deputados e 14 srs. senadores, mas eles não estavam nem às 10 h e nem às 11 h. Ainda assim V. Ex<sup>a</sup> resolveu iniciar a sessão, contrariando o Regimento” (Luiz Salomão, PDT/RJ; *idem*:2649). Nesse ínterim, o andamento da sessão tornou-se tumultuado: parlamentares a favor e contra a instalação da revisão falavam aos gritos fora dos microfones, as galerias viajavam, deputados subiam ao local no plenário onde fica a mesa diretora em atitude de intimidação e deputados do PDT (batizados “baderneiros” pela imprensa e por vários defensores de Humberto Lucena) terminaram arrancando o microfone reservado ao 1º secretário e rasgaram o texto do projeto de resolução. A sessão foi encerrada, mas o projeto fora aprovado e os parlamentares “pedetistas” seriam posteriormente punidos – três com censuras escritas e um com suspensão do exercício do mandato por três dias.<sup>4</sup> Vale destacar, contudo, que a punição mais grave (a suspensão temporária do mandato) deu-se por reincidência de conduta ofensiva ao presidente do Congresso Nacional, remetendo-nos à lógica das agressões fisicomorais analisadas anteriormente (Teixeira 1998).

### Evento 2: “O apitão”

O Pequeno Expediente, período da sessão legislativa destinado a breves comunicações dos parlamentares, de 7 de maio de 1997 fugiu aos usuais discursos sobre temas relacionados aos interesses das chamadas “bases” parlamentares realizados, em meio a um plenário esvaziado, com o objetivo de divulgação no programa *A Voz do Brasil*. Ele foi marcado pelo predomínio das declarações dos deputados oposicionistas em repúdio ao encaminhamento dado pelo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP), na sessão anterior, aos destaques feitos pela oposição à reforma administrativa do Executivo (Proposta de Emenda à Constituição nº 173, 1995). Além de pronunciamentos individuais e do uso de uma fita preta na lapela representando luto, o Bloco Parlamentar de Oposição se pronunciou oficialmente por meio de uma nota lida pelo líder do bloco, deputado Neiva Moreira (PDT/MA), e subscrita pelos demais líderes Aldo Arantes (Partido Comunista do Brasil – PCdoB/GO), José Machado (PT/SP) e Sérgio Guerra (PSB/PE).

Em que teria consistido o polêmico encaminhamento? Segundo avaliação dos oposicionistas e de grande parte da imprensa da época, tratara-se de uma “manobra”, de um “golpe” da bancada governista. O *Correio Braziliense*, sob o título de

“Milagre Aritmético”, reportava que o governo “praticamente garantiu a quebra da estabilidade no emprego – ponto mais polêmico da reforma administrativa – com uma manobra regimental que deixou aos oposicionistas apenas o direito de esperar” (8/5/1997). No pronunciamento, quase didático, do deputado Aldo Arantes podemos ter acesso direto à interpretação oposicionista:

Após a contundente derrota na votação do Destaque para Votação em Separado (DVS), que tratava do Regime Jurídico Único, o governo resolveu mudar sua tática e golpear o Regimento Interno da Câmara e piorar ainda mais as relações já estremecidas entre minoria e maioria.

O governo estava encontrando dificuldades para obter os 308 votos necessários e manter o texto da reforma administrativa e derrubar os destaques que pediam a manutenção da estabilidade, (...), paridade de vencimentos entre ativos e inativos, entre outros. (...) O presidente Michel Temer, numa manobra aparentemente legalista, remeteu a decisão para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJ)<sup>5</sup>, para que ela decida se são regimentais ou não os DVS da oposição. Com essa manobra, o governo não precisaria mais de 308 votos para manter o texto da reforma administrativa, pois a discussão seria remetida a partir do parecer da CCJ (...) e a decisão em número de votos será feita por maioria simples [257 votos] dos presentes no Plenário e não por três quintos como determina o Regimento Interno da Câmara para votação de DVS (DCN, 8/5/1997:11710).

Neste clima, o presidente Michel Temer deu início à leitura da matéria que deveria ser votada no dia 7 de maio, a saber: a continuação da votação em primeiro turno da controversa reforma administrativa. Assim que ele terminou de ler o texto legislativo em questão, o deputado José Genoíno (PT/SP) fez a primeira questão de ordem sobre o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça dos destaques da oposição para voto em separado (citando o art. 95 do Regimento da Câmara, que regulamenta as questões de ordem): fora por uma consulta de parecer à comissão ou para recorrer da decisão sobre uma questão de ordem? Coube ao deputado Inocêncio de Oliveira (PFL/PE), autor da questão de ordem sobre os destaques que na véspera Michel Temer remetera à Comissão de Constituição e Justiça, “contraditar”. O deputado argumentou que não era a primeira vez que um presidente da Casa consultava a Comissão de Constituição e Justiça para decidir sobre questão de ordem e mais: Temer poderia ter decidido, era seu direito fazê-lo, mas agiu como um “magistrado” preferindo antes ouvir a Comissão de Constituição e Justiça por considerar necessário um “estudo mais acurado” (DCN, 8/5/1997:11797).

Após dois pronunciamentos, um a favor e outro contra a questão de ordem feita por José Genoíno, o presidente esclareceu que fizera uma consulta para basear a decisão a ser tomada por ele. Genoíno, então, levantou outra questão de ordem:

“Se vamos resolver na forma de consulta, a matéria não pode ficar sobrestada” (idem:11799). Em outras palavras, os destaques da oposição não poderiam estar suspensos enquanto a Comissão de Constituição e Justiça os avaliava, devendo também ser votados naquela sessão. Michel Temer respondeu que o “sobrestamento” fora decidido na véspera e pôs fim ao debate – “a matéria está vencida”, passando à votação do requerimento de preferência para alguns destaques e emendas feitos pelos líderes do governo e do PFL. A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) pediu nova questão de ordem: o requerimento não poderia ser votado por ferir o art. 160 do regimento,<sup>6</sup> juntando destaques e emendas e vários pedidos de preferência num só texto legislativo. Mais uma vez Michel Temer declarou que esta questão já havia sido votada e rejeitada na véspera, mas Feghali insistiu pedindo o artigo do regimento em que ele havia se baseado para deliberar. A tensão aumentou, pois ela perguntou várias vezes seguidas e a cada vez o presidente declarava que a matéria estava vencida, negando-se a responder.

Quando finalmente o requerimento de preferência começou a ser votado, Genoíno pediu, e obteve, verificação de quórum – mas a votação não foi suspensa. Os líderes partidários começaram a orientar suas bancadas para o voto “sim” ou “não” ao requerimento. Genoíno, então, em tom exaltado, acusou a votação de ser uma farsa, pelo fato de os pontos polêmicos estarem excluídos da pauta *sub judice* e, aos gritos, declarou: “Em obstrução, sr. presidente. É golpe, é golpe, e com golpe não se vota” (DCN, 8/5/1997:11801). A partir deste momento, os deputados de oposição começaram a soar apitos no plenário. A sessão foi suspensa, reiniciada e novamente suspensa ao som dos apitos. Michel Temer convocou todos os líderes para uma reunião em seu gabinete, passando a presidência da sessão para o 1º vice-presidente. Contudo, como a votação teve continuidade, os líderes da oposição não se ausentaram do plenário e o “apitajo”<sup>7</sup> prosseguiu em meio às acusações mútuas entre membros dos blocos da oposição e do governo e tentativas individuais dos oposicionistas de impedir fisicamente os deputados de registrarem seus votos. A votação foi concluída e o requerimento aprovado, mas no dia seguinte seria fechado um acordo entre os líderes garantindo a votação dos destaques da oposição e, também, que nenhum deputado seria punido.

\*

Na descrição desses dois eventos – “os baderneiros” e “o apitajo” –, podemos observar elementos que se repetem e que aparecem como constitutivos de um tipo específico de indisciplina coletiva. Refiro-me, em especial, (i) aos contextos parlamentares em que ocorreram as indisciplinas, (ii) à seqüência interna dos eventos e (iii) aos argumentos e justificativas acionados pelos sujeitos envolvidos. Vejamos:

## Contextos parlamentares

A instalação do Congresso Revisor em 1993, prevista nos Dispositivos Transitórios da Constituição de 1988, trazia a possibilidade de serem alterados quaisquer artigos aprovados anteriormente na Assembléia Constituinte (exceto as “cláusulas pétreas”, art. 60). Não se definiu uma agenda mínima para a reforma constitucional, ou seja, uma delimitação dos temas a serem abordados, nem tampouco um prazo para o encerramento dos trabalhos. Nas palavras de Luís Eduardo Magalhães (PFL/BA): “Quando a maioria achar que já está bom, declara encerrada a revisão” (*Veja*, 6/10/1993).

Assim, por um lado, a atualização da disputa entre os diferentes interesses econômicos, sociais, corporativos e partidários, que haviam se enfrentado apenas a cinco anos, gerava grande tensão e incerteza no Congresso – era como se tivessem voltado à estaca zero e todas as conquistas e perdas constitucionais pudessem ser revertidas naquele momento. Por outro lado, a habilidade em articular alianças políticas, grupos de pressão e manobras regimentais e em garantir uma significativa presença nos meios de comunicação ganhava importância excepcional na balança das relações entre as chamadas minoria e maioria parlamentares. O embate em torno da própria instalação do Congresso Revisor, acima descrito, já antecipava o clima de acirrada luta que veríamos, especialmente, nas votações das reformas da previdência, do funcionalismo público, dos monopólios estatais e da abertura para o capital estrangeiro, que marcariam a relação entre Executivo e Legislativo no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O apitão ocorreu em uma dessas votações. A reforma administrativa buscava redefinir os direitos do funcionalismo público, colocando em xeque a estabilidade, a paridade entre ativos e inativos, as condições de aposentadoria, entre outros. A proposta enviada ao Congresso pelo Executivo, em 1995, após a devida tramitação, começou a ser votada em plenário em 1997. Neste período, oposicionistas e governistas experimentavam uma alternância de vitórias e derrotas. Em 1995, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce, em que pese a forte oposição de agrupamentos partidários e de movimentos sociais, lograra ser privatizada; enquanto, neste mesmo ano, a proposta do Executivo de terminar com o regime jurídico único – autorizando a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal a instituírem regimes diferenciados para seus servidores – fora derrotada apesar deste, em princípio, deter a maioria no Congresso Nacional. Assim, os sentimentos de instabilidade das alianças e de gravidade socioeconômica das decisões a serem tomadas pareciam dar o tom e singularizar esses processos políticos.

Se, na instalação da revisão constitucional (1993) e na reforma administrativa (1997), a interpretação dos partidos não-integrantes da bancada governista era explicitamente a de que urgia fazer frente e resistir ao “rolo compressor” da

maioria conservadora; os líderes dos partidos do bloco de sustentação do governo expressavam receios quanto à efetividade de sua condição de maioria, em meio à indecisão de vários parlamentares em apoiar medidas impopulares às vésperas do ano eleitoral – respectivamente, 1994 e 1998. Em contextos como estes – em que grassa a incerteza sobre o resultado das votações –, o plenário parece tornar-se um misto de tabuleiro de xadrez e de campo de combate, onde convivem as habilidades de antecipar a ação dos adversários, de explorar as ambiguidades das regras do jogo e de lançar mão da coação física quando a derrota parece estar eminente. O conflito político não se define aqui pelos fins propostos, mas, principalmente, pelos meios utilizados. A forma como as habilidades se expressam e os meios se articulam é o que abordaremos a seguir.

## Seqüência interna dos eventos

Os processos de votação considerados neste trabalho obedecem a uma sucessão de procedimentos facilmente reconhecível por qualquer leitor atento: partidos de oposição em obstrução de votação; parlamentares opositores apresentando questões de ordem sobre o quórum e as decisões da presidência, às quais entremeavam-se contraditos de parlamentares e líderes governistas; declarações da presidência de “matéria vencida”, na tentativa de encerrar o debate regimental, seguidas de acusações de “golpe” por parte dos líderes oposicionistas e de ações oposicionistas buscando impedir fisicamente o prosseguimento da sessão; interrupções sucessivas da sessão por falta de ordem no plenário e, freqüentemente, a conclusão da votação com a vitória dos governistas que, por vezes, ganhavam, mas não levavam.

Contudo, tal percepção dos acontecimentos requer considerações de outra natureza sobre o funcionamento institucional para que esses comportamentos parlamentares apareçam plenamente em sua dimensão estratégica, e não como meros “desvios” ou “sandices” irresponsáveis de certo grupo de indivíduos “baderneiros”.

Até agora não havia especificado como se dá a tramitação das matérias legislativas em votação nos dois eventos e, tampouco, em que consistem os recursos regimentais apresentados nesses embates: questão de ordem, obstrução, destaques para votação em separado etc. Sem querer enveredar pela hermenêutica regimental, faz-se necessário explicitar em que consistem as armas empunhadas nesses embates.

Primeiro, deve-se considerar que as matérias legislativas em questão tratavam ambas de alterações constitucionais e, nestes casos, as regras institucionais para deliberação são diferenciadas das que regem as matérias ordinárias:

A matéria precisa ser aprovada separadamente nas duas Casas, cumprindo rigorosos prazos regimentais nas diferentes instâncias de apreciação, e a deliberação final se dá em dois turnos de votação. O Senado Federal não

assume uma mera função revisora, como ocorre nas matérias ordinárias, uma vez que o mesmo texto deve ser aprovado, em dois turnos, em ambas as Casas. Assim, teoricamente, não há limite para o número de vezes que a matéria pode passar de uma Casa para a outra (Figueiredo e Limongi 1999).

Ainda, a decisão no plenário tem que ser por 3/5 dos parlamentares e as votações devem – de acordo com a própria Constituição – ser sempre nominais. As propostas de alteração da matéria devem ser apresentadas sob a forma de emenda ou de destaque para votação em separado: a primeira propõe alteração de parte do texto em votação; a segunda objetiva que um segmento do texto não seja apreciado junto com a totalidade da matéria, exigindo uma votação específica. Qual o significado político de tais prescrições normativas?

De um lado, observamos que, por sua natureza institucional, as reformas constitucionais são decididas em meio a normas protecionistas à Constituição vigente e, conseqüentemente, desfavoráveis aos proponentes das modificações e a uma tramitação ágil no Congresso; de outro, o sistema de votação expõe individualmente os parlamentares em medidas que, em geral, podem resultar em ônus para potenciais eleitores. Dois elementos, como veremos, são decisivos neste processo: o voto nominal e os destaques para votação em separado.

A votação nominal não requer grandes explicações, pois nesta, como o próprio termo sugere, o conteúdo do voto do parlamentar é de conhecimento público, seja por chamada nominal ou por registro no painel eletrônico. Diferente da votação secreta (na qual é reconhecido o legítimo direito do sigilo do voto do parlamentar) e da votação simbólica (cujo objetivo é dar celeridade à votação), no procedimento decisório nominal não pode e não deve existir o anonimato de deputados ou senadores.<sup>8</sup> Já os destaques para votação em separado merecem, por suas sutilezas, maiores considerações para a compreensão de sua eficácia política.

O fato de os opositores destacarem trechos para votação à parte tem de imediato a conseqüência de desdobrar em múltiplas votações a matéria que, se apreciada em sua totalidade, poderia ser decidida em uma única sessão plenária. Contudo, além de prorrogar o tempo de tramitação, os destaques para votação em separado exigem que os parlamentares se pronunciem individualmente várias vezes em sucessivas votações. Se considerarmos que os destaques geralmente são sobre os pontos mais polêmicos e delicados, do ponto de vista de sua aceitação social, vemos que o desgaste político dos que, por razões diversas, vêm a apoiar medidas impopulares é, talvez, seu efeito mais grave. Sobretudo, diferente das emendas, nas votações dos destaques não cabe ao seu autor obter os 3/5 dos votos em plenário; este ônus é dos que querem manter o texto destacado que “cairá” caso não logrem atingir este quórum na votação.<sup>9</sup> Deste modo, os destaques para votação em separado consistem uma poderosa estratégia para as minorias legislativas, permitindo alon-

gar o processo legislativo de deliberação; amplificar as oportunidades de desgaste político dos opositores; maximizar a identificação da responsabilidade individual do parlamentar no processo de tomada de decisão; estimular as inconsistências da diversificada maioria que, teoricamente, apoiaria as propostas do Executivo; e, assim, ampliar sua probabilidade de vitória.

As obstruções também são um recurso freqüentemente usado pelas agremiações políticas minoritárias. Trata-se de uma atitude política declarada de recusa à participação na votação em curso, para causar embaraços, criar obstáculos à maioria parlamentar e, por fim, retardar ou até mesmo impedir que a votação ocorra. É, portanto, uma conduta diferente de votar contra ou ausentar-se da votação, pois, por tal procedimento, estabelecido nos regimentos, os opositores em desvantagem numérica logram marcar posição política em plenário sem contribuir para o quórum necessário à votação e, ao mesmo tempo, mantêm a possibilidade de interferir ao longo do processo de votação. Em geral, a obstrução é um recurso último e é sempre precedida de questões de ordem e pedidos de verificação de quórum.

As questões de ordem são intervenções discursivas freqüentes nos trabalhos legislativos. Podem ser feitas por qualquer parlamentar sob o argumento de que há dúvidas sobre a interpretação dada ao regimento naquela sessão (em plenário ou nas comissões). É um direito parlamentar, como vimos, que pode também prestar-se a protelar a sessão e desautorizar os interlocutores, especialmente o presidente da sessão; mas, principalmente, as questões de ordem podem decidir o embate em determinados momentos da luta política, independente de questões de mérito e de proporcionalidade numérica das forças políticas em conflito. Neste sentido, é um recurso opositor recorrente, embora seja utilizado também pela maioria em algumas situações. Este foi, justamente, o caso dos destaques para votação em separado da oposição na reforma administrativa que, por uma questão de ordem do líder do PFL deputado Inocêncio de Oliveira, foram enviados para a Comissão de Constituição e Justiça e, assim, retirados provisoriamente da pauta de votações. A dúvida regimental, por ele levantada, fora sobre o fato de os destaques para votação em separado conterem, cada um deles, vários pontos do texto legislativo – o que seria proibido pelo regimento (art. 161). A manobra, contudo, iria além do adiamento da votação, incluindo o já referido “milagre aritmético”, pois o que passaria à votação no plenário seria o relatório da Comissão de Constituição e Justiça e, segundo o regimento, nestes casos o quórum deixaria de ser de 308 parlamentares (3/5 dos votos) passando à maioria simples de 257 votos.

A questão que se coloca agora, uma vez esclarecidos os dispositivos regimentais esgrimidos no conflito, é compreender os argumentos políticos que sustentaram a decisão de ir além e lançar mão de uma, digamos, obstrução física do processo de votação.

### Argumentos e justificativas

A leitura dos jornais e revistas da época e, principalmente, dos discursos parlamentares nas sessões seguintes aos dois eventos aqui considerados é fundamental para compreendermos os significados que lhes foram atribuídos posteriormente pelos próprios sujeitos envolvidos. Observamos, claramente, uma combinação entre argumentos de natureza transcendente e de evocação de elementos restritos ao evento em questão. Numa linha retórica e noutra, o tom predominante era o de reconstituir os “fatos ocorridos” de modo a defender as atitudes tomadas. Não se tratava, portanto, de se desculpar pelo feito, mas de justificá-lo. Ora destacava-se os erros ou a má-fé dos adversários na interpretação do regimento; ora focalizava-se os valores democráticos em nome dos quais haviam agido; e, por vezes, lançava-se mão de preceitos normativos que no âmbito jurídico dariam amparo a ações semelhantes. Como os protagonistas acusados de indisciplina foram principalmente parlamentares das chamadas oposição ou minoria, é aos seus pronunciamentos que darei maior ênfase.<sup>10</sup>

O eixo condutor de todos os discursos foi a necessidade de preservação e de respeito aos regimentos internos e, em última instância, à própria Constituição e ao sistema democrático. Em torno deste eixo principal, vimos tanto acusações contra manobras “legalistas” dos presidentes das sessões e dos líderes da maioria, quanto argumentos mais densos com relação aos direitos das minorias e à defesa da dignidade do mandato parlamentar. Alguns parlamentares pronunciaram-se de maneira especialmente contundente:

Gosto de estudar instituições, sr. presidente, prisões, manicômios e – por que não dizer? – também o Parlamento, que funciona com regras próprias, que, em muitos aspectos, não são as regras do comportamento da sociedade. Mas tem que ser assim. Na sociedade, pessoas diferentes, com procedências e concepções políticas diferentes, não são obrigadas a conviver. No entanto, no Parlamento essa diferença é obrigada a ser relevada, para que exista algum tipo de convivência civilizada entre os seus membros. O que permite a convivência civilizada de pessoas com posições políticas diferentes num Parlamento é o Regimento Interno, ou seja, são os talheres da etiqueta parlamentar, o garfo, a faca, a colher de sobremesa, à disposição da autofagia (deputado Paulo Delgado, PT/MG, sobre “os baderneiros”; DCN, 23/9/1993:20801).

(...) discordo quando se diz que ontem houve desordem nesta Casa em função da rebelião natural de alguns deputados insurrectos, insatisfeitos com essa desobediência ao Regimento, pois não havia número para abrir a sessão, nem quórum para começar a votação (...) Sendo assim, não reclamem... contra algum deputado intempestivo, que sobe à mesa e rasga um papel, porque essa

exacerbação também está no Direito, é o chamado *jus esperneandi* (deputado Mendonça Neto, PDT/AL, sobre “os baderneiros”; DCN, 24/9/1993:20554).

Tudo poderia ter sido evitado, mas eles resolveram ignorar a posição de 100 deputados. Isso não se faz em nenhuma democracia do mundo, até a Constituição americana garante o direito de rebeldia à minoria quando as normas são utilizadas unilateralmente contra ela. (...) Acuado, até cachorro manso reage (deputado José Genoíno, PT/SP, sobre “o apitajo”; *Jornal do Brasil*, 13/5/1997:2).

Nestas avaliações, não se tratava tanto de precisar a adequação das condutas com referência aos regimentos ou quais parlamentares individualmente protagonizaram a “baderna” ou o “tumulto”, mas, principalmente, se eles tinham o direito de fazê-lo e, em que medida, o fizeram de maneira satisfatória. Havia um certo consenso acerca da qualidade “excessiva” de tais comportamentos, inclusive, por parte dos parlamentares que os sustentavam. A disputa não se dava em torno da caracterização das ações dos “baderneiros” ou do “apitajo” como boas, mas, sim, como justas e corretas na situação em que ocorreram. A responsabilidade dos sujeitos diretos dos “tumultos” em plenário foi minimizada. A questão, por vezes explicitamente anunciada, que passou a ser formulada pelos opositores foi: *o que aconteceu que nos levou a agir daquele modo?* O esforço pareceu se concentrar em caracterizar os procedimentos específicos adotados como adequados às circunstâncias e às condutas dos demais parlamentares envolvidos. Os “tumultos” não seriam, portanto, ações primeiras geradoras das seqüências de acontecimentos narradas aqui. Os gritos de “golpe” que anunciaram as indisciplinas dos opositores em plenário seriam conseqüência de ocorridos anteriores (o desrespeito ao regimento, ao direito de minoria, ao mandato parlamentar), adviriam das ações de outros, aos quais caberiam a real responsabilidade pelos fatos ocorridos. O que até então fora uma ação, um ato (da minoria), transformara-se naqueles discursos em efeito (da conduta da maioria), em produto de uma causa anterior e exterior aos sujeitos que, apenas aparentemente, seriam os protagonistas. Assim, diante do abandono dos “talheres da etiqueta parlamentar” ou do fato de que “eles resolveram ignorar a posição de 100 deputados” só lhes restara a “rebeldia natural”, o direito de espernear. Estamos em meio à exploração dos efeitos perlocucionários analisados por J. L. Austin em suas reflexões sobre os usos da linguagem (1999), ou seja, aqueles em que por dizer algo fazemos algo:

Dizer algo freqüentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou conseqüências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos (idem:90).

O que é relevante destacar aqui é que nestes atos de fala a apresentação daquilo que alguém faz ou fez enfatiza os meios utilizados por outrem que não o sujeito direto da ação, tais como, por exemplo, porque disse algo obteve o efeito de convencer, persuadir, impedir, instigar, surpreender ou confundir (idem:95). Ainda, porque alguém disse algo fui convencido, persuadido, instigado, enfim, levado a agir de determinada maneira. A análise minuciosa da linguagem como um tipo de ação e não mera representação da realidade, embora árida e por vezes cansativa, permite-nos adensar os elementos discursivos dos conflitos políticos, sem cairmos na dicotomia fácil e freqüentemente equivocada dos julgamentos de veracidade de tais proferimentos. Tal definição, embora possa ser almejada por meio da busca de conexões entre dizeres e fatos, é uma disputa interna ao próprio campo das interações políticas onde os opositores, freqüentemente, agem por meio de palavras como se apenas “descrevessem” a realidade. Compreender as armas eficazes nesta luta, os meios utilizados a favor de princípios concorrentes, e não o valor destes princípios em si, é o desafio que nos colocamos.

Desta perspectiva, os atos de fala perlocucionários revelaram-se instrumentos poderosos na constituição de retóricas de justificativas específicas; sua força residiria na delegação de responsabilidade a outrem, não em termos do conteúdo, mas pela própria forma como o sujeito apresenta verbalmente os eventos:

Quando o regimento é descumprido e quando não se permite que o parlamentar exerça sua função (...) dificilmente se pode chegar a bom termo (deputado Paulo Delgado, PT/MG; DCN, 29/9/1993:20801).

O que está sendo dito por Paulo Delgado é justamente que *porque* o regimento foi descumprido (pelo presidente Humberto Lucena) e *porque*, assim, aos parlamentares não foi permitido exercer sua função, a oposição agiu como agiu na sessão de instalação do Congresso Revisor em 1993.

Se no fluxo dos acontecimentos a força da linguagem em fazer coisas reside, principalmente, na habilidade em proferir atos de fala em que as “declarações” são ações em si: “É golpe, é golpe...!”, ou seja, não são constatações sobre a realidade, mas agem sobre ela; uma vez que o acontecimento seja recortado e se destaque da experiência, torna-se fundamental a destreza em justificar as interações em foco, especialmente se tal destaque deve-se a uma atribuição de negatividade. Usando uma terminologia mais adequada à vida política, a questão prioritária parece ser, então, construir a *legitimidade* das condutas. Daí ser a exploração discursiva das várias forças da linguagem e, aqui em especial, da força da palavra em agir *como se* efeito de outros atos (lingüísticos ou não), uma arma tão manejada nos conflitos políticos. Contudo, tal manejo ganha contornos distintos nos episódios focalizados, pois trata-se de *legitimar o uso da violência*, este instrumento decisivo da política

(Weber s/d), numa arena deliberativa que se fundamenta no valor absoluto da tomada de decisão e do governo por meio da discussão. Assim, observamos que os usos discursivos das regras regimentais constituem uma forma específica de comunicação, ou melhor, uma estratégia que tem eficácia política. Mas trata-se de uma eficácia que, como sugere a análise das formas discursivas em sua profundidade temporal, pode trazer conseqüências para a própria substância do que se considera uma ação parlamentar. Nas distâncias relativas entre regra normativa e regularidade objetiva, estas estratégias podem vir a alterar de forma radical as condições institucionais de realização das trocas políticas em contextos de acirrada competição parlamentar. O receio e a ameaça velada ou explícita deste desdobramento são, por sua vez, parte da própria estratégia dos sujeitos políticos aqui considerados.

\*

Até agora tenho utilizado a noção de estratégia sem maiores esclarecimentos, contando que bastaria o entendimento do senso comum para a compreensão da abordagem em desenvolvimento. Contudo, para traçar as considerações finais que julgo relevantes, faz-se necessário ir além dos referenciais de estrategista de guerra ou de estrategema ardiloso evocados no uso corriqueiro, inserindo-os no horizonte da lógica da prática desenvolvida por Bourdieu (1972, 1990).

Desta perspectiva, a *estratégia* seria o conhecimento incorporado que os sujeitos obtêm ao longo de suas vidas, participando das atividades sociais de seu tempo, que os habilita a agir de acordo com o jogo social. Mais do que isto, a estratégia concretizaria a capacidade de os sujeitos apreenderem e realizarem a infinidade de atos que estão socialmente inscritos, seja em estado de possibilidades ou de exigências objetivas. Assim, esta noção não se esgotaria na arte de traçar planos em um conflito ou de ser astucioso, mas incluiria, sobretudo, a habilidade de improvisação e invenção responsável pela incompletude, pela natureza aberta das interações sociais – mesmo aquelas mais codificadas. Tal dom, porém, está longe de ser intrínseco à subjetividade ou à genialidade dos indivíduos. É uma disposição que se constrói em cada ação que se revela adequada, ajustada às circunstâncias historicamente definidas em que os indivíduos se inserem, ou seja, conforme as regras codificadas (oralmente ou através da escrita) e os princípios possíveis de produção das práticas.

No campo da política, é fundamental considerar a atualização de estratégias tanto no que concerne à distribuição de poder na competição política, quanto da alocação de autoridade no sistema institucional. Da compreensão da combinação diferenciada entre ambos dependem as sutilezas do jogo político, no qual os sujeitos dotados de forte senso prático são os que, embora nem sempre portadores de autoridade institucional, logram adequar-se de modo eficaz em face aos imponderáveis e

à variabilidade infinita das situações. Contudo, os sentidos práticos são eles próprios indefinidamente variados e estão longe de serem infalíveis.

Nos tipos de condutas, passíveis de serem classificadas como indecorosas ou como indisciplina, abordadas ao longo deste artigo, vimos que às agressões fisicomorais foi atribuída a classificação de “reação” e às indisciplinas coletivas, conforme o sujeito de fala, a de “arruaça” ou de defesa do regimento e do direito das minorias. Podemos delinear, portanto, dois sentidos práticos orientadores das condutas políticas. As agressões fisicomorais seguiriam um *senso de honra*, enquanto as indisciplinas coletivas incorporariam um *senso de soberania* (no sentido schmittiano). No primeiro, verificamos a presença de recursos linguísticos específicos (xingamentos e outras qualificações negativas de valor pessoal) e de uma contestação corporal própria, na qual a face do ofensor tornou-se alvo privilegiado das reações físicas do ofendido, revelando os limites da palavra na resolução dos conflitos morais. No segundo, encontramos objetivada a capacidade de suspender as regras vigentes que caracterizaria a essência da soberania (Schmitt 1996), ou seja, a competência para atuar quando a norma não apresentaria soluções e a decisão urgiria ser tomada. Nos termos da lógica da prática, seria uma habilidade – que não se esgota no planejamento consciente da ação – de manipular e quebrar as regras, mas mantendo a representação de obediência às regras maiores (do regimento ou da Constituição); e, principalmente, de quebrá-las como se estivesse salvando aquilo que a norma, em sua prescrição de condutas, pretendia justamente garantir e preservar. Aqui, os recursos foram outros e desenvolveram-se em um embate no qual a capacidade de enunciar normas regimentais e sustentar a polêmica formal em dado momento do processo decisório revelou-se central ao desfecho político da matéria em pauta. Na sequência dos eventos narrados, o manejo de atos de fala perlocucionários foi um dos elementos constitutivos da habilidade política em assumir a tomada de posição executada, mas sem assumir sua responsabilidade plena, pois através do desdobramento do evento em dois atos, numa relação de causa e consequência, o primeiro foi alocado aos adversários. Por tal recurso, os parlamentares da oposição lograram explorar de forma feliz os diferentes níveis da noção de responsabilidade: (i) a responsabilidade de tomar decisões que, para Weber, distinguiria a própria vocação política; e (ii) a responsabilidade pela instrumentalização da violência física. Uma valorizada e central à vida política; a outra, destituída de reconhecimento nas democracias representativas. Aquela, assumida pelos protagonistas dos dois eventos (“baderneiros” e “apitação”); esta, delegada à chamada maioria governista.

Assim, à autoridade política da regra ou da função vimos sobrepor-se a competência de sujeitos coletivamente articulados ou não, atuando discursivamente e por meio de violência física, fazendo-se valer como agentes na redefinição dos termos da competição de poderes e interesses em conflito. O que inicialmente

parecia ser uma questão de falta de decoro tolerada ou de desrespeito grave às regras necessárias à convivência das diferenças revelou-se parte fundamental de um sistema de disposições para a prática e, principalmente, como tipos de ações engendradas pela própria relação cotidiana com o mundo da política que indicam, sem qualquer juízo de valor, uma certa *excelência*: [um] “saber jogar com a regra do jogo até o limite, e mesmo até a transgressão, mantendo-se sempre dentro da regra” (Bourdieu 1990:99).

## Notas

<sup>1</sup> Corregedoria é a função, desempenhada por um parlamentar entre os eleitos para a Mesa diretora dos trabalhos da Casa, responsável por manter o decoro, a ordem e a disciplina nos edifícios da Câmara no que concerne à conduta dos parlamentares.

<sup>2</sup> Para uma análise da importância da igualdade no universo da honra, ver Peristiany (1971), Pitt-Rivers (1971) e Gautheron (1991).

<sup>3</sup> No desenvolvimento de semelhante projeto dois autores revelam-se, desde já, fundamentais: Schutz (1997) e Strawson (1974).

<sup>4</sup> O Congresso Revisor viria, contudo, a ser esvaziado politicamente em meio às investigações que, neste mesmo ano, constituiriam a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre denúncias de esquemas de corrupção na Comissão Mista de Orçamento.

<sup>5</sup> Esta comissão será doravante denominada Comissão de Constituição e Justiça.

<sup>6</sup> O art. 160 trata dos critérios que devem orientar a deliberação da Mesa sobre os requerimentos de “preferência” para votação ou para discussão de proposição encaminhados pelos deputados.

<sup>7</sup> O termo apitação fora usado anteriormente pela imprensa para denominar a prática de banhistas na praia de Ipanema (RJ) que, no verão de 1995, se utilizavam de apitos para avisar os usuários de drogas da aproximação de policiais.

<sup>8</sup> Na votação simbólica os parlamentares são convidados pelo presidente a permanecerem como estão caso aprovem a matéria em pauta, sendo em seguida declarada a decisão manifesta da maioria. Tal procedimento é usado geralmente em matérias triviais acordadas anteriormente pelos líderes partidários.

<sup>9</sup> A lógica do estabelecimento de quórum nas votações é a de que cabe aos que pretendem alterar a ordem vigente (texto legislativo ou, por exemplo, declaração de perda de mandato) garantir a maioria parlamentar necessária para realizá-la. Ao apresentar um destaque para votação em separado a oposição não propõe qualquer mudança, não atraindo para si, portanto, o custo de conquistar a maioria (simples ou de 3/5) do plenário.

<sup>10</sup> Até agora tenho denominado minoria/maioria, opositoristas/governistas de forma genérica. Gostaria de traçar uma breve explicação sobre tais pares dicotômicos. A construção destes termos obedece, simultaneamente, a critérios de proporcionalidade e de adesão política e, por isto, podem ser usados como se fossem coincidentes. Contudo, a classificação que possui existência institucional, gozando de direitos na estrutura político-administrativa, é a de “minorias” e

“maioria”: “Constitui Maioria o Partido ou Bloco Parlamentar integrado pela maioria absoluta dos membros da Casa, considerando-se Minoria a representação imediatamente inferior que, em relação ao governo, expresse posição diversa da Maioria” (*Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, art. 13).

### Referências bibliográficas

- AUSTIN, J. L. 1990. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BOURDIEU, Pierre. 1972. *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Geneve: Droz.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 1993-1994. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. 1999. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GAUTHERON, Marie (dirigê). 1991. *L'Honneur: Image de soi ou don de soi um idéal équivoque*. Paris: Éditions Autrement.
- PERISTIANY, J. G. 1971. *Honra e vergonha: valores da sociedade mediterrânea*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PITT-RIVERS, Julian. 1971. “The Anthropology of Honour”. In: *The Fate of Schechem or the Politics of Sex*. Cambridge: Cambridge University of Press.
- SCHMITT, Carl. 1996. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta.
- SCHUTZ, Alfred. 1997. *The Phenomenology of the Social World*. Illinois: Northwestern University Press.
- STRAWSON, P. 1974. “Freedom and Resentment”. In: *Freedom and Resentment, and Other Essays*. Londres: Methuen & CO LTD.
- TEIXEIRA, Carla Costa. 1998. *A honra da política. Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- \_\_\_\_\_. 1999. “O Preço da Honra”. *Série Antropologia*, 253. Brasília: Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. 2001. “Das Bravatas. Mentira ritual e retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya”. In: PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- WEBER, Max. S/d. *Ciência e política. Duas vocações*. São Paulo: Cultrix.



## Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo

*Marcos Otavio Bezerra \**

Observamos nos últimos anos no Brasil, sobretudo a partir da nova Constituição promulgada em 1988, um movimento crescente de experiências de gestão pública pautadas pela preocupação com a criação de mecanismos administrativos e políticos que viabilizem a inclusão da população, diretamente e através de representantes, em processos de elaboração e execução de políticas públicas governamentais.<sup>1</sup> De modo geral, quando nomeadas, essas experiências têm sido designadas como de participação popular na gestão pública.<sup>2</sup>

Esta idéia de participação popular cujos significados são múltiplos pode ser identificada em documentos legais (como a Constituição e as leis orgânicas municipais) e nas propostas e ações de diferentes entidades. Para se ter uma noção do que o discurso da participação popular mobiliza recentemente, basta lembrar aqui o lugar que a mesma possui nos programas de agências de financiamento internacional (como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento), nas medidas governamentais (federal, estadual e municipal), nos projetos de Organizações Não-Governamentais (ONGs), nas pesquisas efetuadas em universidades, nos cursos elaborados para informar como funcionam as estruturas governamentais e os dispositivos de gestão participativas e, ao mesmo tempo, preparar as pessoas para participarem das ações governamentais (ditos de metodologias participativas e oferecidos por ONGs e universidades) e nos programas partidários.

A execução de políticas públicas pautadas na idéia da participação popular pode ser identificada atualmente em administrações municipais e estaduais sob a orientação de diferentes partidos políticos. No entanto, grande parte das reflexões sobre o tema e das experiências administrativas de “gestão participativa” tem sido desenvolvida no âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT). A incorporação da po-

---

\* Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, pesquisador do Núcleo de Antropologia da Política e do CNPq.

pulação nas discussões relativas às ações públicas constitui um dos eixos centrais de seu programa partidário e é reconhecidamente uma de suas marcas administrativas devido a iniciativas como a do orçamento participativo (OP). Nesse caso, a implementação de mecanismos políticos e administrativos que assegurem a participação pública nos negócios do Estado é tida como um elemento essencial na construção da democracia participativa e uma via para o exercício da cidadania, a transparência e o controle social do Estado e a eficiência administrativa. Tendo sido esboçadas e experimentadas principalmente na gestão dos municípios e, secundariamente, dos estados, as concepções e práticas participativas elaboradas no PT têm a partir de 2003, com a ascensão de Lula à presidência e do partido ao governo federal, a possibilidade de serem estendidas ao âmbito do Executivo nacional.

Se as experiências de participação da população no campo de ações do poder público são variadas (apresentam formatos institucionais distintos, envolvem populações socialmente diferenciadas, articulam-se em torno de um largo arco de temas de políticas públicas, ocorrem em contextos com características demográficas e sociológicas variadas, entre outros aspectos), algumas destas experiências têm tido uma visibilidade maior e, por conseguinte, contribuem mais fortemente para a definição de uma concepção específica sobre o que seja e como se dá a participação. Isto ocorre, por exemplo, através da divulgação destas experiências pelos seus promotores e pelos estudos acadêmicos e da transferência para outras localidades do que passa a ser uma espécie de modelo a ser seguido. Encontram-se neste caso, por exemplo, os conselhos, as conferências, os fóruns e as audiências públicas promovidas pelos governos federal, estadual e municipal (em áreas como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, cultura etc.) e, sobretudo, programas como o orçamento participativo. Na origem destas iniciativas encontram-se motivos os mais variados. Se em alguns casos prevalece somente o interesse em atender a exigências legais que regulam os repasses de recursos de agências nacionais e internacionais, em outros, medidas desta natureza constituem o eixo principal sob o qual se organiza a rotina governamental e a proposta de difusão de novas disposições e práticas, individuais e coletivas, de exercício da atividade política. Essa diversidade se estende também para o significado que estas experiências possuem para a administração pública, as pessoas envolvidas e os dela excluídos.

As experiências de participação popular podem, como é ressaltado pela literatura, constituir um novo canal de intervenção de setores da população na administração pública. Mas esse parece ser somente um aspecto do fenômeno. Para se apreender essas experiências e seus efeitos em termos mais amplos que os estritamente institucionais (seu funcionamento, composição, natureza consultiva ou deliberativa etc.) é fundamental considerar o fato de que estas não se realizam num vazio sociológico. Ao serem implementadas, as medidas esboçadas nas propostas, que não raro têm por referência modelos nacionais e internacionais elaborados para

instituírem “novos” padrões de relações políticas,<sup>3</sup> defrontam-se, por exemplo, com formas historicamente constituídas de sociabilidade política e de interação com os órgãos governamentais. Esse encontro gera um novo dinamismo político que tem significados distintos para os agentes do governo, os setores da sociedade envolvidos com essas experiências e aqueles delas afastados. Reinscrever essas experiências nas configurações de poder nas quais se desenvolvem é, portanto, essencial para apreender os significados que adquirem e entender as várias direções que estas experiências tomam nos diferentes momentos de sua realização.

Tomando esta perspectiva como ponto de partida, no presente artigo proponho tecer algumas considerações sobre uma proposta mal-sucedida de implementação do orçamento participativo. Este caso de relativo fracasso parece-me interessante visto que permite refletir sobre a relação entre programas de participação popular na gestão pública e disputas locais em torno do monopólio da representação política. Disputas essas que podem constituir um obstáculo para a execução das novas propostas ou conduzi-las por caminhos inicialmente não previstos. A experiência tida como de orçamento participativo teve lugar na cidade de Niterói (RJ). Ex-capital do antigo estado do Rio de Janeiro (status perdido em 1974 com a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro) e separada da cidade do Rio de Janeiro pela Baía da Guanabara, o município conta com uma população em torno de 450 mil pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1996) e 338 mil eleitores (Tribunal Regional Eleitoral 1998). A proposta do OP é desencadeada a partir do ano de 1998, tendo como sede duas regiões do município.<sup>4</sup> O caráter inicialmente restrito da experiência deve-se, segundo seus promotores, sobretudo ao “acordo”<sup>5</sup> que a torna possível. Este é estabelecido entre o prefeito eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>6</sup> e um grupo, defensor de uma aliança com o governo municipal, do Partido dos Trabalhadores (PT). A implantação gradual do orçamento participativo no município, sob a responsabilidade dos membros do PT, consiste em um dos itens do acordo. Nos anos seguintes, outras localidades são incorporadas ao projeto e nas eleições municipais de 2000 o coordenador do programa, respaldado no mesmo, elege-se vice-prefeito e o prefeito obtém sua reeleição. Em 2002, o vice-prefeito assume a prefeitura e retoma a proposta de implantação do OP, uma vez que o prefeito do município afasta-se para concorrer, sem sucesso, ao cargo de governador do estado.

Ao centrar a atenção nesta experiência não é minha intenção elaborar uma história do projeto ou discutir o seu alcance enquanto instrumento de ampliação da democracia.<sup>7</sup> Questões centradas em torno da democracia como as concernentes às condições de sucesso ou fracasso dos programas de participação popular, à transparência na relação entre governo e sociedade civil, à eficácia e melhor distribuição na implementação de políticas públicas, à composição social dos participantes e à relação entre os Poderes Executivo e Legislativo têm orientado uma

parte substantiva dos estudos sobre as experiências de orçamento participativo.<sup>8</sup> Meu objetivo consiste em examinar as tensões que envolvem a implementação do programa em um dos bairros inicialmente selecionados e o significado político que a experiência tem para as pessoas nela envolvida. Partindo do pressuposto de que os canais de participação popular no âmbito do poder público constituem oportunidades para a criação e renovação de relações de autoridade política nas localidades, o caso parece-me interessante para discutir como este novo canal formal de intervenção no poder público articula-se e concorre com meios tradicionais de acesso ao Poder Executivo (como as associações de moradores, os vereadores e as relações pessoais com funcionários públicos) e mexe com o equilíbrio de poder na localidade. Os eventos aqui focalizados permitem observar como dois esquemas políticos enraizados no bairro de Esperança<sup>9</sup> e estruturados em nome dos interesses da “comunidade” chocam-se em decorrência das disputas pelo controle do acesso ao Poder Executivo municipal. Assim, quando as reuniões do OP são organizadas em Esperança com o objetivo de servirem como um canal de atendimento das demandas de políticas públicas da população elas defrontam-se com a atuação já antiga de uma associação de moradores.<sup>10</sup>

### O programa

Para dar início à implementação do OP no município é montado um grupo de trabalho diretamente subordinado ao gabinete do prefeito, composto inicialmente por cinco pessoas e coordenado por um ex-deputado estadual do PT. Entre as primeiras iniciativas, encontram-se os contatos com representantes de municípios onde o OP vinha sendo desenvolvido, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul, e a elaboração de um texto onde são expostas as razões “teórico-políticas” da iniciativa.

Ao determo-nos neste texto (ver Prefeitura de Niterói 1998), uma espécie de modelo para a implementação pela administração pública de uma nova forma de exercício de poder, identificamos alguns pressupostos e expectativas que fundamentam a proposta do OP. Segundo o mesmo, as discussões sobre a implementação da participação da população na administração pública nos distintos planos de autoridade política (municipal, estadual e federal) inscrevem-se nos debates, que ganham força nos últimos anos, sobre a necessidade da reforma do Estado, questionado, entre outros aspectos, a respeito de sua legitimidade e eficiência. À perspectiva liberal do “Estado mínimo” (centrada na idéia da transferência de atribuições desempenhadas pelo Estado para a iniciativa privada) opõe-se a proposta de “crescente democratização das relações Estado-sociedade civil”. Neste último caso, defende-se que a sociedade civil passe a ocupar um espaço maior nas decisões e no controle das ações do Estado, quebrando assim o monopólio

das autoridades, técnicos e funcionários governamentais na definição das ações públicas. Para tanto, são inventados mecanismos institucionais que buscam aproximar dois princípios distintos: o da democracia direta e o da representação. A participação direta da sociedade nas questões relativas ao Estado é concebida como compatível e complementar ao exercício dos mandatos populares originados do sistema representativo. O argumento predominante é o de uma articulação entre os dois princípios com a conseqüente geração de ganhos mútuos: por um lado, “valorização e requalificação da democracia representativa e suas instituições”; por outro, a “transformação de indivíduos (...) em cidadãos conscientes e críticos que deixam de ser meros coadjuvantes da política para serem protagonistas ativos da gestão pública” (Prefeitura de Niterói 1998).

Para a equipe responsável pelo programa, sua implementação no município consiste em uma medida a mais no sentido da ampliação da participação da população na administração municipal. O envolvimento da sociedade civil em ações do poder público vinha sendo experimentado através de iniciativas que remontavam a outros governos. Programas desenvolvidos em anos anteriores por administrações do próprio PDT (1989-1992 e 1993-1996) propunham incluir de diferentes formas a participação da população. Aos olhos dos responsáveis pela implementação do OP, estas iniciativas formam uma base para a realização do programa. O que se supõe, neste caso, é que a capacidade de organização da população adquirida a partir destas iniciativas é passível de ser reconvertida para novas experiências. A proposta articula, portanto, um duplo desafio. Se, por um lado, deve ser capaz de mobilizar certas experiências coletivas de organização; por outro, deve contribuir para romper com as “tradicionais” práticas políticas. As dificuldades, no entanto, parecem residir no fato de que a separação entre estes elementos pode não ser fácil.

O “acordo” estabelecido entre o prefeito e o grupo do PT inclui a opção pela implantação do OP de forma “gradativa” e “parcial”. Assim, nos primeiros anos, o projeto tem caráter experimental e se restringe a alguns bairros do município. Outro aspecto que distingue o orçamento participativo de Niterói de modelos implantados em outros municípios administrados pelo PT (como Vitória (ES), Porto Alegre (RS), Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG)) diz respeito ao processo de definição da parcela de recursos municipais cuja aplicação será estabelecida pelas consultas à população.

Os instrumentos orçamentários e os procedimentos para sua elaboração estão regulamentados pela Constituição federal. Como ocorre nos planos federal e estadual, a prerrogativa de elaboração da proposta orçamentária municipal cabe ao Executivo. Na forma de projeto de lei, essa proposta é encaminhada ao Legislativo cabendo aos vereadores realizar o seu exame e propor modificações através de emendas parlamentares. Feitas as modificações, a proposta é novamente encaminhada ao Executivo para ser sancionada pelo prefeito. As experiências de OP,

apesar das variações, têm incentivado a participação da população no momento em que o Executivo elabora a sua proposta da Lei Orçamentária Anual. Definidos os recursos disponíveis para investimentos – em torno dos quais geralmente ocorrem as discussões, ficando de fora o montante destinado a custeio, dívidas e pessoal – e os critérios para sua aplicação, a população, de acordo com mecanismos de participação estabelecidos (isto é, a metodologia do programa), é convocada a indicar em que programas, obras, melhorias e atividades gostaria de ver os recursos sendo aplicados. Essas indicações são sistematizadas na proposta orçamentária do Executivo e encaminhada ao Legislativo para seu exame e modificação. No caso de Niterói, o montante dos recursos destinado ao orçamento participativo, alocado na Secretaria de Obras, é fixado pelo prefeito e incluído na proposta orçamentária como parte dos investimentos, mas sobre o qual não incidem as emendas dos vereadores. Assim, o envolvimento da população na discussão da aplicação dos recursos não se dá no momento de elaboração da proposta do Executivo, mas após a aprovação da Lei Orçamentária. A adoção desse mecanismo faz com que os próprios responsáveis pelo orçamento participativo falem em “execução participativa” e ouçam de grupos de oposição no interior de seu partido a acusação de que estariam promovendo o “orçamento participativo”.

Os recursos destinados ao orçamento participativo e o número de bairros contemplados cresceram nos dois primeiros anos. Nos anos de 1998 e 1999, os recursos foram, respectivamente, de R\$800.000,00 e R\$1.600.000,00. As “comunidades” passaram de 7 para 18. No ano de 1998, em que ocorre o caso examinado a seguir, esses recursos correspondem a 9% do total previsto para novos investimentos (R\$8.541.477,00). A estimativa é que o OP atingisse uma população de cerca de 30.000 pessoas, algo em torno de 7% da população do município.

Para se compreender o que está em jogo na metodologia utilizada para a implantação do OP e alguns eventos posteriores, é importante mencionar as discussões desencadeadas pela proposta no interior do governo. Tendo à frente o coordenador da equipe do OP, foi realizado um amplo trabalho de convencimento (“batalha silenciosa”) junto aos secretários – ciosos com a perda de poder de suas pastas – e à Câmara. Um foco importante de oposição ao projeto localiza-se na “base governista” na Câmara.<sup>11</sup> Uma reunião ocorrida entre o prefeito e os vereadores desta “base”, cujo conteúdo não disponho de informações, é tida como um marco na mudança da postura destes vereadores em relação ao orçamento participativo. No entender de um dos membros da equipe do OP, isto se deu devido ao entendimento que estes passaram a ter do “sistema participativo”, o que fez, inclusive, com que os vereadores se tornassem, com o passar do tempo, “os principais parceiros e aliados” do programa.

A mudança no posicionamento dos vereadores em relação ao OP parece decorrer em grande medida da percepção que estes têm a respeito do modo como

este novo mecanismo político-administrativo interferiria nas condições sociais a partir das quais define-se o seu capital político. Assim, em linhas gerais, sua implantação é feita de modo que em princípio não constitua uma ameaça às bases de poder dos vereadores ligados ao governo. Explicando a adesão dos vereadores ao projeto, informa um dos membros da equipe: “O sistema participativo era a forma de eles estarem aparecendo sem precisar ter um custo muito elevado, (...) porque a participação deles é garantida”. Essa preocupação em assegurar uma articulação e complementariedade entre OP e os interesses dos vereadores em suas bases eleitorais predomina tanto no documento quanto na estratégia utilizada para a implantação do programa.

A opção de organização do OP através da mobilização das chamadas secretarias regionais, órgão que integra a burocracia do Executivo e funciona como uma extensão da prefeitura nos bairros,<sup>12</sup> cria as condições para que alguns parlamentares sejam mais diretamente envolvidos com o seu andamento. Do ponto de vista do governo, as secretarias, que no ano de 1999 chegam ao número de 12, inserem-se nas medidas dirigidas para a descentralização administrativa e têm como objetivos aproximar o governo (“gestores”) da população (“usuários”) e “estabelecer canais de reivindicação e participação popular” (Prefeitura de Niterói 1999). Nomeados pelo prefeito, os secretários regionais são os próprios vereadores ou pessoas por eles indicadas. Geralmente vereadores que possuem suas bases políticas na área abrangida pela secretaria e apóiam o governo. No ano de 1998, duas secretarias regionais participam do OP. A elas cabe, entre outras tarefas, divulgar o projeto nas comunidades, distribuir folhetos explicativos e organizar as reuniões de encontro do OP.

De acordo com os mecanismos de participação adotados, a inclusão da população na definição das prioridades de investimento ocorre através de plenárias e fóruns populares – instâncias fundadas, respectivamente, nos princípios da participação direta e da representação – onde os presentes apresentam, discutem e hierarquizam suas demandas de bens e serviços públicos que gostariam de ver atendidos pelo poder público. No ano de 1998, nas localidades abrangidas pelo OP, ocorreram quatro plenárias populares onde estiveram presentes 454 participantes e foram eleitos 50 delegados.

### Os mecanismos de inserção da participação pública

Para a organização das plenárias e fóruns populares, as secretarias regionais consideram a área de sua abrangência como uma região ou a dividem em sub-regiões. Inicialmente, são realizadas as plenárias populares. Estas são abertas à participação de qualquer morador da região ou sub-região. Nas plenárias, a

prefeitura fornece informações sobre a situação financeira do município e a disponibilidade de recursos para a região, cujo valor foi previamente decidido pelo prefeito. Em seguida, é realizado um levantamento das necessidades da região ou sub-região. Isto é feito através do preenchimento de um formulário onde são indicadas até três necessidades da “comunidade” por cada um dos presentes, distinguindo o que são novos investimentos (“pauta de obras”) de demandas relativas à melhoria de serviços já em funcionamento. Ainda nas plenárias, há a eleição dos delegados que farão parte do “fórum dos delegados” da região ou sub-região. Cada dez participantes na plenária permite a eleição de um delegado.

Os fóruns são compostos de delegados eleitos nas regiões e sub-regiões. A estes cabe, inicialmente, agrupar as indicações distinguindo as demandas de novos investimentos e melhorias de serviços. Em seguida, estes devem elaborar um regimento para a realização do congresso do OP no qual devem constar sugestões quanto aos critérios para a distribuição dos recursos entre as sub-regiões. O Congresso é realizado somente nas regiões que foram divididas.

No congresso, onde são reunidos os delegados eleitos na primeira plenária de cada sub-região, é decidido o montante de recursos que será destinado a cada sub-região. Nessa ocasião, são eleitos dois representantes dos delegados para integrar uma comissão paritária, composta também por dois representantes do governo, encarregada de acompanhar a implementação do OP na região.

Definido o montante de recursos que cabe a cada sub-região, os delegados voltam a se reunir no segundo fórum de delegados da região para a elaboração de uma proposta de hierarquização das prioridades. Nas regiões onde não há divisão esta hierarquização é feita durante o primeiro fórum e a proposta encaminhada para a segunda plenária popular. A aprovação final ou modificação da proposta é definida na segunda plenária da região ou sub-região, onde é submetida à discussão. Além de estabelecer as prioridades, a plenária tem como atribuição organizar uma “Comissão de Fiscalização e Acompanhamento” da implementação das obras e serviços a serem realizados na região e sub-região.

No que concerne aos procedimentos adotados para viabilizar a participação da população nas plenárias e fóruns, resta registrar o debate ocorrido no interior da equipe em torno do peso das demandas encaminhadas pelos presentes e os representantes das entidades da sociedade civil (como as associações de moradores). A decisão de atribuir um mesmo peso às duas demandas fez com que qualquer proposta fosse igualmente defendida no âmbito das reuniões.

### O bairro

As razões para a inclusão de Esperança no projeto inicial de implantação do OP não são consensuais.<sup>13</sup> As versões apresentadas nos documentos e entrevistas

disponíveis ressaltam motivos distintos para justificar a escolha. Assim, no documento de apresentação da proposta do OP, a escolha do bairro aparece como o resultado da aplicação ao mesmo tempo de critérios geográficos, políticos e sociológicos, isto é, a promoção da experiência nas “zonas norte e sul da cidade” e a “participação de comunidades socioculturalmente diferenciadas na experiência do OP” (Prefeitura de Niterói 1998). Critérios partidários e também sociológicos, mas nesse caso associados às condições tidas como importantes para o sucesso do OP, são mencionados por um dos membros da equipe ao informar que a escolha de Esperança levou em conta a sugestão de um vereador do PT e o fato do bairro possuir uma população tida como homogênea e de “tradição de organização popular”, o que, inclusive, vinha lhe assegurando a condição de uma espécie de “laboratório” para os projetos da prefeitura. Já o entendimento do presidente da associação de moradores de Esperança, Carlos, pauta-se numa certa compreensão a respeito dos princípios que regulam as relações do bairro com o prefeito. Desse modo, ele atribui a escolha ao fato de Esperança ser alvo de atenção especial do prefeito, o que se justifica pelo apoio que a associação e o bairro têm concedido ao prefeito e seus candidatos. Dessa perspectiva, a indicação de Esperança consiste num gesto de reconhecimento e retribuição do prefeito. Como pode-se observar, estes diferentes motivos (técnicos, partidários, clientelistas e sociológicos) remetem tanto a princípios de justificação quanto de entendimento dos agentes envolvidos na implantação do projeto sobre o funcionamento da política. O fato de o mesmo evento ser interpretado de forma distinta é sem dúvida importante para o significado que o programa do OP tem para cada um dos envolvidos e seus desdobramentos.<sup>14</sup>

Para aplicação em Esperança são destinados no ano de 1998 recursos no valor de R\$200.000,00. Apesar da proposta de divisão do bairro em sub-regiões ter sido discutida, as equipes do OP e da secretaria regional optam por tratá-lo como uma unidade. À secretaria regional cabe, como estabelecido na metodologia, organizar o processo de discussão para a definição das prioridades de investimento.

Ao se integrarem ao OP, as secretarias regionais ganham um novo status. Procurada pela população e presidentes de associações de moradores interessados em apresentarem “pedidos” à prefeitura, as secretarias são descritas por funcionários como um “órgão de oficialização” e de “encaminhamento” de reivindicações aos setores do governo encarregados de atendê-las. O OP acrescenta novas atribuições às secretarias regionais como a de contribuir na organização, fiscalização e acompanhamento das obras do OP. Para a equipe responsável pelo projeto, cabe às secretarias “fazer a parceria do governo com a sociedade civil”. Essas novas funções reforçam e valorizam a atuação das secretarias na medida em que, como expressou um membro da equipe do OP, elas passam a “cuidar das obras de visibilidade” e a estar mais “presentes na comunidade”. Por conseguinte, são fortalecidos também os vereadores que se encontram à frente das secretarias regionais.

O envolvimento das secretarias regionais na discussão do OP consiste, entre outros aspectos, numa forma de amenizar a resistência de vereadores governistas em relação ao programa. Através dessa decisão, a equipe do OP procura prestigiar os vereadores com atuação política nas localidades contempladas pelo programa. Outras medidas que apontam para um reconhecimento da liderança dos vereadores nos bairros são também adotadas. São exemplos nesse sentido os convites para a participação nas plenárias, a garantia de um lugar para o vereador na mesa de coordenação dos trabalhos e a não-criação de impedimentos, apesar da resistência de membros da equipe do OP, para que vereadores coloquem faixas<sup>15</sup> nos bairros divulgando, como resultado de seu trabalho, a realização de obras decididas no âmbito do OP. A importância da atuação nas secretarias regionais como estratégia eleitoral é evidenciada nas eleições municipais de 2000 visto que 11 secretários são candidatos a vereador e um indica seu vice. Se a organização do OP através das secretarias consiste, portanto, numa forma de prestigiar vereadores ligados ao governo nas suas áreas de atuação, cabe observar que o secretário regional encarregado das atividades do OP no bairro, Gustavo, um vereador do PDT, não mantinha aí uma atuação destacada. O bairro, no entanto, é conhecido por ser área de atuação de um outro vereador, Fernando, filiado ao Partido Liberal (PL).

A primeira plenária popular ocorre no início de maio de 1998 e é marcada por disputas pelo controle da representação política no bairro. Nessa reunião comparecem 50 pessoas. São eleitos 11 delegados e quatro suplentes. Ainda em maio, com todos os delegados presentes, ocorrem os fóruns de delegados onde são analisadas as demandas e é apresentada uma proposta de hierarquização das prioridades. No final do mês, ocorre a segunda plenária popular com a presença de 48 pessoas e na qual são aprovadas nove prioridades de investimentos para o bairro. Do ponto de vista econômico, as principais demandas são a construção de um canal (R\$ 72 mil), uma creche (R\$ 65 mil) e um auditório (R\$ 24 mil). As dificuldades enfrentadas para a implementação do OP em Esperança não são superadas. A associação de moradores do bairro não participa do processo e programas de investimento aprovados não podem ser executados devido a uma disputa pelo controle do espaço físico de um órgão público municipal localizado em Esperança. O desdobramento dos conflitos faz com que o promotores do OP passem a se referir ao bairro como o “Balcãs” de Niterói.

Para se compreender a presença considerada como reduzida de pessoas nas plenárias num bairro conhecido por sua tradição de organização popular, a ausência da associação de moradores e a não-realização de obras definidas como prioritárias, não obstante a disponibilidade de recursos, é fundamental examinar alguns aspectos relacionados à atuação da associação de moradores, sua relação com políticos municipais e os padrões de acesso ao poder público. É no espaço de relações formado pela imbricação destes elementos, entre outros, que se inscreve

a tentativa de implementação do OP em Esperança.

### Associação de moradores, relações pessoais e acesso ao poder público

Dirigentes da associação de moradores de Esperança lembram que a fundação da associação data da segunda metade da década de 50, tendo sua história, portanto, se iniciado antes da abertura política nos anos 80 quando há uma retomada e expansão dos movimentos sociais urbanos. Nos últimos anos, ao lado de outras alternativas – secretaria regional, vereadores e lideranças comunitárias, entre outras –, a associação de moradores tem servido como um canal legítimo de encaminhamento à administração municipal de demandas de serviços públicos e eventualmente demandas mais específicas originadas de grupos ou pessoas. Segundo membros de sua atual direção, a associação é tida como um meio de se obter “favores” e “ajudas” para o bairro. Isto é possível, ainda de acordo com eles, pelos contatos que a associação proporciona com “pessoas importantes” (políticos e funcionários do Legislativo e Executivo), decorrentes, por sua vez, de seu reconhecimento com um canal de contato com a população.

Para obter os serviços definidos como necessários para os moradores do bairro, a associação concentra suas ações sobretudo junto ao poder público municipal. Nos termos de seu presidente, Carlos, a atuação da associação consiste principalmente em um “trabalho em cima da prefeitura”, isto é, numa pressão para que suas demandas sejam atendidas.<sup>16</sup>

As reivindicações aos órgãos da prefeitura são encaminhadas através dos “abaixo-assinados” e ofícios. De modo geral, a partir de um conhecimento adquirido sobre as funções desempenhadas pelos órgãos, os “pedidos” são inicialmente protocolados diretamente nos órgãos responsáveis pelos serviços solicitados e/ou encaminhados à Coordenação de Assuntos Comunitários.<sup>17</sup> Essas medidas de formalização das solicitações junto aos órgãos não apresentam dificuldades para os membros da associação, no entanto, há uma convicção de que não são suficientes para que os pedidos sejam atendidos. Por conseguinte, outras medidas precisam ser adotadas. Acredita-se que as chances das solicitações serem atendidas aumentam quando se consegue manter um contato direto com as “autoridades” e, especialmente, com o prefeito. Mas, nesse caso, as dificuldades são maiores seja pelo tempo que é preciso dispor para ser atendido, seja pelas instâncias intermediárias (secretários e assessorias, por exemplo) que é necessário ultrapassar.

A avaliação dos membros da associação quanto à possibilidade de atendimento dos pedidos está também fundada numa extensão do que Victor N. Leal chamou de lógica governista (1975). O apoio concedido pela associação ao prefeito e seus candidatos é um fator que aos olhos de seus dirigentes os credencia para ter suas

reivindicações atendidas. Segundo Carlos, “dado o apoio que a associação sempre deu aos candidatos da prefeitura é mais do que justo a comunidade ganhar a obra”. Há uma compreensão a respeito do funcionamento do poder público municipal que se funda na idéia de que suas ações são pautadas pelo posicionamento das organizações populares em relação ao governo municipal. Como mencionado acima, referido a essa lógica é que Carlos entende a inclusão do bairro no programa do OP. Assim, certas ações da prefeitura ou comportamento de autoridades – como a não-realização de uma estrada num morro do bairro e a espera do presidente por mais de duas horas para ser atendido por um membro do governo – geram uma certa indignação e incompreensão na medida em que são interpretadas como uma falta de reconhecimento dos esforços feitos pelos membros da associação em favor do prefeito.

Entre as estratégias mobilizadas pela diretoria da associação para viabilizar seus projetos inclui-se ainda os contatos com deputados estaduais com influência no governo municipal (“A associação está contando com esses deputados, por eles estarem dentro do governo”) e, sobretudo, vereadores. A mobilização em nome da associação dos parlamentares municipais faz parte do conjunto de expectativas que vinculam vereadores e “lideranças comunitárias”. A força desses vínculos é reconhecida por funcionários do governo municipal, assessores de vereadores e membros das associações. É o que nos revela, por exemplo, um secretário administrativo da prefeitura ao explicar como as associações elaboram suas reivindicações observando que estas “pedem muito aos vereadores”. O contato com os representantes municipais é ratificado pelo chefe de gabinete do vereador Fernando (PL). Segundo ele, ao vereador são efetuadas solicitações para que a prefeitura realize obras e serviços (“asfalto”, “iluminação pública”, “fechamento de buracos” etc.). O encaminhamento destas demandas é entendido como parte do “trabalho” do vereador, a quem cabe assegurar, remetendo a uma concepção sobre a função parlamentar, “assistência à comunidade”. Quanto à relação entre a associação e o vereador esta é descrita pelo chefe de gabinete como estando assentada numa “troca de favores”.<sup>18</sup>

O vínculo com um vereador é valorizado pelo presidente da associação. Isto decorre do reconhecimento de sua importância para a viabilização do atendimento das solicitações pelo governo municipal. Prevalece o entendimento de que o trabalho da associação torna-se mais fácil quando conta com o apoio de um vereador, pois este pode exercer uma “pressão” junto ao prefeito. Como observa Carlos na constatação construída a partir do contato cotidiano com a administração municipal: “A prefeitura funciona melhor quando a associação está relacionada a um vereador”. Para membros da associação, este vínculo interfere no modo como a prefeitura lida com as questões de seu interesse, o que fundamenta, por sua vez, os julgamentos sobre o desempenho da prefeitura. A importância deste trabalho em

conjunto com o vereador é explicitada na decisão do presidente da associação de só se candidatar mais uma vez ao cargo na eventualidade de Fernando (PL), vereador ao qual é ligado, ser reeleito (“não vai ficar trabalhando sem conseguir nada”).

Quando da implementação do projeto do OP no bairro, Carlos conta para a defesa de seus interesses com o apoio de Fernando (PL) que se encontra em seu terceiro mandato. Apesar de não residir em Esperança, o vereador dedica a ele parte de sua atenção. A relação entre Carlos e Fernando se estabeleceu há cerca de 12 anos, e é descrita pelo primeiro como de um “contato amiguíssimo”. Os dois se conheceram durante uma partida de futebol. Na ocasião, um morador do bairro fez a apresentação e disse a Fernando que Carlos “era a pessoa ideal para ajudá-lo”. Segundo o chefe de gabinete do vereador, a relação teria se iniciado quando Fernando procurava uma pessoa que pudesse atuar como seu “cabo eleitoral” na localidade. Desde essa época, Carlos trabalha como “cabo eleitoral do vereador”.

Para se tornar “cabo eleitoral” de Fernando (PL), a principal condição exigida foi que a pessoa tivesse “intimidade com a comunidade”, de modo que pudesse solicitar os votos dos moradores. Nesse momento, Carlos construía sua condição de liderança no bairro a partir de um “trabalho paralelo” ao da associação de moradores. Através, diz ele, de “pessoas que são políticas, amigos que têm o maior carinho aqui na comunidade”, procurava encontrar soluções para demandas individuais e coletivas que não recebiam atenção ou não eram resolvidas pela associação. Elaborou então o que designou como uma “plataforma de trabalho”, o que incluía a solução de questões como sepultamentos e iluminação de ruas. A presença do programa médico de família em Esperança é considerada como resultado de sua atuação e de outros moradores que pressionaram os dirigentes da associação de moradores, contrários ao projeto. A presidência da associação teria sido conquistada nos últimos anos como fruto desse trabalho no bairro.

Na associação, Carlos continuou a apoiar Fernando e a contar com o mesmo para o encaminhamento de suas reivindicações aos órgãos públicos. O apoio de membros da associação ao vereador vem à tona sobretudo nas campanhas eleitorais. Na eleição para os cargos municipais de 2000, por exemplo, na associação foram organizadas atividades geralmente realizadas pelos comitês eleitorais dos candidatos: ela concentrou o material de campanha de Fernando em Esperança e alguns de seus membros trabalharam na sua distribuição. Para Carlos este investimento retorna sob a forma do apoio de Fernando aos seus pedidos, “quando há necessidade, sempre envolvemos ele”. Aos seus olhos, remetendo a uma certa concepção sobre a representação política (Bezerra 2001), isso torna Fernando um “representante da associação na prefeitura”. Ao ser implementado em Esperança, o programa do OP vai se deparar, entre outras, com esta relação entre a associação e Fernando (PL).

### Participação, espaços públicos e disputas em torno do monopólio da representação política

Relações como a descrita acima estabelecidas entre as diretorias das associações de moradores e políticos que atuam no município são de conhecimento da equipe do OP. Afirmarções como a de que “vereadores adotam associações de moradores” ou procuram “garantir o feudo” são frequentemente utilizadas e remetem às ações de políticos – como a troca de serviços e favores com os representantes das associações – dirigidas para a construção e manutenção de um domínio político sobre a localidade. Essas relações – tidas pela equipe do OP como “clientelistas” e “fisiológicas” – são consideradas como fomentadoras da dependência da população em relação aos políticos. Por conseguinte, como está anunciado em sua proposta, constituem objetivos do OP minimizar essa dependência e contribuir para a consolidação de práticas que modifiquem a relação da população com o poder público, na qual o envolvimento direto da população nas decisões e implementação das políticas públicas deve passar a ocupar um lugar central.

Mexer com essas concepções e vínculos envolve, entre outros aspectos, por um lado, modificar os procedimentos políticos e administrativos que definem a realização de obras públicas e, por outro, deslocar a responsabilidade pela sua execução. As obras públicas, como já observou-se em outros lugares (Palmeira 2000; Bezerra 1999 e 2001), estão associadas a reputação do político e uma concepção específica sobre a prática política. O investimento na promoção de benefícios coletivos (festas, grandes obras etc.) tornou-se, historicamente, uma maneira de acumular prestígio político.<sup>19</sup> Victor N. Leal, referindo-se à Primeira República, observa que é através de realizações de “utilidade pública” que o “chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança” ou, ainda, que “nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comunidade” (1975:37 e 45). Assim, através da mobilização de mecanismos voltados para assegurar o deslocamento da decisão da aplicação de recursos para a população, o programa do OP busca transferir a “paternidade” das obras das associações de moradores e vereadores para a “comunidade local”. Para isso, nas discussões com a população difunde-se a concepção de que os serviços e obras não constituem uma “dádiva” e sim um “direito” que cumpre ao poder público atender. Nesse contexto, a noção de “favor” é substituída pela de “participação”.

A preocupação em estabelecer uma relação entre o poder público municipal e a população que não esteja condicionada à mediação das associações e vereadores não exclui completamente, como vimos, o envolvimento destes últimos no programa do OP. Em princípio, a participação dos movimentos sociais e dos parlamentares nas reuniões de discussão dá-se como a de qualquer morador da localidade. Assim, para fazer com que seus interesses se convertam em ações do governo, as asso-

ciações e parlamentares são orientados a defenderem suas propostas nas plenárias do OP. Para tanto, são incentivados a mobilizarem os moradores que apóiam suas propostas, apesar do risco de se ver reproduzirem nessas circunstâncias mecanismos de mobilização social como a coerção e o clientelismo. Não disponho de informações para avaliar em que medida isso ocorreu ou não em Esperança. Note-se, porém, que a busca dos votos dos moradores pelos candidatos a delegados foi parte do processo. Como relata Silva (2001), a partir do acompanhamento da primeira plenária do OP em Esperança, candidatos a delegados do OP estavam instalados na entrada da escola onde se realizava a plenária abordando os moradores e solicitando seus votos. A necessidade do parlamentar e da associação de se fazerem presentes nas plenárias para assegurar seus interesses tem um lugar importante nos acontecimentos que inviabilizam o OP no bairro, como ficará mais claro adiante.

Aqui, cabe ressaltar alguns efeitos que a adoção desse princípio tem particularmente para os vereadores, as associações e suas relações com os moradores das localidades. Em virtude das regras estabelecidas pela equipe do OP, contar com o apoio dos moradores nas plenárias é importante em pelo menos dois momentos: a apresentação dos formulários com a indicação dos investimentos prioritários e a eleição dos delegados para os fóruns. Como observam membros da equipe do OP, as condições vigentes levam vereadores a recorrer a moradores e delegados a eles ligados para defender a inclusão de suas propostas de investimento nas localidades. Estes se transformam, desse modo, em “porta-vozes” dos vereadores nas plenárias e fóruns. O interesse em intervir neste âmbito provoca momentaneamente uma inversão na relação do vereador com seus eleitores na localidade quanto à questão da representação. Assim, o morador, além de reforçar sua posição em relação ao vereador, torna-se neste âmbito um representante dos interesses deste último. Observa-se, portanto, que a implantação do programa leva o vereador a redefinir sua forma de atuação – seja através da presença nas plenárias, seja através dos novos vínculos com os moradores –, de modo a assegurar sua interferência nas decisões relativas à localidade e à manutenção de sua reputação.

Quanto aos dirigentes das associações, com a implementação do OP, estes se vêm obrigados a ocupar outras instâncias de participação e adotar novas estratégias, como a mobilização de moradores, para que interesses do bairro possam ser atendidos. Com a multiplicação dos canais de participação (fóruns e conselhos municipais, por exemplo), há por parte dos membros da associação, como nota Carlos, um acúmulo de representatividade na medida em que uma mesma pessoa acaba ocupando várias posições em nome dos mesmos representados. Assim como as pessoas, as reivindicações se repetem. A existência de vários canais faz com que em alguns casos as mesmas demandas sejam apresentadas em diferentes âmbitos. Referindo-se ao caso do Conselho Municipal de Saúde, onde a associação tem um representante, o presidente observa que o fato de a mesma estar presente em várias



instâncias de participação faz com que em determinados momentos o trabalho da associação consista em fazer “reivindicações em cima de reivindicações”.

A estratégia adotada pela equipe do OP de encaminhamento do processo via a secretaria regional, cujo objetivo consistia em não reforçar as direções das associações e os vereadores a elas vinculados pelas razões apontadas acima, tem por consequência, em Esperança, o fortalecimento desta e de seu secretário regional, Gustavo, recorde-se, vereador (PDT) com uma penetração política pouco expressiva em Esperança. Dito de outro modo, ao implantar o OP por fora e mesmo em contraposição ao esquema de poder mantido pela associação e Fernando (PL), a equipe do OP fortalece um outro esquema ligado diretamente à prefeitura.

Se a relação entre os dirigentes da associação e o secretário regional já não era de cooperação, o OP contribui para intensificar a separação entre as entidades, a concorrência entre os políticos pelo controle político de Esperança e a clivagem em seu interior. A dificuldade de relacionamento entre a associação e a secretaria expressa-se, por exemplo, na recusa da primeira em reconhecer esta última como um órgão de mediação junto à prefeitura. Assim, os contatos e as demandas da associação são efetuados diretamente aos órgãos municipais. Segundo Carlos, não houve tentativa de aproximação entre as entidades. A associação jamais foi procurada pela secretaria, mas também não a procurou: “Nós estamos dentro de nossa casa. Então, nós ficamos aguardando ele [o secretário] procurar a gente. Ele não veio procurar, nós também não vamos procurar ele” (citado em Silva 2001).

Encarregada da organização do processo do OP, a secretaria regional não encaminha a Fernando (PL) o convite para este participar das plenárias. Segundo eles isto decorreu de um “esquecimento”, apesar da preocupação da equipe do OP com a integração dos vereadores nas etapas do programa. Quanto à associação, alguns membros dizem que esta recebeu o convite, mas Carlos nega. Apesar disto, a associação, segundo este último, indicou o tesoureiro para participar da primeira plenária. Ao chegar à reunião, no entanto, o membro da associação foi impedido de ingressar na reunião: “Fecharam o portão para o rapaz”. A partir do ocorrido, a associação passa a “boicotar” o processo e junto com Fernando (PL) pressionam o coordenador do programa para terem suas reivindicações para o bairro atendidas por fora do OP.

Com a exclusão da associação, a primeira plenária do OP é “dominada” por um grupo de oposição à associação derrotado nas eleições para a sua diretoria. As disputas pela ocupação de espaços de representação é o que parece estar na origem do conflito. Enquanto fontes sociais de poder, a presença nestes espaços e a condução política das decisões são objetos de luta uma vez que os grupos buscam assegurar as condições para seu fortalecimento. Com a implantação do OP, os grupos de oposição à associação encontram aí um canal para suas reivindicações e uma possibilidade de acumular forças. “Eles [o grupo de oposição]”,

diz Carlos, “não tinham interesse em deixar a associação participar desse OP.” Assim, no entendimento de Carlos, o afastamento da associação do OP decorreu de uma aproximação destes grupos com Gustavo (PDT), que, por sua vez, tinha a associação e Fernando (PL) como oponentes.

Ocupar os espaços de representação popular significa, entre outros aspectos, assegurar as condições para o encaminhamento das reivindicações. Estas, contudo, não são objeto de consenso no interior das “comunidades”, que, por sua vez, apesar das imagens mais recorrentes, não constituem uma totalidade harmoniosa. A definição das reivindicações tidas como fundamentais – que implica todo um trabalho dirigido para a sua universalização – passa pelos interesses dos moradores e dos grupos em torno dos quais se agregam. Garantir que certas reivindicações sejam atendidas e estar aos olhos dos moradores associado a ela, segundo a mesma lógica que perpassa a relação dos políticos com as obras, é entendido como um meio de acúmulo de poder social. É por referência a essas disputas de poder que se pode entender as acusações trocadas pelos grupos de que as reivindicações defendidas pelos oponentes são secundárias. Este é o gesto, por exemplo, de Carlos ao se referir às prioridades estabelecidas pelo OP para Esperança e observar que as “reivindicações de grande importância” não foram contempladas.

A consolidação de grupos que passam a se opor às associações é um dos efeitos do programa. Os mecanismos pensados para viabilizar a participação estimulam a organização desses novos grupos e divisões, uma forma de consequência não prevista, ao estabelecerem a necessidade de definição das prioridades de investimento do bairro e a eleição dos delegados que representarão o bairro nos fóruns. Essa organização para a indicação dos delegados está em muitos casos articulada à atuação de membros e simpatizantes de partidos políticos, como se depreende da informação fornecida por um membro da equipe do OP ao se referir a esses novos grupos que surgem nos bairros: “Se em alguns casos está ligado ao PT, em outras não”. A título de exemplo destes vínculos, cabe lembrar que o delegado mais votado na primeira plenária do OP em Esperança posteriormente filia-se ao PT.

Mas se não é possível afirmar com segurança que as divisões dos grupos e a concorrência entre eles resulte do projeto do OP, é certo, no entanto, que ele atualiza e dá nova forma às divisões já existentes. Ao criar um novo canal de acesso ao poder público, o projeto, por exemplo, abre possibilidades para que grupos derrotados na eleição para a associação, e com outros vínculos políticos, ocupem um espaço a partir do qual podem intervir nas decisões relativas à administração do bairro. Disso resulta uma nova configuração das relações de força em Esperança.

O não-envolvimento da associação e de Fernando (PL) no processo, se teve consequências como o esvaziamento das plenárias e o seu questionamento, não chegou a interromper a sua continuidade. No entanto, paralelamente à sua realização, Carlos, aliado a Fernando (PL), faz esforços para que suas reivindicações

sejam incluídas nas prioridades de investimento do OP. Para tanto, recorre-se a expedientes (como a negociação direta com o Executivo) com os quais a proposta do OP propunha romper. Procurado por Carlos logo após os acontecimentos da primeira plenária e diante da queixa de exclusão da associação de moradores, o coordenador propõe reiniciar o processo para que a associação se integre ao mesmo. Carlos, todavia, condiciona a aceitação da proposta a um compromisso do coordenador com o atendimento de suas demandas. Segundo Carlos: “[o coordenador] queria que nós entrássemos em parceria com o OP. Eu falei: ‘só com algumas condições. De vocês aceitarem a reivindicação da associação de morador’. (...) Porque nosso interesse era de participar lá, e a gente colocar algumas emendas lá. (...) Se não abrir esse espaço para a gente, nós também não queremos” (citado em Silva 2001). A exigência não foi atendida. Com o apoio do prefeito, ciente do problema, a posição do coordenador foi de reforçar e legitimar o orçamento participativo como espaço de decisão. A orientação foi de que as reivindicações da associação fossem apresentadas para discussão nas plenárias e fóruns. Como vimos, isto não ocorreu. No entanto, Fernando (PL) manifestou ao coordenador o seu interesse e o da associação de participarem do programa no ano seguinte. E acrescentou, explicitando sua preocupação com o exercício da dominação na localidade, “que ele não admitia que o [secretário regional] fizesse as coisas [em Esperança] sem consultá-lo”. Mas, definido onde seriam aplicados os recursos, Fernando (PL) ainda reage e intervém no órgão responsável pela realização das obras com o objetivo de sustá-las. Apesar do atraso provocado pela ingerência e os limites impostos pela legislação eleitoral em ano de eleições, Fernando (PL) não obtém sucesso e algumas das obras definidas no âmbito das reuniões do OP são realizadas.

Duas das principais reivindicações dos grupos presentes nas reuniões e fóruns (a construção de uma creche e de um auditório), no entanto, não são atendidas devido a outras disputas envolvendo interesses na localidade. Em virtude da falta de espaço físico no bairro para a realização das obras, aventa-se a possibilidade de utilizar as dependências do Centro Social Urbano (Cesur), um espaço público municipal avaliado como subutilizado. O centro é vinculado à Secretaria de Promoção Social, cujo secretário integra os quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido que também faz parte da composição da administração municipal. O espaço, no entanto, é disputado por diferentes agentes com interesses no bairro. A Secretaria de Integração e Cidadania, fruto do acordo que aproximou o PT do governo e que dividia com a Secretaria de Promoção Social as ações na área de assistência social e tinha como secretário um vereador do PT, reivindicava o espaço para a realização de projetos. De olho na área estavam ainda a secretaria regional e os delegados do OP que buscavam ter ingerência sobre ela. Alegando que o espaço pertencia à Secretaria de Promoção Social, o secretário municipal nega as solicitações e mantém a área sob seu controle. Devido ao impasse e apesar das

tentativas de negociações envolvendo a transferência do espaço para a Secretaria de Educação, com cujo secretário a equipe do OP mantinha boas relações, em maio de 2000 as obras ainda não haviam sido iniciadas.

As dificuldades para levar adiante a realização destas obras remete às disputas no interior do próprio governo. Contra as concepções mais homogeneizantes dos órgãos estatais, os fatos relatados acima apontam para um governo dividido e recortado por disputas internas entre partidos e grupos políticos. Divisão que inviabiliza o desenvolvimento de projetos de setores do próprio governo. Essa divisão reflete-se também no compromisso dos diferentes grupos com o OP. Assim, as decisões tomadas no âmbito do programa, neste caso, não têm o mesmo peso para o conjunto do governo, isto é, as secretarias e os órgãos municipais.

Este novo impasse que envolve a implantação do OP revela por outro caminho, isto é, o do controle dos espaços públicos, os elementos em torno dos quais se organizam os interesses no bairro e como este se insere nas lutas de poder no município. O interesse pelo Cesur por parte dos diferentes agentes está diretamente ligado às ações que podem ser desenvolvidas no bairro a partir de seu controle. Mesmo que não seja efetivamente utilizado, o seu domínio permite, no mínimo, que o mesmo não seja usado pelos concorrentes. Do ponto de vista daqueles que possuem interesses políticos na localidade, a gerência do espaço público é um meio importante de atuação na mesma, uma vez que dele depende a realização de certos serviços públicos e a concessão de favores (como realização de reuniões e festas). Dito de outro modo, esta é uma forma de agentes políticos e administrativos assegurarem as condições que lhes permitem manter um vínculo de proximidade com a população. Se ao examinar acima a relação da associação de moradores com o governo municipal mencionei as estratégias utilizadas pela primeira para ter acesso à prefeitura, o que se observa a partir desta disputa pelo Cesur é uma situação inversa, isto é, a luta pelo controle de órgãos oficiais enraizados na comunidade que permitam que agentes políticos e governamentais disponham de um canal de acesso à população, o que também é viabilizado através dos vínculos com as associações.<sup>20</sup>

A disputa pela ocupação de canais de participação que possam ser um caminho para a obtenção de investimentos públicos no bairro e, ao mesmo tempo, uma forma de assegurar a autoridade dos membros das entidades e grupos junto à população, pode se estender para espaços que não sejam propriamente municipais. A implementação do programa do OP estadual, mais um espaço que exige novas articulações, abre esta possibilidade para as lideranças políticas de Esperança. Para definir os representantes do município na discussão estadual realizam-se reuniões na prefeitura com o coordenador do OP municipal. Como uma forma de compensação pela exclusão do OP municipal, Carlos é indicado como um dos representantes do município para participar do programa estadual.

Do ponto de vista do programa do OP e dos agentes envolvidos no conflito desencadeado no bairro, os acontecimentos não se encerram e poderiam ser explorados em várias direções (luta pela implementação das obras, eleições municipais, escolha dos dirigentes da associação são algumas das possibilidades). Nesse sentido, os fatos focalizados, não custa lembrar, constituem o recorte de um processo que está preso a eventos passados e possui desdobramentos futuros. Aqui, cabe registrar apenas que devido aos acontecimentos no bairro este é excluído do programa em seu segundo ano.

### Considerações finais

Os acontecimentos analisados acima caracterizam-se mais por seu caráter rotineiro do que por sua excepcionalidade. Eles não chegam a constituir um drama social ou um grande evento no sentido do impacto produzido sobre a rotina das pessoas envolvidas ou da mobilização de uma opinião pública mais ampla. Eles remetem mais propriamente às disputas cotidianas que se travam em torno do exercício do poder social e, especialmente, político. Sem alarde, sem grandes mudanças, mas através da concessão de serviços, favores e embates diários vai tecendo-se a trama de relações de poder na qual se inscrevem os dramas individuais e coletivos.

O foco nessa experiência de implementação de uma proposta de envolvimento direto da população nas decisões governamentais permite, portanto, acompanhar como, ao mesmo tempo e no interior do mesmo processo, por um lado, se atualizam padrões históricos de exercício de poder político e, por outro, se ensaiam rupturas que podem estar na origem de novas formas de sociabilidade política. Trata-se, portanto, de um movimento que é ao mesmo tempo de continuidade, atualização, ruptura e introdução de novas disposições e práticas políticas. Esse movimento, certamente, não é novo e nem está associado exclusivamente às experiências mais recentes de participação popular. A sua compreensão exige, contudo, a adoção de uma perspectiva capaz de apreender o dinamismo das mudanças,<sup>21</sup> o que supõe, por sua vez, que não se fique preso seja a uma certa visão culturalista – que, parafraseando Marx, tende a inscrever na natureza das sociedades aquilo que é produto da história –, seja a uma visão modernizante – que tende a considerar certas práticas (como o clientelismo e o localismo) como resquícios, eximindo-se, desse modo, de incorporá-las às análises.

Na introdução desta exposição propus refletir sobre esta experiência de participação popular no contexto das relações políticas na qual se insere. A situação analisada permite observar como os procedimentos e os interesses que dão existência efetiva à proposta de incorporação da população às decisões governamentais integram e ao mesmo tempo contribuem para dar um novo tom às disputas que envolvem pessoas cujos interesses resultam de suas inserções

na política oficial (partidos, cargos, processo eleitoral etc.). Pode-se sugerir, de modo não conclusivo, que essas disputas visam sobretudo a assegurar as condições sociais para o exercício do monopólio da representação política na localidade. Parece-me que é por aí que se pode entender, por exemplo, as discussões em torno da “paternidade” das obras públicas, os interesses em ocupar posições que permitam intervir nos órgãos públicos e as disputas pelo controle destes órgãos situados no bairro. A importância do controle destes elementos reside em grande medida no fato de constituírem historicamente fontes de poder social.

Ao se pensar nesta experiência de participação popular no contexto das relações políticas, pode-se ainda ressaltar a importância que estes novos canais de acesso ao poder público adquirem para a configuração das disputas que envolvem os agentes que dela participam. Concomitantemente à sua implementação, como vimos, podem tanto surgir novos grupos com aspirações políticas (ou antigos serem reforçados) quanto novas divisões no interior do bairro. Mas outra possibilidade, iluminada também pelo caso estudado, é a da implementação dos mecanismos de participação acompanhar e reforçar fissões já existentes, como aquela entre a associação, a secretaria e os vereadores a elas ligados. Evidências como estas sugerem que se considere com maior cuidado certas formulações, inspiradas numa noção de capital social (Putnam 1996; Kliksberg 1999), que supõem, freqüentemente a partir de uma abstração das lutas em torno do poder, que as experiências coletivas de trabalho em comum constituem bases seguras para novas formas de ação coletivas.

É nessa trama de relações, na qual está em jogo em última instância o controle político sobre a localidade, que se inscreve a proposta de envolvimento da população no estabelecimento de prioridades na aplicação dos recursos públicos.<sup>22</sup> Ela coexiste, simplificando, com ao menos dois esquemas de poder em concorrência na localidade (mas outros se fazem presentes como demonstram as disputas entre os secretários pelo controle do Cesur). O presidente da associação de moradores articula-se com Fernando (PL) e conta com a capacidade deste de intervir junto à prefeitura e o apoio concedido aos candidatos do governo. A equipe da prefeitura responsável pelo OP aposta nas plenárias populares e articula-se com o secretário regional, que é por sua vez também vereador (PDT). Ambos reivindicam a autoridade de falar legitimamente em nome da coletividade local (“comunidade”, “bairro”) – num caso, objetivada na associação de moradores; no outro, nas plenárias populares – e almejam ser um canal de acesso ao Executivo municipal.

Enfim, as considerações efetuadas permitem sugerir que programas que têm por objetivo promover a participação popular na gestão pública ao serem colocados em prática deparam-se com configurações de relações e interesses que podem tanto impulsionar quanto impedir o seu desenvolvimento. Nesse sentido, reinscrever as experiências de participação popular nas configurações de poder nas quais se desenvolvem é um dos caminhos para a apreensão dos significados sociais que

adquirem nos distintos contextos, mas também é um dos caminhos para aquelas pessoas envolvidas em sua implementação evitarem o risco de simplesmente atualizar as práticas e relações políticas às quais estes programas de participação visam se contrapor.

### Notas

<sup>1</sup> O material utilizado neste trabalho (folhetos, relatórios, observações e entrevistas) foi reunido ao longo dos anos de 1999 e 2000. Para a elaboração do texto beneficiei-me das discussões realizadas no âmbito do projeto “Gestão Municipal e Formas de Participação Popular”, financiado pela Fundação Ford e coordenado por Moacir Palmeira (PPGAS/UFRJ) e Beatriz Herédia (IFCS/URFJ). Uma primeira versão do texto foi apresentada no XXIII Encontro da Associação Brasileira de Antropologia (Gramado, 16-19/6/2002). A presente versão foi elaborada durante estágio de pós-doutoramento financiado pela Capes no Laboratoire de Sciences Sociales (Ecole Normale Supérieur – EHESS).

<sup>2</sup> O léxico criado em torno das experiências de participação ainda não foi devidamente analisado. Observe-se, de passagem, que termos como “gestão”, “usuários”, “gestores” e “controle social” estão presentes em documentos e cartilhas de divulgação destas experiências e são utilizados com desenvoltura pelos participantes das reuniões de conselhos e conferências. Estes termos não são neutros e refletem, ao mesmo tempo que difundem, uma certa concepção específica sobre o poder público e da relação da população com o mesmo.

<sup>3</sup> Essa é uma tendência forte na literatura programática e acadêmica que se utiliza da noção de “capital social” para pensar processos de desenvolvimento econômico e social em “sociedades em desenvolvimento”. Ver, por exemplo, Kliksberg (1999).

<sup>4</sup> A divisão do espaço territorial dos municípios em regiões é realizada pelo poder público municipal e tem caráter administrativo e político. As regiões incluem, geralmente, mais de um bairro, por sua vez, unidades territoriais, administrativas e políticas menores às quais as pessoas estão mais frequentemente referidas.

<sup>5</sup> Ao longo do texto uso aspas para assinalar que se tratam de termos utilizados pelos próprios informantes.

<sup>6</sup> Tendo se organizado no Estado do Rio de Janeiro a partir da liderança do ex-governador Leonel Brizola, o PDT é um partido com forte presença no Estado. No ano de 1998, o partido volta ao governo do estado com a eleição do candidato Anthony Garotinho. Nas eleições municipais de 2000, com o apoio do governador, o partido elege grande parte dos prefeitos. A passagem do governador para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) para viabilizar sua candidatura à Presidência da República em 2002 é acompanhada por vários prefeitos.

<sup>7</sup> Para uma análise sobre o processo de implantação do OP em Niterói pautada por essas preocupações, ver Silva (2001).

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, Avritzer (2002), Santos (2002) e Dias (2002).

<sup>9</sup> O nome do bairro como das pessoas mencionadas no texto são fictícios.

<sup>10</sup> A expansão das associações de moradores ocorre especialmente a partir dos anos 80 e conta com forte colaboração da Igreja Católica e partidos políticos, como o PDT e PT. São criadas

sobretudo nos centros urbanos e constituem uma forma de organização dos moradores dos bairros, principalmente dos mais desfavorecidos social e economicamente, preocupados em exigir do poder público a oferta de serviços públicos como saneamento, água, escolas, segurança, eletricidade etc. As associações são registradas em cartório, possuem um regimento interno e uma diretoria eleita pelos moradores filiados.

<sup>11</sup> O interesse dos parlamentares em assegurarem recursos para as localidades, atividades e entidades a que estão politicamente vinculados explica em parte a resistência dos vereadores aos programas de OP. Para uma discussão detalhada sobre a questão tendo por referência o município de Porto Alegre, ver Santos (2002) e Dias (2002). Para uma discussão sobre os interesses políticos em jogo no processo de elaboração e execução do orçamento federal, ver Bezerra (1999).

<sup>12</sup> É importante aqui não confundir as secretarias regionais, que geralmente ocupam um pequeno imóvel público na localidade e contam com um número pequeno de funcionários (3 a 8) e praticamente não dispõem de recursos, com as secretarias de governo, dirigidas por secretários nomeados pelo prefeito, que respondem pelas políticas públicas no município (como secretarias de Saúde, Educação, Agricultura etc.).

<sup>13</sup> Em 1996, segundo dados do IBGE, a população de Esperança encontra-se em torno de 6.600 pessoas. Destas, 1.054 distribuem-se entre 15 e 24 anos e 3.499 entre 25 e 64 anos. Estas pessoas ocupam 1.888 domicílios. Quanto ao rendimento dos chefes de família, entendido aqui como a pessoa responsável pelo domicílio, as informações disponíveis são de 1991. Elas indicam que nesta data 1.484 chefes de domicílio, 64,81% (965), têm rendimento mensal de até 3 salários mínimos e 2,69% (40) mais que 10 salários mínimos. De acordo com informações oficiais, Esperança dispõe de serviços básicos como água potável, saneamento, escolas, posto de saúde e conta ainda com o programa médico de família (ver Prefeitura de Niterói 1999).

<sup>14</sup> A necessidade de se estar atento para a divergência de interpretações de um mesmo evento, as condições que as fundam e as conseqüências que daí advêm para as relações sociais é ressaltada por Weber (2000) em análise sobre as transações mercantis e as relações pessoais.

<sup>15</sup> As faixas geralmente são feitas de grandes tiras de tecido e são penduradas nas ruas e casas. Nelas, escritas a tinta, são anunciadas as obras realizadas e o nome de seus promotores. Como os *outdoors* e placas, as faixas funcionam como uma espécie de meio de propaganda.

<sup>16</sup> Os recursos sociais mobilizados e as estratégias adotadas pelas associações de moradores para assegurarem que seus interesses sejam atendidos pelo poder público municipal variam. Para uma análise do modo como especialmente as relações pessoais e os vínculos com vereadores são mobilizados por duas associações de bairros distintos em Niterói, ver Cruz (2000).

<sup>17</sup> Órgão diretamente subordinado ao gabinete do prefeito, ocupado por um representante das associações de moradores e cuja função oficial é manter o contato com as “comunidades”.

<sup>18</sup> O vínculo de vereadores com associações remete a apenas um tipo de relação possível. Como chama atenção Kuschnir (2000), o político pode, pelas implicações daí decorrentes, evitar estabelecer compromissos com as associações e privilegiar uma outra forma de contato com a população, como, por exemplo, o trabalho direto com a “comunidade”.

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, as discussões de P. Veyne sobre o “évergétisme” (1976).

<sup>20</sup> Note-se que a disputa entre as facções políticas pelos postos públicos existentes neste bairro situado numa região urbana, assemelha-se àquela existente em torno dos cargos municipais, estaduais e federais examinada por Palmeira (2000) a partir de investigações realizadas em pequenos municípios rurais.

<sup>21</sup> A esse respeito ver, por exemplo, Banck (1998) e Palmeira (2000).

<sup>22</sup> Para uma discussão sobre o lugar destas relações com as localidades na atuação de deputados federais e senadores e o modo como conformam uma concepção específica de representação política, ver Bezerra (1999) e (2000).

### Referências bibliográficas

- AVRITZER, Leornado. 2002. “O orçamento participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte”. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- BEZERRA, Marcos O. 1999. *Em nome das 'bases'. Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- \_\_\_\_\_. 2001. “Políticos, representação política e recursos públicos”. *Horizontes Antropológicos*, nº 15 (Antropologia e Política).
- BANCK, Geert. 1998. *Dilemas e símbolos. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (Cadernos de História 13).
- CRUZ, Alline T. da. 2000. *Como reivindicar: a participação das associações de moradores junto ao poder público municipal*. Niterói: PROPP. Mimeo. (Relatório Técnico Final do PIBIC/CNPq/UFF – 1999-2000).
- DIAS, Marcia R. 2002. *Sob o signo da vontade popular. O orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/IUPERJ.
- KLIKSBERG, Bernardo. 1999. “Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo”. *Revista de la CEPAL*, nº 69, diciembre.
- KUSCHNIR, Karina. 2000. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LEAL, Victor N. 1975. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- PALMEIRA, Moacir. 2000. “Eleição municipal, política e cidadania”. *Tempo e Presença*, 310, maio/junho.
- PREFEITURA DE NITERÓI. 1998. *Orçamento participativo, um exercício de cidadania em uma gestão pública democrático-popular*. Niterói: Grupo de Trabalho Orçamento.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Niterói. Perfil de uma cidade*. Niterói: Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- PUTNAM, Robert D. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.

SANTOS, Boaventura de Souza. 2002. “Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, Lessandra. 2001. “Institucionalização de práticas participativas na administração pública: caminho para democratização do poder local? (Um estudo de caso do Orçamento Participativo de Niterói)”. Rio de Janeiro: ENAP/FGV. Dissertação de Mestrado.

WEBER, Florence. 2000. “Transactions Marchandes, Échanges Rituels, Relations Personnelles. Une Ethnographie Économique Après le grand Partage”. *Genèses* 41, déc.

VEYNE, Paul. 1976. *Le Pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Seuil.

